



Maria Isabel da Trindade Ferro
Licenciada em Arquitetura Paisagista

Sistema Alimentar de Proximidade e Economia Circular de Base Social. O caso de Montemor-o-Novo

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Urbanismo Sustentável e Ordenamento do Território

Orientadora: Prof. Doutora Margarida Angélica Pires
Pereira Esteves

Júri:

Presidente: Prof. Doutor Doutor José Carlos Ferreira
Arguente: Prof. Doutor Jorge Manuel Frazão Cancela

maio 2020



FACULDADE DE
CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA



NOVAFCSH
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

Copyright © Maria Isabel da Trindade Ferro, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Nova de Lisboa.

A Faculdade de Ciências e Tecnologia e a Universidade Nova de Lisboa têm o direito, perpétuo e sem limites geográficos, de arquivar e publicar esta dissertação através de exemplares impressos reproduzidos em papel ou de forma digital, ou por qualquer outro meio conhecido ou que venha a ser inventado, e de a divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição com objetivos educacionais ou de investigação, não comerciais, desde que seja dado crédito ao autor e editor.

Resumo

A alimentação da população mundial é um fator crucial a repensar tendo em conta o crescimento populacional previsto nas próximas décadas e os efeitos no meio ambiente e saúde. O modelo atual de produção alimentar, assente numa economia de escala, linear e baseada na agroindústria, com impactes na degradação dos recursos naturais, é insustentável. A economia circular surge na agenda europeia como alternativa à inversão do padrão económico linear. Neste contexto, a afirmação dos Sistemas Alimentares Locais, apoiados em circuitos curtos, que visam a sustentabilidade dos recursos ambientais, sociais e económicos do território, são contributo relevante para a economia circular.

A paisagem rural de Montemor-o-Novo, o caso de estudo, sofreu as transformações socioeconómicas inerentes ao modelo económico linear. A transição para o modelo circular exige que as comunidades rurais tenham de reaprender a gerir os seus bens-comuns em prole do bem-estar da comunidade local. Desta forma a economia social enquadra juridicamente a concretização das atividades económico-sociais que priorizam o bem-estar no âmbito da abrangência da sua ação em detrimento do lucro.

As futuras gerações, enredadas numa cultura societal individualista e competitiva, são a chave para a mudança do paradigma. Neste sentido, para uma aprendizagem informal dos jovens de valores e princípios na gestão de bens comunitários, uma das propostas desta dissertação, passa pela criação de um centro de animação socioeducativo com dinâmica educativa informal na Herdade da Adua, em Montemor-o-Novo, outrora baldio e curral comunitário. Outro elemento essencial a desenvolver é a promoção de parceria entre os pequenos produtores para criar escala na produção, bem como garantir dinâmicas de venda capazes de fazer chegar a mais consumidores os produtos locais. Neste contexto, propõe-se assumir o Mercado Municipal, já hoje o principal ponto de venda dos produtos locais, como o espaço de excelência para a comercialização de produtos locais saudáveis e ambientalmente sustentáveis, através da sua redinamização.

O contexto da pandemia provocada pelo vírus COVID-19 para além de, por um lado evidenciar os constrangimentos da dependência de países terceiros no fornecimento de bens alimentares, por outro permitiu um protagonismo da produção local e potenciou a visibilidade de soluções de articulação entre os produtores e consumidores que poderão vir a ser consolidadas e reforçadas.

Palavras-chave: economia circular, economia social, economia do bem-estar, Sistemas Alimentares Locais, circuitos curtos, Montemor-o-Novo.

Abstract

Feeding the world's population is a crucial factor to be reconsidered, taking into account the population growth prediction in the coming decades and the effects on the environment and health. The current model of food production, based on economies of scale, linear and agroindustry, with impacts on the depletion of natural resources, is unsustainable.

The circular economy appears on European's agenda as an alternative to reversing the linear economic pattern. In this context, the affirmation of Local Food Systems, supported by short circuits, that contributes to environmental, social and economic resources sustainability is a relevant contribution to the circular economy.

The rural landscape of Montemor-o-Novo, the case study, underwent the socioeconomic changes inherent to the linear economic model. The transition to the circular model requires that rural communities have to relearn how to manage their common goods for the welfare of the local community. In this way, the social economy legitimately frames the implementation of economic and social activities that prioritize well-being within the scope of its action at the expense of profit.

Future generations, entangled in an individualistic and competitive societal culture, are key to change the paradigm. In this sense, for young people to learn values and principles in the management of community goods, one of the proposals of this dissertation, involves creating a socio-educational animation center with informal education at Herdade da Adua, in Montemor-o-Novo, former community land.

Other essential element to be developed is the promotion of partnerships between small producers to create scale in production and guarantee sales that enable local products to reach more consumers. Promoting the Municipal Market, the main selling point for local producers, based on partnerships is crucial.

The actual context, caused by the COVID-19 virus, demonstrated the constraints of being dependent on third countries in the supply of food products, and gave opportunity to local production to emerge and new ways to sell the products. Those new ways that connect local producers and consumers must be developed and supported to constitute an alternative in the future.

Keywords: Circular economy, Social economy, Economy for the Common good, Local Food Systems, Short Circuits, Montemor-o-Novo

Agradecimentos

Quero agradecer à Professora Doutora Margarida Pereira pela sua orientação e contributos essenciais no desenvolvimento deste trabalho e pela sua contagiante e inesgotável energia que foi fundamental para terminar esta dissertação.

À Câmara Municipal de Montemor-o-Novo pelo o acesso à informação referente ao município e à Equipa da Agenda 21 Local.

Aos meus colegas de trabalho que colaboraram nesta dissertação com o preenchimento dos inquéritos e a todos os atores locais que disponibilizaram o seu tempo para responder às minhas perguntas durante as entrevistas realizadas.

Aos produtores locais um agradecimento por terem interrompido as suas tarefas diárias para responder ao inquérito e partilhar comigo preocupações, experiências e reflexões.

Aos dirigentes das Instituições Sociais, às funcionárias e à proprietária dos estabelecimentos comerciais pela receptividade e tempo que disponibilizaram na resposta ao inquérito.

À Elisabete, à Raquel, à Paula, à Luana e à Cristiana, com quem partilhei as experiências que o curso de MUSOT 2017/2019 me proporcionou, o meu especial agradecimento pelo apoio ao longo deste mestrado e durante o período de elaboração da dissertação.

Índice

1	Introdução	1
1.1	Pertinência da temática.....	1
1.2	Objetivos gerais e específicos	3
1.3	Metodologia.....	3
2	Desafios do desenvolvimento sustentável de cidades em territórios de baixa densidade....	4
2.1	O Conceito de Desenvolvimento Sustentável.....	6
2.1.1	Acordo de Paris	8
2.1.2	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – Agenda das Nações Unidas 2030	9
2.2	Alimentação Saudável e Adequada.....	11
2.2.1	Diretrizes da FAO – Direito Humano à Alimentação Adequada	11
2.2.2	Programa Nacional para a Promoção da Alimentação Saudável	12
2.3	Promoção do sistema produtivo local e de proximidade	17
2.3.1	Programa Nacional para a Coesão Territorial e a Agenda para o Interior.....	17
2.3.2	Relação espaço urbano-rural/ região funcional.....	18
2.3.3	Sistemas Agroalimentares Locais e Comercialização em Circuitos Curtos de Proximidade	18
2.3.4	Outros Projetos Potenciadores dos Circuitos Curtos – Plataformas online	20
2.3.4.1	Plataforma Adelaide. Farm.....	20
2.3.4.2	Projeto Reforma Agrária.....	21
2.3.4.3	Campanha “Alimente quem o Alimenta”	22
3	Economias ao serviço do desenvolvimento sustentável	23
3.1	Economia Circular	23
3.1.1	Quadro de referência da Transição para a Economia Circular.....	26
3.1.2	Plano de Ação Europeu para a Economia Circular	26
3.1.2.1	Projeto CIRCTER – Circular Economy and territorial Consequences – ESPON 2020	27
3.1.2.2	Outros projetos	32

3.1.3	Plano de Ação para a Economia Circular em Portugal	37
3.2	Economia Social e Economia do Bem Comum	43
3.2.1	Comunidades que gerem bem-comum	46
3.2.2	Proteção jurídica dos serviços ambientais como bem-comum	49
4	Aplicação da Economia Circular de Base Social à Estratégia Alimentar de Montemor-o-Novo	51
4.1	Breve caracterização socio económica e territorial	51
4.2	Estratégia Alimentar de Montemor-o-Novo do Município (SMEA)	55
4.2.1	Visão	58
4.2.2	Processo	63
4.2.3	Atores locais envolvidos	64
4.3	Contributos para o Sistema Alimentar Local de Montemor-o-Novo	68
4.3.1	Da produção ao consumo: perspetiva dos diferentes atores	71
4.3.1.1	Projetos coletivos em Montemor-o-Novo que promovem o Sistema Alimentar Local	87
4.3.1.2	Projetos de reserva de terras para produção de autoconsumo	93
4.3.2	Análise SWOT	95
4.3.3	Proposta de Transição para a Economia Circular de Base Social do Sistema Alimentar Local	99
4.3.3.1	Plano de Ação e Monitorização	99
4.3.3.2	Ações âncora propostas	122
5	Considerações finais	132
6	Referências Bibliográficas	136

Anexos

Anexo I – Estrutura dos Inquéritos

Anexo I.1 – Inquérito aos Produtores de Hortícolas e Frutícolas

Anexo I.2 – Inquérito aos Comerciantes (mercearias)

Anexo I.3 – Inquérito ao Consumidor (Famílias e Indivíduos)

Anexo I.4 – Inquérito aos Consumidores (Instituições)

Anexo II – Resultados dos inquéritos

Anexo III – Estrutura das Entrevistas

Índice de Quadros

Quadro 1 - Porções diárias dos grupos de alimentos calculados para grupos de indivíduos.	15
Quadro 2 - Cabaz de alimentos mensais de hortícolas e frutícolas.	16
Quadro 3 - Principais característica, resultados e fatores favoráveis a uma economia circular.	28
Quadro 4 – Indicadores de geração de resíduos a serem produzidos pelo projeto EC.	31
Quadro 5 - Indicadores resultante do Workshop para a Transição da Economia Circular nas cidades a 12 de setembro de 2018, em Bruxelas.	35
Quadro 6- Ações macro, meso e micro da Economia circular.	38
Quadro 7 - Modelos de CSA em Inglaterra.	47
Quadro 8 - Definição dos Conceitos SMEA.	57
Quadro 9 – Quadro de Medidas, Ações e Indicadores da Estratégia SMEA com a associação às temáticas da Economia Circular.	66
Quadro 10 – Matriz de cruzamento dos campos de medidas da Estratégia SMEA com as características na Transição para EC.	69
Quadro 11- Matriz dos elementos conceptuais a trabalhar com base no cruzamento das características da EC do projeto CIRCTER com os princípios essenciais da EC no sistema alimentar adequado.	70
Quadro 12 – Produtores de produtos Hortofrutícolas no Concelho de Montemor-o-Novo.	72
Quadro 13 – Superfícies Comerciais com venda de hortofrutícolas na cidade de Montemor-o-Novo.	79
Quadro 14 - Instituições, pertencentes ao CLAS que confeccionam refeições diárias.	85
Quadro 15 - Número de talhões nas hortas comunitárias por blocos.	94
Quadro 16a - Análise SWOT: fatores internos.	96
Quadro 17 - Objetivos das Medidas no campo da Produção Local.	101
Quadro 18 - Medidas, Ações, Indicadores e Metas no campo da Produção Local.	103
Quadro 19 - Objetivos das Medidas a desenvolver no campo da Distribuição.	109
Quadro 20 - Medidas, Ações, Indicadores e Metas no campo da Distribuição.	109
Quadro 21 - Objetivos das Medidas a desenvolver no campo do Consumidor.	111
Quadro 22 – Medidas, Ações, Indicadores e Metas referentes ao campo do Consumidor.	112

Quadro 23 – Objetivos das Medidas no campo dos Resíduos.....	116
Quadro 24 – Medidas, Ações, Indicadores e Metas referentes ao campo dos Resíduos.....	117
Quadro 25 - Monitorização e Avaliação do Plano de Ação Proposto.....	121
Quadro 26 - Propostas para a dinamização do mercado municipal.....	130

Índice de Figuras

Figura 1 - Três desafios das cidades para construírem uma economia circular para a alimentação..	8
Figura 2 - Organização pelas 5P/áreas temáticas da participação dos vários atores e ODS....	10
Figura 3 - Metas de Saúde a 2020 do PNPAS.	13
Figura 4 - Principais componentes de um Sistema Alimentar Urbano inovador, multisectorial e territorializado.	20
Figura 5 - A economia circular como parte integrante da Economia Verde e co-incentivadora do desenvolvimento sustentável.	24
Figura 6 - Diagrama conceptual da Economia Circular.	25
Figura 7 – Esquema do Ciclo da Economia Circular, Estratégia, Objetivos e Sectores a intervir	27
Figura 8 - Orientações para a Agenda Sectorial das ações meso do PAEC.	39
Figura 9 - Orientações para a Agenda Regional das ações micro do PAEC.	40
Figura 10 – Metas para as quais contribuem as ações do PAEC.	41
Figura 11 - Enquadramento e análise do grupo interministerial das oportunidades de financiamento para a economia circular.	42
Figura 12 – Esquema do circuito de tratamento dos resíduos provenientes da recolha Indiferenciada, na GESAMB.	54
Figura 13 – Esquema de Tratamento Mecânico e tratamento Biológico (TB) dos resíduos Indiferenciados.	54
Figura 14 - Eixos Estruturantes da Visão da Estratégia Alimentar SMEA.....	59
Figura 15 - Estrutura do modelo de governância SMEA.	63
Figura 16 - Atores –Chave envolvidos na produção da Estratégia SMEA.	65
Figura 17 – Objetivos para a Transição para a Economia Circular de Base Social a integrar na Estratégia SMEA.	100
Figura 18 – Casal na Adua em ruínas..	123
Figura 19 – Hortas Comunitárias nos Casais da Adua.....	123
Figura 20 - Herdade da Adua (amarelo) e Casais da Adua (vermelho)..	125
Figura 21 - Mercado Municipal de Montemor-o-Novo antes das obras de requalificação – área central.....	128

Figura 22 - Interior do mercado antes das obras de requalificação.....	128
Figura 23 – Interior do Mercado requalificado sem equipamentos.....	129
Figura 24 – Exterior do Mercado requalificado.	129
Figura 25 - Carrinho de compras coletivo em vime	131

Lista de Siglas e Acrónimos

CSA - *Community Supported Agriculture*

CONSANP - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

EC - Economia Circular

EIPAS - Promoção da Alimentação Saudável

ES – Economia Social

ESPON - *European Spatial Planning Observation Network*

GEE - Gases com Efeito de Estufa

ICAAM – Instituto de Ciências Agrárias e Ambientais Mediterrânicas

OCDE - Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económicos

ODS – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

PAEC - Plano de Ação para a Economia Circular

FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura

PNCT - Programa Nacional para a Coesão Territorial

PNPAS - Programa Nacional para a Promoção da Alimentação Saudável

SAL - Sistema Alimentar Local

SMEA – Estratégia Alimentar do Município de Montemor-o-Novo

SWOT – *Strengths, Weakness, Opportunities, Threats*

1 Introdução

1.1 Pertinência da temática

No contexto da economia de escala e da globalização do mundo atual, novos desafios se impõem para revitalizar as economias nacionais e locais.

Segundo as previsões da ONU, no relatório *Projeção da população Mundial: Revisão de 2012*, em 2050 seremos 9,6 mil milhões de pessoas no planeta, antevendo o maior crescimento nos países em desenvolvimento, sobretudo, em África. Nos 49 países desenvolvidos prevê-se que a população duplique de 900 milhões de pessoas em 2013, para 1,8 mil milhões em 2050 (Centro de Notícias das Nações Unidas, 2019).

Mantendo o modelo de economia atual, no futuro para mantermos a população ao ritmo atual de extração e consumo de materiais, emissão de gases de estufa e de poluentes para o ar e geração de resíduos, em 2050 serão necessários três planetas para sustentar o nosso modo de vida (Resolução do Conselho de Ministros n.º 190-A/2017, pág. 6584 -(54)).

A alimentação da população mundial é um dos fatores cruciais a reconsiderar, tendo em conta o crescimento populacional previsto e os efeitos no meio ambiente e saúde. Considerando as alterações que a globalização e a liberalização do comércio criaram nos hábitos de consumo, transformando a produção de alimentos e a indústria agroalimentar num dos sectores com impactes relevantes na emissão de gases poluentes, na contaminação das águas, nos consumos elevados de água e energia e, na produção de uma elevada quantidade de resíduos (IAPMEI, FCT, p. 6), é inexequível manter o modelo atual de produção.

Os problemas de saúde associados à alimentação são indissociáveis da produção em escala e dos novos hábitos alimentares. Pelo que é necessário que a produção e transformação dos alimentos garantam a qualidade e segurança dos produtos alimentares, não só no que se refere a alimentos saudável em termos de salubridade e inocuidade como também no acesso aos alimentos em quantidades suficientes para não haver fome. Para isso, os locais de produção de proximidade mais próximos dos consumidores permitem uma relação de confiança e de autocontrolo do modo de produção e transformação.

A Economia Circular e a Economia Social surgem no discurso atual como um dos contributos à alternativa da economia de escala.

Em 2015, a União Europeia criou o pacote de medidas para uma Economia Circular, na base dos programas governamentais por toda a Europa para implementar estratégias impulsionadoras das economias locais, como as novas estratégias alimentares, como forma de desenvolver e

incentivar o tecido local, promover a criação de emprego e a criação de atividades produtivas mais sustentáveis.

A pertinência do tema associa-se também, por um lado à criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, em julho de 2018, que tem como objetivos contribuir para a concretização do Direito Humano à Alimentação Adequada e contribuir para a definição de uma visão integrada das matérias relativas à segurança alimentar e nutricional, garantindo a convergência, a coerência bem como a participação social no âmbito da adoção dos respetivos instrumentos (Resolução do Conselho de Ministros n.º 103/2018).

Por outro lado, no final de 2017, Portugal aprovou o Plano de Ação para a Economia Circular (PAEC), e o respetivo pacote de financiamento para os próximos três anos.

O tema enquadra-se ainda nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 pelas Nações Unidas, nomeadamente no ODS 2 de *Erradicação da Fome*, que engloba as preocupações relacionadas com a segurança alimentar, a melhoria da nutrição e a promoção de uma agricultura sustentável, e no ODS 12 de *Produção e Consumo Sustentável*, onde a Economia Circular surge como incentivo à mudança de paradigma económico e de desenvolvimento das comunidades locais (Agenda 2030).

A soberania alimentar dos países, que se perdeu ao longo dos anos em nome da produção de escala, coloca-nos dependentes das produções de países terceiros e vulneráveis numa situação de guerra ou pandemia, como a que vivemos atualmente com o COVID 19. A produção local de proximidade ganha força para responder às necessidades alimentares do país. Durante este período, de contexto de Pandemia e estado de emergência nacional, com implementação de medidas de controlo e prevenção de propagação do vírus, nos estados europeus e em todo o mundo, amplifica-se a necessidade da soberania alimentar e importância da produção local nos países.

Nos municípios de baixa densidade de matriz rural, a dinâmica económica passa por potenciar e valorizar os recursos naturais e por adaptar e reinventar as produções locais tradicionais, de pequena escala, com grande empenho na qualidade. O município de Montemor-o-Novo constitui um bom exemplo do afirmado, com a elaboração da Estratégia Alimentar do Município de Montemor-o-Novo (SMEA), que constitui o ponto de partida desta dissertação.

A participação em algumas oficinas de trabalho, enquanto elemento do gabinete de apoio aos membros da câmara municipal, permitiu à autora ter conhecimento do processo, dos intervenientes e dos projetos existentes para desenvolver, autonomamente, a análise do sistema alimentar local e propor medidas, ações e indicadores, que a autora identifica como fundamentais para a transição para a Economia Circular, com base em atividades económico-sociais de

interesse comum, que poderão no seu todo, ou em parte, integrar a Estratégia Alimentar de Montemor-o-Novo.

1.2 Objetivos gerais e específicos

A dissertação tem como objetivos gerais: (i) compreender e desenvolver os princípios da Economia Circular e da Economia Social e a sua aplicação aos sistemas alimentares locais; (ii) sistematizar os benefícios da Economia Circular e da Economia Social para o modelo de desenvolvimento das regiões rurais de baixa densidade.

Como objetivos específicos a dissertação propõe: (i) analisar o processo de construção da Estratégia SMEA (Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 2019) no que respeita aos princípios da Economia Circular e identificar atores e projetos chave para um estudo autónomo da autora sobre o sistema alimentar local, visando a proposta de medidas e ações que possam contribuir para o processo (SMEA); ii) identificar os fatores necessários à transição para a Economia Circular de Base Social com base na análise realizada pela autora ao sistema alimentar local; iii) identificar indicadores de monitorização a aplicar à Estratégia SMEA, baseados na análise teórica e empírica da implementação da Economia Circular.

1.3 Metodologia

A metodologia aplicada baseia-se numa abordagem dedutiva e indutiva, seguindo seis etapas principais dos marcos gerais e teóricos:

- i. Revisão bibliográfica de documentos de enquadramento teórico e conceptual no âmbito do desenvolvimento sustentável, no que respeita à economia social, economia circular, segurança alimentar e produção alimentar de proximidade;
- ii. Revisão bibliográfica de conceitos operativos no que respeita à economia circular e programa nacional para a promoção de alimentação saudável e identificação de indicadores e metas de avaliação da transição para economia circular;
- iii. Análise da Estratégia Alimentar de Montemor – o-Novo (SMEA), através da participação em sessões de trabalho e análise dos documentos produzidos pelos atores do processo;
- iv. Realização de inquéritos a produtores agrícolas, consumidores e comerciantes para obtenção de padrões de produção, consumo, distribuição e eliminação de resíduos, através da perspectiva dos atores e identificação dos pontos fortes, fracos, oportunidades e ameaças do sistema alimentar local;
- v. Entrevistas a atores de projetos em curso, na área dos circuitos curtos e na promoção de solos para a produção de autoconsumo, para avaliação do ponto de situação dos mesmos;

- vi. Identificação das principais ações âncora para implementar a estratégia de transição para a Economia Circular de Base Social e propor as ações e os indicadores de desempenho a monitorizar nessa transição, visando a integração na Estratégia SMEA.

Após análise dos documentos da Estratégia SMEA, considerou-se pertinente definir conteúdos para a plataforma on-line de suporte às interações dos atores do sistema alimentar local, uma das ações que a referida estratégia se propõe desenvolver. Contudo, os inquéritos aos produtores refletiram o seu desinteresse no projeto. Também com base nas conversas com os produtores surgiram temáticas com interesse para a pesquisa das matérias em questão, como o modelo produtivo movimento “*Community Supported Agriculture*” (CSA) e a economia social e do bem-comum, para contextualizar as atividades socioeconómicas com maior expressão a nível local.

2 Desafios do desenvolvimento sustentável de cidades em territórios de baixa densidade

“Na Natureza nada se cria, nada se perde, tudo se transforma”

Lei da conservação da massa, Lavoisier, 1777

O modelo atual de crescimento económico, assente na sobre-exploração dos recursos naturais, das matérias-primas limitadas e escassas (Comissão Europeia, 2014, p. 2), tem consequências no esgotamento de recursos naturais, na generalização da degradação de fatores ambientais, no desequilíbrios sociais, no esgotamento acelerado de determinadas fontes de energia e nas alterações climáticas (Halmaghi & Neag, 2019, p. 46).

Já o Clube de Roma, em 1972, no relatório “Os limites para o crescimento” concluía, com base em modelos matemáticos, que a Terra, como é um sistema fechado, iria colapsar se continuasse o crescimento exponencial da exploração dos recursos naturais e a poluição do meio ambiente, em torno da segunda metade do século XXI (Colombo, 2001, p. 7).

É impossível crescer indefinidamente, manter o crescimento da população mundial, da classe média em expansão e da urbanização, pois o potencial para produzir e consumir novos recursos é limitado (Breure, Lijzen, & Maring, 2018, p. 1126).

A União Europeia, se por um lado promove a globalização e o mercado único por outro promove políticas para atenuar os impactos locais. É neste contexto que surge na agenda política o conceito de desenvolvimento sustentável, inicialmente associado à premissa que empresas podem crescer economicamente protegendo o ambiente. Atualmente, o conceito deve comprometer três pilares essenciais: o desenvolvimento económico, social e a proteção do ambiente (Halmaghi & Neag, 2019, p. 45).

Com a criação do conceito de mercado único alimentado pela globalização, um fenómeno complexo que se caracteriza na afirmação da massificação dos padrões de consumo, padrões de felicidade, padrões de desenvolvimento (Nunes A. A., 2012, p. 18) desregularam-se as economias locais, através da deslocação da produção para fora do país e do aumento do desemprego e da precariedade laboral.

O papel dos estados ficou mais dificultado a partir do momento que a economia real se separou da economia doméstica e da família (unidade-de-produção) e, deixou de ser a estrutura basilar da atividade económica para passar a ser a empresa, sem necessidades “vitais” e com o objetivo do lucro (Nunes A. A., 2012, p. 15).

É, em 1987, com o relatório “Nosso Futuro Comum” da Comissão de Brundtland, no processo preparatório da Conferência das Nações Unidas ou Conferência do Rio em 1992 que surge o conceito “desenvolvimento sustentável” (Barbosa, 2008, p. 2), a determinar a reorientação das políticas públicas (Halmaghi & Neag, 2019, p. 48). Neste relatório a definição de desenvolvimento sustentável é descrita como sendo “aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer as possibilidades de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades” (Barbosa, 2008, p. 2).

Mas foi com o Tratado de Amesterdão, em 1997, que a União Europeia introduzir no discurso político europeu o desenvolvimento sustentável, como um dos objetivos fundamentais e abrangentes das políticas da UE¹. O Tratado da União Europeia define a visão da UE para a promoção do progresso económico e social dos seus povos, *“tomando em consideração o princípio do desenvolvimento sustentável e no contexto da realização do mercado interno e do reforço da coesão e da proteção do ambiente, e a aplicar políticas que garantam que os progressos na integração económica sejam acompanhados de progressos paralelos noutras áreas”* (ponto 2 do artigo 1º do Tratado de Amsterdão, p.7).

Desde então que as políticas e a legislação da EU visam integrar o desenvolvimento sustentável nas suas diretrizes, medidas e ações, através da Estratégia de Desenvolvimento Sustentável da EU (revista em 2006), da Estratégia da UE para 2020 e da Agenda de Legislar Melhor da EU².

Mais recentemente, em 2015, a Agenda 2030 global definiu os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) assentes nas três dimensões: economia, sociedade e ambiente (Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2017, p. 5), onde a Economia Circular surge transversal a muitos ODS como forma de preservar o nosso capital natural e com forte potencial para a criação de

¹ Informação obtida na página online da *European Commission – Environment* em http://ec.europa.eu/environment/sustainable-development/index_en.htm acedido a 4 de maio 2019

² Idem

emprego local, de crescimento económico e para a transformação de padrões de consumo e produção mais sustentáveis (Comissão Europeia, 2016, p. 9).

Portugal, como um dos Estados-Membros, assumiu desenvolver a Economia Circular, como um dos três objetivos estratégicos na área do Ambiente, com especial destaque na desmaterialização, economia colaborativa, consumo sustentável, conceção de produtos, uso eficiente de recursos e, valorização de recursos (Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2017, p. 62).

Para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável definidos pelas Nações Unidas, a EC surge como veículo para a organização da sociedade (Breure, Lijzen, & Maring, 2018, p. 1126).

2.1 O Conceito de Desenvolvimento Sustentável

O conceito de desenvolvimento sustentável envolve limites, que não são absolutos, uma vez que são impostos aos recursos económicos pelo estado atual da tecnologia e organização social e pela capacidade da biosfera de absorver os efeitos das atividades humanas (Colombo, 2001, p. 8).

Uma sociedade sustentável exige um grande esforço para equilibrar as prioridades de curto e longo prazo, focadas na equidade e na qualidade de vida, e não na quantidade do produto (Colombo, 2001, p. 10). Na União Europeia, a essência do desenvolvimento sustentável passa por *“uma vida digna para todos, dentro dos limites do planeta, que concilie prosperidade económica e eficiência, sociedades pacíficas, inclusão social e responsabilidade ambiental”* (Comissão Europeia, 2016, p. 2).

Com a economia atual, linear, todos os anos globalmente são extraídos recursos na ordem dos 65 mil milhões de toneladas, dos quais apenas 7% são reciclados. E, em 2050, com 9,7 mil milhões de pessoas e, mantendo este modelo de economia, são precisos extrair recursos na ordem dos 186 mil milhões de toneladas (Ministério do Ambiente, p. 5).

Depende da gestão e melhoria da tecnologia e organização social para se iniciar uma nova era (Colombo, 2001, p. 8).

O grande desafio da sociedade é descobrir através da ciência e da tecnologia quais os recursos, processos industriais e soluções que podem diminuir o impacto das atividades humanas, ao ponto de se encontrar a capacidade do meio ambiente de se autorregular e restaurar (Colombo, 2001, p. 9).

Em 2050, 80 % dos alimentos serão consumidos nas cidades e 40% das terras cultivadas do mundo estarão localizadas no perímetro de 20km das cidades, pelo que haverá necessidade de reforçar a relação e interação da cidade com as suas áreas periurbanas e rurais, de forma a diminuir o impacto no ambiente por via da proximidade e do tipo de agricultura a praticar (Ellen Macarthur Foundation, 2019, p. 10 e 28).

A necessidade de criar estratégias alimentares surge do contexto do agravamento das situações de pobreza e exclusão social por toda a Europa e em Portugal, que de acordo com dados referentes a 2018, 21,6%³ da população tinha uma taxa de risco de pobreza. Associa-se também a dependência das importações alimentares, as produções intensivas em grande escala e deslocadas dos locais de consumo, a falta de qualidade nutritiva dos alimentos e às questões de saúde. Ganham força como uma filosofia holística com expressão à escala local e impactes regionais na produção de emprego e salvaguarda dos recursos naturais e modos de produção sustentáveis. Neste contexto, entende-se a estratégia alimentar assente na produção local, de pequena escala, e no abastecimento alimentar de proximidade, o processo para a preservação dos produtos tradicionais locais e uso sustentável dos recursos naturais vinculado à segurança alimentar, quer à qualidade e variedade dos alimentos quer ao acesso aos mesmos.

A ecologia circular, de acordo com a Fundação *Ellen Macarthur* “oferece uma visão para um sistema alimentar adequado ao futuro” (Ellen Macarthur Foundation, 2019, p. 21) assente em três princípios essenciais (Figura 1): i) **produção de alimentos com base em sistemas regenerativos**, do solo, água e biodiversidade, como a agroecologia, pastoreio rotacional, agrossilvicultura, agricultura de conservação e permacultura, que incluem a mudança de fertilizantes sintéticos para orgânicos, a rotação das colheitas e maior complementaridade entre colheitas para promover a biodiversidade, que resultam em alimentos com melhor sabor e conteúdo de micronutrientes, ii) **reaproveitamento de todos alimentos para reduzir desperdício alimentar** e criar subprodutos e novos produtos transformados em uma ampla gama de valiosos materiais, gerando novos fluxos de receita em uma bio-economia próspera; iii) **produção de alimentos com um desenho, transformação e distribuição mais saudáveis**. Na perspetiva da economia circular os alimentos devem ser produzidos de forma saudáveis do ponto de vista nutricional mas também do ponto de vista da sua transformação e distribuição, que devem ter em conta as práticas mais saudáveis, evitando a adição de substâncias nocivas, assim como a conceção do produto e o marketing devem promover práticas e alimentos mais saudáveis no quotidiano (Ellen Macarthur Foundation, 2019, p. 10).

³ Informação do portal Portada, referente ao ano 2018 – total da população em risco de pobreza, ou que vivem em situação de privação material severa ou em agregados familiares com intensidade laboral muito reduzida, obtido a 02.02.2020 em <https://www.pordata.pt/DB/Europa/Ambiente+de+Consulta/Tabela>.

A produção agrícola na envolvente às áreas urbanas aumenta a resiliência à dependência de alimentos, permitindo maior diversidade de fornecedores (local e global), e apoia a produção e emprego locais assim como a produção das variedades locais, nas épocas próprias. Há maior conexão entre consumidores e produtores, o que poderá apoiar a exigência de práticas agrícolas mais ecológicas que levam a um produto final mais saudável. Além disso, o fornecimento local pode contribuir para reduzir a necessidade de excesso de embalagem e encurtar as cadeias de distribuição (Ellen Macarthur Foundation, 2019, p. 10).



Figura 1 - Três desafios das cidades para construírem uma economia circular para a alimentação.
Fonte: Ellen Macarthur Foundation, 2019.

2.1.1 Acordo de Paris

É conhecido como Acordo de Paris, a histórica XXI Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas, em dezembro de 2015, em Paris, onde foi alcançado um compromisso multilateral que reuniu pela primeira vez, a participação universal de todos os países em torno das alterações climáticas. Em 2016, o Acordo de Paris foi ratificado pelos Estados-membros das Nações Unidas, incluindo Portugal, tendo entrado em vigor em novembro do mesmo ano, quando se cumpriu a condição de ser ratificado por pelo menos 55 países responsáveis por um mínimo de 55% das emissões mundiais de gases com efeito de estufa.

O objetivo principal do Acordo de Paris é limitar o aumento da temperatura média mundial abaixo dos 2°C em relação aos níveis pré-industriais e empenhar esforços para limitar o aumento a 1,5°C, através da implementação de medidas que balizem ou reduzam a emissão global de Gases com Efeito de Estufa (GEE).

Portugal, através do Programa Nacional para as Alterações Climáticas 2020/2030 pretende reduzir as emissões de GEE em relação a 2005, de -18% a -23% em 2020 e de -30% a -40% em 2030⁴.

2.1.2 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – Agenda das Nações Unidas 2030

A Agenda das Nações Unidas 2030, designada como Agenda 2030, é um novo quadro de desenvolvimento sustentável adotado, a 25 de setembro de 2015, na 70ª Assembleia Geral das Nações Unidas, onde foram definidos 17 Objetivos qualitativos e quantitativos e 169 metas para até o ano 2030 se atingir o Desenvolvimento Sustentável (ODS), a nível mundial. É um compromisso com a erradicação da pobreza e a promoção da paz, da segurança, da justiça e da inclusão social para todos, como um fim a atingir em si mesmos e como forma de se reforçarem mutuamente (Comissão Europeia, 2016, p. 3).

A União Europeia, em conjunto com os Estados-Membros e de acordo com o princípio da subsidiariedade, pretende assumir a liderança da implementação da Agenda 2030 e dos ODS, para a construção de um futuro sustentável (Comissão Europeia, 2016, p. 3).

No contexto português, os 17 ODS e 169 metas organizam-se em áreas temáticas (Figura 2), que incorporam as estratégias, os planos e as políticas nacionais associadas às mesmas, identificadas por 5P: as Pessoas, a Prosperidade, o Planeta, a Paz, e as Parcerias (Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2017, p. 10).

⁴ Informação disponível no site oficial do Portal Diplomático dos Negócios Estrangeiros da República Portuguesa em <https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt/politica-externa/temas-multilaterais/acordo-de-paris>, a 28 de março de 2020



Figura 2 - Organização pelas 5P/áreas temáticas da participação dos vários atores e ODS.

Fonte: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2017.

Cabendo a cada Estado-Membro definir as prioridades estratégicas e a forma como os ODS são concretizados, Portugal definiu como prioridades estratégicas, na implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, o ODS 4 – *Educação de Qualidade*, o ODS5 – *Igualdade de Género*, o ODS 9 – *Indústria, Inovação e Infraestruturas*, ODS 10 – *Reduzir as Desigualdades*, ODS 13 – *Ação Climática*, ODS 14 – *Porteger a Vida Marinha* (Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2017, p. 11). Contudo, muitas das ações associadas a estes ODS podem responder em parte a outros ODS, dada a transdisciplinariedade e caráter holístico das intervenções.

A nível nacional a Economia Circular é introduzida estrategicamente como um dos eixo principais de uma Estratégia Nacional para a Educação Ambiental 2017-2020, a par da descarbonização da sociedade e a valorização do território (ODS4- Educação de Qualidade). É também medida para: produção de energias renováveis a partir do tratamento de resíduos (ODS7- Energias renováveis e acessíveis) para contribuir para atingir a meta de 31% de energia renovável no consumo de energia final, até 2020; para promover a eficiência no uso de recursos em todos os setores de atividade e redução de matérias primas primárias e, nas infraestruturas de transporte nacional (ODS9 – Indústria, Inovação e Infraestruturas); nas respostas aos atuais desafios económicos, em todos os setores de atividade e; para uma gestão racional dos recursos com particular incidência nos recursos materiais, a energia, a água e o uso do solo (ODS12 – Produção e Consumo Sustentável) (Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2017).

As orientações enquadrados no ODS 2, no que respeita a garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes às alterações climáticas é o garante de um desenvolvimento rural sustentável, através do fomento do investimento, do aumento da produtividade, da utilização eficiente dos recursos e da viabilidade do tecido produtivo e social nas zonas rurais.

A interdependência dos ODS é demonstrada no sistema alimentar. Conforme Johan Rockström e Pavan Sukhdev demonstrou no EAT Fórum de 2016 em Estocolmo, os alimentos conetam todos os ODS, não só os desafios globais da alimentação, bem como os problemas de desenvolvimento global de forma mais ampla (Ellen Macarthur Foundation, 2019, p. 56).

2.2 Alimentação Saudável e Adequada

2.2.1 Diretrizes da FAO – Direito Humano à Alimentação Adequada

Desde a 2ª Guerra Mundial que a falta de alimentos nos países desenvolvidos despertou para a necessidade de autossuficiência de alimentos com caráter de segurança nacional e de condição básica para existência de segurança alimentar. Nesse cenário nasce a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), em 16 de outubro de 1945, com o objetivo de organizar os alimentos e a agricultura com vista a orientar a produção e a distribuição dos alimentos e evitar situações de inflação de preços (Camera & Wegner, 2017, p. 26).

O assegurar que cada criança, mulher e homem tenham direito à alimentação adequada de forma regular, é mais do que um imperativo moral e um investimento com enorme retorno económico, é a realização de um direito humano fundamental.

Todo o ser humano tem direito à alimentação, consagrado na Declaração Universal dos Direitos Humanos, desde 1948, e tem direito a uma alimentação *adequada* consagrado no Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais, em 1966 (Estornilho, 2017, p. 72). Em 1996, “o direito de todos a terem acesso a alimentos seguros e nutritivos, em consonância com o direito a uma alimentação adequada e com o direito fundamental de todos a não sofrer à fome” foi reafirmado pelos os Chefes de Estado e de Governo na Cimeira Mundial da Alimentação (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, 2015, p. iii). Assim, os Estados têm o dever de adotar as medidas necessárias para garantir a realização destes direitos fundamentais. A expressão segurança alimentar, no sentido lato refere-se a duas realidades a que os anglo-saxónicos descrevem de *food safety*, segurança dos alimentos no que se refere a questões de higiene, salubridade e inocuidade dos alimentos, e *food security*, a garantia do direito à alimentação, à subsistência física e bioquímica, de não passar fome (Estornilho, 2017, p. 74).

Em 2004, a FAO elaborou um documento intitulado Diretrizes Voluntárias com recomendações para que todos os atores internacionais assumam responsabilidades pela alimentação. Neste documento sobressai o reconhecimento do comércio internacional como importante mecanismo para a determinação da Segurança Alimentar e Nutricional, através da promoção do desenvolvimento económico que ele deve conduzir (Camera & Wegner, 2017, pp. 24,25). O objetivo das dezanove Diretrizes Voluntárias é uma orientação prática para os Estados concretizarem de forma progressiva o direito à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar nacional, com vista a alcançar os objetivos do Plano de Ação da Cimeira Mundial da Alimentação e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030. É um instrumento adicional no combate à fome e à pobreza, que representa a primeira iniciativa de governos em interpretar um direito económico, social e cultural e um importante passo para a integração dos direitos humanos, no trabalho das agências que lidam com a alimentação e a agricultura (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, 2015, p. 52).

Desta forma, a agricultura apresenta-se como setor estratégico para países desenvolvidos, como na União Europeia, e em via de desenvolvimento. Neste contexto, verifica-se que a segurança alimentar e nutricional depende essencialmente do acesso, da regularidade e qualidade dos alimentos, interrelacionados com a produção agrícola no que respeita à comercialização, ao comércio internacional e, às condições do produtor. Os estados devem se certificar que as populações têm condições para se apropriar dos alimentos seguros de maneira permanente, em quantidades adequadas para satisfazer suas necessidades nutricionais diárias (Camera & Wegner, 2017, p. 30).

2.2.2 Programa Nacional para a Promoção da Alimentação Saudável

Desde 2012 que o Programa Nacional para a Promoção da Alimentação Saudável (PNPAS) é considerado como um dos oito programas prioritários de saúde a desenvolver pela Direção-Geral da Saúde (DGS), através do Despacho nº 404/2012 de 3 de janeiro de 2012. O PNPAS tem como objetivo melhorar o estado nutricional e promover a saúde da população através de um conjunto concertado e transversal de ações destinadas a garantir e incentivar a disponibilidade e o acesso a determinado tipo de alimentos (Graça & Gregório, 2015, p. 37).

A evidência científica demonstra que, a disponibilidade de alimentos com quantidades elevadas de açúcar, sal adicionado e gorduras, está relacionada com doenças crónicas como a obesidade, a diabetes, a hipertensão arterial e as doenças cerebrovasculares (Despacho nº 11418/2017, 29 de dezembro, 2017, p. 29595).

Desde a década de 1970 que a discussão pública na área da alimentação e nutrição teve início, com a criação do Centro de Estudos de Nutrição, em 1976, para levantamento do panorama nacional do consumo alimentar e estado nutricional da população portuguesa. Em 1980, foi criado o Conselho Nacional de Alimentação, posteriormente designado de Conselho Nacional de

Alimentação e Nutrição para implementar uma política nacional de alimentação e nutrição, que só surgiu em 2012 (Graça & Gregório, 2015, p. 37). Em 2018, é criado o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSANP) para definir uma visão integrada das matérias relativas à segurança alimentar e nutricional, garantindo a convergência, coerência e a participação social no âmbito da adoção dos respetivos instrumentos, como a Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, em articulação com outras estratégias nacionais cujas matérias se revelem conexas, nomeadamente a Estratégia Integrada para a Promoção da Alimentação Saudável (EIPAS) e a Estratégia Nacional de Combate ao Desperdício Alimentar, (Resolução do Conselho de Ministros nº 103/2018).

Como metas para a saúde, no horizonte 2020, o PNPAS estabeleceu 6 metas (Figura 3) no que respeita a controlar o excesso de peso e obesidade, redução do sal, açúcar nos alimentos e quantidade de ácidos gordos-trans consumidos; aumento do consumo diário de frutas e hortícolas e do número de pessoas que conhecem os princípios da dieta mediterrânica.⁵



Figura 3 - Metas de Saúde a 2020 do PNPAS.

Fonte: PNPAS⁶

Uma abordagem multissetorial à saúde é elementar de forma a integrar os fatores ambientais, económicos e sociais determinantes fundamentais da saúde individual e populacional (Despacho nº 11418/2017, 29 de dezembro, 2017, p. 29595).

A Estratégia Integrada para a Promoção da Alimentação Saudável (EIPAS), coordenada pelo PNPAS (Direção-Geral da Saúde, 2019, p. 25), foi publicada através do Despacho n.º 11418/2017, 29 de dezembro e apresenta uma abordagem multisectorial com um conjunto de 51 medidas que foram consensualizadas pelos Ministérios das Finanças, Administração Interna,

⁵ Programa Nacional Para Alimentação Saudável (PNPAS) disponível no site oficial do PNPAS da Direção Geral da Saúde em <https://alimentacaosaudavel.dgs.pt/conheca-o-pnpas>, a 28 março de 2020

⁶ Idem

Educação, Saúde, Economia, Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural e Mar. Estas medidas encontram-se estruturada em 4 eixos principais: 1) *“Modificar o meio ambiente onde as pessoas escolhem e compram alimentos, através da modificação da disponibilidade de alimentos em certos espaços físicos e promoção da reformulação de determinadas categorias de alimentos;* 2) *Melhorar a qualidade e acessibilidade da informação disponível ao consumidor, de modo a informar e capacitar os cidadãos para escolhas alimentares saudáveis;* 3) *Promover e desenvolver a literacia e autonomia para o exercício de escolhas saudáveis pelo consumidor e* 4) *Promover a inovação e o empreendedorismo direcionado à área da promoção da alimentação saudável”* (Despacho nº 11418/2017, 29 de dezembro, 2017, p. 29596 a 29597).

Esta estratégia baseia-se na abordagem *“health in all policies”* com o envolvimento dos diversos setores governamentais intervenientes diretamente como seja na área da agricultura, economia, finanças, educação, autarquias e mar. É uma abordagem que se centra na produção e nos espaços públicos para modificar a oferta alimentar (PNPAS, Programa Nacional para a Promoção da Alimentação Saudável, 2018, p. 12).

A dieta mediterrânica é referida no relatório semestral da EIPAS como base de modelo alimentar saudável a promover em Portugal, na alimentação diária, uma vez que unifica de forma integrada as questões da saúde, produção local, sustentabilidade social e ambiental (Direção-Geral da Saúde, 2019, p. 16).

Desta forma, para promover a importância e integração dos produtos frescos de produção agroecológica e local na nossa alimentação a EIPAS, no eixo 1, a medida 11 visa *“Incentivar as compras públicas de produtos alimentares a utilizar cadeias curtas, modos de produção integrada ou biológica (...)”* e a medida 13 incentivar o consumo de fruta e hortícolas nas escolas (Despacho nº 11418/2017, 29 de dezembro, 2017, p. 29596).

Referente às compras públicas, a EIPAS na medida 11 do eixo 1 propõe ainda *“(...) a elaboração de um guia que contenha indicações claras, quer quanto aos critérios de adjudicação quer quanto aos fatores e subfactores em que estes se densificam. Esse guia deverá aproximar o produtor do consumidor, nomeadamente nos serviços alimentares tutelados por serviços e organismos da administração direta e indireta do Estado.”* (Despacho nº 11418/2017, 29 de dezembro, 2017, p. 29596) De acordo com o Relatório de Progresso Semestral – 1º semestre 2018, publicado em Abril 2019, o manual para a promoção do consumo de produtos biológicos referente à medida 11 encontrava-se em curso à data (Direção-Geral da Saúde, 2019, p. 11).

Localmente, reconhecendo o papel dos municípios na alimentação e nutrição (Direção-Geral da Saúde, 2019, p. 17) a EIPAS propõe medidas para a promoção da inclusão de iniciativas de promoção da alimentação saudável nos programas de promoção de saúde pública, atividade física e de envelhecimento ativo dos municípios (medida 10 do eixo 2). Promover o envolvimento dos municípios e das freguesias na realização de ações de formação na área da alimentação

saudável para todos os seus trabalhadores integrados nos serviços de alimentação e refeitórios (medida do eixo 3) (Despacho nº 11418/2017, 29 de dezembro, 2017, p. 29597).

No âmbito do Fundo de Auxílio Europeu às Pessoas Mais Carenciadas (FEAC), antigo Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados (PCAAC), desenvolveu-se um estudo, em 2016, para o Programa de distribuição de alimentos: considerações para a adequação nutricional da oferta alimentar, da Direção Geral da Saúde, no sentido da melhoria da qualidade da oferta alimentar a populações vulneráveis. O PNPAS associou-se no sentido de ser um dos objetivos centrais da sua missão. Este estudo apresenta uma proposta para a composição dos cabazes alimentares (quer no que se refere ao tipo de alimentos a incluir quer no que diz respeito às suas respetivas quantidades) a serem distribuídos às pessoas/famílias portuguesas carenciadas (Gregório, Tavares, Cruz, & Graça, 2016, pp. 4, 5).

O referido estudo tem por objetivo assegurar a oferta de cabazes nutricionalmente adequados, de acordo com as recomendações alimentares do guia alimentar português – A Roda dos alimentos e as recomendações energética e nutricionais preconizadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS) pela *Food and Agriculture Organization* (FAO) e pelo *Food and Nutrition Board, Institute of Medicine*, uma vez que à data do relatório não havia dados nacionais atualizados. Para o efeito, de acordo com as necessidades energéticas diárias e proporção de macronutrientes recomendados, elaboraram 5 propostas de planos diários para: adulto de cerca de 40 anos, idoso com idade superior a 60 anos, criança de 2 anos; criança de 9 anos e adolescente de 14 anos (Quadro 1) (Gregório, Tavares, Cruz, & Graça, 2016, pp. 7, 17).

Quadro 1 - Porções diárias dos grupos de alimentos calculados para grupos de indivíduos.

	Adulto, +/-40 anos	Idoso, >60 anos	Crianças, 2 anos	Criança, 9 anos	Adolescente, 14 anos
Necessidades energéticas	2263 kcal	1945,3 kcal	906,5 kcal	1764 kcal	2574,5 kcal
Proteínas	84,86 g (15% VET)	72,95 g (15% VET)	33,99 g (15% VET)	66,15 g (15% VET)	96,54 g (15% VET)
Hidratos de carbono	339,45 g (60% VET)	291,78 g (60% VET)	135,98 g (60% VET)	264,6 g (60% VET)	386,18 g (60% VET)
Lípidos	62,86 g (25% VET)	54,04 g (25% VET)	25,18 g (25% VET)	49 g (25% VET)	71,51 g (25% VET)
Cereais, derivados e tubérculos	8	7	4	6	9
Hortícolas	4	4	3	4	4
Fruta	4	4	3	3	4
Lactínios	2	2	2	2	3
Carne, pescado e ovos	4,5	3,5	1,5	3	4
Leguminosas	1,5	1,5	1	1,5	2
Gordura e óleos	2	2	1	2	2

Fonte: Gregório, Tavares, Cruz, & Graça, 2016, p. 17.

Este estudo teve também em conta os hábitos alimentares dos portugueses no Porto, uma vez que o estudo foi conduzido pelo Instituto de Saúde Pública do Porto (Gregório, Tavares, Cruz, & Graça, 2016, p. 5 e 6) Contudo, as diferenças alimentares dos portugueses no Porto e no Alentejo consideram-se não serem significativas, sobretudo a nível de alimentos frutícolas e hortícolas.

Sendo um estudo, no âmbito de um programa de distribuição de alimentos, é pouco exequível a distribuição de alimentos fresco, pelo que os produtos hortícolas se consideram congelados (Gregório, Tavares, Cruz, & Graça, 2016, p. 19). No entanto não deixa de ser uma referência para as quantidades necessárias de alimentos para a população que consegue assegurar a sua própria alimentação (Quadro 2).

Quadro 2 - Cabaz de alimentos mensais de hortícolas e frutícolas.

Alimentos	Porções	Quantidade por dia (peso bruto)	Quantidade mensal (peso bruto)	Quantidades mensais para alimentar a População de MoN (15.841 hab ⁷)
Tomate pelado	---	20 g	600 g	9 504,60 kg
Mistura de vegetais para sopa ultracongelados	2,2	400 g	12 kg	190 092,00 kg
Brócolos congelados	0,9	160 g	4,8 kg	76 036,80 kg
Espinafres congelados	0,9	160 g	4,8 kg	76 036,80 kg
Fruta fresca*	4	4 peças de fruta (Tamanho médio - 160g)	120 peças de fruta (Tamanho médio - 160g)	304 147,20 kg
Marmelada	-	10 g	300g	4 752,30 kg

Nota: * N° de peças de fruta de crianças abaixo dos 9 e 2 anos são 3 peças.

Fonte: Adaptado de Gregório, Tavares, Cruz, & Graça, 2016.

Tendo em conta as quantidades nutricionais do estudo, realizou-se um pequeno exercício simplificado de quantificar as necessidades mensais de hortícolas e frutícolas dos habitantes do concelho de Montemor-o-Novo, tendo por base o número total de habitantes no concelho em 2018, de acordo com a informação recolhida na Base de Dados de Portugal Continental. No estudo, as quantidades de alimentos de um cabaz mensal, no que refere a hortícolas e frutícolas, são idênticas para adultos com cerca de 40 anos, idosos com idade superior a 60 anos e adolescente de 14 anos. A diferença no caso das crianças de 2 anos e 9 anos é referente ao número de peças diárias de fruta recomendada, menos uma peça de fruta do que recomendado para jovens a partir dos 14 anos (4 peças de fruta). Na coluna à direita do Quadro 2 calcularam-se as quantidades de hortícolas e frutícolas para a população do concelho de Montemor-o-Novo, considerando que todos deveriam comer 4 peças de fruta por dia. Este exercício tinha como objetivo estabelecer uma relação com as quantidades de hortícolas e frutícolas produzidas pelos produtores locais de Montemor-o-Novo, através de informação obtida nos inquéritos. Contudo, os produtores não responderam ou não dispõem dessa informação quantitativa, o que dificulta a aquisição de informação sobre a capacidade produtiva local, face à necessidade alimentar da população do município.

⁷ Informação da página na internet Pordata, Base de Dados de Portugal Continental referente a 2018, obtido a 9 de janeiro 2020 em <https://www.pordata.pt/Municipios>

2.3 Promoção do sistema produtivo local e de proximidade

2.3.1 Programa Nacional para a Coesão Territorial e a Agenda para o Interior

O Programa Nacional para a Coesão Territorial (PNCT), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros nº72/2016, de 24 de novembro, elenca mais de cento e sessenta medidas, maioritariamente de iniciativa governamental, e uma Agenda para o Interior que integra oito iniciativas de carácter temático (Unidade de Missão para a Valorização do Interior, p. 10).

No âmbito da promoção de um território interior mais competitivo, umas das medidas dirigidas aos pequenos agricultores com relevância para esta dissertação foram: o Banco de Terras, com objetivo de contribuir para a instalação de jovens agricultores nomeadamente em territórios do interior; a promoção de circuitos curtos de comercialização através da dinamização das redes de produção local em articulação com as Associações de Desenvolvimento Local (ADL) no âmbito da medida 10 – LEADER, do PDR (Programa de Desenvolvimento Rural) 2020- de modo a garantir a articulação das ações de valorização e certificação dos produtos de qualidade e os circuitos curtos comerciais; a valorização dos circuitos curtos e a economia de proximidade através da criação de incentivos e; a promoção de campanhas para que as autarquias e outras entidades locais (IPSS, lares, escolas) consumam e promovam os produtos regionais/locais, previsto para 2017.

Considerando que o PNCT é um programa dinâmico e em contínua monitorização e relançamento, que se ajusta e responde aos novos desafios e realidades socioeconómicas, distintos do contexto em que o mesmo foi elaborado, em 2018 o Programa de Valorização do Interior (PVI), aprovado em Resolução do Conselho de Ministros n.º 116/2018, de 6 de setembro, apresenta medidas adicionais a integrar o programa, nomeadamente, para : a criação de medida para as Compras Públicas de Proximidade, de formação e de sensibilização das novas regras de contratação pública que possibilitem às entidades públicas ou equiparadas sujeitas ao CCP (Escolas, IPSS, Hospitais, entre outras) o abastecimento da restauração coletiva a partir de circuitos curtos agroalimentares e agricultores familiares e; a criação do Estatuto da Agricultura familiar consagrado no DL nº 64/2018, de 7 de agosto.

A relação Rural – Urbana é uma das iniciativas da Agenda para o Interior no contexto do Programa Nacional para a Coesão Territorial. Numa perspetiva das interações rurais-urbanas poderem envolver a população, o mercado de trabalho, os serviços públicos e privados e os recursos, ambientais de forma a construir parcerias mais eficazes para concretizar os objetivos de desenvolvimento socioeconómico e a sustentabilidade ambiental, a Agenda para o Interior assume os seguintes objetivos específicos para a melhorar a relação Rural-Urbana (Unidade de Missão para a Valorização do Interior, p. 131 e 133):

- *“desenvolver informação relacional, para alimentar a reflexão estratégica, em torno dos desafios futuros para melhorar na articulação rural-urbana;*
- *construir uma Agenda Nacional dirigida à cooperação rural-urbana, numa perspetiva multidimensional e multi-escalar;*
- *apoiar a construção de cenários prospetivos tendo em vista a implementação de estratégias e de projetos de cooperação rural-urbana, de base local e regional;*
- *reforçar o papel dos espaços naturais na garantia do funcionamento dos processos ecológicos nos espaços urbano-rurais, tendo em vista a preservação dos ecossistemas e da sustentabilidade ambiental;*
- *contrariar visões dicotómicas em termos de representações territoriais urbano-rurais, que empobrecem os espaços rurais e focalizam-se nas centralidades urbanas;*
- *garantir os serviços públicos em boas condições de acesso, em termos de acessibilidade e mobilidade, e a custos financeiramente sustentáveis;*
- *fomentar as parcerias institucionais urbano-rurais em torno de projetos estratégicos para as populações e para as organizações locais/regionais;*
- *fomentar o uso das redes digitais na prestação de serviços públicos (saúde, educação, apoio social), no reforço da coesão social e na competitividade económica;*
- *assegurar uma forte articulação entre as políticas de desenvolvimento e ordenamento do território e entre o desenvolvimento urbano e o rural.”*

2.3.2 Relação espaço urbano-rural/ região funcional

De acordo com Leonel Fadigas, o planeamento alimentar não se resume à produção e distribuição dos alimentos, é também uma questão de coesão social e territorial, uma questão de identidade e uma questão central de defesa nacional e de sustentabilidade populacional e territorial (Fadigas, 2017, pp. 10,12).

A produção alimentar e de serviços ambientais impõem a necessidade de um planeamento estratégico (Oliveira & Cancela, 2017, p. 28) através de uma abordagem funcional para promover a dinâmica urbano-rural e os fluxos e metabolismos necessários para assegurar alimentação das áreas urbanas, com base em regiões funcionais que operam como Bacias Alimentares. Estas áreas correspondem à extensão geográfica de produção agroalimentar necessária para abastecer uma determinada população, onde a lógica de economia de proximidade e de circuitos curtos é muito importante (Oliveira & Cancela, 2017, p. 29).

2.3.3 Sistemas Agroalimentares Locais e Comercialização em Circuitos Curtos de Proximidade

O Sistema Alimentar Local (SAL), de acordo com o Grupo de Trabalho criado no âmbito do Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território, com o objetivo de elaborar

a Estratégia para a valorização da produção agrícola local (Despacho n.º 4680/2012, de 3 de Abril, publicado no DR, nº 67, 2ª Série), é “Um conjunto de atividades interligadas, em que a produção, a transformação, a distribuição e o consumo de produtos alimentares visam promover a utilização sustentável dos recursos ambientais, económicos, sociais e nutricionais de um território”. O SAL é assim “definido como uma comunidade de interesses localizados, reforçando as relações entre os respetivos agentes intervenientes” (Tibério, Baptista, & Cristóvão, 2013, p. 3).

Os circuitos curtos de proximidade são um dos modos de distribuição intrínseco ao SAL podendo trazer benefícios sociais, económicos e ambientais. São um modo de comercialização através da venda direta entre o produtor e o consumidor ou venda indireta, onde não há mais do que um intermediário. Este tipo de comercialização implica proximidade entre o produtor e o consumidor, e associa-se a uma proximidade geográfica (concelho e concelhos limítrofes) e relacional, o que leva a distâncias mais curtas entre a produção e o consumo. O consumidor tem acesso a informação sobre a origem do produto, o modo de produção, o que cria confiança e maior responsabilidade no produtor. As vantagens são várias, que passam pelo favorecer as práticas agrícolas mais sustentáveis para os recursos naturais e meio ambiente; melhorar a segurança alimentar e qualidade dos produtos, desenvolver o comércio local e a confiança na comunidade. Em Portugal, assim como noutros países europeus, existem já alguns tipos de circuitos curtos comercializados, como o Prove e o Cabaz da Horta, grupos informais de produtores e consumidores e COOPRaizes uma cooperativa de produtores, que distribuem semanalmente cabazes diretamente a consumidores (Tibério, Baptista, & Cristóvão, 2013, pp. 3-5).

Um sistema alimentar sustentável (Figura 4) assenta numa cadeia de produção de alimentos (produção, processamento, distribuição, comércio para consumo final e gestão de resíduos) que permita assegurar uma alimentação segura e nutricional para todos, respeite o ambiente, promova o dinamismo económico, a coesão social e a saúde pública (Oliveira & Cancela, 2017, p. 30).



Figura 4 - Principais componentes de um Sistema Alimentar Urbano inovador, multisectorial e territorializado.

Fonte: Oliveira & Cancela, 2017, p. 30

De acordo com Ferrão e *al.* (2012), Talbot e Courtney sugeriam que uma medida explícita da política comunitária de desenvolvimento rural passasse pelo reforço e a qualificação das relações urbano-rurais (e rural – urbanas) (Ferrão, Mourato, Balula, & Bina, 2012, p. 57).

A OCDE, em 2009, estimou que cerca de 95% dos alimentos a nível mundial eram processados a nível global. Estabeleceu-se como meta para 2025, que apenas 75% dos alimentos teriam origem global, o que 25% seria de produção local (Oliveira, Amâncio, & Fadigas, *Alfaces na avenida. Estratégias para (bem) alimentar a cidade*, 2017, p. 31).

O exemplo de Cuba é paradigmático em termos de soberania alimentar. Na sequência do embargo Norte Americano a Cuba, a alimentação foi um problema grave com o qual o governo cubano teve que lidar. Juntamente com organizações e cooperativas criou programas de incentivo à produção biológica e ao combate à escassez alimentar. De acordo com Vasconcelos (2017, p.63) Cuba demonstrou ser possível criar um sistema alimentar baseado na produção e no consumo local.

2.3.4 Outros Projetos Potenciadores dos Circuitos Curtos – Plataformas online

2.3.4.1 Plataforma Adelaide. Farm

Este projeto foi iniciado por um professor e cinco alunos, no âmbito de um projeto de empreendedorismo, no seio do Instituto Politécnico de Beja (IPBeja), inicialmente como *My Farm*. O projeto *My Farm* surgiu com o objetivo de apoiar os pequenos agricultores/produtores a escoar os seus produtos frescos, garantindo aos pequenos agricultores o aumento do seu rendimento e aos consumidores o acesso a produtos locais de qualidade e mais ecológicos. O projeto

formalizou-se em empresa como *My Farm.com*, Lda e angariou o apoio logístico ao projeto do IPBeja e os apoios financeiros da EDIA, AgroBeja, Banco Espírito Santo (através de um prémio de empreendedorismo) e da Delta, para a aquisição de equipamentos necessários para a realização de um projeto piloto. O projeto piloto decorreu nos terrenos do IPBeja para colocar em prática a ideia inicial de permitir que qualquer pessoa pudesse ter a sua horta, podendo geri-la e visualizá-la através de uma aplicação virtual online. Cada horta tinha um custo variável de acordo com as decisões produtivas do produtor ao qual acrescia um custo fixo de 25 euros mensais para o aconselhamento técnico. A produção seria de acordo com as opções que o gestor da horta lhe oferecesse, de forma a se controlar a qualidade dos produtos e o modo de produção. Passado um ano de avaliação do projeto foram realizados ajustes ao mesmo de forma a torná-lo mais viável (Guerreiro, 2017, p. 16 e 17).

Posteriormente as empresa PDMFC – Projeto Desenvolvimento Manutenção Formação e Consultadoria, Lda., com presença no mercado das tecnologias e desenvolvimento de produtos web, e a empresa *GuessWhat*, empresa de comunicação e marketing, demonstraram interesse e integraram o projeto que passou a chamar-se *Adelaide.farm*, lançado em 5 regiões do país: Algarve, Baixo-Alentejo (Beja), Alto-Alentejo (Montemor-o-Novo e Évora), Ribatejo (Almeirim e Santarém) e Lisboa (Guerreiro, 2017, p. 23).

Atualmente a plataforma está em funcionamento online em <https://adelaide.farm/>, tem mais parceiros como Microsoft Bizpark, AgroMais, AgroGestão, Agro.Ges, Fundação PT, CAL (Câmara Agrícola Lusófona), Agriloja e os pontos de entrega limitam-se a Lisboa e Beja.⁸

2.3.4.2 Projeto Reforma Agrária

O projeto *Reforma Agrária* é uma plataforma *e-marketplace* gratuita de produtos agrícolas, distribuídos por 29 categorias diversas, como: bebidas, frescos, carnes, animais, conservas, doces até a essências naturais, higiene e cosmética, limpeza e lar. Estes produtos são comprados diretamente ao produtor local, que decide o preço, a quantidades que coloca à venda e as condições de venda, sem intermediários. O projeto visa privilegiar a agricultura sustentável, mas não exclui outros tipos de produção. *Reforma Agrária* promove a troca, compra e oferta de plantas e sementes, através de um banco de sementes, e a troca, oferta, aluguer ou procura de terrenos agrícolas e florestais. Este projeto tem a particularidade de ter as figuras de Facilitador e Agitador. O Facilitador é alguém que conhece um agricultor, tenha tempo e disponibilidade para ajudar o produtor, com dificuldades de acesso à internet, a ligar-se aos consumidores locais. O Facilitador ajuda o produtor a criar o seu perfil pessoal, a descrever os produtos, a fotografar

⁸ Informação obtida na página online do projeto *Adelaide.farm* em <https://adelaide.farm> acedida em 3 de março de 2020.

os produtos, a receber os alertas de encomenda e faz a ponte com o produtor para responder rapidamente ao consumidor, podendo acordar com o produtor uma compensação pelas vendas on-line. O Agitador é alguém que está disponível para ajudar o produtor a inovar e a transformar produtos, alguém que tenha disponibilidade para se deslocar a uma exploração agrícola e acompanhe e dialogue com o produtor para identificar áreas de atuação onde os seus conhecimentos podem ser aplicados, em acordo com o produtor. O Ponto de entrega pode ser criado por qualquer pessoa que tenha espaço disponível, com condições para guardar as encomendas dos produtores, mas não participa na transação comercial nem recebe nenhuma compensação pela disponibilização do espaço.⁹

A plataforma *Reforma Agrária* está disponível em <https://www.reformaagraria.pt/> onde consta toda a informação retirada sobre este projeto.

2.3.4.3 Campanha “Alimente quem o Alimenta”

A Campanha “Alimente quem o Alimenta” é uma campanha lançada do Ministério da Agricultura no contexto das medidas de contenção da propagação do vírus COVID19, que praticamente parou a economia portuguesa para os portugueses ficarem em casa, como medida para diminuir o contágio. Esta iniciativa, em parceria com a Rede Rural Nacional, Federação a Minha Terra, os Grupos de Ação Local e os municípios, visa o escoamento dos produtos locais como forma de dinamizar o sector e fazer chegar às famílias portuguesas produtos frescos. Neste âmbito, foi criada uma plataforma [alimentequemoalimenta.pt/](https://www.alimentequemoalimenta.pt/) onde os produtores se inscrevem de forma gratuita e os consumidores têm acesso aos contactos, produtos e locais de entrega para poderem encomendar os produtos aos produtores da região. Esta iniciativa pretende funcionar de forma complementar ao funcionamento dos mercados locais que em alguns municípios, no início das medidas de controlo da pandemia, fecharam. A iniciativa incentivou os municípios a reabrirem os mercados, com as devidas medidas de segurança e higiene.¹⁰

Associaram-se a esta campanha as iniciativas de circuitos curtos como: Km0 Alentejo; Semear – Terra de oportunidades (Lisboa); Granja de Cister- Cooperativa Agrícola de Alcobaça; Feira Digital do Queijo DOP – Região de Coimbra; AMAP – Associação pela manutenção da Agricultura de Proximidade; Os Quintais nas Praças do Pinhal; Prove – Promover e Vender; O Prato Certo; Fruta Feia; “Sem sair de casa eu apoio a produção e o comércio local” – Coimbra; *ProdTo Group* Portugal, Lda; “Sem sair de casa, apoie os agricultores locais”- Mirandela; Do Campo para a Mesa – Alentejo Central, “ Na minha comunidade”; Pecuária.pt, Projecto Matéria; Arouca Agrícola; Cabazes de produtos agrícolas – Vila pouca de Salzedas; Coração da Terra –

⁹ Informação obtida na página online *Reforma Agrária* em <https://www.reformaagraria.pt/> acedido a 2 de março 2020.

¹⁰ Informação obtida na página online <https://www.alimentequemoalimenta.pt/> acedida a 1 de maio de 2020

Lousã; O Ribatejo Interior em sua Casa!; Agricultura do Campo à Mesa – Terras de Bouro; *SmartFarmer*.

Muitos já são os projetos de aproximação dos produtores locais aos consumidores que se desenvolvem por todo o país. Este contexto particular das nossas vidas, poderá vir a dar um impulso considerável na promoção dos circuitos curtos, mas inevitavelmente relança no discurso político e coloca nos critérios dos consumidores o apoio à produção local, como forma de desenvolvimento das comunidades e regiões e como forma de promover soberania alimentar.

3 Economias ao serviço do desenvolvimento sustentável

3.1 Economia Circular

A Economia Circular (EC) é um conceito que surgiu nos anos 70 no contexto das preocupações com os limites do crescimento e do seu impacto insustentável nos ecossistemas e no planeta (CCDRLVT, 2017) e visa quebrar com o modelo linear e tradicional de crescimento económico (Comissão Europeia, 2014, p. 2). A EC passa a ser um veículo para a organização da sociedade e uma medida política, para promover o uso eficiente e racional dos recursos naturais, de forma a garantir o futuro às novas gerações (Breure, Lijzen, & Maring, 2018, p. 1125).

Ganhou destaque a partir do momento que a Comissão Europeia lançou o Pacote da Economia Circular (dezembro de 2015), para reforçar a competitividade a nível mundial, promover o crescimento económico sustentável e criar novos postos de trabalho (Comissão Europeia, 2015b, p. 4).

No entanto, surgiu como parte integrante e circunscrita ao recurso de produção da estratégia política europeia, de algo mais abrangente, como é a Economia Verde, um modelo económico mais inclusivo, inteligente e sustentável (BCSD Portugal, 2017) (Figura 5).

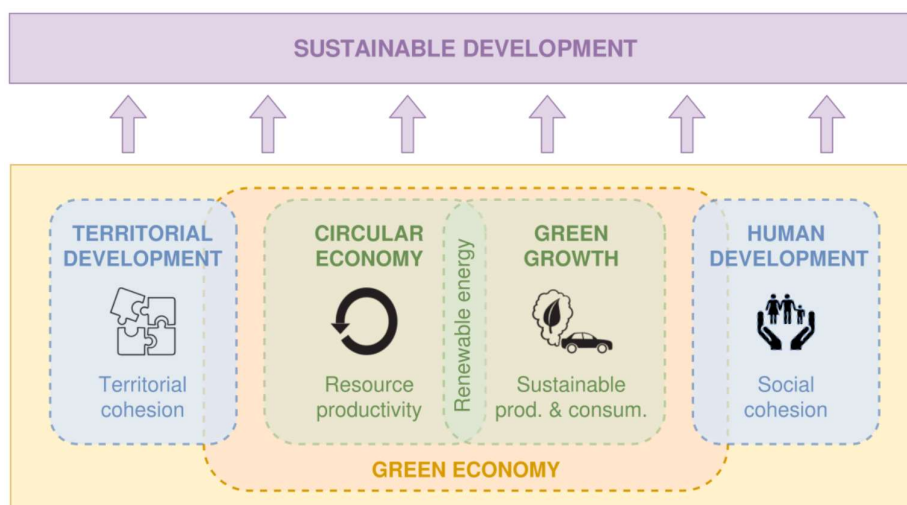


Figura 5 - A economia circular como parte integrante da Economia Verde e co-incentivadora do desenvolvimento sustentável.

Fonte: ESPON 2020, 2018.

Na Conferência de Desenvolvimento Sustentabilidade das Nações Unidas, sobre o tema “O futuro que queremos”, em 2012, a Economia Verde surgiu como um tema importantes de discussão para abordar o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza. Apesar de não ter havido acordo sobre a relação da economia verde com o desenvolvimento sustentável, a Economia Verde foi considerada a “Interseção do meio ambiente e da economia” (Halmaghi & Neag, 2019, p. 50).

Como ferramenta da Economia Verde (BCSD Portugal, 2017), a EC é uma economia que se foca na redução do uso de recursos e produtos, na reutilização, na recuperação e na reciclagem de materiais e energia, o que permite manter na economia o valor dos produtos, materiais e recursos pelo maior tempo possível e reduzir ao mínimo a produção de resíduos e utilização de recursos (Comissão Europeia, 2015b, p. 1). Resíduos, que de acordo com a Diretiva 2008/98/CE, no artigo 3º, nº1, são “quaisquer substâncias ou objetos de que o detentor se desfaz ou tem a intenção ou obrigação de se desfazer”.

Pretende também contribuir para dissociar o crescimento económico da utilização de recursos e dos seus impactos (Comissão Europeia, 2014).

Ainda assim, continuará a haver recurso a materiais virgens e produção de resíduos a descartar, como se pode observar no esquema conceptual da EC (Figura 6).

A Estratégia da EC, de forma simplista, é caracterizado por várias fases (Figura 6) que apresentam oportunidades para a redução de custos e para a independência dos recursos naturais, quando entre empresas há utilização sequencial dos subprodutos ou transformação

dos produtos, o que possibilita minimizar a saída de recursos do ciclo (Comissão Europeia, 2014, p. 5).



Figura 6 - Diagrama conceptual da Economia Circular.

Fonte: Comissão Europeia, 2014.

De acordo com a Fundação *Ellen MacArthur* (2015) pode-se identificar dois ciclos no processo de EC, o ciclo técnico e o ciclo biológico. O ciclo técnico integra por ordem decrescente de preferência: economias de partilha; manutenção / reparação; reutilização / redistribuição; reformulação / remanufactura e; reciclagem. O ciclo biológico compreende a regeneração e o garante de fluxos sustentáveis das reservas biológicas na natureza (ESPON 2020, 2018, p. 5).

Um fator de extrema relevância do ciclo é a conceção do processo de produção, dos produtos e dos serviços. Este deve ser orientado para aumentar a longevidade dos produtos e dos serviços, permitir a reparação, a modernização, a transformação e a reciclagem, no final do ciclo (Comissão Europeia, 2014, p. 5). Assim como a gestão e uso eficiente dos recursos naturais derivados do nosso capital natural, incluindo terra e solo, recursos minerais, combustíveis fósseis, água e biodiversidade como um ativo (Breure, Lijzen, & Maring, 2018, p. 1130).

Desde 2004 que a quantidade total de resíduos gerados na UE tem aumentado de ano para ano (ESPON 2020, 2018), o que significa uma enorme perda de recursos materiais e energéticos quando os resíduos não são reintroduzidos novamente no sistema de produção, com impactos ambientais gravíssimos. Estes impactos são originados nos aterros, com a ocupação de espaço e eventual afetação do solo, água e atmosfera, e nas incineradoras, onde podem ocorrer

emissões de poluentes atmosféricos perigosos¹¹. E a continua a extração de recursos minerais, uso da terra e degradação do solo, origina crescente estresse ambiental (Breure, Lijzen, & Maring, 2018, p. 1126).

As previsões da Comissão Europeia apontam para que a EC permita reduzir a necessidade de novos materiais em 17% a 24% até 2030 em todas as cadeias de valor, o que na indústria europeia se refletirá numa poupança total de 630 mil milhões de euros por ano (Comissão Europeia, 2014, p. 2).

Esta mudança de paradigma não depende apenas das inovações tecnológicas, mas também da mudança em todas as cadeias de valor, desde a conceção dos produtos até novos modelos empresariais e de mercados, desde novas formas de transformação dos resíduos em recursos (Comissão Europeia, 2014, p. 2) e da mudança de comportamento da sociedade, no sentido de modificar a forma como projetamos, produzimos, distribuímos, consumimos, utilizamos e descartamos produtos e serviços (ESPON 2020, 2018, p. 5).

Os territórios serão afetados pela implementação da EC, com a criação de novas lógicas territoriais a estabelecer, assim como o próprio modelo será definido pelas características espaciais, tendências ou fatores locais que irão adquirir maior ou menor relevância face aos novos padrões de produção e consumo (ESPON 2020, 2018, p. 5).

A nível europeu há um reconhecimento que as regiões e as cidades estão bem posicionadas para realizar a transição para economia circular (ESPON 2020 (a), 2019, p. 2). A transição para uma visão de economia circular depende de uma estrutura de economia nacional e da articulação de políticas ajustadas às necessidades e condições locais de cada território, através de uma abordagem multissetorial, *multistakeholders*, multiobjectivos, com mudanças multissistémicas.

3.1.1 Quadro de referência da Transição para a Economia Circular

3.1.2 Plano de Ação Europeu para a Economia Circular

O Plano de Ação Europeu para a Economia Circular concretiza a iniciativa da União Europeia com horizonte do ano 2020 – “Uma Europa eficiente em termos de recursos”, resumida na Figura 7.

¹¹ Informação disponível na página eletrónica Eurostat em https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Waste_statistics/pt, a 30 de março 2019.



Figura 7 – Esquema do Ciclo da Economia Circular, Estratégia, Objetivos e Sectores a intervir.

Fonte: Ministério do Ambiente, p. 13.

O Plano de Ação da EU para a economia circular inclui medidas a implementar a partir de 2015 no campo da produção, consumo, gestão de resíduos, mercado de matérias-primas secundárias e por ação sectorial (plásticos, desperdício alimentar, matérias primas essenciais, biomassa e materiais de base biológica, inovação e investimento e monitorização em 2017) (Comissão Europeia, 2015a, p. Anexo).

3.1.2.1 Projeto CIRCTER – Circular Economy and territorial Consequences – ESPON 2020

O ESPON (*European Spatial Planning Observation Network*) é um programa de pesquisa aplicada para criar documentação acessível e compreensível para apoiar a formulação de políticas de desenvolvimento territorial na Europa. As suas atividades abrangem todos os Estados-Membros da União Europeia, além da Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suíça, e envolvem mais de 130 organismos em todo o continente.¹²

O projeto CIRCTER ESPON 2020 é um relatório produzido pelo ESPON para o horizonte temporal do ano 2020, que visa caracterizar, de forma sistémica, as interações (incluindo *feedbacks* e potenciais *trade-offs*) existentes entre a economia, a sociedade e o ambiente (e os circuitos de *feedback* emergentes entre eles). Tem por objetivo geral explorar as características territoriais mais relevantes que influenciam o progresso de implementação de uma Economia Circular (EC), bem como os potenciais impactos territoriais em toda a Europa (ESPON 2020,

¹² Informação obtida na página web ESPON (*European Spatial Planning Observation Network*) https://ec.europa.eu/regional_policy/en/policy/what/glossary/e/espon, acedida a 9 de setembro de 2019.

2018, p. 6) e fornecer diretrizes para se criar as condições para agregar informação dos países, regiões, locais e cidades sobre a evolução da transição para a EC.

O projeto CIRCTER descreve a planificação necessária para caracterizar, interpretar e comunicar os padrões e fluxos territoriais, incluindo recursos e resíduos, a nível regional (NUTSII) no espaço ESPON. Este relatório também identifica e analisa abordagens e ações relevantes da política regional com capacidade para apoiar a EC nos territórios e a avaliação das implicações territoriais de uma EC, com base em estudos de caso, e através da definição de uma estrutura analítica consistente com base numa lógica simples, mas robusta, descrita no Quadro 3. É um modelo em permanente atualização ao longo de toda a vida útil do projeto (ESPON 2020, 2018, p. 7).

Quadro 3 - Principais característica, resultados e fatores favoráveis a uma economia circular.

Principais características	Resultados Chaves – mensuráveis no território	Fatores facilitadores essenciais
Aumento da capacidade de regeneração da economia	Crescimento económico, reduzido impacto ambiental, criação de emprego	<p>Estabilidade política: determinação, coerência e consistência a longo prazo.</p> <p>Medidas de mercado: eliminação progressiva de subsídios prejudiciais ao ambiente; aplicação dos impostos nos recursos naturais e degradação ambiental; responsabilidade alargada do produtor; mecanismos de apoio à abordagens de economia circular.</p> <p>Inovação e desenvolvimento sustentável: promoção de todos os tipos de inovação sustentável (eco, social, organizacional)</p> <p>Capacidade e conhecimento: formação e capacitação, fornecimento de dados, monitorização de sistemas e indicadores.</p> <p>Fator espacial: economias de aglomeração e sistemas locais de inovação.</p>
Menor uso e exploração de recursos naturais	Aumento da produtividade dos recurso e eficiência, redução da dependência das importações; expansão das energias renováveis	Desenho Ecológico: produtos com desenho baseado na sustentabilidade e minimização da utilização de recursos naturais.

Principais características	Resultados Chaves – mensuráveis no território	Fatores facilitadores essenciais
		<p>Sequência de uso de recursos em particular de material biótico.</p> <p>Fatores Espaciais: planejamento espacial flexível com base em multifuncionalidades em vários níveis.</p>
Menores perdas de material/ resíduos	Redução de incineração e aterro; aumento da qualidade da reciclagem	<p>Desenho ecológico: desenho do produto que permita, no fim do seu ciclo de vida, a reciclagem com alta qualidade; substituição de substâncias perigosas nos produtos e processos.</p> <p>Matérias-primas secundárias: criação de novo mercados para matérias-primas secundárias.</p> <p>Simbiose industrial: aumentar a colaboração entre empresas e administrações.</p> <p>Fator espacial: planejamento da localização de novos equipamentos industriais de forma a permitir a simbiose industrial.</p>
Manter o valor elevado dos produtos e materiais	Extensão da vida média de produção, remodelação, recondicionamento, reutilização; aumento da alta qualidade de reciclagem e de reintrodução no ciclo de produção (<i>upcycle</i>)	<p>Desenho ecológico: Concepção de produtos com maior longevidade, que permita a atualização, reutilização, renovação e remanufatura. Estas estratégias devem ter prioridade em relação à reciclagem.</p> <p>Fatores espaciais: novas lógicas de transporte; reconfiguração das redes de distribuição, incluindo redes circulares fechadas relacionadas com logística inteligente e reversiva.</p>

Principais características	Resultados Chaves – mensuráveis no território	Fatores facilitadores essenciais
Difusão de novos modelos de negócio e de padrões de utilização.	Proliferação de produções como um serviço, partilha de modelos, mudança dos padrões de consumo.	<p>Caso de negócio para o modelo de negócio circular: eliminação de barreiras regulamentares do mercado que bloqueiam os modelos de negócios circulares.</p> <p>Participação: transparência e colaboração ao longo da cadeia de valores.</p> <p>Consumo sustentável: aumento da sensibilização para formas alternativas de consumo baseadas em sistemas de serviços de produtos e consumo colaborativo.</p> <p>Fator espacial: transformação das relações espaciais a vários níveis. Ressurgimento da relação rural – urbano e de novas formas de consumo e de espaço público.</p>

Fonte: ESPON 2020, 2018.

CIRCTER determina que para a caracterização do panorama regional e local, quer da situação de referência quer da avaliação na fase de implementação da estratégia de EC, é necessário definir os dados a nível regional (NUTS2 e intermunicipal) e a nível local (municípios) e verificar os mesmos para validar os indicadores da metodologia do ponto de vista da viabilidade. A definição dos indicadores deve ser remetida a peritos e parceiros para revisão e consolidação da seleção. Os dados dos indicadores são analisados para um período de referência (10 anos) para comparação com os resultados obtidos após a implementação da estratégia de Economia Circular. De acordo com o projeto CIRCTER esses indicadores, recolhidos a nível regional, são de materiais e resíduos para avaliar: o aumento ou diminuição dos consumos de recursos; o contexto do uso dos recursos; a produtividade por região e a nível europeu; as tendências da produtividade e ; as categorias de materiais que são mais utilizadas no processo da EC (ESPON 2020, 2018).

Esses dados a recolher, a nível da NUTSII e a nível local, sobre os fluxos associados ao consumo são referentes a: abastecimento de água; abastecimento de energia elétrica; abastecimento alimentar; produção e destino de resíduos sólidos urbanos e; resíduos municipais para tratamento.

Para conhecimento dos fluxos de matérias na região é necessário recolher dados, da extração interna, exportações e importações nacionais e internacionais bem como dos consumos internos, referentes a: combustíveis fósseis (líquidos, gasosos, carvão, lubrificantes, óleos, solventes e borrachas), minérios metálicos (ferro, metais de liga de ação, metais leves, metais não ferrosos, metais especiais, metais preciosos), Minerais não-metálicos (areia, cimento, argila, pedra, outros); biomassa (agrícola, animal, óleos e gorduras, açúcar, madeira, papel e cartão, biomassa não específica); químicos e fertilizantes e; plástico.

Inicialmente o Projeto CIRCTER definiu para um período de 10 anos (2005-2015) uma pré-seleção de indicadores que foram analisados em detalhes para verificar se os conjuntos de dados identificados apresentavam dados confiáveis em termos de qualidade e cobertura ao longo do tempo e entre países.

Embora os indicadores do projeto CIRCTER (Quadro 4) sejam referentes a nível regional e nacional, os mesmos podem-se aplicar a nível local.

Quadro 4 – Indicadores de geração de resíduos a serem produzidos pelo projeto EC.

Indicador	Dados de entrada a nível municipal (2005 – 2015)	Objetivo
Total de resíduos gerados <i>per capita</i>	<ul style="list-style-type: none"> • População • Geração resíduos total de resíduos por tonelada 	Quantificar os resíduos gerados <i>per capita</i> para análise de referência do município, região e país.
Diferentes categorias de resíduos <i>per capita</i>	<ul style="list-style-type: none"> • População • Resíduos de plástico em toneladas Resíduos alimentares em toneladas Resíduos municipais em toneladas 	Quantificar os fluxos de resíduos específicos.
Reciclagem ou recuperação dos diferentes fluxos de resíduos	<ul style="list-style-type: none"> • Taxa de reciclagem de todos os resíduos • Taxa de reciclagem de resíduos de embalagens por tipo de embalagens • Taxa de reciclagem de resíduos de vidro • Taxa de reciclagem de papel • Taxa de compostagem da matéria orgânica • Taxa de reciclagem dos resíduos indiferenciados 	Identificar até que ponto o material mantém o seu valor no processo de reciclagem.

Indicador	Dados de entrada a nível municipal (2005 – 2015)	Objetivo
Composição dos fluxos de resíduos por diferentes opções de tratamento	<ul style="list-style-type: none"> • Tratamento de resíduos, o total em toneladas • Tratamento de resíduos, aterro em toneladas • Tratamento resíduos, inceneração em toneladas • Tratamento resíduos, compostagem em toneladas 	Quantificar para demonstrar a diferença das estratégias existentes nos países ou regiões no tratamento dos resíduos acumulados.

Fonte: Adaptado de ESPON 2020, 2018, p. 15.

A nível das políticas a implementar para a transição da EC, as principais áreas de ação a desenvolver para apoiar as regiões e as cidades na transição para a Economia Circular, devem ter uma abordagem holística e articulada com os seguintes pontos que assim se resumem (ESPON 2020 (a), 2019, p. 19):

- 1 Avaliar o **contexto local** e o potencial para a economia circular;
- 2 Definir as prioridades para a **estratégia**, incluindo visão e metas;
- 3 Estabelecer o **modelo de governança** e de implementação do processo através de:
 - Identificação dos principais parceiros e partes interessadas;
 - Mobilização das partes interessadas para criar alianças regionais para promover a economia circular;
 - Organização de ações colaborativas e de ações de implementação;
 - Comunicação dos planos;
 - Estabelecimento de um sistema de monitoramento e avaliação para a economia circular.
- 4 Garantir condições/quadro favoráveis através de **políticas** articuladas.

3.1.2.2 Outros projetos

Outros projetos têm vindo a ser desenvolvidos sobre indicadores de sustentabilidade dos territórios a nível regional, empresas e projetos, cujos indicadores podem ser adaptados às cidades, como os indicadores desenvolvidos no âmbito do: i) *Projeto Circularity Indicators*, liderado por *Ellen McArthur Foundation*, desenvolveu uma metodologia e ferramentas para avaliar o desempenho de um produto ou empresa no contexto da Economia circular, relevante para a CE, mas difícil de aplicar a nível da cidade; ii) no âmbito do Quadro de Indicadores de Crescimento Verde da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico - OCDE (atualizado em 2017), aproximadamente 30 indicadores reúnem informação a nível nacional para

avaliar e comparar o progresso dos países em quatro objetivos: estabelecer uma economia eficiente em termos de carbono e recursos; manter os ativos naturais; melhorar a qualidade de vida das pessoas; implementar políticas apropriadas para alcançar oportunidades de crescimento verde; iii) no âmbito do Inventário de Indicadores da Economia Circular da Flandres (Bélgica) a nível regional para monitorar a transição para uma Economia Circular e medir os efeitos de novas políticas e tendências (Urban Agenda for the EU Circular Economy, 2019, p. 12 a 18).

No âmbito do financiamento do programa horizonte 2020 outros três projetos deram contributos para indicadores a nível regional, como: i) o projeto *CITYkeys* que envolveu institutos de pesquisa e a cooperação de cinco cidades - Roterdão, Tampere, Viena, Zagreb, Zaragoza e EUROCITIES para desenvolver indicadores de desempenho e procedimentos de monitorização comuns e transparentes, para permitir a comparação das soluções de cidades inteligentes nas cidades europeias; ii) o projeto *SCREEN-* Sinergias da Economia Circular nas Regiões da Europa, que envolveu 18 parceiros de 17 regiões pertencentes a 12 países europeus para desenvolver uma abordagem sistémica replicável à transição para a EC nas regiões da UE no contexto das suas estratégias de especialização inteligente; iii) o projeto *CIRCULAR IMPACTS*, que envolveu 3 instituições de desenvolvimento e pesquisa de *Wageningen* para desenvolver uma avaliação baseada em dados e indicadores dos setores macroeconómico, social e ambiental de uma transição bem-sucedida para uma economia circular e uma biblioteca on-line com recursos úteis para avaliação de impacto sobre a transição para uma economia circular (Urban Agenda for the EU Circular Economy, 2019, p. 17 a 18).

Os indicadores destes projetos, embora em contextos regionais ou específicos, podem sempre ser adaptados ao nível municipal ou contribuir com dados importantes para a avaliação da transição para a EC.

Algumas cidades desenvolveram projetos com indicadores focados nos fluxos de resíduos e materiais e nos indicadores de transição para a EC como: i) Londres, com o estudo *London Waste and Recycling Board (LWARB)* para desenvolver métricas para medir o progresso de Londres na transição para uma cidade circular, através da análise da produtividade de recursos e consumo, geração e reciclagem de resíduos; e oportunidades de negócios e emprego na EC; ii) Bruxelas- Capital que, através do governo da região, desenvolveu uma estratégia de transição para a economia circular; iii) Amesterdão com o plano *City Circle Scan* para a cidade, no qual a avaliação da circularidade da cidade é baseada em três indicadores principais: preservação de valor, impacto económico e ecológico; iv) a cidade de Melbourne, que encomendou uma avaliação dos serviços da cidade e da qualidade de vida, realizada pela Organização Internacional de Normalização de acordo com a ISO 37120, estabeleceu definições e metodologias para um conjunto de indicadores da cidade, embora o objetivo principal não seja a

transição para EC, orientam e mede a prestação de serviços da cidade e a qualidade de vida (Urban Agenda for the EU Circular Economy, 2019, p. 20 a 22).

Durante o *Workshop* sobre os Indicadores da EC para as Cidades, em Bruxelas a 20 de novembro de 2018, os *stakeholders* efetuaram uma avaliação dos indicadores existentes nos vários projetos e em resultado desse exercício de mapeamento e análise apresentaram os indicadores no Quadro 5, alinhados com o quadro de monitorização para a Economia Circular (Urban Agenda for the EU Circular Economy, 2019, p. 23).

Quadro 5 - Indicadores resultante do Workshop para a Transição da Economia Circular nas cidades a 12 de setembro de 2018, em Bruxelas.

Área temática	Categoria	Indicador	Tipo de Indicador	Associação a elementos conceptuais	Unidades/medidas e disponibilidade de dados	Quadro de enquadramento
Produção e consumo	Autossuficiência de matérias-primas	entrada de materiais virgens <i>per capita</i>	Resultado	Produção e distribuição	Toneladas <i>per capita</i> Dados: disponibilidade baixa	Indicadores do para a Transição da Economia Circular nas cidades – Workshop (12 de setembro de 2018)
		Consumo de água na produção de processos e consumo doméstico	Resultado	Produção e distribuição	Metros cúbicos Dados: disponibilidade baixa	Indicadores do para a Transição da Economia Circular nas cidades – Workshop (12 de setembro de 2018)
		Organizações que implementaram um sistema de gestão ambiental (ex. Certificação ISO 14001)	Resultado	Produção e distribuição/ Desenho ecológico	Número ou Associação Dados: disponibilidade baixa	Projeto CIRCTER
	Compras públicas ecológicas	Parte das compras principais que incluem requisitos ambientais	Processo	Consumo e Disponibilidade	% Dados: disponibilidade média	Quadro de monitorização da EC para a Economia Circular
		critérios de prevenção de resíduos (EC) desenvolvidos nas diretrizes para compras	Processo	Consumo e Disponibilidade	Qualitativa (sim/não) Dados: disponibilidade elevada	Projeto CIRCTER
	Geração de resíduos	Quantidade anual de resíduos sólidos (domésticos e comercial)	Contexto	Resíduos	Toneladas de resíduos <i>per capita</i> Dados: disponibilidade elevada	Guia de Referência de Auditoria Urbana/ Meio Ambiente das cidades e cidades maiores Eurostat
		Todo o desperdício para todos os setores industriais	Resultado	Resíduos	Toneladas de resíduos Dados: disponibilidade média	Indicadores de Economia Circular - Londres
		Geração de Resíduos Elétricos e Equipamentos Eletrónicos (REEE)	Resultado	Resíduos	Toneladas de resíduos recolhidos Dados: disponibilidade média	Inventário dos indicadores de Economia Circular – Flandres Eurostat
		Geração de Resíduos perigosos <i>per capita</i>	Resultado	Resíduos	Toneladas de resíduos Dados: disponibilidade média	Melbourne/ISSO 37120
		Nível de consciencialização do público para economia circular e prevenção de resíduos	Resultado	Resíduos/ Consumo e Disponibilidade	% de pessoas Dados: disponibilidade baixa, necessita de inquéritos	Projeto CIRCTER
		Medidas de comunicação (campanha, provisão de informações, eventos para o público / empresas) para a circularidade e na prevenção do desperdício	Processo	Resíduos/ Consumo e Disponibilidade	Número Dados: Disponibilidade média	Projeto CIRCTER
	Geração de desperdício alimentar	Geração de desperdício de alimentos	Resultado	Resíduos	total de resíduos alimentares gerados (por família), ou total de resíduos recolhidos por recolha seletiva ou em resíduos residuais Dados: Disponibilidade muito baixa/ Sem dados disponíveis	Quadro de monitorização da EC para a Economia Circular
		Iniciativas e campanhas de consciencialização, nas cidades, para a redução da geração de desperdício alimentar	Processo	Resíduos	Número de iniciativas Dados: disponibilidade média	Várias iniciativas e projetos incluindo o Projeto CIRCTER
Gestão de resíduos	Taxas globais de reciclagem	% de reciclagem de resíduos sólidos urbanos reciclados	Contexto	Reciclagem	% (em peso); Se os dados permitirem: % de resíduos reciclados e / ou % de resíduos reciclados Dados: disponibilidade alta	CITYKeys – Eurocities Indicadores de desempenho de Cidades sustentáveis multisserviços digitais Eurostat: sdg_11_60

Área temática	Categoria	Indicador	Tipo de Indicador	Associação a elementos conceptuais	Unidades/medidas e disponibilidade de dados	Quadro de enquadramento
	Taxas de reciclagem para fluxos de resíduos específicos	Repartição dos fluxos de resíduos por diferentes opções de tratamento	Resultado	Reciclagem	% em peso Dados: disponibilidade média	Projeto CIRCTER Eurostat: cei_wm040, cei_wm030
		Repartição dos fluxos de resíduos por diferentes opções de tratamento	Resultado	Reciclagem	% em peso Dados: disponibilidade média	Projeto CIRCTER Eurostat: cei_wm040, cei_wm030
		Resíduos de equipamentos elétricos e eletrônicos (REEE) por operações de gestão de resíduos	resultado	Reciclagem (reutilização e reparação)	tonelada / percentagem Dados: disponibilidade média - disponível no Eurostat, mas não ao nível da cidade	Eurostat: [env_waselee]
		Quantidade de resíduos biodegradáveis que não vão para aterro	resultado	Reciclagem (reaproveitamento)	Toneladas de resíduos Dados: disponibilidade baixa	Quadro de referencia para as Cidades Sustentáveis
Matérias-primas secundárias	Contribuição de materiais reciclados para a procura de matérias-primas	Contribuição de materiais reciclados para a procura de matérias-primas - Taxas de reciclagem no final da vida útil	Contexto	Materiais	% Dados: Disponibilidade baixa	Quadro de monitorização da EC para a Economia Circular Eurostat: cei_srm010
		Taxa de uso circular de material em processos industriais / económicos a nível local	Resultado	Materiais	% da totalidade dos materiais Dados. Disponibilidade muito baixa/ sem dados	Quadro de monitorização da EC para a Economia Circular Eurostat: cei_srm030
		Atividades realizadas pelas cidades que incentivam a implementação de medidas de design ecológico	Processo	Desenho ecológico	Número de medidas (por exemplo, promover vida útil prolongada do produto, capacidade de reutilizar componentes ou reciclar materiais de produtos no final da vida útil, uso de componentes reutilizados e / ou materiais reciclados em produtos) Dados: disponibilidade média	Indicadores do para a Transição da Economia Circular nas cidades – Workshop (12 de setembro de 2018)
		Organizações que implementam esquemas como rótulo ecológico, Responsabilidade Estendida do Produtor, Avaliação do Ciclo de Vida dos Produtos	Resultado	Produção e distribuição / desenho ecológico	Número ou Associação Dados: disponibilidade média	Adaptado do Projeto CIRCTER
Competitividade e inovação	Patentes	Patentes relacionadas com reciclagem e matérias primas secundárias	Contexto	Materiais	Número Dados: Não disponíveis	Quadro de monitorização da EC para a Economia Circular Eurostat: cei_cie020
	Investimento Privado, empregos e valor acrescentado bruto nos negócios de EC	Empregos diretos na EC (identificados através de 5 dígitos SIC-code)	Contexto	Todos os sectores	Número Dados: disponibilidade média	Indicadores de Economia Circular – Londres Eurostat. cei_cie010
		Número de negócios que oferecem suporte comercial, na área de EC	Processo	Todos os sectores	Número Dados: disponibilidade alta	Economia Circular – o plano <i>City Circle Scan</i> de Amsterdão
		Valor do orçamento locado para projetos no EC	Processo	Todos os sectores	Número Dados: disponibilidade alta	Bruxelas – Programa regional de economia circular 2016-2020 (2016)
		Número de projetos piloto na área de EC	Processo	Todos os sectores	Número Dados: disponibilidade alta	Bruxelas – Programa regional de economia circular 2016-2020 (2016)
		Número de crianças e / ou alunos treinados em aspetos e / ou ocupações EC		Todos os sectores	Número de crianças e alunos (ensino obrigatório) e/ou alunos ensino superior Dados: disponibilidade média	Bruxelas – Programa regional de economia circular 2016-2020 (2016)
Indicadores Globais		Gases de Estufa	Contexto	Emissões	mil toneladas (por exemplo, em processos e produtos industriais gestão de resíduos) Dados: baixa disponibilidade	Economia Circular - o plano <i>City Circle Scan</i> de Amsterdão
		Existência de uma estratégia de EC para a cidade	Processo	Todos os sectores	Qualitativa (Sim/Não) Dados: Disponibilidade elevada	Indicadores do para a Transição da Economia Circular nas cidades – Workshop (12 de setembro de 2018)

Fonte: Urban Agenda for the EU Circular Economy, 2019, p. 25.

3.1.3 Plano de Ação para a Economia Circular em Portugal

O Plano de Ação para a Economia Circular (PAEC) em Portugal, aprovado pela Resolução de Ministros nº 190 –A/2017, de 11 de dezembro, e alterado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 108/2019, de 2 de julho, constitui o documento de referência da política nacional para a transição para a EC, até 2050 (CCDRLVT, 2019, p. 13).

O PAEC para materializar o potencial da EC, no âmbito local, aponta para a elaboração de Agendas Regionais, que devem ser desenvolvidas pelas CCDR com a participação e colaboração ativa dos municípios, comunidades intermunicipais, universidades, empresas e associações civis. As Agendas Regionais devem ter como objetivo uma estratégia de reforço e estímulo da transição do modelo económico regional, que sirva de suporte a políticas, planos e programas (CCDRLVT, 2019, p. 13).

O PAEC determina três princípios da EC: i) conceber produtos, serviços e modelos de negócio que previnam a produção de resíduos e poluição do sistema natural, ii) manter produtos e materiais em utilização, no seu valor económico e utilidade mais elevada, pelo máximo tempo possível, iii) fomentar a regeneração dos recursos materiais utilizados e dos sistemas naturais subjacentes. Esses princípios devem conciliar-se com os quatro instrumentos de uma economia circular: o design, a tecnologia e novos modelos de negócio, os ciclos reversos e os promotores e contexto favorável (Ministério do Ambiente, p. 11).

A transição da economia linear para a economia circular tem que ser um processo iterativo e interativo, que exige ciclos de aprendizagem entre os envolvidos. O próprio PAEC surge de um entendimento e experiências comuns em quatro áreas governativas (ciência, tecnologia e ensino superior, economia, ambiente, agricultura, florestas e desenvolvimento rural) e de um trabalho que envolveu o levantamento do desempenho, de medidas existentes conhecidas, a análise do plano de ação europeu e *benchmarking* de outros planos de economia circular (Resolução do Conselho de Ministros nº190-A/2017, 11 de dezembro, 2017).

O PAEC determina três níveis de ações, macro, meso (sectorial) e micro (regional/local) para aplicação do modelo de governação (Quadro 6).

Quadro 6- Ações macro, meso e micro da Economia circular.

Nível das Ações	Definição	Ações
Macro	<p>Âmbito estrutural.</p> <p>Efeitos transversais e sistémicos que potenciam a apropriação de princípios da economia circular pela sociedade.</p> <p>PAEC define 7 ações macro com as seguintes temáticas:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Desenhar, reparar, reutilizar: uma responsabilidade alargada do produtor (Produto - Consumo) 2. Incentivar um mercado circular (Produto-Consumo) 3. Educar para a Economia Circular (Consumo –Conhecimento) 4. Alimentar sem sobrar: produção sustentável para um consumo sustentável (Consumo- Resíduos, subprodutos e matérias primas secundárias) 5. Nova vida aos resíduos! 6. Regenerar recursos: água e nutrientes (Consumo - Resíduos subprodutos e matérias primas secundárias) 7. Investigar e inovar para uma economia circular (Conhecimento) 	<p>Medidas em curso pelos ministérios envolvidos, como alinhar o tema com os trabalhos em curso no âmbito das Comissões Interministeriais para: o AR e Alterações Climáticas, a Política Externa e, Coordenação do Acordo de Parceria, a criação do portal ECO.NOMIA.</p> <p>Outras ações em curso: i) levantamento e articulação com as políticas atuais e em desenvolvimento, p.e. PNPOT, Roteiro para a Neutralidade Carbónica Nacional de Ciência & Tecnologia; ii) acordos circulares; iii) interação com grupos de interesse, p.e. Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), Sistema Nacional de Políticas e Medidas, grupos de trabalho em EC como pertencentes à Associação Portuguesa de Engenharia Sanitária e Ambiental, Ordem dos Engenheiros, entre outros e; iv) Monitorização.</p> <p>Outros instrumentos políticos: neutralidade carbónica, ordenamento do território, economia azul, agricultura biológica, empreendedorismo jovem, o SIMPLEX, compras publicas ecológicas, regeneração urbana.</p> <p>PAEC avança com uma proposta de agenda de transição para as compras públicas ecológicas.</p>
Meso (ou sectorial)	<p>Ações ou iniciativas definidas e assumidas pelos intervenientes na cadeira de valor de sectores para o aumento da produtividade e utilização eficiente de recursos do país.</p>	<p>Agenda de transição para a Economia Circular de cada sector económico, sobretudo, no sector agroalimentar, construção, têxtil e turismo.</p> <p>PAEC avança com uma proposta de agenda de transição para o sector construção.</p>
Micro (regional/ local)	<p>Ações ou iniciativas definidas e assumidas pelos agentes governativos,</p>	<p>Agenda Regional de transição para a Economia Circular, desenvolvida pelas Comissões de Coordenação de</p>

Nível das Ações	Definição	Ações
	económicos e sociais, de âmbito regional ou local.	Desenvolvimento Regional (CCDR), com o envolvimento das autarquias locais, comunidades intermunicipais e áreas metropolitanas. PAEC avança com uma proposta de agenda de transição para as Zonas Empresariais Responsáveis.

Fonte: Ministério do Ambiente, p. 17 e 18.

No PAEC são detalhadas propostas de orientação para duas agendas em particular, a da construção e das compras públicas ecológicas, porque são áreas onde estão reunidas as condições políticas e envolvidos grupos de interesse e investimento, em curso à data.

As agendas sectoriais, como ações meso ou sectoriais, são analisadas pelo grupo interministerial do PAEC para a identificação de sectores chaves para a aceleração da economia circular como é o turismo, têxteis e calçado, retalho e distribuição (Figura 8).

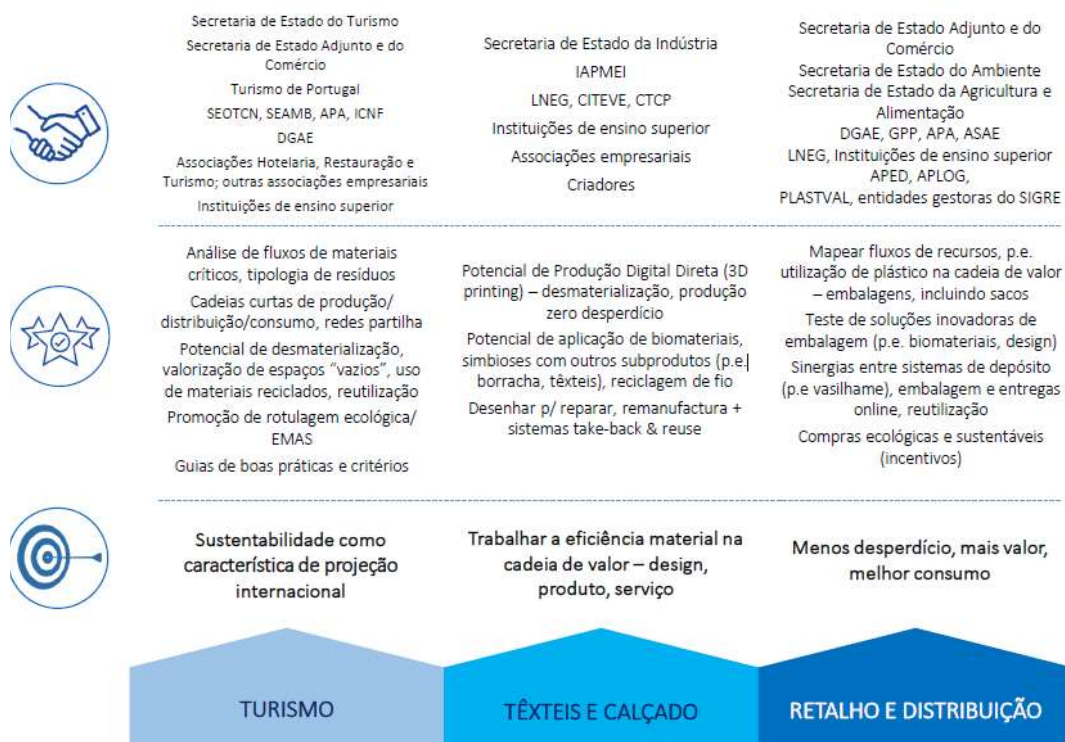


Figura 8 - Orientações para a Agenda Sectorial das ações meso do PAEC.

Fonte: Ministério do Ambiente, p. 48.

A elaboração das Agendas Regionais, como ação micro do PAEC, são o ponto de partida para promover a coordenação, interação e colaboração mais eficaz para a transição da Economia Circular, através de projetos âncora, que potenciem e atraiam outros projetos posteriormente (Figura 9).



Figura 9 - Orientações para a Agenda Regional das ações micro do PAEC.

Fonte: Ministério do Ambiente, p. 55.

O PAEC não estabelece metas específicas, pois pretende contribuir para a concretização de objetivos definidos em diferentes planos e estratégias que concorrem para o mesmo fim, como sejam os objetivos e metas estabelecidos nos planos de resíduos, planos da água e do saneamento, da ação climática e da energia, mas também os objetivos preconizados ao nível europeu e internacional (diretivas setoriais, Portugal 2020, Acordo de Paris e ODS). Para que todos os intervenientes possuam o mesmo referencial, para Portugal atingir as metas que ambiciona em 2020 e 2030, o PAEC optou por reunir, os objetivos estratégicos macro e respetivas metas a que Portugal se encontra vinculado e que traduzem o efeito da transição para a economia circular (Figura 10) (Resolução do Conselho de Ministros n.º 190-A/2017, de 11 de dezembro, pág.6584-(60)).

Instrumento estratégico	Objetivo	Indicador	unidade	Informação de base		META 2020	META 2030
				Ano	Valor		
Plano Nacional de Reformas	Valorizar o território	Aumentar os resíduos urbanos preparados para reciclagem	%	2016	38%	50%	65% ¹
		Reduzir a deposição de resíduos urbanos biodegradáveis em aterro	%	2016	41%	35%	10% ²
		Reduzir o consumo de energia primária todos os setores	Mtep	2015	21,7	22,5	3)
Compromisso para o Crescimento Verde	Promover a eficiência no uso dos recursos	Aumentar a produtividade dos recursos na economia nacional (CCV - OBJ 4 / PNGR)	€/t	2013	1,14	1,17	1,72
		Aumentar a incorporação de resíduos na economia (CCV - OBJ 5 / PNGR)	%	2012	56%	68%	86%
		Privilegiar a reabilitação urbana (CCV - OBJ 6)	%	2013	10,3%	17%	23%
	Contribuir para a sustentabilidade	Aumentar a eficiência energética (diminuir a intensidade energética) (CCV - OBJ 7 / PNAEE)	tep/M€ PIB	2013	129	122	101
		Aumentar a eficiência hídrica (CCV - OBJ 8 / PENSAR2020)	%	2012	35%	25%	20%
		Reduzir as emissões de CO ₂ (CCV - OBJ 10 / PNAC 2020-2030)	Mt CO ₂ eq.	2005	87,8	68 - 72	52,7-61,5
		Reforçar o peso das energias renováveis (CCV - OBJ 11 / PNAER)	%	2013	25,7	31%	40%

Figura 10 – Metas para as quais contribuem as ações do PAEC.

Nota: 1) e 2) metas atualmente em negociação no âmbito do pacote legislativo de resíduos da Comissão Europeia: 1) para reciclagem de resíduos urbanos em 2030; 2) máxima deposição em aterro de resíduos urbanos. No caso de 3) a meta para 2030 passou a ser dada pela meta “Aumentar a Eficiência Energética”.

Fonte: Resolução do Conselho de Ministros n.º 190-A/2017, de 11 de dezembro, pág.6584-(60)

A nível de financiamento (Figura 11), o estímulo à transição para a economia circular é feito através dos programas geridos a nível europeu (Horizonte 2020, Programa LIFE, COSME, EEA Grants, Fundo Europeu para Investimentos estratégicos, *Climate-Kic*, *Bio-Based Industries Public-Private Partnership* – BBI, entre outros), de Fundos Europeus e Estruturais de Investimento operacionalizados, através do Portugal 2020 ou programas estritamente nacionais, e de outros programas geridos por um vasto leque de entidades. Assim como outras formas de financiamento emergente como o financiamento colaborativo ou dos *green bonds* (“obrigações verdes”) (Resolução do Conselho de Ministros nº190-A/2017, 11 de dezembro, 2017).

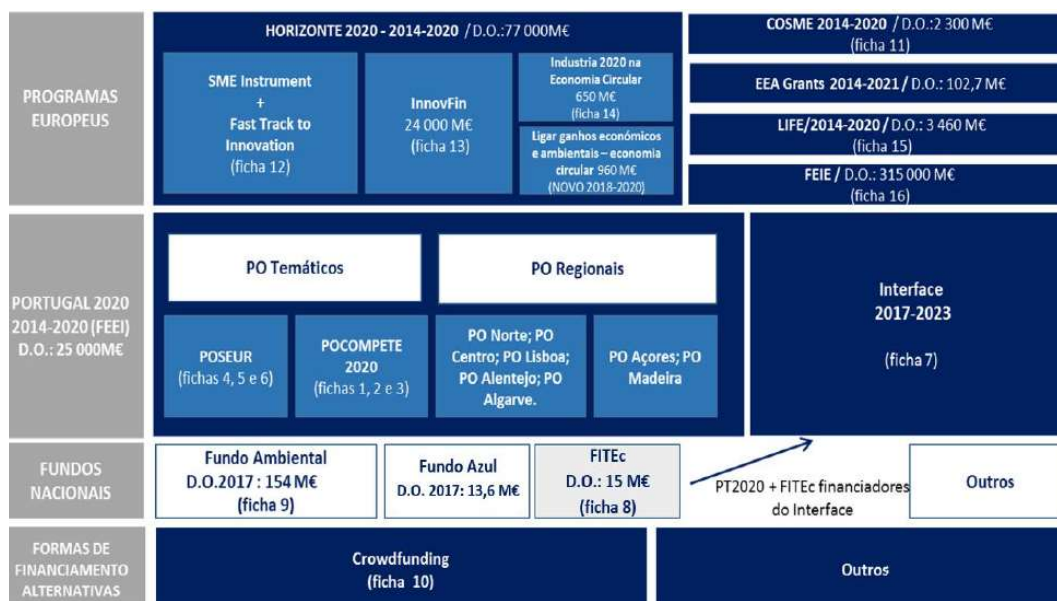


Figura 11 - Enquadramento e análise do grupo interministerial das oportunidades de financiamento para a economia circular (não contempla necessariamente todas as oportunidades de investimento disponíveis).

Fonte: Ministério do Ambiente, p. 23.

Está em curso também a iniciativa Vale Economia Circular, de apoio a serviços de consultoria que visem a implementação de soluções que resultem da estratégia delineada para a Economia Circular, que disponibiliza às empresas portuguesas um diagnóstico que conduza ao plano de ação alinhado com os princípios e estratégia da Economia Circular.¹³

No portal ECO.NOMIA, uma das componentes do plano de ação do Ministério do Ambiente, encontra-se a informação sobre as vantagens e oportunidades de financiamento para consumidores e empresas e visa ser um fórum de interação para projetos colaborativos de investimento em Economia Circular.¹⁴

¹³ Informação na página Vale Economia Circular obtida a 4 de janeiro de 2020 na página da internet do IAPMEI em <https://www.iapmei.pt/PRODUTOS-E-SERVICOS/Incentivos-Financiamento/Sistemas-de-Incentivos/Incentivos-Portugal-2020/Vale-Economia-Circular.aspx>

¹⁴ Informação obtida no portal ECO.NOMIA na página da internet em <https://eco.nomia.pt/pt/acerca>, acedida a 4 de janeiro de 2020

3.2 Economia Social e Economia do Bem Comum

Portugal foi o segundo país na Europa, a seguir à Espanha, a aprovar uma Lei de Bases da Economia Social com a homologação da Lei nº 30/2013, de 08 de maio (Meira, 2013, p. 3).

A Economia Social, segundo a Lei de Bases da Economia Social, é definida de acordo com dois critérios: a atividade desenvolvida (económico-social) e o fim prosseguido (interesse geral) (Meira, 2013, pp. 9,28). Entende-se por Economia Social o conjunto de atividades económico-sociais, livremente levadas a cabo por: cooperativas; associações mutualistas; misericórdias; fundações; instituições particulares de solidariedade social; associações com fins altruístas que atuem no âmbito comunitário, cultural, recreativo desportivo e do desenvolvimento local; entidades abrangidas pelos subsectores comunitário (nomeadamente os baldios¹⁵) e autogestionário, integrados nos termos da Constituição no sector cooperativo e social e; outras entidades dotadas de personalidade jurídica, que respeitem os princípios orientadores da economia social.¹⁶

Estas entidades para além da atividade desenvolvida têm uma ação com base em princípios orientadores que se pautam: i) pelo primado das pessoas e dos objetivos sociais; ii) pela adesão e participação livre e voluntária; iii) pelo controlo democrático dos membros dos órgãos sociais; (iv) pelo respeito pelos valores da solidariedade, da igualdade e da não discriminação, da coesão social, da justiça e da equidade, da transparência, da responsabilidade individual e social partilhada e da subsidiariedade; (v) pela gestão autónoma e independente das autoridades públicas e de quaisquer outras entidades exteriores à economia social e; (vi) pela afetação dos excedentes à prossecução dos fins das entidades da economia social de acordo com o interesse geral, sem prejuízo do respeito pela especificidade da distribuição dos excedentes, própria da natureza e do substrato de cada entidade da economia social, constitucionalmente consagrada.¹⁷

De acordo com Deolinda Meira, a Constituição da República Portuguesa (CRP) consagra o princípio dos três sectores; público, privado e social, bem como o princípio da *proteção do setor cooperativo* e social e o princípio do *Estado estimular e apoiar a criação de cooperativas*. Este princípio da coexistência dos três setores garante a existência de todos e de cada um, permitindo variar a dimensão dos setores, sem eliminar nenhum deles, independentemente do modelo económico que se pretenda implementar (Meira, 2013, p. 5). A discriminação positiva do setor cooperativo e social (art.80 da CRP) em relação ao setor privado, consagrada

¹⁵ (CASES - Cooperativa António Sérgio para a Economia Social, p. 10)

¹⁶ Lei nº 30/2013, 8 de maio, *Diário da República* n.º 88/2013, *Série I* de 2013-05-08. Assembleia da República

¹⁷ Idem

constitucionalmente (Meira, 2013, p. 6), encontra-se expressa no artigo 10º e 11º da Lei de Bases da Economia Social.

A Economia Social para alguns autores surge na Europa, historicamente, vinculada às associações populares e às cooperativas (Chaves & Monzón, 2005, p. 11). Em Portugal alguns autores remetem a origem da Economia Social para a criação das Misericórdias pela rainha D. Leonor, no séc. XV, e o seu maior desenvolvimento a partir do séc. XIX com as atividades inspiradas na experiência revolucionárias do socialismo, como as cooperativas, e na doutrina social da igreja (Monte ACE, Alentejo, 2016, p. 9).

As cooperativas desde sempre, combinaram uma dimensão fortemente social e cultural com a dimensão económica, para satisfação, sem fins lucrativos, das necessidades dos seus membros, através de uma gestão cooperante e de ajuda dos membros. Contudo, os fins e a função da cooperação não se circunscrevem aos seus membros, devem, igualmente, ter em conta os interesses da comunidade, refletindo o *Princípio do interesse pela comunidade* do Código Cooperativo, consagrado pela Lei n.º 51/96, publicada em setembro de 1996 (Meira, 2013, p. 11).

Meira (2013) critica a redação do artigo 12º da Lei de Bases da Economia Social, que na sua opinião levanta muitas dúvidas. A forma como o artigo refere que o sector da economia fica sujeito “às *normas nacionais e comunitárias dos serviços sociais de interesses geral no âmbito das suas atividades, sem prejuízo do princípio constitucional de proteção do setor cooperativo e social*” não deixa claro quanto à proteção do sector económico à disciplina da concorrência. Pois compete ao Estado fomentar a economia social, o que implica a adoção de soluções para uma discriminação positiva, quer de natureza fiscal, quer quanto à disciplina jurídica da concorrência (Meira, 2013, pp. 25,28).

A economia social é um “amigo clássico” da economia do bem-comum conforme refere *Felber* no prólogo da sua nova edição de *Economia do Bem-Comum* (Felber, 2017, p. 17). Para os economistas, o conceito de “bem-comum” entende-se de “bem estar social” (Pereira, 2013, p. 85). A designação de “bem-comum” pressupõe o bem-estar de todos e a definição desse significado concreto num processo democrático. A economia deve servir o bem comum, inscrito na maioria das Constituições dos países democráticos (Felber, 2017, pp. 16,17).

Em Portugal, a Constituição da República Portuguesa (CPR) incumbe “*prioritariamente ao Estado no âmbito económico e social: (...) Assegurar o funcionamento eficiente dos mercados, de modo a garantir a equilibrada concorrência entre empresas, a contrariar as formas de organização monopolistas e a reprimir os abusos de posição dominante e outras práticas lesivas do interesse geral*” (alínea f) do artigo 81º).

Quando deixou a economia de responder ao bem comum? Os instrumentos, como o mercado, que visam contribuir para a sua realização adquirem vida própria e acabam por perder de vista a sua finalidade, sendo contrários ao bem comum que os justificava em primeiro lugar (Tirole, p. 18).

De fato, a economia atual reflete os estudos sociais e científicos que descrevem o ser humano do darwinismo social, que caracteriza o comportamento humano predominantemente egoísta e competitivo (Felber, 2017, p. 19). Esta visão está inerente em algumas teorias de gestão dos bens-comuns, cujo o acesso é possível para todos ou a todos os membros de uma comunidade. A *Tragédia dos Comuns* (esgotamento dos recursos), de *Garret Hardin* em 1968 é uma dessas teorias. Para *Hardin* o problema ambiental da exploração dos recursos comuns recai no aumento da população e aumento do consumo dos recursos naturais para dar resposta a essa população e a forma como nos organizamos para extrair e gerir esses recursos (Simões, Macedo, & Babo, 2011, p. 5). De acordo com Caldas (2013), *Hardin*, na sua teoria resume o homem como vítima de um sistema que o impele para a procura do ganho pessoal em detrimento do ganho coletivo, acabando por esgotar os recursos naturais que são finitos, num contexto de uma sociedade que acredita na liberdade dos bens-comuns. Para *Hardin* a solução para a *Tragédia dos Comuns* é a “coerção mútua, mutuamente acordada pela maioria das pessoas afetadas” (Caldas, 2013, p. 113), o que sugere a desvalorização da autonomia individual e o controlo do Estado (Caldas, 2013, p. 114).

A Teoria da *Tragédia dos Comuns* na versão de *Harold Demsetz*, em 1967, a externalidade pode desregular a gestão do bem-comum. Acreditava que através da privatização do bem-comum, as externalidades são parcialmente internalizadas, aumentando a prudência na gestão do bem-comum, pois a má gestão do mesmo traria consequências diretas e imediatas aos proprietários. *Demsetz* propõe o princípio da separação ou a privatização, enaltecendo a autonomia e a liberdade individual (Caldas, 2013, p. 114)

A Teoria da *Tragédia dos Comuns* nas duas versões não considera a capacidade moral dos seres humanos, nem reconhece a ação coletiva e a sua capacidade de tomar decisões racionais (Caldas, 2013, p. 114) bem como não assegura a sustentabilidade, quer no caso da privatização quer na nacionalização (Simões, Macedo, & Babo, 2011, pp. 12,13).

Contrariando a *Tragédia dos Comuns*, *Elinor Ostrom*, em 2009, contrapõe apresentando a teoria *Governar os Comuns* com base em inúmeros estudos empíricos de populações que gerem os seus recursos comuns com sucesso. Para *Ostrom*, a resolução do conflito na gestão dos recursos comuns reside na organização e cooperação dos indivíduos e/ou instituições que exploram os mesmos recursos e estão empenhados numa gestão sustentável dos mesmos. Pois nos casos práticos que estudou, os indivíduos fazem uma gestão mais eficiente da propriedade coletiva quando os princípios e as regras definidas são aceites e respeitados por todos, do que quando são impostas, mesmo por governos (Simões, Macedo, & Babo, 2011, p. 1).

A Teoria de *Ostrom* para a gestão de recursos comuns a longo prazo aplica-se a comunidade locais, pequenos grupos de indivíduos, que podem explorar recursos partilhados, não na perspetiva do lucro mas da sua sustentabilidade e do recurso em si, através de cooperação e criação de regra de regulação do recurso com o envolvimento dos utilizadores, através de governança e equidade. As comunidades precisam sentir que fazem parte da solução e que sem elas o problema não é resolvido (Simões, Macedo, & Babo, 2011, p. 13).

3.2.1 Comunidades que gerem bem-comum

Com base nestes princípios, criou-se o movimento “*Community Supported Agriculture*” (CSA) que visa a comunidade local apoiar a agricultura local agroecológica, através de uma parceria entre os produtores e os consumidores, cuja responsabilidade e benefícios da agricultura são partilhados por ambos. Esta parceria proporciona uma responsabilidade real sobre todas as fases da cadeia alimentar. A CSA permite lidar com as preocupações atuais sobre a falta de transparência, sustentabilidade e resiliência do nosso sistema alimentar, bem como ajuda a adquirir soberania sobre o mesmo.¹⁸

A CSA surgiu no Japão e na Suíça nos anos 1970. Nos anos 1980, a iniciativa tornou-se popular nos USA e disseminou-se por vários países do mundo e na Europa, nomeadamente com grande aceitação em Inglaterra.¹⁹ Em Inglaterra existem vários modelos de CSA, que são adaptações dos produtores e das comunidades não havendo um modelo fixo (Quadro 7), com a exceção da presença, em todos os modelos, do princípio da partilha dos riscos, benefícios e responsabilidade na produção pelo produtor e consumidor.²⁰

¹⁸ Página on-line da *Community Supported Agriculture* em Inglaterra
<https://communitysupportedagriculture.org.uk/what-is-csa/types-of-csa/> acedido a 21 d abril de 2020

¹⁹ Informação obtido na página online da IFOAM – *Organic International* em
<https://www.ifoam.bio/en/community-supported-agriculture-csa> acedido a 21 abril de 2020

²⁰ Página on-line da *Community Supported Agriculture* em Inglaterra
<https://communitysupportedagriculture.org.uk/what-is-csa/types-of-csa/> acedido a 21 d abril de 2020

Quadro 7 - Modelos de CSA em Inglaterra.

<p>Liderado pelo produtor</p> <p>O agricultor oferece uma parte da produção em troca de uma quota fixa. A parte da produção pode variar de acordo com imprevisibilidades da produção (os riscos e as recompensas são compartilhados). A quota geralmente é paga antecipadamente e por um período relativamente longo (permitindo um rendimento garantido e seguro ao produtor). Essa é a abordagem mais usada e também comum na França e nos EUA.</p>	<p>Liderado pela Comunidade</p> <p>É criada uma empresa agrícola de propriedade da comunidade, que assume responsabilidade direta pela produção. O trabalho pode ser fornecido por voluntários e / ou profissionais empregados.</p> <p>Os produtos podem ser distribuídos entre a comunidade e / ou vendidos para o benefício da empresa, incluindo o uso da parte do modelo de colheita.</p>
<p>Exemplos: <i>Chagfood</i> e <i>Canalside Community Food</i>.</p> <p><i>Chagfood</i> fornece semanalmente produtos hortícolas a cerca de 130 membros. No dia da colheita recebem voluntários para apanhar os produtos e preparar as encomendas. Os membros comprometem-se com o pagamento de uma temporada inteira (junho a março) ou mensalmente. Oferecem 10% de desconto nas ações para famílias locais com baixos rendimentos porque legumes frescos de boa qualidade não devem ser um luxo, mas sim acessíveis a todos.</p>	<p>Exemplos: <i>Stroud Community Agriculture</i></p> <p>Em <i>Stroud Community Agriculture</i>, produzem vegetais biodinâmicos e carne orgânica (vaca, porco, borrego) que fornecem a 220 famílias membros CSA com quotas anuais ou mensais.</p>
<p>Parcerias entre produtor-comunidade</p> <p>É criada uma empresa, de propriedade da comunidade por meio de uma estrutura cooperativa ou similar, que trabalha em estreita parceria com os produtores locais existentes para um fornecimento de produtos seguro e de longo prazo aos membros da CSA.</p>	<p>Propriedades da comunidade</p> <p>É criada uma empresa agrícola por meio de investimento comunitário, mas a comercialização dos produtos não é necessariamente direcionada para os membros da comunidade.</p>
<p>Exemplos: <i>Oak Tree Low Carbon Farm</i> e <i>Cambridge Cropshare</i>.</p> <p>No caso do <i>Oak Tree Low Carbon Farm</i> as terras são arrendadas abaixo do preço de mercado aos produtores. Os consumidores comprometem-se por um período mínimo de 1 ano e pagam anualmente ou ao mês 8,50euros por semana para receberem legumes. Os consumidores comprometem-se ainda a trabalhar duas horas por semana no verão e uma hora por semana no inverno de forma a manter os custos baixos dos legumes.</p>	<p>Exemplos: <i>Fordhall Farm</i> e <i>Community Farm</i>.</p> <p>A <i>Community Farm</i> tem cerca de 500 membros, co-proprietários de produção hortofrutícola orgânica local. Cada membro pode investir um valor entre £ 50,00 e £100,000 e ter direito a votar na Reunião Geral Anual. Os voluntários apoiam na plantação e nas colheitas</p>

Fonte: Página online da Organização *Community Supported Agriculture* em Inglaterra em <https://communitysupportedagriculture.org.uk>

A Economia do Bem-Comum tem como verdadeiro propósito, através da organização legal das empresas, aumentar o mais possível o bem-estar em detrimento da prossecução do lucro, para aumentar a liberdade do individuo, no que respeita: a ter mais tempo livre para se dedicar a outros interesses que não o trabalho remunerado; à educação dos filhos que pode ser orientada para os princípios comunitários e da vida e não para o consumo e; nem todos os aspetos da vida dependerão de transação monetária e da disponibilidade de dinheiro. Numa economia orientada para o bem-comum, a concentração de poder será refreada e paralisada pelos mecanismos de retroalimentação negativa. Na política, diminuirá a corrupção e os lobbies e as regras da economia serão desenvolvidas democraticamente (Felber, 2017, p. 20). Esta mudança de paradigma tem que ter por base a consciência política e o alargamento da democracia direta e participativa, num processo lento e descentralizado de *bottom up*, de baixo para cima (Felber, 2017, p. 14).

Por este motivo, a gestão de recursos comuns a grande escala, a nível nacional e internacionais, tem mais sucesso quando parte das organizações de grupos mais pequenos de utilizadores locais e regionais. O insucesso das políticas públicas de gestão dos bens comuns resulta de uma separação da realidade local e das condições locais (Simões, Macedo, & Babo, 2011, p. 13).

No caso português, com maior enfoque na temática em estudo, é pertinente destacar o solo, neste contexto para produção agroflorestal, como um bem-comum nacional escasso, cujas políticas públicas visam entre outros fins: “*Valorizar as potencialidades do solo, salvaguardando a sua qualidade e a realização das suas funções ambientais, económicas, sociais e culturais, enquanto suporte físico e de enquadramento cultural para as pessoas e suas atividades, fonte de matérias-primas e de produção de biomassa, reservatório de carbono e reserva de biodiversidade*” (alínea a) do artigo 2º da Lei de bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo). ²¹ Os baldios portugueses²² são um exemplo particular de autogestão do bens-comum, que perdurou apesar dos ataques ao longo dos tempos, principalmente a partir da segunda metade do século XVIII, quando o Estado de pensamento liberal e a burguesia rural se apropriaram dessas terras. Entre 1874 e 1938 os terrenos comunais reduziram de 45% para 4,6% (Hespanha, 2017, p. 338).

A Constituição da República de 1976, reconheceu a propriedade das comunidades sobre os terrenos baldios (Hespanha, 2017, p. 339) com base nos fundamentos de uma política de reforma agrária orientada para objetivos sociais precisos (DL nº 39/76, de 19 de janeiro). Os usuários dos baldios, os compadres, ficaram com direitos iguais sobre o uso e fruição dos baldios

²¹ Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo - Lei n.º 31/2014, de 30 de maio com as alterações da Lei n.º 74/2017, de 16/08.

²² Os baldios são regulamentados pelo regime aplicável aos baldios e aos demais meios de produção comunitários, nova Lei nº 75/2017, de 17 de agosto. *Diário da República*, 1.ª série — N.º 158. Assembleia da República.

com obrigatoriedade de constituir uma Assembleia para regulamentar e disciplinar o uso e fruição do baldio e decidir a forma de administrar o baldio, bem como tomar decisões sobre o recurso a créditos, critérios de venda e outros assuntos referentes ao baldio (DL nº 39/76, de 19 de janeiro²³).

Os baldios enquanto gestão comunitária das terras, possuídas e usadas por comunidades territoriais sem personalidade jurídica (“povo”, “aldeias”), são o que resta das antigas formas comunitárias de propriedade da terra e dos meios de produção essenciais tais como moinhos, fornos, eiras, levadas de água, colmeias de abelhas, rebanhos, animais de reprodução, produção de lenha (Hespanha, 2017, p. 344).

No Alentejo, alguns baldios estavam associados às aduas, um curral público. Todos os dias de manhã os donos iam levar os porcos para um adueiro, ou pastor de porcos, guardar os animais nos baldios ou onde pudesse. À tarde o adueiro acompanhava os animais à entrada das vilas e largava-os para os animais sozinhos correrem para as casas dos donos.²⁴

O solo como elemento base de suporte à produção e às atividades agrícolas, desde sempre é reclamado pelos povos que trabalham a terra e dela necessitam para viver, como uma necessidade de justiça social e económica, de gestão democrática e equitativa dos recursos. A Constituição de 1976, embora por um período muito curto, também permitiu aos agricultores tomarem a posse das terras e criar um sistema de autogestão, criando unidades coletivas de produção (UCP) e cooperativas geridas pelos trabalhadores rurais na procura de melhores condições de vida, através da gestão coletiva do bem-comum (Esperança, 2016, p. 25).

O solo, do ponto de vista de bem –comum, é o suporte a todas as componentes da vida como também um importante regulador ambiental. O solo, em particular a matéria orgânica, principalmente composta por carbono, torna os solos mais férteis e produtivos essenciais à produção alimentar (Geslain-Laneelle, 2015, p. 23) e constitui uma importante fonte de sequestro do carbono.

3.2.2 Proteção jurídica dos serviços ambientais como bem-comum

A degradação dos solos é um problema mundial assim como as emissões de CO2 para atmosfera por via das atividades humanas e as práticas agroecológicas podem melhorar a gestão dos solos com melhor desempenho económico, social e ambiental. Por este motivo, a França desenvolveu um projeto agrogeológico com o objetivo de 50% das explorações agrícolas

²³ DL nº 39/76, de 19 de janeiro. *Diário do Governo n.º 15/1976, Série I*. Ministério da Agricultura e Pescas - Define baldios e promove a sua entrega às comunidades que delas venham a fruir.

²⁴ Informação de relatos familiares e informação na página ncultura em <https://i1.wp.com/ncultura.pt/wp-content/uploads/2015/11/adueiro1.jpg> acedida a 19 abril de 2020

francesas estarem envolvidas na agroecologia até 2025. França lançou em 2015, durante a COP21, uma iniciativa internacional “4 por 1000: solos para a segurança alimentar e o clima”, com o objetivo de aumentar as reservas de carbono no solo através dos solos agrícolas (Geslain-Laneelle, 2015, p. 24). A meta é aumentar 0,4% por ano o nível de carbono incorporado nos primeiros 30-40cm do solo, o que irá diminuir significativamente a concentração de CO₂ na atmosfera²⁵. Portugal comprometeu-se com esta iniciativa embora não haja muita informação sobre as ações tomadas neste campo.

Por isso, Paulo Magalhães, no que respeita a bens-comuns globais, e a todo o sistema natural terrestre, acredita que um país pode gerar riqueza se aumentar a disponibilidade de serviços ecológicos, ou seja desenvolver um sistema que compense os benefícios prestados a toda a humanidade, identificados através dos saldos positivos e negativos na manutenção dos sistemas naturais globais. Esta biocapacidade, que passa pelo aproveitamento do potencial ecológico existente e o aumento da eficiência dos recursos, será gerador de riqueza e empregos, em zonas com problemas de desenvolvimento económico, nomeadamente no interior onde capital natural é maior (Magalhães, 2013, p. 226). Num contexto de ausência de quadro conceptual e jurídico, que estruture a interdependência da sobreposição dos interesses globais e particulares de estados e das comunidades, pode levar à Tragédia dos Comuns. Pelo que Magalhães propõe classificar juridicamente os serviços ambientais, que concorrem para um sistema natural global, de *res communis omnium*, forma de propriedade comum alargada a toda a humanidade, que impede a apropriação individual, mas permite o uso comum de um recurso numa perspetiva espaço temporal. E propõe a classificação de Património Comum da Humanidade, que torne a natureza intangível um valor que nos une a todos, de forma a desterritorializar a natureza e isolá-la do conceito de soberania para sobressair juridicamente os serviços ambientais da estrutura física do ecossistema que disponibiliza o serviço. Para tal é necessário encontrar formas de capturar e medir esses benefícios e contabilizá-los através da criação de um sistema padrão de referência de contabilidade de direitos e deveres relativos a esse património comum e, a criação de um sistema relativo à sua governação que seja aceite por todos (Magalhães, 2013, p. 229).

Após estas reflexões, pode-se avançar com a certeza que é necessária uma consciencialização que se reflita na prática jurídica e material da gestão dos recursos naturais, tanto a nível local, nacional ou global. Os bem-comuns limitados funcionam como o nosso condomínio terra, nos direitos e deveres individuais e dos nossos vizinhos, enquanto indivíduos e enquanto povos (Magalhães, 2013, p. 223).

²⁵ Informação disponível no site oficial da iniciativa francesa “4 per 1000” disponível em <https://www.4p1000.org/> acedida a 13 abril de 2020.

Em Portugal, para além da falta de reconhecimento jurídico do bem-comum como *res communis omnium* não há enquadramento jurídico para a Economia do Bem-Comum, pelo que não será descabido afirmar que o bem-comum é a persecução de um “objetivo ético supremo” (Felber, 2017, p. 16), enquanto a economia social possibilita a base jurídica para promover o bem-estar geral com atividades socioeconómicas de recursos do bem-comum.

4 Aplicação da Economia Circular de Base Social à Estratégia Alimentar de Montemor-o-Novo

4.1 Breve caracterização socio económica e territorial

O concelho de Montemor-o-Novo localiza-se no Alentejo Central a cerca de 100km de Lisboa, a 32 km de Évora e 129 km de Badajoz. É um território de baixa densidade com 15 841 habitantes²⁶ numa área de 1233km²²⁷, o sétimo município com maior superfície.

Desde a década de 1980 anos tem perdido população, como acontece em todo o Alentejo, embora a um ritmo inferior à média regional. Metade da população (50%) concentra-se na cidade de Montemor-o-Novo e 27% nas sedes de freguesias, 17% noutros aglomerados e 6% da população reside fora dos aglomerados (Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 2012, p. 25 e 29).

É um território com uma paisagem rural, onde o sector agrícola tem perdido peso ao longo dos anos para dar lugar ao domínio do sector dos serviços. Em termos do uso do solo 75% do território municipal é espaço agroflorestal, 13% espaço agrícola e 10% é espaço afeto à silvo-pastorícia (Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 2012, p. 28).

Montemor-o-Novo beneficia de um posicionamento geoestratégico na ligação entre a Área Metropolitana de Lisboa e Espanha, integrando o “Corredor Azul”, com uma acessibilidade regional e internacional muito favorável, assente numa malha rodoferroviária para escoamento de produtos da região (Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 2015 c, p. 12).

Esta mobilidade é caracterizada pela A6, que passa a 3 km da sede do concelho e liga Lisboa a Badajoz, e a confluência de três estradas nacionais na sede do concelho, que permite a irradiação do tráfego automóvel ligeiro e pesado para todo o país, através da EN4 (ligação

²⁶ Idem

²⁷ Informação obtida na página na internet Pordata, Base de Dados de Portugal Continental referente a 2018, em <https://www.pordata.pt/Municipios>, acedida a 9 de janeiro 2020

Montijo – Vendas Novas – Montemor-o-Novo – Arraiolos), da EN2 (ligação Mora – Montemor-o-Novo – Alcáçovas) e da EN114 (ligação Coruche – Montemor-o-Novo – Évora).

No concelho de Montemor o Novo, a rede ferroviária passa em Casa Branca, mas a 20 km da cidade de Montemor-o-Novo, tendo sido desativado o ramal de Montemor-o-Novo ou o ramal Torre da Gadanha - Montemor-o-Novo, em 1989²⁸, e transformado em Ecopista.

Em termos económico, um dos eixos estratégicos de desenvolvimento assenta em fomentar uma base económica diversificada e sustentada, que permita desenvolver a fileira produtiva (agricultura e produtos agroalimentares, floresta e turismo) (Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 2012, p. 19).

Em 2012, no concelho a área de hortícolas correspondia a 8,8ha e os pomares de frutos frescos, frutos secos e mistos ocupavam 199,64m² (Almeida, 2013, p. 15).

A adoção de novos modelos na produção agrícola e pecuária e a valorização das produções de montado (incluindo sistema de montado, gestão de pastagens a pecuária extensiva) num contexto de gestão multifuncional, que permita melhorar a matéria-prima e adicionar valor ao produto final, foram identificados como um dos potenciais contributos relevantes para a especialização regional inteligente de Montemor-o-Novo, na área Alimentação e Florestas. Os recursos locais, as condições edafoclimáticas específicas da região e a experiência produtiva existente no concelho, associados à disponibilidade de água em infraestruturas de regadio a partir da Barragem dos Minutos, permitem um sistema de montado, incluindo pecuária extensiva, e a produção de hortícolas e horto-industriais. No concelho tem-se verificado também a introdução de novas tecnologias nas explorações e de novas soluções económicas de integração da produção com a indústria e a distribuição (Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 2015 c).

A Barragem dos Minutos, no concelho de Montemor-o-Novo, construída no Rio Almansor, Bacia Hidrográfica do Tejo, foi concluída em 2002. As infraestruturas para o Aproveitamento Hidroagrícola dos Minutos foram concluídas em 2005, com o objetivo de regar cerca de 1.530 hectares de terrenos agrícolas distribuídos por 2 blocos, Amoreira e Foros do Cortiço, com base nas disponibilidades hídricas da Albufeira da Barragem dos Minutos. Esta infraestrutura beneficia cerca de 162 agricultores (Jacob & Teixeira). O município de Montemor-o-Novo e os municípios envolventes reivindicam o investimento necessário para a utilização da Albufeira, para assegurar novas fontes de abastecimento de água para consumo público, à Águas Públicas do Alentejo S.A (AgdA).

²⁸ (Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 2015 a)

A Agda foi criada em 2009 através de um contrato parceria pública, entre Águas de Portugal, SGPS, S.A e a Associação de Municípios para a Gestão da Água Pública do Alentejo, a qual Montemor-o-Novo integra, com mais outros 20 municípios do Alentejo. Esta parceria pública com a AgdA visa “garantir a qualidade, a continuidade e a eficiência dos serviços de águas em “alta”, numa região com necessidades especiais, nomeadamente problemas de escassez de recursos hídricos e dispersão populacional”.²⁹ Neste âmbito foi construída a nova ETAR de Montemor-o-Novo, com um sistema de lamas ativadas em vala de oxidação³⁰, que se encontra em funcionamento embora ainda para testes, e o novo emissário, já parcialmente construído, que irá ligar a parte nascente da cidade à nova ETAR.

Em Montemor-o-Novo e na região Alentejo Central, a GESAMB – Gestão Ambiental e de Resíduos, EIM é a entidade gestora e exploradora do Sistema Intermunicipal de valorização e tratamento de Resíduos Urbanos do Distrito de Évora (SIRU), criada pela Associação de Municípios do Distrito de Évora, a atual CIMAC – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central, onde se integra o concelho de Montemor-o-Novo. A sua intervenção corresponde a 6,9 % da área total do país, e procede ao tratamento e valorização de 1,6 % do lixo doméstico produzido em Portugal que se destina ao Aterro Sanitário Intermunicipal da GESAMB, que fica a 33 km de Montemor-o-Novo.³¹

O SIRU compreende o tratamento dos resíduos da Recolha Indiferenciada e a triagem após a Recolha Seletiva dos resíduos quando o produtor os deposita em diferentes contentores (Papela, Vidra e Embalagens), designado de Ecoponto. Estes equipamentos distribuem-se no concelho com uma cobertura de 62% dos alojamentos, a uma distância de 200m (Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 2012, p. 38). Os resíduos provenientes da recolha seletiva são encaminhados para as indústrias especializadas na reciclagem de cada resíduo.³²

A recolha dos resíduos indiferenciados, os Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) que incluem os resíduos orgânicos, é realizada pela Câmara Municipal na área administrativa do concelho de Montemor-o-Novo, depositando os resíduos na Área Industrial da Adua, para a GESAMB recolher os resíduos e encaminhá-los na sua grande maioria para aterro sanitário (Figura 12). A cobertura dos RSU é de 84% da área do concelho, com equipamentos a menos de 100m nas

²⁹ Informação obtida na página eletrónica oficial da AgdA, em <https://www.agda.pt/geral/sistema-multimunicipal>, acedida a 2 fevereiro de 2020.

³⁰ Informação obtida na página eletrónica oficial da Agda em <https://www.agda.pt/noticias/agda-investe-38-milhoes-de-euros-no-sistema-de-saneamento-de-aguas-residuais-de-montemor-o-novo>, acedida a 2 fevereiro de 2020.

³¹ Informação obtida na página eletrónica oficial da GESAMB, em <http://www.gesamb.pt/Siru/Sistema>, acedida a 30 novembro 2019.

³² Idem

áreas urbanas e a menos de 200m nas zonas rurais (Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 2012, p. 38).

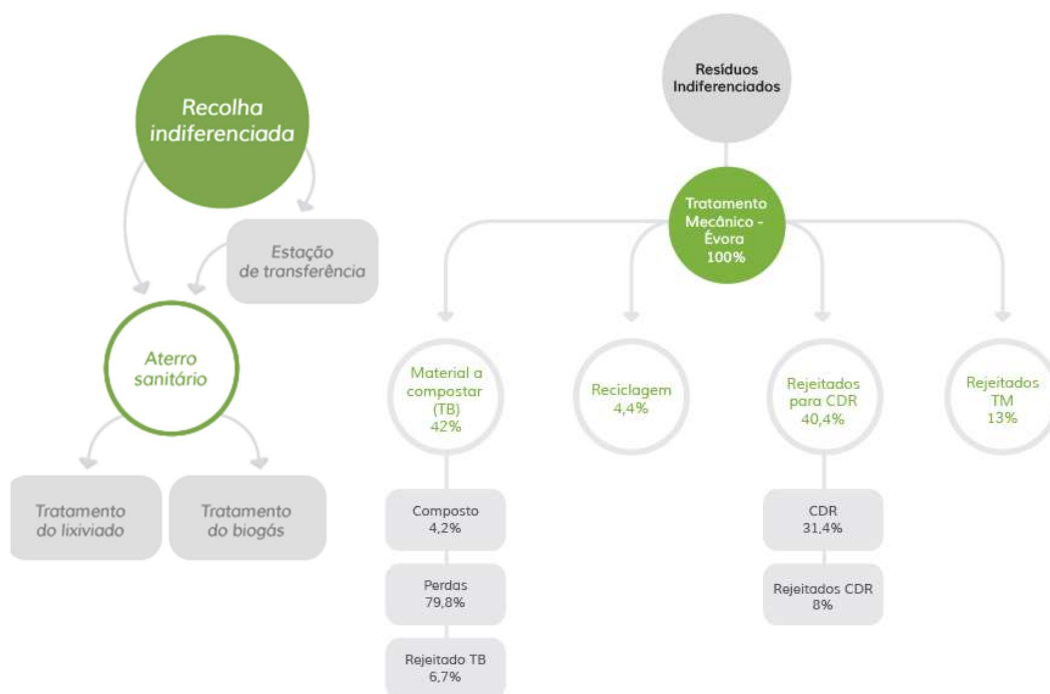


Figura 12 – Esquema do circuito de tratamento dos resíduos provenientes da recolha Indiferenciada, na GESAMB.
Fonte. GESAMB³³

Figura 13 – Esquema de Tratamento Mecânico e tratamento Biológico (TB) dos resíduos Indiferenciados.
Fonte. GESAMB³⁴

Apenas uma pequena parte dos resíduos indiferenciados (Figura 13) tem reaproveitamento direto através de reciclagem (4,4%), da compostagem (4,2% em composto), ou em combustível derivado de resíduos (31,4% em CDR) utilizado para substituir o combustível fóssil em centrais termoeletricas ou cimenteiras.³⁵ Segundo os dados da GESAMB, referentes ao ano 2019, a reciclagem (triagem, valorização) correspondeu apenas a 62% ficando aquém dos 78% de meta mínima intercalar de reciclagem prevista para 2019, a deposição em aterro de resíduos biodegradáveis foi de 52% quando a meta intercalar era de 12% em 2019 para cumprimento dos objetivos do Plano Estratégico de Gestão de Resíduos – PERSU 2020 (GESAMB, 2020, p. 15),

³³ Idem

³⁴ Idem

³⁵ Informação obtida na página eletrónica oficial da GESAMB, em <http://www.gesamb.pt/Siru/Sistema>, acedida a 30 novembro 2019

em parte porque em alguns municípios não existe recolha seletiva de resíduos domésticos biodegradáveis como em Montemor-o-Novo.

4.2 Estratégia Alimentar de Montemor-o-Novo do Município (SMEA)

A Estratégia Alimentar de Montemor-o-Novo (C.M. Montemor-o-Novo, 2019) surge na sequência de processos participativos da Agenda 21 Local e da Carta Estratégica de Montemor-o-Novo 2025, que define a estratégia de desenvolvimento do território até ao horizonte 2025 com base na identificação de projetos, políticas municipais e parcerias a concretizar. A Carta Estratégica 2025 para Montemor-o-Novo assenta em dois objetivos gerais: (i) promover o crescimento económico sustentável do concelho, através da reestruturação e do incremento das dinâmicas de investimento produtivo, com base na promoção e estruturação do cluster agroalimentar e valorização dos recursos naturais bem como do incremento da diversidade e competitividade das atividades económicas e do tecido empresarial; ii) promover a centralidade e competitividade da cidade de Montemor-o-Novo no espaço regional e nacional, como centro económico, cultural e de lazer do Alentejo Central e a criação de um ambiente urbano de excelência (Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 2016).

A Carta Estratégica de Montemor-o-Novo foi elaborada em 2007 para o horizonte 2017 e atualizada/revista para o horizonte 2025, em 2016, no âmbito do Plano de Ação Regional 2020 e as orientações e prioridades do Programas Operacionais 2014-2020. O período 2008 - 2014 foi marcado pela crise económica, com impactos socioeconómico e constrangimento orçamentais públicos que se refletiram na baixa execução das intervenções programadas, sobretudo no eixo da economia renovada e emprego. Os principais fatores críticos na execução dos projetos da Carta Estratégica residiram na escassez de recursos públicos, na alteração nas intenções e prioridades dos investidores, e na dificuldade de mobilizar os parceiros previstos para a implementação bem-sucedida dos projetos (Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 2015 b).

No âmbito da Agenda 21 Local, a Câmara Municipal desenvolveu trabalho de parceria com agentes locais e cidadãos, originando alguns projetos e relações de trabalho que contribuíram para a criação de uma estratégia alimentar. Desses projetos destacam-se a criação das hortas comunitárias nos casais da Adua, do Catálogo dos produtos locais, do Portal MorInvest, do projeto Km0 montemorense, entre outros, com sucesso diferenciado. Ainda outras iniciativas municipais e em parceria, como a “Semana da Bolota”, ao “Sabor das Estações”, a “Feira do Pão e Doçaria”, contribuíram para a necessidade de integrar num plano global que desse coerência a todas as ações e que comprometesse os envolvidos e interessados na concretização dos mesmos objetivos.

Desta forma surge a Estratégia Alimentar de Montemor-o-Novo, designada de SMEA, para transmitir a ideia da construção através do *“semear de ideias e contributos e cuja semente em breve estará a dar frutos”*.³⁶

O processo da Estratégia Alimentar teve início formal em maio de 2017, com o horizonte temporal de 2025, para relançar um sistema alimentar e produtivo associado aos produtos locais, com base na salvaguarda e valorização dos recursos naturais, como resposta à segurança e saúde alimentar e desenvolvimento da economia local.

O processo SMEA, em curso, teve uma primeira fase que visou a conceção da visão da estratégia alimentar para Montemor-o-Novo, a definição dos conceitos de referência, a estrutura do modelo de governância SMEA e a definição das ações a levar a cabo.

Com base nas definições da estratégia SMEA (Quadro 8) a estratégia tem por objetivo reforçar as boas práticas alimentares existentes no concelho com a valorização do conceito “comer bem”, através do consumo e promoção dos alimentos da época e as produções locais. Todo o processo assenta nas produções locais com base na agricultura agroecológica, em oposição à agricultura industrial e intensiva de grande exigência em recursos naturais, contaminação do solo, água e afetação da biodiversidade. Para tal considerou-se essencial criar as condições para difundir os circuitos curtos, que se consideraram, neste caso, até 40km entre o consumidor e o produtor. No caso de produtos que não existam no concelho, consideram-se os existentes e produzidos na NUTS III. Todo o processo é gerido de forma integrada/ holística e abordando multiníveis, quer em termos de relacionamento dos vários eixos e grupos de medidas da visão, quer no modelo de gestão de governância colaborativa e participativa onde todos são envolvidos na decisão, na concretização e na partilha de responsabilidades.

³⁶ Informação obtida na página SMEA - Semear em Montemor Estratégia Alimentar no espaço oficial na internet da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo em <http://www.cm-montemornovo.pt/pt/site-participar/Paginas/SMEA---Semear-em-Montemor-Estrat%c3%a9gia-Alimentar.aspx>, acedida a 16 de novembro de 2019.

Quadro 8 - Definição dos Conceitos SMEA.

Comer bem é:	Diversificar a alimentação, comer produtos da época/estação, comer preferencialmente biológico, comer o mínimo de produtos processados, comer produtos ricos nutricionalmente, ser esclarecido em relação à alimentação, tentar conhecer o produtor dos seus alimentos e privilegiar o consumo de alimentos dos produtores que conhece.
Circuitos curtos locais são:	Um modo de comercialização que se efetua ou por venda direta do produtor para o consumidor ou por venda indireta, com a condição de não haver mais de um intermediário. A ele se associa uma proximidade geográfica (concelho e concelhos limítrofes) e relacional entre produtores e consumidores (<i>Regulamento (UE) n.º 1305/2013 (FEADER)</i>). Não são consideradas intermediários as entidades de transformação (matadouros, lagares, unidades de descasque, entre outros) que prestam um serviço ao produtor. Considera-se uma distância de 40km a partir da exploração agrícola até ao consumidor final. Todos os alimentos que não existam no raio de distância estabelecido para efeitos de circuitos curtos (peixe, sal, fruta, etc.), serão considerados os produtos que provêm de locais pertencentes à NUT III (Alentejo Central).
Agroecologia é:	A agroecologia é uma prática que surge em oposição à agricultura industrializada e ao modelo de desenvolvimento capitalista, fazendo, por isso, um uso muito reduzido de 'inputs', como fitofármacos, combustíveis e fatores de produção não sustentáveis. A agroecologia baseia-se em dois princípios: (i) gestão de ecossistemas complexos, com base na compreensão das funcionalidades dos seus elementos, opondo-se à simplificação dos mesmos através da sua eliminação; (ii) respeito e uso dos ciclos naturais de fertilidade em alternativa ao modelo químico suportado pelos combustíveis fósseis. A ciência agroecológica dedica-se a sistematizar e valorizar os conhecimentos e saberes das culturas tradicionais cujas práticas demonstraram gerir adequadamente os ecossistemas. Esta ciência tem de ser transdisciplinar, no sentido de poder abordar toda a complexidade dos sistemas agrários sustentáveis e as componentes socioeconómicas a eles associadas, num processo de co-construção com as comunidades rurais.
Uma gestão integrada e multinível é:	Uma gestão integrada e multinível é aquela que assegura uma abordagem holística e sistémica na sua condução, velando pelas complementaridades e sinergias entre os vários campos de ação e garantindo coerência de intervenção multi - setorial, escala e níveis de atuação, conducente a sistemas de governancia participada e colaborativa e à concertação dos compromissos em ações concretas. A definição está refletida na constituição do Conselho Geral SMEA, onde existe a integração de todos os Eixos, seu modo de funcionamento, referindo que a sua constituição deve ser feita por elementos de todas as áreas da cadeia, nomeadamente: Entidades públicas (Município, Juntas de Freguesia, DRAPL, Universidades/ICAAM...), associações de produtores, ADL's, grupos de cidadãos, empresas do setor, IPSS's, ...

Fonte: C. M. Montemor-o-Novo, 2019. p.5.

Após este trabalho inicial, os atores envolvidos assinaram a 18 de junho de 2019, a Carta de Compromisso para implementar a Estratégia Alimentar SMEA, que comporta uma visão comum e um conjunto de reflexões de todos os envolvidos, sobre os projetos, iniciativas, formas de trabalhar, relacionar e de articular várias temáticas a implementar, para atingir os objetivos definidos, que são (Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 2019 b, p. 2):

- “(...) afirmação e consolidação de um sistema alimentar pautado pela integração positiva entre a produção, a transformação, a comercialização e o consumo que respeite a gestão sustentável dos recursos e as necessidades de segurança alimentar das pessoas e do território;
- estimular a adoção de boas práticas nas produções locais e de hábitos alimentares saudáveis, ao nível das políticas e iniciativas públicas nos domínios da agricultura, da educação, da saúde, do ambiente e da gestão dos recursos do território;

- *valorizar o conhecimento científico e empírico bem como as iniciativas em matéria de gestão de recursos naturais e da produção e gestão agroalimentares aproximando a comunidade científica e técnica, as associações de produtores e as entidades públicas (local, regional e nacional), numa agenda de inovação e desenvolvimento para a concretização dos objetivos associados à consolidação gradual de um sistema alimentar sustentável e inclusivo;*
- *contribuir para um movimento regional e nacional empenhado em encontrar respostas para assegurar o direito à alimentação, assentes na gestão racional dos recursos e na valorização da agricultura familiar e das fileiras e circuitos de proximidade, para uma partilha de valor mais justa;*
- *partilhar as experiências locais a nível europeu e mundial visando a construção de conhecimento na valorização dos recursos naturais de forma sustentável como base desenvolvimento económico e de criação de riqueza nos territórios de baixa densidade”.*

4.2.1 Visão

A SMEA assenta numa visão (Figura 14) para o concelho que concilia os hábitos alimentares da dieta mediterrânica presentes no território, o conhecimento e tradições produtivas e a existência dos recursos naturais, numa vertente que compreenda a produção, transformação, comercialização, segurança e saúde alimentar e os comportamentos de consumo.

Com este sentido, os atores que aderiram a este projeto foram envolvidos de forma a delinear a visão na base da estratégia, composta por 4 eixos estruturantes da SMEA, para os quais se definiram vários grupos de medidas e ações a desenvolver.

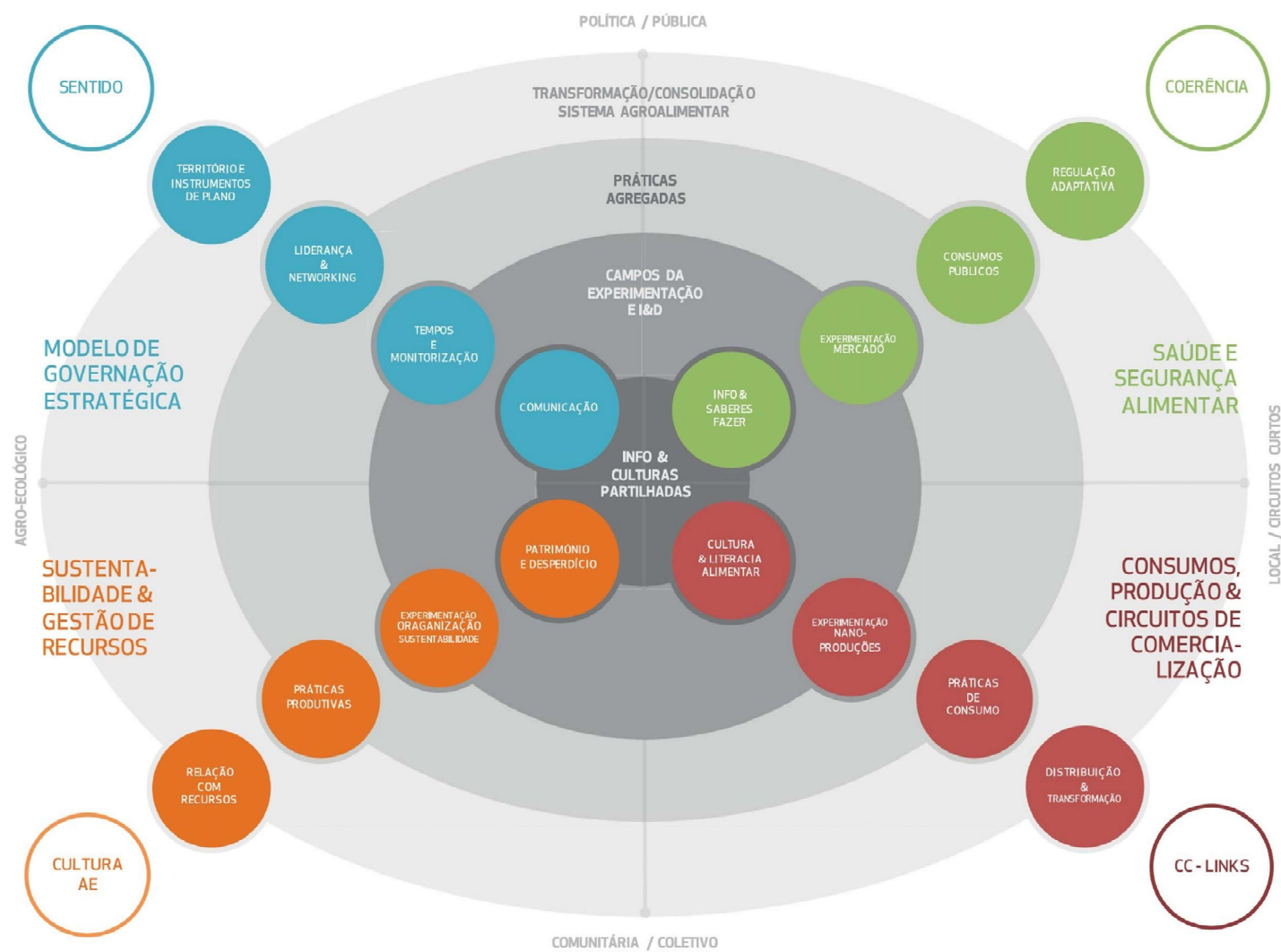


Figura 14 - Eixos Estruturantes da Visão da Estratégia Alimentar SMEA. Fonte: C. M. Montemor-o-Novo, 2019, p. 8

A visão estratégica da SMEA configura-se em quatro eixos, concretizando-se cada eixo através de quatro grupos de medidas e ações. As arenas agregam de forma estratégica e operativa os grupos de medidas para que as ações tirem partido das sinergias que pretendem criar. De forma muito sumária, descrevem-se os eixos e os grupos de medidas que compõem a visão estratégica (Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 2019 a):

Eixo 1 – Saúde e Segurança Alimentar – pretende “*valorizar os saberes e o património alimentar local*” (Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 2019 a, p. 9) numa coerência entre as políticas públicas que favoreçam as produções locais, sazonais e os circuitos curtos, a desenvolver em quatro campos de medidas:

- (i) *Informação e Saberes Fazer* - com ações de informação e divulgação para a promoção e disseminação da saúde e segurança alimentar assim como a valorização das boas práticas existentes ou a implementar;
- (ii) *Mercado Local como espaço de Experimentação* - com ações modelos ou de experimentação, para incutir as “*boas práticas alimentares no Concelho*”, através da “*promoção de produtos e saberes locais, em torno da temática alimentar*” (Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 2019 a, p. 13);
- (iii) *Consumos Públicos* – com “*ações de promoção e generalização dos princípios associados a uma alimentação saudável, segura e ambientalmente sustentável, em contextos institucionais e em espaços e eventos públicos*” (Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 2019 a, p. 13) ;
- (iv) *Regulação Adaptativa* - com ações de iniciativa municipal ou de natureza pública para reforçar a ação política em torno destas.

Eixo 2 – Consumos, Produção e Circuitos de Comercialização – tem por objetivo “*alargar a utilização de circuitos curtos nas práticas de consumo, produção, comercialização e transformação pela comunidade*” (Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 2019 a, p. 9), a desenvolver nos seguintes quatro campos de medidas:

- (i) *Cultura e Literacia Alimentar* – com ações que promovam o conhecimento, potencialidades, competências para participação ativa sobre as questões associadas a uma alimentação saudável, generalizada a todos os atores, para a “*resolução de problemas e a consolidação de uma cultura local*” em torno da temática (Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 2019 a, p. 13);
- (ii) *Nano-Produções como espaço de Experimentação* – com “*ações experimentais e de desenvolvimento da relação produção-consumos, em circuitos curtos de maior proximidade*” (Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 2019 a, p. 13);

- (iii) *Práticas de Consumo* – com “ações para a promoção generalizada de consumos” das famílias, na restauração, na distribuição e na transformação de alimentos de produtos produzidos localmente e de circuitos curtos de maior proximidade (Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 2019 a, p. 13);
- (iv) *Distribuição e Transformação* – com “ações para a consolidação de práticas e soluções inovadoras que a distribuição e a transformação de alimentos podem desempenhar”, na correlação de produções-consumos (Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 2019 a, p. 14).

Eixo 3 – Sustentabilidade e Gestão de Recursos – pretende promover a adoção do “*modelo produtivo agroecológico culturais na sua relação sistémica com os recursos ambientais e os princípios de sustentabilidade*” (Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 2019 a, p. 10), sobretudo no que respeita ao uso eficiente de recursos, ao combate ao desperdício e à redução da biodiversidade, privilegiando práticas que promovam uma alimentação saudável, a desenvolver nos seguintes quatro campos de medidas:

- (i) *Património e Desperdício* - com “ações de levantamento e de valorização do património de saberes e práticas existentes no Concelho para o desenvolvimento de uma cultura agroecológica e de ações diretamente direcionadas para a redução de desperdícios” (Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 2019 a, p. 14);
- (ii) *Organização e Sustentabilidade da Agricultura ecológica, como espaço de experimentação* - com “ações de experimentação e de desenvolvimento do modelo agroecológico a implementar, nomeadamente nas suas vertentes de sustentabilidade financeira, económica e tecnológica/operativa” (Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 2019 a, p. 14);
- (iii) *Práticas Produtivas* - com ações de viabilização, consolidação e generalização de práticas produtivas alinhadas com o modelo agroecológico e com a economia circular (Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 2019 a, p. 14);
- (iv) *Relação com Recursos* – com “ações de reconhecimento e de gestão integrada de recursos orientadas para o seu uso eficiente e capacitação adaptativa dos diferentes atores e do sistema para uma resiliência coletiva de base territorial” (Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 2019 a, p. 14).

Eixo 4 – Governância Estratégica – é referente à “*consolidação da mediação política e operatória, de forma a dar sentido e consistência sistemática no desenvolvimento da SMEA*” (Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 2019 a, p. 11), com base numa liderança colaborativa entre atores e ações, de grande interdependência entre eixos, a desenvolver nos quatro campos de medida seguintes:

- (i) *Comunicação* – com “ações orientadas para a comunicação efetiva entre todos os intervenientes em torno da informação disponível, conteúdos estabilizados e partilha de experiências e saberes (Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 2019 a, p. 14)”;
- (ii) *Gestão dos tempos de desenvolvimento da SMEA e Monitorização, como espaços de experimentação* – com “ações orientadas para a experimentação de instrumentos de gestão estratégica e de monitorização dos seus progressos, em novos campos de possibilidades e consequências nas transformações com evidência no território” (Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 2019 a, p. 14);
- (iii) *Liderança e Networking* - com “ações de reconfiguração e alargamento do sistema de atores, a sua mobilização e integração num modelo de ação e de governância colaborativa, através de compromissos efetivos, de práticas de corresponsabilização e partilha de decisões e poderes” (Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 2019 a, p. 14);
- (iv) *Território e Instrumentos de Planeamento* – com “ações transversais à consolidação do modelo agroecológico no território, à sua integração e consideração noutros instrumentos de planeamento e à promoção e gestão necessárias à consolidação das transformações almejadas com a implementação do SMEA” (Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 2019 a, p. 15); .

As arenas identificam os campos de medidas, onde é desejado que determinado tipo de ações operativas, tenham maior incidência, como seja (Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 2019 b, pp. 14,15):

- Arena Operacional 1 - **Informação e Culturas Partilhadas**
- Arena Operacional 2 – **Campos de Experimentação e I&D**
- Arena Operacional 3 – **Práticas agregadas**
- Arena operacional 4 – **Transformação/ consolidação do sistema.**

Foram definidas as principais ações para cada eixo e grupo de medidas mediante fichas de medidas, com objetivos, contributos para a transformação desejada da ação e resultados esperados, entre outra informação como ligações a outras ações, indicadores de medida, cronograma, recursos a acionar, custos, liderança, atores de 1ª e de 2ª linha (Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 2019 b, pp. 12 -27).

4.2.2 Processo

O processo SMEA, até ao momento da assinatura do compromisso, contou com cerca de dois anos e meio e foi conduzido pela equipa técnica da Agenda 21 da Câmara Municipal e uma equipa externa de apoio técnico do Gabinete Oliveira das Neves e LNEC. As quatro oficinas de trabalho e um seminário promoveram o envolvimento ativo de atores locais. As iniciativas de rua nas freguesias deram a conhecer o processo em curso e recolheram as sensibilidades existentes em torno da temática da alimentação.

A Estratégia SMEA assenta fortemente num sistema de Governância, com uma “*abordagem colaborativa, com o princípio de codecisão e corresponsabilização para evitar desequilíbrios na distribuição e no exercício de poderes, sobrecargas e/ou demissões*” (Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 2019 a, p. 20). A estrutura de funcionamento pretende ser flexível e operacional para não dificultar a participação, assim como visa otimizar a distribuição e partilha de recursos, a participação efetiva de todos os intervenientes na operacionalização e monitorização da estratégia, através de regras simples, entendidas e aceites por todos (Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 2019 a).

A estrutura do modelo de governância que os atores da estratégia SMEA criaram configura-se na Figura 15.

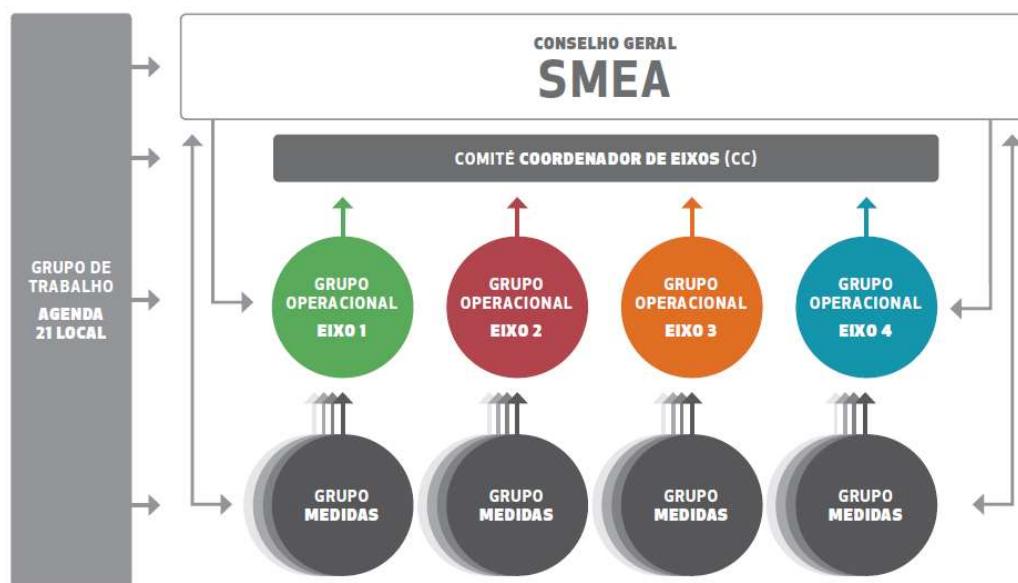


Figura 15 - Estrutura do modelo de governância SMEA.

Fonte: (Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 2019 b)

O Conselho Geral SMEA funcionará rotativamente de 2 em 2 anos com uma reunião anual para garantir o acompanhamento do cumprimento da Carta de Compromisso e promover um fórum

de discussão e decisão para alterações referente ao sentido estratégico da SMEA (Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 2019 b, p. 6).

O Comité de Coordenação de Eixos reunirá, no início, trimestralmente para assegurar a partilha periódica e sistemática de informação sobre o desenvolvimento dos Eixos e a coerência das ações e tomada de decisão do foro executivo, decorrentes das decisões do Conselho Geral e inscritas na Carta de Compromisso (Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 2019 b, p. 7).

O Grupo Operacional de Eixo Estratégico é composto por um interlocutor de cada Grupo de Medidas do eixo, com o objetivo principal de garantir a coerência e desenvolvimento operacional das ações do eixo, sobretudo, através da articulação operacional interna, da monitorização dos recursos a alocar e/ou angariar, da apresentação a apreciação de novas ações e avaliação das ações em curso (Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 2019 b, p. 7).

Grupo de Medidas são os grupos de orgânica executiva das ações identificadas, que deve assegurar a operacionalização dos propósitos e função da Estratégia SMEA, através da execução das medidas inscritas na Carta de Compromisso ou outras que vierem a ser propostas e validadas pela Coordenadora (Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 2019 b, p. 8).

A equipa da agenda 21 da autarquia tem como objetivo assegurar o respeito geral pelos princípios que regem a Carta de Compromisso SMEA, com base nos valores gerais que definem a Estratégia SMEA.

Estes são os alicerces da Estratégia SMEA, um processo ainda em curso, com a realização de reuniões para acertos do Plano de Ação e Plano de Monitorização da Estratégia SMEA.

4.2.3 Atores locais envolvidos

Os atores locais identificados na

Figura 16 foram envolvidos nas oficinas de trabalho, embora nem todos tenham estado presentes em todas as sessões. Contudo, 26 entidades assinaram a carta de compromisso para implementação das medidas, ações da Estratégia SMEA do Quadro 9.

Município (grupo/Serviço)	Atores de Referência	Associações	Outros
<ul style="list-style-type: none"> • Agenda 21 • Carta estratégica • PDM • Educação • Área Social • Desporto • Juventude • Ambiente • Serviço Veterinário • Came - Centro de Acolhimento às Micro e Pequenas e Médias Empresas • Gabinete de apoio à verificação • Assembleia Municipal 	<ul style="list-style-type: none"> • Juntas de Freguesia • Rede social • Rede Cidadania 	<ul style="list-style-type: none"> • Associações de Produtores - APORMOR, LPMA - Liga dos Pequenos e Médios Agricultores de MoN, MontemorMel, Cooperativa Caminhos do Futuro, Coprac, Cooperativa Integral • Associação de Comerciantes de Retalho • Associação Portuguesa de Defesa do consumidor • Associação Regantes da barragem dos Minutos • Deco • Associações de Desenvolvimento local: Monte, Marca, Terras Dentro) • Associações Desportivas (ACM Atlético Clube, Rugby, Grupo União Sport, Ténis) • IPSS que servem refeições • Associação de Pais • Cooperativas: Minga • Produtores agro alimentares 	<ul style="list-style-type: none"> • ADRAL • ASAE • ARS Alentejo • Agrupamento de Escolas • MDM • Universidade de Évora- ICAMM • CIM do Alentejo Central • ERT-Entidade Regional de Turismo • ICNF • FAO • Movimento Slow-Food • Herdade freixo do Meio • Cidadãos • população gera • restauração • comércio local

Figura 16 - Atores –Chave envolvidos na produção da Estratégia SMEA.

Fonte: Adaptado Câmara Municipal de Montemor-o-Novo., 2019.

Quadro 9 – Quadro de Medidas, Ações e Indicadores da Estratégia SMEA com a associação às temáticas da Economia Circular.

Estratégia SMEA	Ação	Coordenador da medida/ação	Ponto de situação (abril 2020) ³⁷	Temática da Economia Circular ³⁸	Indicador
Eixo 1 - Saúde e Segurança Alimentar – ICAAM (coordenador do Eixo 1)					
Informação e Saberes Fazer	<ul style="list-style-type: none"> Kit SMEA (conteúdos informativos relevantes em cada área para distribuição à população) 	Slow Food	<ul style="list-style-type: none"> Número de Kit SMEA necessários criar e recolha de conteúdos 	Consumo	<ul style="list-style-type: none"> Nº de kit SMEA distribuídos Taxa de cobertura das iniciativas
Mercado Local como Experimentação	<ul style="list-style-type: none"> Projeto de renovação/Dinamização do mercado municipal 	Câmara Municipal	<ul style="list-style-type: none"> Obras do Mercado terminadas, falta equipar o mercado. Regulamento de funcionamento aprovado Plano de Iniciativas de dinamização em desenvolvimento 	Produção (transformação e Inovação)	<ul style="list-style-type: none"> Taxa de ocupação semanal da Cozinha Comunitária
	<ul style="list-style-type: none"> Cozinha comunitária 		<ul style="list-style-type: none"> Equipamento a adquirir após obra do mercado concluída Regulamento de normas de funcionamento e gestão em desenvolvimento 	Produção (transformação e Inovação)	
Consumos Públicos	<ul style="list-style-type: none"> Grupo de trabalho para promoção de compras locais junto de entidades abrangidas pelas regras de contratação públicas de produtos locais e Agroecológicos 	Câmara Municipal	<ul style="list-style-type: none"> Selo SMEA – a atribuir a postos de consumos públicos que cumpram os requisitos da medida 	Consumo	<ul style="list-style-type: none"> Número de postos de consumo alimentar sob gestão pública com selo SMEA
Regulação Adaptativa	<ul style="list-style-type: none"> Grupo de trabalho para acompanhar, preparar e impulsionar revisões e alterações legislativas que viabilizem Compras Públicas de produtos locais 	Assembleia Municipal	<ul style="list-style-type: none"> Sem informação sobre o ponto de situação 	Políticas	<ul style="list-style-type: none"> Propostas de revisão com alterações legislativas, em matéria de compras públicas na área alimentar
Eixo 2 - Consumos, Produção e Circuitos de Comercialização – Slow Food (coordenador do Eixo 2)					
Cultura e Literacia Alimentar	<ul style="list-style-type: none"> Kit SMEA 	Slow Food	Número de Kit SMEA necessários criar	Consumo	<ul style="list-style-type: none"> Número de Kits SMEA distribuídos
Nano Produções como espaço de Experimentação	<ul style="list-style-type: none"> Hortas Comunitárias 	Cooperativa Minga	<ul style="list-style-type: none"> Em curso. 	Produção (transformação e Inovação)	<ul style="list-style-type: none"> População abrangida pelas hortas comunitárias/Taxa de ocupação Número de nano/pequenos produtores envolvidos na iniciativa
	<ul style="list-style-type: none"> Dinamização do Banco de Terras Local 		<ul style="list-style-type: none"> Em Curso pela Rede Cidadania de Montemor-o-Novo nas Hortas do Hospital de S. João de Deus e Convento de S. Domingos 	Produção (transformação e Inovação)	<ul style="list-style-type: none"> População abrangida pelas hortas comunitárias/Taxa de ocupação Número de nano/pequenos produtores envolvidos na iniciativa
	<ul style="list-style-type: none"> Quiosque de excedentes 		<ul style="list-style-type: none"> Em curso, a Carrinha Desperdício da UFVBS no âmbito do projeto “Produzir sem desperdiçar” – candidatura no Fundo Ambiental Disponibilização de Espaço para instalação do quiosque Alocação de recursos humanos para formação e acompanhamento técnico 	Resíduos	<ul style="list-style-type: none"> Volume de produtos disponibilizados
Práticas de Consumo	<ul style="list-style-type: none"> Km0 	Rede cidadania	<ul style="list-style-type: none"> Em curso Menu Km0, Sopa Km0, Cantina Km0 	Distribuição	<ul style="list-style-type: none"> Iniciativas realizadas de divulgação dos circuitos Número de restaurantes e pontos de comércio alimentar aderentes à rede Km0
Distribuição e Transformação	<ul style="list-style-type: none"> Às voltas de um produto – a Bolota 	Montemormel	<ul style="list-style-type: none"> Em curso o desenvolvimento de produtos com bolota existentes em algumas lojas locais ou por encomenda Em curso a Semana da Bolota que vai na IV edição (2019) 	Consumo	<ul style="list-style-type: none"> Elos da cadeia de valor de produtos do território preenchidos Número de novos produtos com bolota
	<ul style="list-style-type: none"> Circuito de Mercearias + Selo SMEA 		<ul style="list-style-type: none"> Sem informação sobre o ponto de situação 	Distribuição	<ul style="list-style-type: none"> Número de mercearias integradas no circuito com selo SMEA atribuído Número de mercearias Número de novos postos de venda

³⁷ Ponto de situação – coluna com informação levantada no âmbito da presente dissertação.

³⁸ Temática da Economia Circular - classificação das ações de acordo com as temáticas da EC no âmbito da presente dissertação.

Estratégia SMEA	Ação	Coordenador da medida/ação	Ponto de situação (abril 2020) ³⁹	Temática da Economia Circular ⁴⁰	Indicador
Eixo 3 - Sustentabilidade e Transformação – Herdade Freixo do Meio (coordenador do Eixo 3)					
Património e Desperdício	<ul style="list-style-type: none">Kit SMEA		<ul style="list-style-type: none">Levantamento do património de saberes e práticas instaladas no concelho de desperdício alimentarIniciativas de sensibilização associadas à agroecologia	Resíduos	<ul style="list-style-type: none">Número de Kit SMEA
	<ul style="list-style-type: none">Campo prático de Aprendizagem	Herdade Freixo do Meio	<ul style="list-style-type: none">Sem informação sobre o ponto de situação	Produção (transformação e Inovação)	<ul style="list-style-type: none">Campos práticos de aprendizagem instalados
Organização e Sustentabilidade da Agricultura Ecológica	<ul style="list-style-type: none">Estudos de viabilidade do sistema Agro Ecológico e de Instrumentos de apoio técnico à Produção		<ul style="list-style-type: none">Sem informação sobre o ponto de situação	Produção (transformação e Inovação)	<ul style="list-style-type: none">Instrumentos de apoio técnico à produção tradicional criadosRecursos humanos especializados para implementação das práticas experimentais, monitorização e avaliação
Práticas produtivas	<ul style="list-style-type: none">Estrutura de Apoio Técnico à Produção	Herdade Freixo do Meio e ICAAM	<ul style="list-style-type: none">Sem informação sobre o ponto de situação	Produção (transformação e Inovação)	<ul style="list-style-type: none">Estrutura de Apoio Técnico à Produção em funcionamento
	<ul style="list-style-type: none">Recuperação de formas tradicionais de produção		<ul style="list-style-type: none">Sem informação sobre o ponto de situação	Produção (transformação e Inovação)	<ul style="list-style-type: none">Mapa de boas práticas tradicionais de produçãoNúmero de selos MON AE (agricultura ecológica) atribuídos
Relação com recursos	<ul style="list-style-type: none">Criação e gestão de bancos de sementes	DRAPAL e Marca	<ul style="list-style-type: none">Sem informação sobre o ponto de situação	Produção (transformação e Inovação)	<ul style="list-style-type: none">Bancos de sementes
	<ul style="list-style-type: none">Promoção de boas práticas do uso do solo e da água		<ul style="list-style-type: none">Sem informação sobre o ponto de situação	Produção (transformação e Inovação)	
	<ul style="list-style-type: none">Participação na bolsa Nacional de terras		<ul style="list-style-type: none">Sem informação sobre o ponto de situação	Produção (transformação e Inovação)	<ul style="list-style-type: none">Parcelas de terra do concelho colocadas na Bolsa Nacional
Eixo 4 - Governância Estratégica – CM Montemor-o-Novo (coordenador do eixo 4)					
Comunicação	<ul style="list-style-type: none">Kit SMEA	Câmara Municipal	<ul style="list-style-type: none">Sem informação sobre o ponto de situação	Consumo	<ul style="list-style-type: none">Número de Kits distribuídos
	<ul style="list-style-type: none">Carrinha Itinerante (suporte Kit SMEA)		<ul style="list-style-type: none">Sem informação sobre o ponto de situação	Consumo	<ul style="list-style-type: none">Número de contactos registados pela carrinha itinerante
	<ul style="list-style-type: none">Plataforma digital (Suporte SMEA)		<ul style="list-style-type: none">Sem informação sobre o ponto de situação	Avaliação global	<ul style="list-style-type: none">Número de visitas à Plataforma SMEA
Gestão dos tempos de desenvolvimento da SMEA e Monitorização	<ul style="list-style-type: none">Monitorização SMEA		Plano de Monitorização a desenvolver e aplicar Recolha e tratamento de informação para prestação de contas ao Conselho SMEA	Avaliação global	<ul style="list-style-type: none">Relatórios síntese de informação recolhida e tratada apresentada ao Conselho Geral SMEA
Liderança e <i>Networking</i>	<ul style="list-style-type: none">Negociação e facilitação de parcerias alargadas		Sem informação sobre o ponto de situação	Políticas	<ul style="list-style-type: none">Redes de parcerias constituídas e em funcionamento
	<ul style="list-style-type: none">Rota de Eco_literacia		Levantamento dos locais com vista à promoção de “experiências no lugar” em torno dos princípios SMEA	Consumo	<ul style="list-style-type: none">Roteiros de proximidade criadosNúmero de visitas às “Experiências no lugar” abrangidas pelos Roteiros
Território e Instrumentos de Planeamento	<ul style="list-style-type: none">Integração SMEA nos Instrumentos de Gestão Territorial (IGT) e outras Estratégias municipais (Agenda 21 Local e Carta Estratégica)			<ul style="list-style-type: none">PDM em revisão	Políticas

Fonte: Adaptado da Estratégia SMEA.

³⁹ Ponto de situação – coluna com informação levantada no âmbito da presente dissertação.

⁴⁰ Temática da Economia Circular - classificação das ações de acordo com as temáticas da EC no âmbito da presente dissertação.

4.3 Contributos para o Sistema Alimentar Local de Montemor-o-Novo

A Estratégia SMEA não visa implementar uma economia circular. Contudo, os princípios da sustentabilidade económica, social e cultural são a base desta estratégia territorial, como forma de salvaguardar e valorizar o património cultural e natural, reforçando a sua matriz rural, para criar dinâmica territorial, empregos, fixação de população jovem, aumento da população e crescimento económico. O rebuscar de hábitos tradicionais do quotidiano, onde o desperdício era residual, as técnicas de conservação dos alimentos mais saudáveis e ambientalmente mais sustentáveis, acresce no presente a tecnologia e a criatividade para inovar no aproveitamento e transformação dos resíduos, que são atualmente o nosso maior problema.

A Estratégia SMEA concorre para os principais atributos da EC na matriz no Quadro 10, onde se faz a articulação das medidas da Estratégia SMEA, nas quatro áreas identificadas como fundamentais, com as características da EC do projeto CIRCTER. Nesta matriz verificamos que as medidas têm sobretudo maior incidência direta na partilha de modelo para a mudança de padrões de consumo e na diminuição do impacto ambiental. São sobretudo as medidas do *Eixo 2 – Consumos, Produção e Circuitos Curtos* e *Eixo 3 – Sustentabilidade e Transformação* que efetivamente se conseguem relacionar diretamente com os objetivos do EC. No entanto, se não houver um trabalho de sensibilização, de investigação e de experimentação associado ao *Eixo 1 – Saúde e Segurança Alimentar*, e se estas medidas não forem apoiadas por políticas e incentivos que promovam o envolvimento e a participação dos atores locais, a desenvolver no *Eixo 4- Governância Estratégica*, a Estratégia SMEA fica desprovida de força motriz. Verificamos também que na estratégia há menor incidência de medidas e ações orientadas para a expansão das energias renováveis, para a qualidade da reciclagem e para a reintrodução no ciclo de produção (upcycle) dos resíduos, pelo que as mesmas devem ser incorporadas numa estratégia direcionada para a economia circular.

Na elaboração desta matriz consideraram-se os efeitos diretos das medidas e ações que são pormenorizadas no Quadro 9. Esta dissertação, pretende identificar os circuitos de circularidade da Estratégia SMEA, para aprofundar as necessidades a colmatar nas áreas de atuação, propondo medidas e indicadores numa proposta de Plano de Ação para a Transição para a Economia Circular e um Plano de Monitorização, como contributos para a Estratégia SMEA.

Quadro 10 – Matriz de cruzamento dos campos de medidas da Estratégia SMEA com as características na Transição para EC.

Eixos e Campos de Medidas da Estratégia SMEA	Objetivos na transição para EC														
	Aumento da capacidade de regeneração da economia			Menor uso e exploração de recursos naturais			Menores perdas de material/resíduos		Manter o valor elevado dos produtos e materiais				Difusão de novos modelos de negócio e de padrões de utilização		
Área Fundamentais de Impacto da SMEA e Grupo de Medidas	crescimento económico	impacto ambiental	criação de emprego	aumento da produtividade dos recurso e eficiência	redução da dependência das importações	expansão das energias renováveis	redução de incineração e aterro	aumento da qualidade da reciclagem	Extensão da vida média de produção	remodelação, recondicionamento, reutilização	aumentou da alta qualidade de reciclagem	reintrodução no ciclo de produção (upcycle)	Proliferação de produções como um serviço	partilha de modelos	mudança dos padrões de consumo
Eixo 1 - Saúde e Segurança Alimentar															
Informação e Saberes Fazer														x	x
Mercado Local como Experimentação														x	x
Consumos Públicos		x													x
Regulação Adaptativa														x	
Eixo 2 - Consumos, Produção e Circuitos de Comercialização															
Cultura e Literacia Alimentar														x	x
Nano Produções como espaço de Experimentação		x	x	x	x		x		x	x	x				
Práticas de Consumo		x	x	x			x	x					x	x	x
Distribuição e Transformação	x	x	x	x	x		x	x	x	x		x	x		
Eixo 3 - Sustentabilidade e Transformação															
Património e desperdício		x		x			x		x	x	x	x		x	x
Organização e Sustentabilidade da Agricultura Ecológica	x	x	x	x	x	x					x		x	x	
Práticas produtivas	x	x	x	x	x		x	x	x	x	x	x	x	x	x
Relação com recursos		x			x		x	x		x					
Eixo 4 - Governância Estratégica															
Comunicação				x					x	x					x
Gestão dos tempos de desenvolvimento da SMEA e Monitorização														x	
Liderança e Networking				x										x	
Território e Instrumentos de Planeamento	x	x													
Total de medidas	4	9	5	8	5	1	6	4	5	6	4	3		10	8

Fonte: Autora com base no projeto CIRCTER (ESPON 2020, 2018) e Estratégia SMEA da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo.

Ao conjugar os três princípios essenciais da economia circular do sistema alimentar adequado da Fundação *Ellen Macarthur* (2019) com as características da EC do projeto CIRCTER, pretende-se identificar os elementos conceptuais/ áreas de atuação para adaptar e redirecionar a avaliação e monitorizar da Estratégia SMEA para as características da Economia Circular (Quadro 11).

Quadro 11- Matriz dos elementos conceptuais a trabalhar com base no cruzamento das características da EC do projeto CIRCTER com os princípios essenciais da EC no sistema alimentar adequado.

Princípios e características EC/ Associação a elementos conceptuais	Fundação <i>Ellen Macarthur</i>		
Projeto CIRCTER	<i>Produção de alimentos com base em sistemas regenerativos</i>	<i>Reaproveitar todos alimentos para reduzir desperdício alimentar</i>	<i>Produção de alimentos com um desenho, transformação e distribuição mais saudáveis</i>
<i>Aumento da capacidade de regeneração da economia</i>	produção local - inovação e aplicação de tecnologias	produção local - inovação e aplicação de tecnologias	produção local - inovação e aplicação de tecnologias
<i>Menor uso e exploração de recursos naturais</i>	produção local sustentável/ Resíduos	produção Local sustentável e consumo local	transformação e distribuição
<i>Menores perdas de material/ resíduos</i>	produção local - aplicação de tecnologia / resíduos	consumo local/ transformação e distribuição	transformação e distribuição
<i>Manter o valor elevado dos produtos e materiais</i>	resíduos	transformação e distribuição	transformação e distribuição
<i>Difusão de novos modelos de negócio e de padrões de utilização</i>	produção local sustentável	consumo local	consumo local

Fonte: Autora com base no projeto CIRCTER (ESPON 2020, 2018) e princípios essenciais da economia circular do sistema alimentar adequado da Fundação *Ellen Macarthur* (2019)

Assim, podemos inferir objetivos simples da implementação EC com a Estratégia SMEA em torno dos quatro elementos conceptuais resultantes do Quadro 11: i) produção local; ii) distribuição, iii) consumo local de alimentos e; iv) gestão de resíduos. As políticas e a avaliação geral consideram-se transversais aos quatro elementos conceptuais.

Com estes objetivos para alcançar é necessário conhecer melhor o Sistema Alimentar Local (produção local - distribuição - consumo - eliminação dos resíduos) de Montemor-o-Novo.

A análise desta dissertação foca-se na produção de hortícolas - produtos em fresco, uma das aptidões do território, e pelo facto de se pretender privilegiar o consumo local para diminuir a necessidade de embalagens, os químicos para conservação e o desperdício do excedente. A articulação entre o produtor, distribuidor, o consumidor final e a redução dos resíduos pode promover novas soluções na distribuição, novas ideias de negócios e inovação nos produtos e na alteração de hábitos.

4.3.1 Da produção ao consumo: perspetiva dos diferentes atores

O trabalho de campo efetuado nesta dissertação pretendeu reunir contributos para uma análise prévia do panorama produtivo de hortofrutícolas e hábitos dos consumidores, através de inquéritos aos pequenos produtores, comerciantes (mercearias) e consumidores (individuais e coletivos). Os inquéritos visaram recolher informação detalhada sobre as práticas produtivas e preocupações ecológicas dos produtores, formas de atuação na distribuição de proximidade, bem como os hábitos e interesses dos comerciantes e consumidores. Também foram feitas entrevistas a alguns intervenientes chave de projetos em curso, para analisar o seu contributo atual, bem como as dificuldades, realizações e ponto de situação das seguintes ações: fornecimento de produtos hortofrutícolas às cantinas escolares, Km0 Montemorense e dinâmica das Hortas Comunitárias.

Contudo, a recolha de informação da dissertação coincidiu com o início da Pandemia COVID19 e o subsequente estado de emergência, pelo que a maioria das entrevistas a consumidores e produtores ocorreu durante o período de quarentena, por inquérito online ou por telefone. Os resultados dos inquéritos têm em conta uma realidade anterior à pandemia e durante o estado de emergência, o que poderá não ser necessariamente igual no após estado de emergência e após medidas de contenção e controlo do vírus COVID 19.

Produtores

Os inquéritos foram realizados aos pequenos e médios produtores, que operam em nome individual e organizados em cooperativa.

A Câmara Municipal de Montemor-o-Novo tem informação sobre os produtores locais, embora não atualizada, disponível no Portal MorInvest⁴¹. No âmbito das medidas de prevenção da propagação do vírus COVID19 e das medidas que o Ministério da Agricultura desenvolveu para apoiar o escoamento dos produtos dos produtores locais, a Câmara Municipal disponibilizou outra listagem de produtores locais. No Portal MorInvest, com o objetivo de promover e dinamizar as atividades económicas do concelho, encontra-se um catálogo de produtos locais organizado em 14 categorias de produtos com a informação sobre o produtor, os contactos, o tipo de produtos e os locais de comercialização.

Desta forma o Quadro 12 reúne a informação sobre os produtores de *Hortícolas, Frutícolas e Flores, Cogumelos e Figos da Índia* disponível no catálogo local no Portal MorInvest e a informação mais recente, conforme referido.

Quadro 12 – Produtores de produtos Hortofrutícolas no Concelho de Montemor-o-Novo

Produtor	Produção	Inquérito
A	-	-
B	-	-
C	Frutícolas e Hortícolas frescas	-
D	Frutícolas e Hortícolas	Por telefone
E	Frutícolas	
F	Frutícolas	Por telefone
G	-	
H	Hortícolas	Por telefone
I	Comercialização de Hortícolas, Frutícolas e Leguminosas.	-
J	Plântulas Hortícolas	online
K	Hortícolas e Frutícolas	Por telefone
L	Hortícolas	Por telefone
M	Horticocas	Por telefone
N	Hortícolas	Por telefone
O	Hortícolas	Por telefone
P	Frutos secos e hortícolas Transformadas	Por telefone
Q	Hortícolas	online
R	Cogumelos (várias variedades)	online
S	Cogumelos	-
T	Figos da Índia	-

Fonte: Adaptado de Portal MorInvest em <http://morinvest.cm-montemornovo.pt/> para proteção da identidade dos produtores

Aos produtores da lista do Quadro 12 tentou-se efetuar inquéritos por telefone e online. Muitos contactos não estavam corretos, outros não atenderam apesar de algumas tentativas. Assim, dos 20 produtores, 12 responderam ao inquérito, o que corresponde a 60% dos produtores.

O inquérito aos produtores de hortícolas e frutícolas tem como objetivo recolher informação sobre os produtos e as quantidades de produção, as práticas produtivas e tratamento dos resíduos, a

⁴¹ Informação obtida na página eletrónica do Portal Morinvest em <http://morinvest.cm-montemornovo.pt/>, acedida a 9 de janeiro de 2020.

existência de condições para aumentar a produção, as dificuldades na distribuição e a possível definição de novos canais de escoamento. Para o efeito o inquérito (em Anexo) é constituído por 6 secções, a saber: 1. Caracterização do produtor e da unidade produtiva; 2. Caracterização da Produção; 3. Rega; 4. Solo; 5. Comercialização; 6. Outros. Na última secção, pretende-se avaliar a predisposição do produtor para vender produtos através de uma plataforma online ou em cabaz.

Caracterização do produtor e da unidade produtiva

Metade (50%) dos produtores de hortícolas e frutícolas de Montemor-o-Novo inquiridos têm idade acima dos 65 anos. Apenas 8% são jovens agricultores⁴² com idades compreendidas entre os 18 e os 40 anos, e 42% dos produtores tem idades entre os 41 e 65 anos. A média das idades é de 59 anos.

Metade (50%) dos produtores tem o ensino primário. Os produtores com ensino superior correspondem a 33%, e com o ensino secundário a 17%. A maioria (75%) dos agricultores inquiridos tem a sua propriedade na União de Freguesias de N. Sra. da Vila, N. Sra. do Bispo e Silveiras, 17% dos produtores têm a propriedade na Freguesia de Vale de Figueira e 8% na Freguesia de Santiago do Escoural.

Em relação à personalidade jurídica do produtor, a maioria (75%) tem atividade constituída como empresário em nome individual, 17% tem uma sociedade por quotas e 8% uma cooperativa constituída.

Os terrenos são maioritariamente dos próprios (67%), propriedade cedida pelos proprietários aos produtores corresponde a 17% e as situações de propriedade própria e arrendada bem como do próprio e de familiares corresponde 8%, respetivamente.

Metade (50%) das propriedades dispõe de área inferior ou igual a 4 hectares, unidade mínima de cultura de regadio no Alentejo Central (Portaria nº 19/2019 de 15 de janeiro). Entre 4 hectares e 10 hectares correspondem 25% das propriedades dos produtores inquiridos e a mais de 10 hectares correspondem 25% das propriedades.

Apenas 33% dos produtores inquiridos afirmou ter trabalhadores permanentes para além deles próprios, embora numa das situações sejam cooperantes, membros da cooperativa. Portanto, considerando o universo das explorações dos produtores que responderam terem trabalhadores permanentes a cargo (33%), metade (50%) das explorações de produção hortofrutícolas têm menos de 10 trabalhadores permanentes⁴³ e a outra metade (50%) entre 10 e 50

⁴² Informação na página do IFAP em <https://www.ifap.pt/pja-regras> acedida a 30 abril de 2020.

⁴³ Micro-empresas

trabalhadores⁴⁴. Estes dados levam a concluir que a maioria (84%) são micro-empresas⁴⁵, considerando as explorações com menos de 10 trabalhadores (17%) e as explorações cujos produtores são o único trabalhador na propriedade (67%), tendo em conta apenas o número de trabalhadores. No caso das pequenas empresas, uma é de autogestão, o capital é propriedade dos trabalhadores, pois é uma cooperativa.

Caracterização da Produção

Em relação ao tipo de produção, 42% produz apenas hortícolas e 42% hortícolas e frutícolas, 8% produz cogumelos e 8% apenas frutícolas. São sobretudo culturas em estufa (33%) e horta familiar (33%). As culturas extensivas correspondem a 25% e a biointensiva⁴⁶ 8%. Em relação a produções secundárias, 67% dos produtores respondeu que não tem e 33% tem produção secundária como: tremocilha e cevada branca para os animais; outras produções emergentes que não exigem mobilização do solo durante largos anos devido a simbioses com micorrizas; mel com o objetivo de polinização e; pecuária de baixo peso para manejo da propriedade. Um produtor referiu que todas as suas produções são principais e complementares na medida que necessitam umas das outras.

Quando questionados sobre quantidades que produzem, os produtores têm dificuldades em responder ou não responderam à pergunta (50%), em parte devido à diversidade de produtos alimentares que produzem e, possivelmente, porque não dispõem de uma gestão para controle da produtividade. Alguns produtores (10%) conseguem fazer as contas aproximadas fazendo referência ao número de alfaces, molhos de espinafres, nabiças e aos quilos de batatas, cebolas e outros produtos que levam semanalmente para venda. Os produtores que conseguem especificar as quantidades que produzem, pelo menos da sua produção principal são 30% e um produtor (10%) referiu que o principal objetivo é alimentar 150 famílias coprodutores, com quem tem um compromisso através de quotas de produção e a quem fornecem 25% da alimentação.

Motivos diversos justificam que 92% das propriedades não estejam totalmente afetos à produção hortofrutícola: parte do terreno está ocupado com outras culturas como olival, montado, vinha e pasto para animais (sobretudo ovelhas); não disporem de mão-de-obra para produzir mais ou

⁴⁴ Pequenas - empresas

⁴⁵ De acordo com o Decreto lei-nº 372/2007, de 6 de novembro, na categoria das PME, uma pequena empresa é definida como uma empresa que emprega menos de 50 pessoas e cujo volume de negócios anual ou balanço total anual não excede 10 milhões de euros. Uma micro-empresa é definida como uma empresa que emprega menos de 10 pessoas e cujo volume de negócios anual ou balanço total anual não excede 2 milhões de euros.

⁴⁶ O cultivo biointensivo – é um método de produção de alimentos em pequenas áreas que ajuda a minimizar o uso de água, de fertilizantes orgânicos e pesticidas biológicos e a ter melhores resultados do que as culturas tradicionais. Trabalha os ciclos naturais da terra, para criar equilíbrio e diversidade de espaços de cultivo e envolvente. Torna-se num sistema produtivo fechado, sem fontes externas de suplementos, alimentando o solo e o ecossistema a serem auto-sustentáveis. (Royer - Miller, 2010)

não terem já capacidade física; não conseguem escoar o que produzem ou o terreno encontra-se em pousio. Desta forma, os produtores são unânimes a referir que não necessitam de mais terra para produzir. Alguns produtores (67%) têm conhecimento de terrenos incultos, de proprietários que vivem fora do país, ou que não têm interesse em produzir, ou de terrenos que estão ocupados com pastagem para animais. Para um dos proprietários o maior problema provocado pelo abandono das terras rurais é a descontinuidade na capilaridade que provoca muitos problemas aos produtores que ainda vivem e trabalham as terras. O abandono dos caminhos, ao deixarem de ser usados pelas populações, estimulou a ocupação abusiva da maioria dos proprietários de terrenos adjacentes. Os caminhos que outrora eram utilizados pela população, hoje são interrompidos pelos proprietários com a colocação de portões e gado bravo, ou desaparecem com o crescimento da vegetação e, noutros casos, são colocados dispositivos elétricos para o gado em caminhos usados para dar acesso a outras propriedades. Estas situações criam desavenças entre proprietários e dificultam a mobilidade de quem trabalha na agricultura.

Em relação à mão de obra sazonal, apenas um produtor referiu ter colaboração mútua de outros produtores para determinadas tarefas. Costumam criar relações de confiança entre produtores que se ajudam uns aos outros porque a pequena produção produz diversidade e o valor de diversidade é crítico.

Apenas um produtor tem marca registada. Um produtor referiu que não tem nem tem interesse em ter porque, na sua opinião, quando se regista uma marca impede-se a produção informal da zona em questão, ou daquele produto, o que quebra a produção rural de comunidade.

A maioria dos produtores (75%) escoia toda a produção. Aqueles que não conseguem fazê-lo (25%) refere dar esses produtos para alimentar os animais.

Rega

As áreas regadas, maioritariamente (67%) inferiores ou iguais a 1 hectar, são sobretudo regadas com água proveniente de furos ou poços (83%), por vezes complementada com água das charcas. Apenas 17% da água utilizada na rega é proveniente da Barragem dos Minutos.

Na gestão de água para rega, a maioria (67%) respondeu ter sistemas de rega gota-a-gota instalados, um sistema mais eficiente de gestão de água na rega; alguns têm aspersão fixa (17%) e outros realizam a rega através de regos e sulcos (17%).

Solo

No que respeita a fertilizações, metade dos inquiridos (50%) referiu aplicar composto orgânico animal e 25% utilizar composto orgânico vegetal e animal. Os produtos biológicos e naturais são utilizados por apenas 8% e há quem não utilize fertilizantes nem químicos (17% dos produtores).

Dois dos inquiridos que responderam composto orgânico animal e vegetal, referiram que os mesmos são dos restos das plantas e dos animais que têm na propriedade. Um dos produtores afirmou evitar importações de fertilizantes, sobretudo porque o estrume verde transporta muitas sementes de infestantes que são introduzidas nas produções, provocando muitos problemas aos produtores. Um dos produtores utiliza a técnica de ectomicorrizas para gerar simbiose entre as plantas (produção) e fungos, que permite aumentar a matéria orgânica no solo, o arejamento do mesmo e a proteção do solo. Esta técnica evita a mobilização do solo durante largos anos, devendo ser usada em áreas sensíveis ao risco de erosão, como é o caso da propriedade do produtor em causa.

No combate às pragas, metade dos produtores (50%) referiu usar agroquímicos, embora metade tenha respondido que só os coloca quando necessário e em quantidades muito pequenas porque o próprio e a família também consomem esses produtos. Os outros 50% têm aplicações diversificadas (que visam a não utilização de agroquímicos), como o combate biológico (8%), a proteção integrada (8%), produtos biológicos (8%), organismos auxiliares (8%), práticas preventivas da agroecologia para manter o equilíbrio da natureza (8%).

No que respeita à realização da compostagem, 75% refere praticar enquanto os outros 25% não a adota.

Comercialização

A maioria dos produtores vende diretamente ao consumidor final (92%), sobretudo no mercado municipal (50%), diretamente na sua propriedade (8%), nas grandes superfícies e na loja na propriedade (8%) e também para cabazes (8%). Apenas 8% refere não vender diretamente ao consumidor. Nenhum respondeu vender para IPSS e cantinas escolares.

A opinião dos produtores sobre o problema da comercialização do pequeno produtor é diversa. Uns produtores (18%) referiram ser a falta de organização e colaboração dos produtores para criar escala e credibilidade contratual. O escoamento dos produtos também é um problema porque as grandes superfícies, os minimercados e mercearias não compram ao pequeno produtor e as grandes superfícies têm tudo e com bom aspeto e quem se desloca é o consumidor. Alguns produtores referiram vender bem no mercado municipal, outros referiram não terem produção suficiente para comercializar. Houve quem referisse que não tem tempo para efetuar os contactos com os pontos de venda e que a viagem é longa até Montemor-o-Novo ou Évora para onde também já vendeu. Um produtor que tem grandes quantidades de hortícolas e só vende para grandes superfícies, referiu que os preços das grandes superfícies estão muito tabelados e só eles conseguem escoar as quantidades que produzem. Se não vender ao preço tabelado, não tem capacidade negocial porque não tem mais a quem vender.

Os produtores dividem-se quanto ao interesse em receber visitas do consumidor na propriedade. Metade dos produtores (50%) respondeu ter interesse em receber visitas na propriedade, até porque alguns já têm essa familiaridade com o consumidor. Contudo, dois produtores referiram que um modelo de venda direta na propriedade tem implicações nas tarefas diárias e requer uma logística no atendimento aos consumidores que tem que ser ponderada e pensada. Dois produtores referiram não se oporem a receber consumidores que apareçam para comprar diretamente na propriedade, ou que vá à propriedade levantar produtos, mas não promovem essa possibilidade. Um produtor referiu não ter tempo para receber consumidores na propriedade e outro que o proprietário da terra não autoriza.

A venda de produtos em cabazes é apelativa para alguns produtores (58%). Dois produtores referiram já venderem em cabazes, um inclusive no âmbito da Rede Prove com outro produtor. Para os produtores que não têm interesse em vender para cabazes (42%), um colocou reservas quanto aos cabazes biológicos porque já constatou em cabazes produtos sobre os quais tem dúvidas que sejam biológicos ou mesmo locais, o que desvirtua o conceito. Um produtor reconheceu que a ideia é boa e até já vendeu produtos para cabazes, mas no final não compensa a deslocação e a quantidade de produtos vendidos. Outro produtor já ter clientes certos no mercado municipal.

No que se refere a vender produtos através de uma plataforma online, a maioria dos produtores não demonstrou interesse (67%) por diversos motivos: dificuldades em funcionar com o computador e a internet; conseguir vender o que produz e não ter produção suficiente para outros canais de escoamento; ter dúvidas quanto à sustentabilidade do serviço e à pegada ecológica com as vendas para fora do concelho; requer muita organização e a forma mais tradicional ser mais compensadora. Dos produtores que responderam ter interesse (17%), um produtor referiu ter interesse caso não tivessem que fazer o transporte dos produtos e outro se recebesse logo após a venda.

Outros

Quanto aos produtores terem outra atividade não agrícola, 36% respondeu que sim, como ter um minimercado ou ser funcionário público, 36% respondeu que não e 27% são reformados.

Os subsídios à produção são um apoio a 42% dos produtores inquiridos. Efetivamente, no caso da cooperativa, 30% dos rendimentos são provenientes de subsídios para fazer face à concorrência desleal. Os subsídios a que os produtores se candidatam são no âmbito dos fundos europeus PDR2020, IFAP, para os animais e, subsídios de apoio à baixa densidade. A maioria (58%) dos produtores respondeu não receber subsídios.

A maioria (58%) dos produtores não pertence a organizações de produtores e 42% integra pelo menos uma organização de produtores.

No que respeita a frequentar formações, 50% dos produtores refere não frequentar ações de formação ou informação sobre candidaturas e subsídios e 50% refere frequentar ações quando tem conhecimento das mesmas.

Comerciantes

Embora, o objetivo fosse realizar um maior número de inquéritos ao comércio local, nas pequenas, médias e grandes superfícies, o inquérito aos comerciantes coincidiu com a semana de declaração de estado de emergência e do início do pânico gerado em torno do vírus COVID 19. Apesar deste contexto adverso, ainda houve oportunidade de contactar presencialmente cinco mercearias e minimercados.

No entanto, a proprietária de uma pequena mercearia, não mostrou interesse em responder ao inquérito e, depois de algumas perguntas na tentativa de a dissuadir, informou que não compra hortícolas aos produtores locais porque não passam fatura e não pode ter produtos à venda sem fatura.

Dois comerciantes não responderam ao inquérito argumentando que tinham muito trabalho, muitas pessoas para atender e que não tinham tempo para o inquérito.

Os dois estabelecimentos de comércio são da mesma proprietária, um na parte norte da cidade e o outro a sul, na zona mais antiga, junto à Câmara Municipal. O inquérito foi realizado aos dois estabelecimentos, um foi respondido pela funcionária do estabelecimento presencialmente e o outro pela proprietária, via online.

Das 5 superfícies contactadas presencialmente apenas 3 responderam ao inquérito.

O Quadro 13 identifica a maioria das superfícies comerciais de venda de hortofrutícolas na cidade de Montemor-o-Novo. Efetuou-se um inquérito presencial aos comerciantes das pequenas e média superfície comercial, que mais podem beneficiar com a venda dos produtos locais.

Quadro 13 – Superfícies Comerciais com venda de hortofrutícolas na cidade de Montemor-o-Novo

Comércio	Tipo de Comércio ⁴⁷	Inquérito
Minimercado A	Pequena superfície	Presencial
Supermercado B	Pequena a média superfície	Online
Minimercado C	Pequena superfície	Presencial
Minimercado D	Pequena superfície	Presencial – não respondeu
Mercearia E	Pequena superfície	Presencial
Minipreço	Pequena a Média superfície	Presencial – não respondeu
Lidl	Grande superfície	-
Pingo doce	Grande superfície	-
Intermarché	Grande Superfície	-

Fonte: Autora.

O inquérito aos comerciantes (em Anexo) é constituído por 6 secções: 1. Caracterização do comércio; 2. Caracterização do Proprietário; 3. Caracterização dos hábitos do cliente e do comerciante na compra de produtos hortofrutícolas; 4. Distribuição; 5. Embalagens e Resíduos e; 6. Outros. No ponto 6 do inquérito pretende-se avaliar a potencial adesão a compras a produtores locais através de uma plataforma online.

Caracterização do estabelecimento

Os estabelecimentos visitados são dois mini-mercados e uma mercearia, todos na cidade de Montemor-o-Novo, na Freguesia de N. Sra da Vila, N. Sra do Bispo e Silveiras. Os três estabelecimentos têm um horário de funcionamento durante a semana entre as 8h/ 8h30m até às 19h00m/ 20h30m com hora de almoço entre as 13h00m e as 15h00mm ou entre as 14h00m e as 15h00m. Ao Sábado, dois estabelecimentos funcionam só de manhã até às 13h00m/ 13h30m e, um mantém o horário de semana e fecha ao domingo.

Caracterização do Proprietário

Os dois proprietários com 40 e 42 anos têm o ensino secundário. Os inquéritos foram realizados a duas funcionárias e a uma proprietária dos estabelecimentos.

Caracterização dos hábitos do cliente

Durante o período da manhã e depois da hora do almoço até às 16h30m são as pessoas entre os 46 – 65 anos e com mais de 65 anos que frequentam mais estes estabelecimentos. Durante

⁴⁷ Pequenas superfícies – área inferior a 100m²; médias superfícies – área entre 100m² e 1000m²; De acordo com decreto-Lei n.º 258/92, de 20 de novembro, alterado pelo decreto-Lei n.º 83/95, de 26 de abril considera-se uma grande superfície comercial os estabelecimentos de comércio a retalho ou por grosso que possuam uma área de venda contínua superior a 1000 m², nos concelhos com menos de 30 000 habitantes. Informação disponível em <https://www.utopia-projectos.com/licenciamento/tipos-de-usos/comercio/> acedida a 04 maio de 2020.

o período de almoço dos consumidores até à hora de fecho para o período de almoço do funcionário do estabelecimento, são as pessoas entre os 25 -65 anos que frequentam o estabelecimento, assim como depois da 16h30m.

Os clientes adquirem com maior frequência as hortofrutícolas frescas, sobretudo produção local (100%). Um comerciante referiu que os clientes também optam regularmente por produtos da época (33,3%).

Os clientes fazem compras de hortofrutícolas avulso, até porque nestes estabelecimentos não é habitual observarem-se produtos hortofrutícolas frescos embalados.

Caracterização dos hábitos do comerciante na compra de produtos hortofrutícolas

Quanto à compra dos produtos hortofrutícolas, o critério “preço” é comum nos três estabelecimentos, seguido pelo critério “aspeto” (referido em 2 estabelecimentos), a “produção local” e a “produção da época” (referido cada um dos critérios por 1 comerciante).

Nos três estabelecimentos confirmaram terem produtos de produtores locais à venda, sobretudo legumes a algumas frutas de um produtor de Vendas Novas que também compra para vender e distribuir.

Nas mercearias, o peso dos produtos hortofrutícolas de produtores locais na oferta total depende da época do ano, mas nesta altura do ano (março) as hortícolas superam a quantidade de produtos de outras origens e as frutas existem em quantidades inferiores. Num dos estabelecimentos, a funcionária inquirida referiu que as hortaliças são locais, mas as frutas são quase todas espanholas, porque a fruta portuguesa aparece mais tarde, no ano.

Distribuição

Para além dos três comerciantes inquiridos afirmarem que compram diretamente aos produtores locais, um especificou dar preferência aos produtores locais, mas também comprar a distribuidores. Efetivamente, a compra direta aos produtores locais é apontada pelos três inquiridos como sendo o circuito mais frequente para as compras. As entregas de produtos hortofrutícolas ocorrem diariamente nas lojas dos três estabelecimentos. A escolha dos produtos ocorre, em dois estabelecimentos, através do contacto com o produtor local e na outra situação com o distribuidor.

Embalagens e Resíduos

No que refere aos resíduos, todos os inquiridos referem reutilizar as caixas de transporte dos produtos, entregando-as ao produtor/ distribuidor para novas entregas. As embalagens que não podem ser reutilizadas são colocadas no ecoponto.

No que refere aos hábitos dos clientes, as opiniões dividem-se. Um inquirido respondeu que as pessoas com mais idade levam saco próprio para irem às compras, outro inquirido é de opinião que a grande maioria não leva saco próprio e o terceiro inquirido que a maioria leva saco próprio. Podemos relacionar a diversidade das respostas com a localização dos estabelecimentos e da população envolvente aos mesmos. As duas respostas positivas são dos comerciantes inquiridos cujos estabelecimentos se localizam na zona mais antiga da cidade, onde a população é mais idosa. A resposta negativa é do comerciante inquirido cujo estabelecimento está localizado na zona mais nova da cidade.

A oferta dos estabelecimentos, na ausência de saco próprio ou saco adicional para o transporte das compras do cliente continua a ser o saco de plástico, nas três situações. No entanto, dois estabelecimentos também têm à disposição sacos de tecido ou rafia.

Outros

Quanto à possibilidade dos comerciantes efetuarem as compras de produtos para o estabelecimento através de uma plataforma online, dois dos inquiridos rejeitaram essa hipótese por não terem confiança no processo ou nos produtos e outro respondeu positivamente por considerar um processo fácil.

Na eventualidade das compras se realizarem online, diretamente ao produtor, as entregas dos produtos nos três estabelecimentos teriam que ocorrer diariamente.

Apenas um inquirido, funcionário do estabelecimento, identifica vantagens na possibilidade de visitar as propriedades onde são produzidos os produtos que vende no estabelecimento, para observar as condições de produção dos produtos, refletindo alguma preocupação com o tipo de alimentos que vende ao consumidor final.

Consumidores Familiares

Os inquéritos aos consumidores foram realizados às famílias (consumidor individual) e às instituições, sobretudo no âmbito da assistência social, por serem um consumidor coletivo que fornece um número significativo de refeições diariamente, podendo-se analisar o seu impacto no consumo e produção local.

Realizaram-se 51 inquéritos online a consumidores de Montemor-o-Novo. Apenas 10 inquéritos foram realizados no período anterior ao estado de emergência e os restantes inquéritos foram realizados durante o período de estado de emergência. O inquérito realizado aos consumidores (em Anexo) é constituído por 4 secções: 1. Caracterização do consumidor; 2. Caracterização do consumo de produtos hortícolas e frutícolas; 3. Embalagens e resíduos de produtos hortícolas e

frutícolas e; 4. Outros. Dado o universo reduzido da amostra em 15.841⁴⁸ habitantes, tem-se noção que a mesma não é representativa da realidade, contudo aponta tendências de uma parte da população de Montemor-o-Novo.

Caracterização do consumidor

No cômputo geral, o agregado familiar dos consumidores inquiridos é maioritariamente constituído por 2 ou 3 membros, correspondendo cada um a 33% do universo das respostas. Os agregados familiares constituídos por mais de 3 membros corresponde a 22% e por 1 membro a 12% das respostas. Tendo em conta as idades, 27% dos membros dos agregados familiares encontra-se com idades compreendidas entre os 25 e 45 anos, 25% com idades entre os 46 e 65 anos, 24% com idades inferiores a 25 anos e até 45 anos, 10% com idade inferior a 25 anos e até 65 anos, 6% com idade superior aos 65 anos, 2% com membros dos agregados familiares com idades superiores a 46 anos e 2% com idades inferiores a 25 anos até idades superiores a 65 anos.

A maioria dos consumidores inquiridos vive na União de Freguesias de N. Sra da Vila, N. Sra do Bispo e Silveiras (quarenta e cinco consumidores), apenas seis vivem fora da cidade: dois na Freguesia de Santiago do Escoural, um na Freguesia de São Cristóvão e três na União de Cortiçadas de Lavre e Lavre.

Nas habilitações literárias dos consumidores (famílias), a maior percentagem corresponde a aglomerados familiares compostos por membros com o ensino superior (47%), seguida de 22% compostos por membros com o ensino secundário, 18% são compostos por membros com o ensino secundário e ensino superior, 8% com ensino primário e secundário. Apenas 4% dos aglomerados são compostos por membros com o ensino primário.⁴⁹

A situação profissional dos consumidores, tendo em conta também o universo do agregado familiar a maioria (67%) são constituídos por membros com trabalhadores por conta de outrem. Os agregados familiares com pelo menos um membro trabalhador por conta de outrem, sendo os restantes trabalhadores independentes, reformados ou trabalhadores domésticos correspondem a 27%. Os agregados familiares compostos por trabalhador independentes e trabalhador doméstico são 2% e apenas 4% são agregados familiares constituídos por membros reformados.

⁴⁸ Informação referente a 2018, disponível no site oficial da Pordata em <https://www.pordata.pt/Municipios/Quadro+Resumo/Montemor+o+Novo-251693>, acedida a 17 abril de 2020.

⁴⁹ Dever-se-á ter em conta, na interpretação dos resultados da amostra, que os inquéritos foram respondidos online, por consumidores direta ou indiretamente relacionados com o ambiente laboral da autora.

Caracterização do consumo de Produtos Hortícolas e Frutícolas

A maioria dos consumidores realiza compras de produtos hortícolas e frutícolas semanalmente (51% dos consumidores), 25% bissemanalmente e 20% diariamente. Um consumidor (2%) afirmou comprar semanalmente frutícolas, mas hortícolas não compra porque produz. Outro consumidor inquirido respondeu também que tem produção própria.

Os consumidores maioritariamente efetuam as suas compras quando saem do trabalho (49%). Mas também uma percentagem significativa (24%) efetua as suas compras de manhã e 10% à hora de almoço. A grande parte das compras dos consumidores, verificando-se que 51% dos consumidores afirma realizar as suas compras em mais do que um local, ocorre nas grandes superfícies (63%), onde os consumidores compram com maior frequência. A seguir, a preferência são as mercearias (57% das respostas) e a feira/mercado (29%). Apenas 18% das compras são efetuadas diretamente ao produtor.

As hortícolas e frutícolas frescas são as preferências dos consumidores com 90% das respostas dos consumidores. Dos consumidores 22% para além de hortofrutícolas frescas também compra congeladas e 10 % afirma comprar também hortícolas ou frutícolas enlatadas.

Constata-se que as compras são uma escolha que envolve multicritérios, a produção da época surge como o critério com maior prevalência nas respostas dos consumidores (63% respostas) seguindo-se o preço (em 57% das respostas), a produção local (com 51% das respostas) e o aspeto (com 49% das respostas), como critério nas compras. Abaixo dos 14% encontram-se os produtos biológicos e nenhum consumidor considerou os produtos de DOP (produtos tradicionais portugueses) um critério de compra. Ainda 2% respondeu ter produção própria.

A diversidade da oferta de hortícolas e frutícolas nos locais onde normalmente os consumidores efetuam as compras, a maioria dos consumidores respondeu ser suficiente ao longo do ano (76% consumidores inquiridos).

Embalagens e resíduos de produtos hortícolas e frutícolas

Na hora da compra, 67% dos consumidores compra maioritariamente os produtos a avulso, que implicam menos plástico, assim como as embalagens familiares, que são 37% das respostas dos consumidores. As embalagens individuais correspondem a 29% das respostas e 8% às compras em cabaz.

De acordo com as respostas, os consumidores já têm como hábito levar saco próprio para ir às compras, com 45% das respostas a referir levar sempre sacos próprios para ir às compras e 37% quase sempre. Apenas 14% respondeu às vezes, 2% raramente e 2% nunca o faz.

Apesar de 45% dos consumidores referirem que levam sempre saco próprio para ir às compras, apenas 18% respondeu nunca comprar sacos quando vai às compras e 55% que compra sacos raramente, 26% dos consumidores refere comprar sacos às vezes e 2% sempre.

No que respeita ao desperdício alimentar, apenas 16% dos inquiridos responderam nunca ter desperdício, 51% respondeu raramente ter desperdício, 29% que tem às vezes e 4% que tem quase sempre. O destino do desperdício alimentar é sobretudo colocado nos contentores indiferenciados (57%) e usado na compostagem ou comida para animais (26%). Embora 18% dos consumidores tenham respondido que depositam o desperdício alimentar nos contentores de resíduos orgânicos, no município não existe recolha seletiva de matéria orgânica, o que leva a inferir que os consumidores consideram o contentor dos indiferenciados como orgânico.

Ao que respeita a reciclagem, 92% dos consumidores afirma fazer reciclagem, 59% afirma reutilizar e transformar embalagens.

Outros

Neste grupo de perguntas pretende-se obter informação sobre eventuais soluções de comercialização dos produtos, tentando perceber a possível adesão à venda de produtos numa plataforma online e a necessidade de ter confiança nos produtos que consome.

Os consumidores foram questionados sobre se comprariam produtos através de uma plataforma online diretamente ao produtor: 71% respondeu sim, por considerarem o processo seguro (37%), fácil (35%) e que poupa tempo (33%). Os consumidores que responderam não ter interesse (29%), as dúvidas prendem-se sobretudo por julgarem o processo complicado (24%), não terem confiança no processo (8%) e ou nos produtos (12%).

Quando inquiridos sobre como gostariam que funcionasse a entrega dos produtos, caso comprassem online diretamente ao produtor, sobressaem as entregas semanais em casa, com 71% respostas dos consumidores. Considerando que os consumidores podiam selecionar mais do que uma opção, o levantamento dos produtos no produtor, semanalmente, recebeu 35% respostas positivas e o levantamento dos produtos em local a combinar reuniu o interesse de 29% consumidores.

Os consumidores apresentam preocupações em reconhecer a qualidade dos alimentos, expressa nos 51% das respostas positivas, quando questionados se observam vantagens em poder visitar as propriedades onde são produzidos os alimentos que consomem. Muitos consumidores consideram importante observar os cuidados que o produtor tem na produção, como fertilizantes, pesticidas, rega e observar o processo de produção e de crescimento dos alimentos, o que permite ter segurança, confiança e certeza nos alimentos que compram. Por outro lado, as respostas demonstram que a proximidade com o produtor reforça a confiança nos produtos, facto pelo qual, em algumas situações pode inviabilizar a compra online.

Consumidores coletivos

Esta dissertação tinha objetivos muito ambiciosos, pois para além dos inquéritos aos consumidores também se propunha realizar inquéritos aos consumidores locais, como as IPSS, outras entidades com refeitório e cantinas escolares.

O concelho tem uma rede social vasta, com 44 entidades que compõem o Conselho Local de Ação Social (CLAS), sobretudo, no apoio à população com deficiência, pessoas idosas, comunidade e educação/ formação (Rede Social de Montemor-o-Novo, abril 2019, pp. 17, 18).

Das 18 entidades que confeccionam refeições nas suas instalações pertencentes ao CLAS, devido a declaração de estado de emergência no âmbito do COVID 19 e as medidas de controlo e contenção do vírus, durante o estado de emergência e o estado de calamidade, apenas foi possível entrevistar pessoalmente a coordenadora da Divisão Sociocultural da Câmara Municipal, responsável pela gestão das cantinas escolares, e realizar dois inquéritos a duas IPSS. Dadas as dificuldades verificadas na recolha dos inquéritos aos consumidores, online, e aos produtores, por telefone, e sobretudo em contexto de pandemia, período no qual as IPSS têm estado na linha da frente, considerou-se inviável insistir na recolha dos inquéritos aos consumidores coletivos, que constam na Quadro 14.

Quadro 14 - Instituições, pertencentes ao CLAS que confeccionam refeições diárias.

Entidades	Confeção de Refeições
Câmara Municipal – Cantinas escolares (escolas básicas e Jardins de Infância)	500*
Associação 29 de Abril	Sim
Associação das Obras Assistenciais de São Vicente de Paulo – Jardim dos Sentidos	Sim
Associação de Amigos Unidos pelo Escoural	Sim
Associação de Protecção Social à População de Santiago do Escoural	81*
Associação de Solidariedade Social de Silveiras (refeitório partilhado com a EB de Vendas)	Sim
Associação dos Bombeiros Voluntários de Montemor-o-Novo – Bar/Refeitório	Sim
Associação Protectora Abrigo Velhos Trabalhadores	300*
Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Novo	Sim
Hospital de S. João de Deus	Sim
Cercimor	Sim
O Girassol – Associação de Protecção Social à População de São Geraldo	Sim
“O Sobreiro” Associação de Protecção Social à População de Cortiçadas de Lavre	Sim
Centro Social e Paroquial de Stº António – Lavre	Sim
Centro Social e Paroquial do Cíborro	Sim
Centro Social e Paroquial de São Cristóvão	Sim
Santa Casa da Misericórdia de Cabrela	Sim
Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Novo	Sim

Fonte: Rede Social de Montemor-o-Novo (2019) e Divisão Socio Cultural da Câmara Municipal da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo.

* Informação obtida na entrevista com a responsável pelas cantinas escolares do município e nos inquéritos às IPSS.

Contudo, não sendo de todo demonstrativo os resultados dos inquéritos realizados podem ser indicadores de práticas. O inquérito realizado às Instituições (em Anexo) é constituído por 4

secções: 1- caracterização do consumidor/ instituição; 2- caracterização do consumo de produtos hortícolas e frutícolas, 3 – Embalagens e resíduos de produtos hortícolas e frutícolas; 4 – Outros, onde se pretende indagar a eventual aceitação da instituição na compra de produtos hortofrutícolas a produtores locais, através de uma plataforma online.

Caracterização do consumidor /instituição

Os inquéritos foram realizados à Associação Proteção Social à População de Santiago do Escoural e à Associação Protetora Abrigo dos Velhos Trabalhadores, instituições de apoio à terceira idade, ambos preenchidos pelos presidentes das respetivas direções. Nestas duas instituições são fornecidas 81 e 300 refeições diárias, respetivamente com entregas bissemanais dos produtos hortofrutícolas.

Caracterização do consumo de produtos hortícolas e frutícolas

A instituição com menor número de refeições por mês consome, por ano, cerca de 4000kg de hortícolas e 2600kg de frutícolas. A compra dos produtos hortofrutícolas, maioritariamente frescos, é feita a fornecedores que compram a produtores locais, grandes superfícies, mercearias e, diretamente ao produtor. A produção local é o critério comum para as compras destas duas instituições. A diversidade de hortofrutícolas ao longo do ano, nos locais onde normalmente compram os alimentos é considerada suficiente.

Embalagens e resíduos de produtos hortícolas e frutícolas

A reciclagem e a reutilização das embalagens dos produtores é um hábito comum às duas instituições, assim como a inexistência de desperdício alimentar.

As IPSS têm regras apertadas em relação à confeção dos alimentos, e ambas as instituições referiram que a comida é confeccionada ajustada às necessidades. Por vezes, têm que deixar uma amostra para análise, mas é uma quantidade insignificante. Se por algum motivo sobra comida, a mesma é distribuída entre os funcionários.

Outros

Ambas as instituições referiram que comprariam através de uma plataforma online, diretamente ao produtor por considerarem que é um processo seguro, fácil ou que poupa tempo. As opiniões dividem-se sobre as vantagens em visitar a propriedade onde são produzidos os produtos que compram para a instituição. Enquanto um dirigente da instituição refere não ver vantagens na visita à propriedade dos produtores, o outro refere ser importante para verificar as condições de produção.

4.3.1.1 *Projetos coletivos em Montemor-o-Novo que promovem o Sistema Alimentar Local*

No âmbito dos inquéritos e das entrevistas realizadas aos atores envolvidos nos projetos em curso ou projetos piloto, que promovem o Sistema Alimentar Local no que respeita à produção local para consumo da comunidade e circuitos curtos de proximidade, obteve-se informação sobre o seu funcionamento e impacte local.

Produção local para consumo da comunidade

Em Montemor-o-Novo existem duas cooperativas, a Cooperativa Integral Minga e a Cooperativa de Usuários da Herdade do Freixo do Meio, que se destacam pelo trabalho que realizam para reforçar o sentido de comunidade e bem-estar coletivo. Através do estímulo ao consumo local e à produção com base nos princípios agrogeológicos, promovem o sistema alimentar local, intrínseco a uma economia local, social e circular.

Cooperativa Integral Minga

A Cooperativa Integral Minga, adiante designada Minga, criada em 2015, é uma cooperativa de associação autónoma de pessoas, que se unem, voluntariamente, para satisfazer necessidades e aspirações económicas, sociais e culturais comuns, sem fins lucrativos. Designa-se de Cooperativa Integral porque tenta operar em todos os ramos de atividade social e económica necessários ao viver⁵⁰, e nesse sentido criou quatro secções de ação: *Agrícola, Comercialização, Habitação e Construção, Serviços*.

A secção agrícola da Minga tem 12 associados colaboradores e 5 sócio efetivos. O apoio aos associados com produção agroalimentar é dado através de serviços de consultadoria e formação, aquisição e gestão coletiva de máquinas, planeamento coletivo da produção e a criação e gestão de canais de escoamento⁵¹. De momento nem todos os serviços estão em funcionamento porque ainda não há essa necessidade.

A Minga possui um Sistema de Distribuição Agrícola (SDA) onde qualquer sócio efetivo ou colaborador com produção comerciável pode usufruir e participar⁵². Em 2017 começaram a fornecer hortofrutícolas para as cantinas escolares do município, primeiro para a Escola de São Mateus e em 2018 para a Escola Básica nº5. Só fornecem produtos da época dos 12 produtores colaboradores da Minga. Desde o início que o número de produtores tem vindo a aumentar até

⁵⁰ Guia do Cooperante da Cooperativa Integral Minga em <https://mingamontemor.pt/cooperativa-integral/guia-do-cooperante/> acedido a 04 abril de 2020

⁵¹ Regulamento interno da Secção Agrícola da Cooperativa Integral Minga em <https://mingamontemor.pt/seccao/agricola/regulamento-interno-da-seccao-agricola/> acedido a 04 de abril de 2020

⁵² Idem

ao número atual. Os produtores associados são geralmente pessoas com idade igual ou superior a 50 anos, mas muito recentemente alguns produtores com idades entre os 30 e 40 anos associaram-se. O presidente da Minga justifica esta situação porque produzir para vender não é o mesmo que produzir para consumir em casa. O produtor tem que ter estrutura, preparação e estar habituado a trabalhar a terra, a planear a produção e ter objetivos.

Com o objetivo de promover as práticas agroecológicas no concelho, a Minga definiu no regulamento que a prioridade na distribuição de quotas trimestrais no planeamento da produção é dada aos membros produtores com Certificação de Práticas AgroEcológicas, mas esta certificação ainda não está implementada. Embora, a Minga tenha pensado num Sistema Participativo de Certificação de Produção Agroecológica (CPPA) interno e informal, esta ação ainda não avançou pela escassez de produtores dedicados à produção agroecológica. A certificação visava garantir que os produtores cumpriam as práticas agroecológicas, através de visitas informais anuais de produtores CPPA a outros membros produtores CPPA, para proporcionar momentos de partilha de ideias, exposição dos problemas e criação de soluções em conjunto. De forma pedagógica e didática reforça-se a ligação entre os produtores. Atualmente, um membro da cooperativa propôs-se a realizar visitas aos produtores, mapeá-los, levantar as dificuldades, ajudá-los a implementar soluções e acompanhá-los.⁵³

Os sócios efetivos ou sócio colaboradores tomam as decisões de ação, definem os preços pagos ao produtor e preços de venda, que podem variar dependendo do canal de escoamento. O sócio efetivo tem que subscrever capital social da cooperativa e fica com plenos direitos, como seja votar na assembleia geral e ser eleito para membro dos órgãos sociais. O sócio colaborador subscreve apenas os serviços da Minga a que pretende ter acesso, pode participar nas assembleias gerais, mas sem direito a voto e não pode ser eleito para membro dos órgãos sociais. O capital social da Cooperativa é constituído através dos títulos de capital, os valores mínimos exigidos pelo código cooperativo, podendo esses serem readquiridos se o cooperante decidir sair da cooperativa. Embora no regulamento a cooperativa tenha definido valores anuais para os colaboradores aderirem aos serviços, na prática isso não acontece e são as percentagens sobre as vendas que financiam a cooperativa.⁵⁴

Em termos gerais, o número de produtores que se associam à cooperativa tem aumentado assim como as vendas. Para além da loja onde vendem os produtos dos seus colaboradores, inclusive hortofrutícolas, também vendem no mercado municipal onde a venda tem sido boa.⁵⁵

⁵³ Informação obtida em entrevista ao Presidente da Cooperativa Integral Minga.

⁵⁴ Idem.

⁵⁵ Idem

A vantagem do funcionamento desta Cooperativa é permitir a cada associado ter o seu projeto autónomo, no que respeita a tomadas de decisão e em termos económicos, sem constituir individualmente uma empresa com os encargos inerentes à mesma. Cada associado pode atuar como se tivesse uma empresa própria, nomeadamente faturar, e os custos inerentes à criação de uma empresa são partilhados por todos os cooperantes.

Cooperativa dos Usuários do Freixo do Meio

A Cooperativa de Usuários do Freixo do Meio funciona na Herdade do Freixo do Meio, uma herdade com 600ha, que durante a Reforma Agrária foi uma Unidade Coletiva de Produção (UCP). No após Reforma Agrária, a herdade voltou à posse da família e a partir de 1990, o atual proprietário da herdade, “*uma nova geração retomou o desafio de a gerir como um Bem Comum*”⁵⁶. Criou uma Cooperativa de Usuários do Freixo do Meio, que funciona com base no movimento mundial *Community Supported Agriculture (CSA)* e as práticas agroecológicas, e visa ser um “*espaço de cooperação, de inclusão, de desenvolvimento pessoal, de trabalho e de construção de comunidade*”⁵⁷. Num equilíbrio entre o homem e a natureza, entre o montado, o olival, os pomares, o pinhal e as produções de hortícolas produzem no sentido de contribuir para uma soberania alimentar local. Os alimentos são saudáveis e as produções sustentáveis, repõem no solo tudo o que dele lhes retiram, conservando o ciclo natural dos nutrientes. Na cooperativa a produção é diversificada: hortofrutícolas, carne porco, vitela, borrego, frango ovos, alimentos à base de bolota, pão, azeite, vinho, vinagre e mais alguns outros produtos transformados, frescos ou secos. Através do Programa CSA - Partilhar as Colheitas, conseguem uma economia social com a produção local, com 35 cooperantes que trabalham em permanência na Cooperativa para fornecerem 25% da alimentação das 150 famílias co-produtores, com quem têm compromisso de quotas para os 6 meses do ciclo produtivo, com entregas semanais ou quinzenais.⁵⁸ Há um compromisso mútuo entre produtores e co-produtores (consumidores) de forma a valoriza a prática agroecológica, a segurança alimentar como um bem-comum e motivar o produtor que tem um rendimento digno. A Cooperativa também permite um contacto com a natureza e o campo através da participação em colheitas, visitas livres e temáticas e outras iniciativas, como aprender a amassar o pão ou através da utilização dos vários espaços existentes, a biblioteca na antiga escola primária da herdade ou os espaços para pernoitar.⁵⁹

⁵⁶ Citação retirada da página online da Cooperativa de Usuários do Freixo do Meio em <https://www.herdadedofreixodomeio.pt/o-projecto> acedida a 22 abril de 2020.

⁵⁷ Idem

⁵⁸ Informação obtida durante o inquérito ao proprietário da Herdade do Freixo do Meio.

⁵⁹ Informação retirada da página online da Cooperativa de Usuários do Freixo do Meio em <https://www.herdadedofreixodomeio.pt/o-projecto> acedida a 22 abril de 2020

Circuitos curtos em Montemor-o-Novo

Em Montemor-o-Novo existem alguns projetos de dinamização dos circuitos curtos, nomeadamente: o fornecimento das cantinas escolares realizada em parte por uma cooperativa que permite a chegada dos produtos dos produtores locais às cantinas municipais; o Km0 Montemorense e o Cabaz do Hortelão, no âmbito da Rede Prove. O projeto JUNTAr – Produzir sem desperdiçar foi um projeto piloto, que não teve sucesso.

Fornecimento das Cantinas Escolares

As cantinas escolares da responsabilidade do município (ensino básico e jardins de infância) fornecem 500 refeições diárias. Em relação ao ano 2018, o município comprou 32,70 toneladas de hortícolas, prevendo a compra de 37,60 toneladas em 2019, embora o município ainda não tenha confirmado este valor. Em frutas, em 2018, compraram 7591kg, havendo uma previsão de em 2019 comprarem 8730 kg. Os produtos são fornecidos por produtores locais, nomeadamente a Cooperativa Integral Minga e vendedores locais. As ementas escolares até ao final de 2019 eram elaboradas pela Divisão Socio Cultural, na Unidade de Ação Social, Educação e Animação Sócio Educativa, da Câmara Municipal, em função dos produtos locais e da época de acordo com a Circular n.º 3/DSEEAS/DGE/2013, Orientações sobre Ementas e Refeitórios Escolares de julho 2018 e com o Regulamento UE n.º 1169/2011 (alergénios). Os alimentos tipicamente locais e tradicionais da alimentação portuguesa como beldroegas, borrego, batata doce, acelga, azeitonas, mogango e bolota eram introduzidos nas ementas para as crianças se habituarem a esses sabores. A partir de 2020, devido a algumas questões levantadas pelos pais sobre os valores nutricionais das refeições, as ementas passaram a ser elaboradas por uma nutricionista, encontrando-se o município em fase de avaliação do resultado.⁶⁰

Km0 Montemorense⁶¹

O Km0 Montemorense tem por base o conceito criado em Itália com o movimento *Slow Food*. Em Montemor-o-Novo, o projeto resultou do 1.º Encontro da A21L - Agenda 21 Local (em Nov.2013) e teve início com uma equipa de trabalho mista, composta por técnicos da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, cidadãos (na sua maioria membros da Rede de Cidadania de Montemor-o-Novo) e o Instituto de Ciências Agrárias e Ambientais Mediterrânicas da Universidade de Évora (ICAAM), que participam de forma voluntária e não remunerada.

⁶⁰ Entrevista ao responsável pelas compras para as cantinas escolares a cargo do município.

⁶¹ Entrevista por videoconferência a uma das coordenadoras da Rede de Cidadania de Montemor o Novo.

No âmbito do Km0 Montemorense, desenvolveram-se os projetos Cantinas Km0, nas cantinas escolares da competência do município, a Sopa Km0 promovidas pela Câmara, a Banca Km0 e o Menu Km0 promovidos pela Rede Cidadania de Montemor-o-Novo. A Câmara Municipal atualmente compra produtos hortofrutícolas à Cooperativa Integral Minga e a comerciantes locais, que comprem a produtores locais e não só. A iniciativa da Sopa Km0 é promovida no âmbito do Festival das Sopas, onde se incentiva os restaurantes a confeccionarem Sopas Km0, apenas com produtos locais. Contudo, de ano para ano há menos restaurantes a aderir às Sopas Km0. Os técnicos do município, responsáveis pela organização do Festival das Sopas, justificam o facto, de cada vez surgir menos Sopas Km0 no Festival, devido ao desinteresse dos visitantes neste tipo de sopas. O visitante é sugestionado pelo nome da sopa e não se a sopa é Km0, o que leva os restaurantes a não investirem neste conceito.

O conceito do Menu Km0 implica que os restaurantes aderentes forneçam uma refeição completa, desde entradas, prato principal, sopa, sobremesa e licor confeccionados com 80 % dos produtos locais. Atualmente, o Menu Km0 funciona apenas no âmbito de iniciativas programadas pela Câmara Municipal e/ou da Rede de Cidadania. Então, o Menu Km0 teve uma variação, o Jantar Km0, que são iniciativas organizadas pela Rede de Cidadania num determinado restaurante, que não é sempre o mesmo. Percorrem todo o concelho com os Jantares Km0, em cinco a sete ocasiões ao longo do ano, de acordo com a disponibilidade dos organizadores. Os jantares são muito participados e na maioria das vezes conseguem encher o restaurante. Montemor-o-Novo não tem turismo suficiente, mais familiarizado com o conceito, como ocorre em Évora, para compensar aos restaurantes investirem em Menus Km0. ⁶²

Évora avançou recentemente com o Km0 Alentejo. O protocolo de colaboração dos parceiros foi assinado em março de 2019, envolvendo a Universidade de Évora, Câmara Municipal de Évora, Entidade Regional de Turismo do Alentejo, Associação Comercial de Évora, Núcleo Empresarial da Região de Évora, Fundação Alentejo-Escola Profissional do Alentejo, GESAMB e *SlowFood* Alentejo.

O Km0 Alentejo estava previsto iniciar em abril, se não fosse a declaração de estado de emergência e implementação das medidas de prevenção e controlo do vírus COVID 19. Estava previsto iniciar com o funcionamento de lojas, produtores, restaurantes e transformadores, certificados no âmbito deste projeto com o apoio das entidades parceiras. ⁶³

O objetivo não é acabar com a produção tradicional, mas apoiar os produtores, comerciantes e distribuidores a promover os produtos locais e os circuitos curtos. ⁶⁴

⁶² Entrevista por videoconferência a uma das coordenadoras da Rede de Cidadania de Montemor o Novo.

⁶³ Idem

⁶⁴ Idem

No âmbito do projeto Km0 Alentejo já existe uma página online com informação do projeto, mapa com a localização dos produtores, lojas locais disponíveis e contatos, num raio de 50km em linha reta. Nestes pontos será possível comprar produtos locais, com apenas um único intermediário desde a produção até ao local de consumo (critérios do projeto).⁶⁵

Cabaz do Hortelão

O Cabaz do Hortelão em Montemor-o-Novo é uma iniciativa que já tem alguns anos. No início, prévio à união de freguesias, a recolha das encomendas era realizada na Sede da Junta de Freguesia de N.ª Sr.ª da Vila. De acordo com o Presidente da atual União de Freguesias da Vila de N. Sra da Vila, N. Sra do Bispo e Silveiras, desde de 2012 que deixaram de pedir apoio à junta para a distribuição dos cabazes. A LPMA aderiu ao projeto e realizava a distribuição em Montemor-o-Novo, Arraiolos e Évora. Contudo, o Cabaz do Hortelão em Montemor-o-Novo foi-se desvirtuando. Hoje só existem 2 produtores a contribuir com produtos para o cabaz e atualmente em Montemor-o-Novo a distribuição é cerca de 10 cabazes por semana⁶⁶ mas em 2016 chegaram a ser distribuídos 191 cabazes por mês em Montemor-o-Novo⁶⁷.

De acordo com o membro da LPMA entrevistado, o processo nunca funcionou bem desde o início porque um dos produtores colocava mais produtos do que os outros, e apenas contactava os parceiros para completar quando não tinha variedades ou quantidades suficientes. Supostamente, todos os produtores devem contribuir com produtos para os cabazes e em partes iguais. Compete ao coordenador receber a informação dos produtores, referente aos produtos que têm disponíveis, e fazer um cabaz diversificado com alimentos de todos os produtores.

Um dos produtores inquiridos, referiu que há cerca de 5 anos participava com produtos para o cabaz, mas não lhe compensava. Por um lado, porque no verão quando os produtores têm mais produtos, o consumidor vai de férias e não se vendem tantos cabazes, por outro porque nunca colocava os produtos que contava vender. O consumidor, de semana para semana alterava o pedido porque ainda tinha produtos e não precisava mais daquela qualidade ou algum familiar ou vizinho lhe oferecia.

O presidente da Cooperativa Integral Minga na entrevista realizada refere que não acredita nos cabazes porque a rentabilidade de um cabaz é muito reduzida. Os mercados locais são o melhor espaço para vender os produtos hortofrutícolas locais. Para combater a compra de produtos nas grandes superfícies tem que haver uma aposta forte na informação e consciencialização das

⁶⁵ Página oficial online do km0 Alentejo em <http://www.km0alentejo.pt/>, acedida a 29.04.2020.

⁶⁶ Informação fornecida na entrevista a um dos membros da LPMA, responsável pela gestão das hortas comunitárias.

⁶⁷ Dados de novembro 2016 disponíveis em https://www.monte-ace.pt/site/servicos_cabazdohortelao.html acedidos a 29 abril de 2020.

vantagens e benefícios para a saúde e desenvolvimento local na compra de produtos locais, hortofrutícolas e não só. E desmistificar que os produtos locais são mais caros que os produtos nas grandes superfícies. É importante também a cooperação entre os produtores e as estruturas de produtores existentes, o apoio efetivo das entidades públicas municipais, centrais e europeias para trabalhar com as pessoas da terra e no sentido das necessidades dos produtores. Os fundos europeus estão dirigidos para ações que não estão enquadradas com as realidades locais, as decisões são tomadas sem conhecer a realidade e as Associações de Desenvolvimento Local trabalham no sentido de canalizar fundos comunitários, para o qual estão direcionadas. Por isso, na grande maioria das vezes a aplicação dos fundos não tem grande impacto no terreno.⁶⁸

Projeto JUNTAr – Produzir sem desperdiçar⁶⁹

O Projeto JUNTAr – *Produzir sem Desperdiçar* foi um projeto piloto, com base num estudo que indicava que os produtores locais tinham excedente de produção. A coordenação era da União de Freguesias de N. Sra da Vila, N. Sra do Bispo e Silveiras, como o apoio da Liga dos Pequenos e Médios Agricultores (LPMA), a Cooperativa Integral Minga, a Santa Casa da Misericórdia e o Abrigo dos Velhos Trabalhadores. O projeto implicava a LPMA envolver os pequenos produtores, com produção que não conseguem escoar, e entregar esse excedente à Santa Casa da Misericórdia e ao Abrigo dos Velhos Trabalhadores, que são IPSS de apoio à terceira idade que fornecem refeições. A Cooperativa Minga apoiava no transporte.

A Junta de Freguesia candidatou-se ao Fundo Ambiental, que apoiou a compra de uma carrinha, um frigorífico e um desidratador. Quando avançaram para a implementação do projeto, os pequenos e médios produtores não aderiram porque as quantidades que não conseguiam escoar eram pequenas, e acabavam por as dar aos animais.

O equipamento adquirido no âmbito do projeto é utilizado em ações de demonstração, educação e sensibilização como workshop, no âmbito das iniciativas da Junta de Freguesia e da Câmara Municipal, durante o ano e na Feira da Luz.

4.3.1.2 *Projetos de reserva de terras para produção de autoconsumo*

Os projetos de reserva de terras para produção de autoconsumo, nos quais se consideram as hortas comunitárias e o banco de terras gerido pela Rede de Cidadania de Montemor-o-Novo, promovem a produção local, a alimentação saudável e as práticas comunitárias através da socialização e da aprendizagem na partilha e gestão de espaços e bens comunitários. Considerou-se importante compreender a dinâmica destes espaços para avaliação de eventual

⁶⁸ Entrevista por telefone ao Presidente da Cooperativa Integral Minga.

⁶⁹ Entrevista por telefone ao Presidente da União de N.º Sra. da Vila, N.º Sra. do Bispo e Silveiras.

integração numa proposta de ação, pelo que a informação foi obtida, principalmente, com base em entrevistas realizadas aos atores envolvidos.

Hortas comunitárias

Desde 2012 o município dinamiza as hortas comunitárias dos Casais da Adua, propriedade do município. Localizam-se a cerca de 4km, pela N4, e um pouco mais pela estrada da N. S. Visitação da cidade de Montemor-o-Novo. Devido aos poucos recursos técnicos do município, na área de ambiente e economia e, como forma de dinamizar e dotar as Hortas Comunitárias dos Casais da Adua de apoio técnico e apoio na gestão das mesmas, a Câmara elaborou protocolo com a Liga dos Pequenos e Médios Agricultores (LPMA).⁷⁰

Contudo, as Hortas Comunitárias têm tido fraco dinamismo. São constituídas por 3 blocos, cada um com cerca de 7.000 m², com talhões de tamanhos diferentes cerca de 90, 120 e 200 m² de área. Os dados da LMPA referentes a 2019 indicam que no bloco 1, com 56 talhões no total, cada talão com cerca de 90 m², 27 hortas estão em utilização, 14 não estão atribuídas e 15 encontram-se abandonadas. No bloco 2, com 42 talhões, cada um com cerca de 120 m², tem 26 talhões utilizados, 11 abandonados e 5 não atribuídos. No bloco 3, onde os 28 talhões têm cerca de 200m² cada, 10 talhões estão em utilização, 11 não estão atribuídos e 7 encontram-se abandonados.⁷¹ Desde meados de 2019, apenas 3 hortas foram atribuídas. Analisando os números, metade (50%) dos talhões, entre os abandonados e não atribuídos, estão sem produção (Quadro 15). A maior percentagem de talhões não atribuídos (39%) corresponde aos talhões do bloco 3 e a maior percentagem de talhões em utilização (62%) corresponde aos talhões do bloco2.

Quadro 15 - Número de talhões nas hortas comunitárias por blocos.

	Área	Nº talhões (m2)	Total talhões por Bloco	Em Utilização		Não atribuídos		Abandonados		TOTAL
Bloco	(m2)	/Dimensão	Nº	Nº	%	Nº	%	Nº	%	%
1	7000	56 – 90	56	27	48,0	14	25,0	15	27,0	100,0
2	7000	42 – 120	42	26	62,0	5	12,0	11	26,0	100,0
3	7000	28 – 200	28	10	36,0	11	39,0	7	25,0	100,0
TOTAL	21000		126	63	50,0	30	24,0	33	26,0	100,0

Fonte: Autora com base na informação recolhida durante a entrevista ao membro da LPMA responsável pela gestão das hortas comunitárias.

⁷¹ Entrevista ao responsável pela gestão das Hortas Comunitárias dos Casais da Adua da Liga dos Pequenos e Médios Agricultores.

As hortas estão equipadas com sistema de rega com água proveniente da Barragem dos Minutos, áreas de armazenamento coletivo para pequenas ferramentas e utensílios. O apoio técnico, informativo e pedagógico sobre os modos de produção e práticas agrícolas biológicas e ambientalmente corretas compete à LPMA.

Os produtores das hortas comunitárias produzem para consumo próprio e as quantidades são geralmente pequenas. Porém, como têm variedade de produtos trocam entre hortelãos.⁷²

A Câmara Municipal tem outra reserva de solos no Castelo da cidade para a criação de mais hortas, numa 2ª fase, caso a procura o justifique. As hortas a criar no Castelo serão em menor número e de dimensão mais reduzida com um objetivo de ocupação saudável dos cidadãos.⁷³

Banco de Terras

A Rede de Cidadania de Montemor-o-Novo é promotora do projeto Banco de Terras em Montemor-o-Novo, desde 2011, no âmbito de um projeto lançado pela Câmara Municipal para ideias de sustentabilidade. O projeto recebeu uma verba para a sua concretização, o que permitiu a criação do sistema de rega nas Hortas do Convento de São Domingos, proporcionar formação em agricultura biológica aos produtores e divulgar o projeto. Desde então a Rede de Cidadania, com o objetivo de privados disponibilizarem terrenos a quem queira produzir, gere as hortas em terrenos do Convento de São Domingos e em terrenos do Hospital de São João de Deus.⁷⁴

4.3.2 Análise SWOT

A análise SWOT⁷⁵ relativa ao Sistema Alimentar Local (SAL), apoiada na análise dos inquéritos e nas entrevistas realizadas aos atores envolvidos em projetos coletivos que promovem o SAL e o banco de terras para produção de autoconsumo, está subdividida nos pontos fortes (*Strengths*) e nos pontos fracos (*Weakness*), relativamente à análise interna (Quadro 16a), e no que se refere ao ambiente externo às oportunidades (*Opportunities*) e ameaças (*Threats*) (Quadro 16b).

⁷² Idem

⁷³ Entrevista à técnica da área de ambiente que acompanha as questões ambientais das Hortas Comunitárias dos Casais da Adua, afeta ao serviço da Divisão de Ambiente, Ordenamento do Território e Urbanismo. Embora as Hortas Comunitárias dos Casais da Adua estejam integradas na competência da Divisão de Planeamento e Apoio ao Desenvolvimento Económico, estes dois serviços partilham os recursos técnicos para dar resposta às questões ambientais com impactos na atividade económicas e vice-versa, nomeadamente, na área do turismo cultural e ambiental, na área da promoção e divulgação das tradições produtivas e gastronómicas e dos produtos locais, onde se integra a Estratégia SMEA.

⁷⁴ Entrevista a uma das coordenadoras da Rede de Cidadania de Montemor-o-Novo.

⁷⁵ Meio de diagnóstico estratégico integrado no processo de melhoria contínua que facilita a avaliação de uma determinada área.

Esta análise tem por objetivo apoiar uma proposta de ação, orientada para atenuar os pontos fracos, reforçar os pontos fortes, aproveitar as oportunidades e interpretar as ameaças como potenciais oportunidades.

Quadro 16a - Análise SWOT: fatores internos.

SWOT	Produtores Locais	Comerciantes e Consumidores
Pontos Fortes	<p>Muito conhecimento sobre boas práticas de trabalhar a terra, devido à experiência e idade dos produtores;</p> <p>Terrenos maioritariamente dos próprios produtores;</p> <p>Não há falta de terra para produzir, quer nas propriedades dos produtores e existência de terras incultas;</p> <p>Horta Comunitária dos Casais da Adua, do município, com metade dos talhões sem produção;</p> <p>Rede de Cidadania de Montemor-o-Novo gere o banco de solos, onde frequentemente há talhões vagos;</p> <p>Diversidade de produtos produzidos pelos produtores;</p> <p>Produtores que inovam com a aplicação de técnicas que melhoram a capacidade do solo, retenção e produtividade do solo e com bons resultados;</p> <p>Produtores que inovam com a criação de novas formas de parcerias que reforçam o conceito de comunidade;</p> <p>Organizações de produtores que visam a economia social e a gestão da terra como Bem-Comum;</p> <p>A grande maioria dos produtores não fica com produção por escoar. Em alguns casos há mais procura do que capacidade de resposta;</p> <p>Produtores seguidores das práticas agroecológicas;</p> <p>Maioria dos produtores locais inquiridos vende diretamente ao consumidor final;</p> <p>Programa CSA (Comunidade que Sustenta a Agricultura) é um modelo interessante para os produtores, permitindo-lhes maior segurança na produção.</p>	<p>Produção da época e produção local são critérios para as compras dos consumidores;</p> <p>Preocupações ecológicas, com reutilização das caixas de transporte de alimentos, reciclagem dos comerciantes e consumidores;</p> <p>Compras através de plataforma online podem ser apelativas para consumidores, com entregas semanais ao domicílio ou levantamento na propriedade do produtor;</p> <p>Compras através de plataforma online pode ser apelativo para as IPSS com entregas bissemanais nas instituições;</p> <p>Consumidores reconhecem que conhecer o produtor e a propriedade permite-lhes validar o modo de produção e a qualidade dos alimentos consumidos.</p>
Pontos Fracos	<p>Idade média dos produtores de 59 anos;</p> <p>Baixa percentagem de jovens produtores (18-40anos);</p> <p>Alta percentagem de produtores com baixos estudos e idade com dificuldade em aderir às novas tecnologias;</p>	<p>Falta de identificação e informação sobre os produtos locais nas mercearias;</p> <p>Menor oferta de fruta de produção local no Inverno;</p> <p>Entregas diárias de hortofrutícolas nos estabelecimentos comerciais dificulta as entregas pelo pequeno produtor;</p>

SWOT	Produtores Locais	Comerciantes e Consumidores
Pontos Fracos	<p>Elevada percentagem de micro-empresas (<10 trabalhadores), maioritariamente, composta apenas pelo produtor;</p> <p>Dificuldades na gestão da produtividade das culturas;</p> <p>Falta de mão-de-obra (jovem e desempregados);</p> <p>Muito poucas marcas registadas;</p> <p>Falta de capacidade de resposta a alguma procura existente;</p> <p>Uso de agroquímicos ainda é prática generalizada, embora em poucas quantidades e quando estritamente necessário.</p> <p>A maior parte da água utilizada nas regas é provenientes de furos e poços, desconhecendo-se a qualidade da água para as regas e a frequência de análises;</p> <p>Maioria dos produtores não tem interesse nas plataformas online.</p> <p>Falta de parcerias para criar escala e credibilidade contratual;</p> <p>Maioria dos produtores não está organizada, tem menor probabilidade de estar informado e de criar parcerias e cooperação entre os pares;</p> <p>Mercearias e grandes superfícies não compram ao pequeno produtor porque não têm quantidades suficientes e certas para assegurar um fornecimento regular;</p> <p>Receber visitas na propriedade requer organização e logística;</p> <p>Programa CSA pode não ser acessível a todas as famílias.</p>	<p>Maioria dos inquiridos efetuam as suas compras sobretudo quando saem do trabalho;</p> <p>O mercado municipal só está aberto no período da manhã (7h-13h da 3ªfeira a sábado);</p> <p>Compras através de plataforma online pode não ser apelativo aos comerciantes;</p> <p>A maioria dos comerciantes não reconhece vantagens em visitar a propriedade onde são produzidos os alimentos que vende;</p> <p>Os restaurantes, em Montemor-o-Novo, aderem ao Menu Km0 quando há uma iniciativa nesse sentido.</p>

Fonte. Autora, com base nos inquéritos e entrevistas realizados.

Quadro 16b - Análise SWOT. fatores externos.

SWOT	Produtores Locais	Comerciantes e Consumidores
Oportunidades	<p>Pandemia Covid 19.- veio dar visibilidade à produção local e pode criar novos canais de escoamento, como as entregas ao domicílio;</p> <p>Parcerias entre produtores fomenta coesão da comunidade rural e permite dar resposta em quantidade, diversidade e mão de obra para tarefas agrícolas;</p> <p>Parcerias para ganhar escala e credibilidade contratual e diversidade de produtos para vender hortofrutícolas e outros alimentos às IPSS;</p> <p>Adesão à produção agroecológica como forma de melhorar a produtividade do solo e sumidouro de carbono, minimizar as pragas e evitar pragas;</p> <p>Agroecologia permite produção de alimentos mais saudáveis com menor risco para a saúde das famílias;</p> <p>Apostar em pomares de frutas de inverno, frutos secos adaptados ao clima local;</p> <p>Parceria do tipo Programa CSA com o comércio local e IPSS para os produtores terem uma segurança para o escoamento da produção e fidelizar o comércio local e as IPSS;</p> <p>Incentivar os produtores a criar estágios para os jovens;</p> <p>As instituições de apoio à terceira idade e de saúde confeccionam diariamente muitas refeições para as quais os produtores locais poderiam fornecer alimentos.</p>	<p>Acesso a produtos com maior valor nutritivo e sem agroquímicos ou aplicação de quantidades muito reduzidas.</p> <p>O consumidor pode ter acesso a informação sobre origem do produto, modo de produção e qualidades específicas;</p> <p>Fluxo de comunicação entre produtores e consumidores permite criar confiança mútua e diferenciar os produtos locais,</p> <p>Garantir a qualidade, rastreabilidade e autenticidade dos produtos favorecer a economia local;</p> <p>Alargamento do horário de funcionamento do mercado municipal;</p> <p>Parcerias entre o comércio local para entrega aos consumidores ao domicílio;</p> <p>Criatividade na criação de sacos reutilizáveis com materiais vegetais ou reciclados para transporte das compras com mensagens de promoção do comércio local;</p> <p>Sensibilizar o consumidor para a compra de produtos locais, por serem mais saudáveis e que promovem o desenvolvimento local, para pressionar os comerciantes a ter uma mensagem mais clara sobre os produtos que vendem.</p>
Ameaças	<p>Produtor normalmente não faz distribuição;</p> <p>Distâncias grandes entre as propriedades e o centro de Montemor-o-Novo e a cidade de Évora;</p> <p>Falta de apoios à pequena produção;</p> <p>Grandes distribuidoras que trazem produtos de fora em grandes quantidades e a preços mais baixos;</p> <p>Grandes superfícies vendem de tudo com horários alargados e estacionamento gratuito.</p>	<p>Crise económica provocada pela pandemia do Covid 19, aumentará o desemprego e a diminuição dos rendimentos de muitas famílias, podendo levar a más práticas alimentares.</p>

Fonte: Autora, com base nos inquéritos realizados.

Na generalidade, o comércio local apresenta também como pontos fortes a proximidade ao consumidor, a rapidez e comodidade para o ato da compra, possibilidade “de fiado” e de poder encomendar ou reservar produtos. A aposta num serviço personalizado favorece o comércio local e ganha a confiança e preferência do consumidor. Como pontos fracos, o comércio tem menor variedade de produtos, espaços exíguos e apresentação pouco atraente.

4.3.3 Proposta de Transição para a Economia Circular de Base Social do Sistema Alimentar Local

O plano de ação e implementação é um guia sucinto, com os objetivos e os principais indicadores do projeto a desenvolver, sobretudo, no início para implementação do plano (Paula, 2018, p. 71).

Este guia de implementação, apresentado de seguida, visa definir uma sistematização de ação para obter resultados no campo dos objetivos que se pretendem atingir nas quatro áreas de ação da cadeia alimentar: produção local; distribuição; consumo local; resíduos, recursos naturais e matérias primas (Figura 17).

4.3.3.1 *Plano de Ação e Monitorização*

Com base na análise SWOT realizada, apresenta-se na Figura 17 um contributo para promover a circularidade de base social da Estratégia SMEA – um Plano de Ação e de Monitorização de Transição para Economia Circular de Base Social no que respeita ao aumento da produção local e dos consumos locais, com ações e medidas que contribuam para: i) aumento do consumo de produtos locais para diminuir a emissão de GEE com o transporte de alimentos; ii) diminuição da produção de resíduos pelo facto dos produtos frescos não necessitarem de embalagens para conservação; iii) aumento do aproveitamento dos resíduos orgânicos como matéria prima; iv) diminuição de plásticos nas embalagens em todo o processo; v) incorporação de ações que promovam a reintrodução dos resíduos no ciclo de produção e a introdução de energias renováveis para maior eficiência energética na produção.

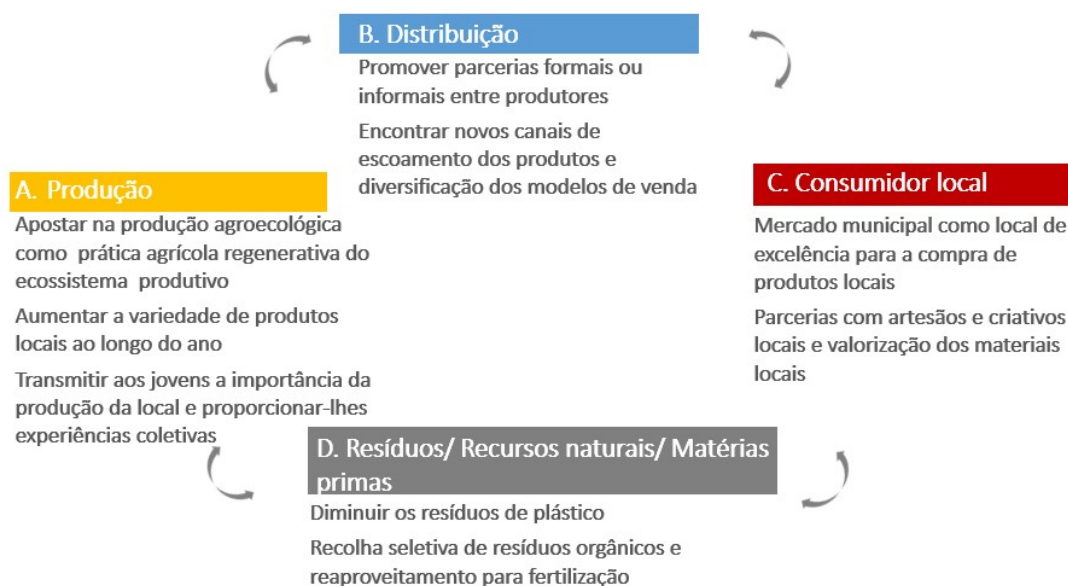


Figura 17 – Objetivos para a Transição para a Economia Circular de Base Social a integrar na Estratégia SMEA.

Fonte: Autora

Algumas das propostas são complementares às medidas propostas na Estratégia SMEA, tendo por base o trabalho realizado nesta dissertação. Pretende-se incluir indicadores e metas para análise da circularidade da estratégia e para que a mesma contribua com dados para uma análise de fluxos de materiais e matéria-prima a utilizar em abordagens e estudos supramunicipais.

Proposta no campo da Produção Local (A): Promover a Produção Local Agroecológica dirigida ao Consumo Local para um desenvolvimento socioeconómico e ambientalmente sustentável, promovendo as práticas agroecológicas, as energias renováveis e a sensibilização ambiental e o sentido de comunidade rural.

Pretende-se identificar os problemas específicos da produção local e colmatá-los através das medidas do Quadro 17. As ações, indicadores e metas para cada medida apresentam-se no Quadro 18, que visam organizar a pequena produção no sentido cooperativo e colaborativo e, atenuar dificuldade na resposta da oferta aos consumidores, em termos de quantidades, qualidade e diversidade.

Nesta área destaca-se a medida da criação de um espaço informal, a SMEA Comunitária nos Casais da Adua para promover a produção local junto dos jovens, com base em princípios agroecológicos e da gestão do Bem-Comum. Este projeto visa igualmente a promoção de projetos piloto na utilização de energias renováveis na produção alimentar local.

Atores: A Rede de Cidadania de Montemor-o-Novo, no âmbito da Estratégia SMEA e da implementação do Km0 em Montemor-o-Novo, à luz das novas regras do km0 Alentejo, para acompanhamento dos produtores na certificação informal da produção e criação da entidade jurídica. As Associações de Desenvolvimento Local Terras Dentro e Monte ACE com ação no concelho para canalizar os apoios financeiros existentes para as necessidades dos produtores e disponibilizando apoio técnico e administrativo à elaboração de candidaturas, bem como identificar apoios financeiros para o projeto SMEA Comunitária.

Todos os outros parceiros da Estratégia SMEA na criação dos programas de verão para os jovens e, envolvimento nas tarefas dos programas do projeto SMEA Comunitária. A Universidade de Évora para parceria em projetos piloto de incorporação de carbono no solo através da aplicação de práticas agroecológicas, aplicação das energias renováveis e tecnologia digital nos sistemas de monitorização e controlo da irrigação, acompanhamento do crescimento das colheitas, fertilização, surgimento de pragas em tempo real, a aplicar às pequenas unidades produtivas de forma a criar soluções replicáveis a preços acessíveis.

Apoios: Benefícios do Estatuto de Agricultura Familiar - Decreto-Lei n.º 64/2018 de 7 de agosto, apoios no âmbito do Programa de Desenvolvimento Rural 2020, financiamento LEADER, novos apoios aos circuitos curtos na reprogramação dos PDR2020 em setembro de 2019. A Câmara Municipal de Montemor-o-Novo disponibilizou uma verba para a Rede de Cidadania contratar um técnico para apoiar na certificação formal dos produtores, face ao referencial criado no âmbito do Km0 Alentejo. Outros apoios podem ser explorados no âmbito dos instrumentos políticos preconizadas até 2050 no PAEC como: a neutralidade carbónica, ordenamento do território, agricultura biológica, empreendedorismo jovem, o SIMPLEX e compras públicas ecológicas.

Quadro 17 - Objetivos das Medidas no campo da Produção Local.

Medidas a nível da promoção da Produção Local (A)	Objetivo
A1 – Apoio técnico aos pequenos agricultores nas práticas agroecológicas e na aplicação de tecnologia e energias renováveis para maior eficiência produtiva e menor impacto ambiental.	Esta medida visa apoiar as decisões do produtor com conhecimento técnico, no que respeita às práticas agrícolas agroecológicas e garantir a aplicação dessas práticas. Uma vez que a certificação oficial tem custos, a certificação deverá ser informal, para não excluir nenhum produtor à partida. É necessário apoiar tecnicamente os pequenos agricultores na introdução de novas tecnologias que tragam aumento na produtividade, eficiência no controlo de pragas, na supervisão da produção e maior conectividade com o mundo digital e possíveis redes e plataformas de gestão de produtos. Pretende-se também apoiar na decisão da

Medidas a nível da promoção da Produção Local (A)	Objetivo
	<p>aplicação de energias renováveis para maior eficiência na produção e aumento do rendimento do produtor. O apoio técnico à produção implica: criação de relatórios de potencialidades para melhorar, aumentar as condições de produção e diversidade de produtos; análise à receptividade dos produtores para o cooperativismo e novas experiências; definição das várias ações a desenvolver com cronograma anual; relatórios de monitorização e de evolução.</p>
<p>A2 - Levantamento e monitorização das espécies vegetais e quantidades produzidas pelos produtores locais e dos produtos hortofrutícolas vendidos nas superfícies comerciais locais.</p>	<p>Com esta medida pretende-se ter um conhecimento sistematizado das variedades produtivas e quantidades no sentido de avaliar a resposta dos produtores locais em determinados contextos e a tomada de decisão na introdução de novas produções alimentares adaptadas ao clima da região. Visa também obter um conhecimento sistematizado das variedades hortofrutícolas locais e as não locais, disponíveis nas superfícies comerciais, bem como os períodos de menor resposta por parte dos produtores locais, no sentido de melhorar a oferta.</p>
<p>A3 – Promover ações que contribuam para fomentar o sentimento de comunidade rural e a valorização da produção e o contacto com a terra.</p>	<p>Esta medida tem por objetivo obter mão-de-obra para pequenas tarefas necessárias, como a sementeira e colheita, com parcerias entre produtores e estímulos aos mais novos e às famílias, contribuindo para a valorização da produção local. Medida dirigida à comunidade escolar e famílias para apoiar os produtores a realizar determinadas tarefas.</p>
<p>A4 - Apoio técnico e administrativo a candidaturas, à legalização da atividade agrícola, ao reconhecimento de agricultura familiar e enquadramento fiscal.</p>	<p>Esta medida em articulação com a medida A1 visa ajudar o produtor a adquirir o estatuto de agricultura familiar, quando enquadrável, e a apoiar no acesso a fundos à produção e a outras medidas no âmbito do DL nº 64/2018, 7 de agosto que consagra o estatuto da agricultura familiar e outros diplomas.</p>

Fonte: Autora com base na recolha de informação no âmbito desta dissertação.

Quadro 18 - Medidas, Ações, Indicadores e Metas no campo da Produção Local.

Medidas no campo da Produção Local (A)	Ações	Indicadores	Metas
A1 – Apoio técnico aos pequenos agricultores nas práticas agroecológicas e na aplicação de tecnologia e energias renováveis para maior eficiência produtiva e menor impacto ambiental.	A 1.1 - Criação de base de dados, com atualização regular, dos produtores organizados e não organizados. Colaboração das organizações de produtores, sobretudo as signatárias do SMEA para fornecimento e atualização dos dados dos produtores.	% de formulários atualizados anualmente, e sempre que se verifiquem alterações, com os dados dos produtores não organizados e organizados, incluindo o modo de produção e área de produção.	-
	A1.2 – Visitas regulares para: levantamento e monitorização das condições produtivas; fornecimento de informação técnica e não técnica relevante para o produtor; identificação das maiores necessidades e dificuldades dos produtores na adaptação às novas tecnologias; demonstração das vantagens e vantagens das mesmas; promoção junto dos produtores de soluções integradas e	% da atualização anual das fichas de acompanhamento técnico do produtor e da produção. Nº de visitas por ano aos produtores, por ciclo produtivo. Nº de situações de aplicação de nova tecnologia para maior eficiência produtiva, energética ou ambiental (menor consumo de água, maior incorporação de matéria orgânica no solo, menor consumo	4 visitas anuais às propriedades nas seguintes épocas: preparação do solo, sementeira, produção vegetal e floração, pousio. Aumentar a eficiência da rega nas propriedades em 25% até 2025. Aumentar 0,4% ⁷⁶ por ano o nível de carbono incorporado nos primeiros 30-40 cm do solo.

⁷⁶ Idem. O valor 0,4% carece de ser ajustado à realidade dos solos portugueses.

Medidas no campo da Produção Local (A)	Ações	Indicadores	Metas
	versáteis e utilização de energias renováveis.	de eletricidade) por propriedade. % de teor de matéria orgânica incorporado anualmente nos 30-40cm do solo.	Objetivo de 50% das explorações agrícolas de hortofrutícolas estarem envolvidas na agroecologia até 2025 ⁷⁷
	A1.3 – Constituição de uma equipa de apoio técnico à produção para acompanhamento dos produtores no terreno e elaborar documentação de apoio e de evolução produtiva. Articular com as ações da Rede de Cidadania da Estratégia SMEA – implementação do Km0	Elaboração de relatório da situação produtiva atual - do ano 0. Elaboração de relatório de avaliação anual e plano de atividades para o ano seguinte.	Relatório da situação produtiva a realizar durante o 1º ano de implementação da iniciativa.
A.2 - Levantamento e monitorização das espécies vegetais e quantidades produzidas pelos produtores locais e produtos hortofrutícolas vendidos nas superfícies comerciais locais.	A.2.1 – Levantamento das espécies vegetais produzidas e quantidades produzidas pelo produtor. A.2.2 – Monitorização da produção no sentido de registar a evolução das quantidades produzidas de forma a permitir relacionar com a evolução do consumo local.	Nº espécies produtivas por ciclo de produção por produtor, ao ano. Variedade das espécies no conjunto dos produtores por ciclo de produção, por ano. Quantidades (ton ou Kg) de alimentos produzidos por produtor ao ano.	Informação anual por épocas de colheita para todos os produtores/ propriedades. Relatórios sobre os ciclos produtivos dois meses após o final dos mesmos.

⁷⁷ Meta da iniciativa internacional “4 por 1000: solos para assegurar alimento e o clima”.

Medidas no campo da Produção Local (A)	Ações	Indicadores	Metas
	Preenchimento das fichas de acompanhamento técnico do produtor e da produção.	Realização dos relatórios por ciclos produtivos anuais, com quantidades por produtor, variedades agrícolas.	-
	A. 2.3 – Levantamento dos produtores interessados a experimentar novas sementeiras/ plantações ou com área disponível para o efeito e/ou para aplicar projetos piloto inovadores.	-	-
	A 2.4 – Levantamento e monitorização dos produtos locais hortofrutícolas vendidos nas superfícies locais e respetivas épocas.	Realização do inquérito da situação – ano 0 - aos comerciantes % de inquéritos realizados aos comerciantes locais para acompanhamento da situação/ano.	Inquéritos bianuais a 80% dos comerciantes, de acordo com ciclos produtivos.
A3 – Promover ações que contribuam para fomentar o interesse pela produção local dos mais jovens e das famílias e que difundam o sentimento de comunidade rural. Articulação com a medida A 1.	A 3.1 – Promover palestras com os produtores e fomentar ações de colaboração entre eles e com eles associadas ao dia do agricultor e dia da produção nacional, bem como nas épocas que os produtores necessitam de apoio nas tarefas produtivas.	Nº de encontros realizadas ao ano entre produtores nas propriedades, de forma rotativa, para palestras. Nº de iniciativas anuais com os produtores.	1º encontro no segundo ano de implementação da ação.

Medidas no campo da Produção Local (A)	Ações	Indicadores	Metas
	<p>A 3.2 – Ações dirigidas a todos os alunos, com objetivo: de sensibilizar para a importância da produção local e contato com a terra nos 1º e 2º ciclo; objetivo formativo para os alunos do 3º ciclo. Criação de um plano de atividades anual.</p> <p>Envolver Grupos no âmbito da Ciência Cidadã.</p>	<p>Realização de protocolo como Agrupamento de Escolas para integração das atividades no projeto educativo.</p> <p>Nº de ações anuais concretizadas com as turmas.</p> <p>Nº de crianças de cada ciclo escolar envolvidas nas iniciativas.</p>	Envolvimento de todas as turmas do 1º e 2º ciclo nas iniciativas e metade das turmas do secundário até 2025.
	<p>A 3.3 – Ações formativas e de sensibilização dirigidas às famílias, programadas ao longo do ano de forma a abranger as várias etapas produtivas e tarefas: formação de mudas, plantação, acompanhamento da plantação, corte ou colheita, mondas e outras.</p>	<p>Nº de associação de pais envolvidas nas iniciativas.</p> <p>Nº de ações anuais concretizadas com as famílias.</p>	-
	<p>A 3.4 – Ações formativas práticas para desempregados, estágios para os jovens nas propriedades dos produtores aderentes.</p>	<p>Realização de protocolo com o Centro de Emprego.</p> <p>Nº de desempregados envolvidos, ao ano, nas ações de formação.</p>	-

Medidas no campo da Produção Local (A)	Ações	Indicadores	Metas
	<p>A 3.5 – Criação da SMEA Comunitária nos Casais da Adua</p> <p>envolvendo os rebanhos da Herdade da Adua e hortelãos das Hortas Comunitárias dos Casais da Adua.</p> <p>Elaboração de regulamento de funcionamento de acordo com os princípios de cooperação, autogestão e gestão do bem-comum, envolvendo todos os parceiros.</p>	<p>Nº de rebanhos e Nº de hortelãos envolvidos nas iniciativas da programação anual.</p> <p>Nº de outros parceiros envolvidos anualmente na gestão e manutenção do projeto.</p>	-
<p>A4 - Apoio técnico e administrativo a candidaturas, à legalização da atividade agrícola, ao reconhecimento de agricultura familiar e enquadramento fiscal, às campanhas de sensibilização e dinamização da produção local e sensibilização dos mais jovens e famílias.</p>	<p>A 4.1 - Articulação com as entidades de gestão dos fundos comunitários e nacionais para fazer a ligação ao produtor.</p> <p>A4.2 – Mediante o conhecimento da situação do produtor apresentar os programas existentes e ajudar na elaboração das candidaturas.</p> <p>Em articulação com a Ação A1.3</p>	<p>Nº de candidaturas anuais realizadas.</p> <p>Nº de agricultores que preenchem anualmente critérios de agricultura familiar.</p> <p>Nº de títulos de reconhecimento do Estatuto solicitados e atribuídos anualmente.</p>	<p>30% da regularização dos produtores locais sem entidade jurídica constituída e obtenção do estatuto de agricultura familiar, após o 2º ano da implementação da iniciativa.</p>

Fonte: Autora com base na recolha de informação no âmbito desta dissertação.

No campo da Distribuição (B): Promover o aumento da produção local dirigida ao consumo local através da criação de novos circuitos de canais de distribuição até um distribuidor comum.

Para fomentar a produção local tem que haver apoio à produção e à constituição de parcerias, formais ou informais, que promovam escala produtiva, em relação à quantidade e diversidade de alimentos, para responder a outros canais de escoamento. Com base nos inquéritos, muitos produtores quer pela idade, quer pela falta de interesse dos jovens e falta de mão-de-obra, não têm capacidade de produzir maiores quantidades. Pelo que, e de acordo com um dos produtores, a escala tem que ser dada através de parceria entre produtores, para assegurar a resposta no fornecimento a instituições, comércio, restaurantes e consumidores particulares. Para criar uma distribuição de produtos locais focada no consumo local, por um dos produtores locais ou por apenas um intermediário local, que vise canalizar esforços em colmatar as dificuldades existentes criando soluções para responder aos problemas, são necessárias experiências piloto para ganhar a confiança entre os produtores e os atores locais. Para tal propõem-se as medidas do Quadro 19 e como experiência piloto, estender o fornecimento de produtos locais a mais duas IPSS interessadas, em comprar diretamente a produtores locais, para além das inquiridas que referiram já ter essa prática.

O local de apoio propõe-se que seja o antigo Matadouro Municipal, temporariamente transformado em mercado municipal, enquanto decorrem as obras de Requalificação do Mercado Municipal.

Atores: Os produtores locais, as organizações de produtores, sobretudo a LPMA, a União de Freguesia de N. Sra. da Vila, N. Sra. do Bispo e Silveiras, que já tem uma carrinha, um frigorífico e desidratador que adquiriu no âmbito do Fundo Ambiental - *JUNTA: Economia Circular em freguesias* e a Cooperativa Integral Minga porque uma das suas áreas de ação é a comercialização de produtos.

Quadro 19 - Objetivos das Medidas a desenvolver no campo da Distribuição.

Medidas do campo da Distribuição (B)	
B.1 – Estabelecer contactos regulares e frequentes para criar novos canais de escoamento dos produtos e melhorar a oferta.	Com esta medida pretende-se realizar contactos com as entidades do Quadro 14 para criar novos circuitos de comercialização com base num grupo de produtores que se comprometa em fornecer, na base de um relacionamento de confiança e com regras muito claras decididas e aceites por todos os intervenientes.
B.2 - Centralizar o transporte dos produtos de vários produtores para realizar as entregas, num veículo ambientalmente sustentável para reduzir as emissões de CO2 e os custos das deslocações, de acordo com a otimização de rotas.	Permite aos pequenos produtores não se preocuparem com as deslocações e fornecerem para todo o concelho.

Fonte: Autora com base na recolha de informação no âmbito desta dissertação.

O Quadro 20 sistematiza as ações, indicadores e metas a ter em conta no projeto piloto de articulação dos produtores locais com as instituições de apoio social para fornecimento e entrega de produtos hortofrutícolas e outros produtos locais, cujos produtores se queiram associar.

Quadro 20 - Medidas, Ações, Indicadores e Metas no campo da Distribuição.

Medidas do campo da Distribuição (B)	Ações	Indicadores	Metas
B.1 – Estabelecer contatos frequentes para criar novos canais de escoamento dos produtos e melhorar a oferta.	B.1.1 – Identificar um conjunto de produtores com margem de produção, que no conjunto permitam diversidade de produtos e que se comprometam em fornecer na base de um relacionamento de confiança e com regras muito claras, decididas entre todos os intervenientes e aceite por todos.	Nº de produtores interessados, ao ano.	Fornecimento de 60% das hortofrutícolas consumidas quinzenalmente nas instituições aderentes ao projeto piloto, até ao 2º ano de implementação do projeto.

Medidas do campo da Distribuição (B)	Ações	Indicadores	Metas
	B.1.2 – Identificar instituições do Quadro 14 interessadas em comprar produtos locais.	Nº de instituições aderentes ao ano. Volume anual de compras/vendas (euros)	Após o 1º ano de implementação da medida vender produtos locais para 2 instituições aderentes. Após o 2º ano de implementação da ação avaliar a capacidade para alargar o fornecimento a mais instituições.
B.2 - Centralizar o transporte dos produtos de vários produtores para realizar as entregas, reduzindo o número de viagens, as emissões de CO2 e os custos das deslocações, de acordo com a otimização de rotas.	B.2.1 - Receção das encomendas e distribuição das quantidades e variedades pelos produtores aderentes de acordo com as disponibilidades dos mesmos. Eventual espaço de Apoio para gestão das encomendas no Antigo Matadouro Municipal.	Volume anual de vendas por produtor (euros) Quantidades anuais fornecidas por produtor e por produto (ton ou kg)	25% dos alimentos serem de produção local até 2025 ⁷⁸

Fonte: Autora com base na recolha de informação no âmbito desta dissertação.

No campo do Consumidor (C): Promover o aumento do consumo de produtos locais através da educação e sensibilização dos mais jovens, famílias e, por inerência, os comerciantes. Apoiar e promover a melhoria da atratividade dos pontos de venda existentes, para o consumidor, através do incentivo à criação de novos conceitos, à flexibilidade e disponibilidade dos produtos locais à venda.

⁷⁸ Meta de referência de OCDE.

Com estas medidas (Quadro 21) pretende-se dar resposta a necessidades e hábitos dos consumidores que em conjunto com as vantagens do comércio de bairro, o mesmo passa a ser mais atrativo ao consumidor para efetuar as suas compras.

Atores: O Município com isenção do pagamento da tarifa de recolha de resíduos de pequenas obras dos comerciantes e através do Centro de Acolhimento às Micro e Pequenas e Médias Empresas do município de Montemor-o-Novo (CAME) apoiar na avaliação do investimento e nas candidaturas nacionais e europeias de reconversão do comércio local. A criação de uma rede de parceiros de apoio a obras ao pequeno comércio para promover o desenvolvimento local.

Quadro 21 - Objetivos das Medidas a desenvolver no campo do Consumidor.

C.1 Diversificação da atratividade das mercearias com conceitos inovadores e áreas complementares.	Esta medida tem por objetivo fornecer apoio a pequenos comerciantes nas obras de requalificação dos espaços comerciais para se adaptem a novos conceitos, desde que promovam, na totalidade dos produtos vendidos, pelo menos 50% de produtos locais ou da região. Além disso, a medida visa disponibilizar informação sobre apoios, a que os comerciantes interessados possam candidatar.
C.2 Aumentar o consumo de produtos locais através da introdução de soluções criativas, flexíveis e ambientalmente sustentáveis.	Esta medida visa criar soluções para compatibilizar um serviço mais personalizado, com produtos de qualidade, e associado a uma imagem ambientalmente sustentável, com a flexibilidade de horários, de encomendas e entregas ao domicílio.
C.3 Sensibilizar os consumidores e os comerciantes para a compra e venda de produtos locais como fator essencial para o desenvolvimento local e segurança alimentar.	Esta medida pretende que o consumidor efetue as suas compras de forma mais consciente e exija informação aos comerciantes sobre os alimentos. Por outro lado, aumentar a preocupação dos comerciantes em informar o cliente sobre a origem e a qualidade dos produtos que vende.

As ações concretas referentes às medidas a aplicar para promover o consumo local junto do consumidor apresentam-se no Quadro 22.

Quadro 22 – Medidas, Ações, Indicadores e Metas referentes ao campo do Consumidor.

Medidas	Ações	Indicadores	Metas
C.1 Diversificação da atratividade das mercearias com conceitos inovadores e áreas complementares para pequenos negócios de produtos locais ou regionais	<p>C.1.1 - Apoio através da equipa do CAME⁷⁹ em articulação com uma rede de parceiros para informação regular aos comerciantes dos apoios existentes e candidaturas, viabilidade da criação de novos conceitos de mercearias e obras de reconversão do pequeno negócio que vise a promoção dos produtos locais e da região.</p> <p>C.1.2 - Isenção do município no pagamento de taxas de resíduos de obras até 3m³ de 3 em 3 anos.</p> <p>C.1.3 - Campanhas de apoio ao comércio local como a “Montra de produtos locais mais bonita” e outras iniciativas que incentivem o consumidor a procurar o comércio local e os produtos locais.</p>	<p>Criação de uma rede de parceiros de apoio na realização de obras de conversão do pequeno negócio.</p> <p>Nº de contactos regulares ao ano com os pequenos comerciantes para compreensão das dificuldade e formas de apoiar.</p> <p>Nº do comerciantes, ao ano, aderentes às iniciativas.</p>	<p>1º semestre do 1º ano de implementação da ação contactar todos os comerciantes para identificar a recetividade à medida.</p> <p>2º semestre do 1º ano criar as regras para o comércio existente e novos negócios.</p>

⁷⁹ CAME – Centro de Acolhimento às micro e pequenas e médias empresas do município de Montemor-o-Novo.

Medidas	Ações	Indicadores	Metas
C.2 Aumentar o consumo de produtos locais através da introdução de soluções criativas, flexíveis e ambientalmente sustentáveis.	C.2.1 - Flexibilizar o horário do mercado criando um 2º turno de atividade (das 16h às 19h) e promover um circuito único de encomendas e entregas ao domicílio através de parcerias entre produtores e a criação de uma rede de produtores e voluntários.	Nº de dias por semana e ao ano que o mercado tem horário prolongado. Nº de produtores locais com venda no mercado ao longo do ano. Nº de produtores locais com venda no mercado no período prolongado de atividade ao longo do ano. Nº de parcerias criadas entre produtores ao longo do ano.	-
	C.2.2 - Criar soluções criativas e ecológicas para o cliente transportar os produtos para casa ou para o carro. Criar uma programação anual com exposição de trabalhos de artistas locais que se adaptem ao espaço do mercado municipal.	Criação de parcerias com os artesãos locais; Nº de soluções criadas com matéria prima e mão-de-obra local ao longo do ano. Nº de iniciativas realizadas ao ano com artistas locais ou artesãos.	-

Medidas	Ações	Indicadores	Metas
C.3 Sensibilizar os consumidores para o consumo de produtos locais, em particular de hortofrutícolas e frutas e a importância da dieta mediterrânica, e sensibilizar os comerciantes para a venda de produtos locais como fator essencial para o desenvolvimento local e segurança alimentar.	C 3.1 - Promover campanhas para o consumo de hortícolas e frutícolas pelos mais novos e pelo consumidor geral. Realização anual de inquéritos, jogos, sondagens à população, para levantamento das porções de peças diárias de fruta e hortícolas consumidas diariamente e conhecimentos gerais sobre a dieta mediterrânica.	Nº de iniciativas anuais realizadas. Nº de pessoas envolvidas (público alvo) nas iniciativas. Nº de crianças, jovens e adultos que come fruta e hortícolas diariamente/ ao ano. Nº de crianças, jovens e adultos que comem diariamente as porções de fruta e hortícolas recomendadas pela DGS/ ao ano. Volume de venda anual de produtos locais nas mercearias (euros).	Aumentar o número de pessoas que consomem diariamente fruta e hortícolas em 5% até 2020. ⁸⁰ Aumentar o número de crianças e jovens que consomem diariamente as quantidades de fruta e hortícolas recomendadas para as idades respetivas, em 5% até 2025. Aumentar o número de pessoas que conhecem os princípios da dieta mediterrânica em 20% até 2020 ⁸¹
	C 3.2 – Criação de Programação anual da SMEA Comunitária nos Casais da Adua para as crianças, jovens e famílias. Relacionar com ação A3.4	Nº de jovens envolvidos nas iniciativas, ao ano. Nº de jovens que colaboram com regularidade nas tarefas produtivas.	-

⁸⁰ Meta do PNPAS a atualizar de acordo com futuras recomendações do PNPAS para outros horizontes temporais.

⁸¹ idem

No campo dos Resíduos (D): Sensibilizar para o consumo de produtos locais como um consumo sustentável, que valoriza o ambiente e a saúde pública.

O consumo de frescos, avulso, produzidos localmente diminui os resíduos associados às embalagens pelo facto de se diminuir o tempo entre a colheita e o consumo, o que dispensa as embalagens e os conservantes sendo mais saudáveis por esse fato também. Com base no trabalho de campo, realizado no âmbito desta dissertação, constatou-se que os produtores e as instituições têm um desperdício alimentar irrelevante. Poder-se-á avançar com o pressuposto que a principal fonte de desperdício alimentar serão os agregados familiares e, eventualmente, restaurantes e as grandes superfícies comerciais que não foram inquiridos neste trabalho. Em consequência desta reflexão, identifica-se como essencial a implementação de uma estratégia para a separação dos biorresíduos do município para maior aproveitamento em transformação de composto orgânico. O reaproveitamento dos produtos resultantes do tratamento das águas residuais é outra medida importante a implementar, fechando o ciclo com o tratamento dos resíduos provenientes da alimentação. As medidas (Quadro 23) propostas neste campo visam a sensibilização ambiental e a implementação do Plano de Gestão de Resíduos Orgânicos, obrigatório a partir de 2023 (Agência Portuguesa do Ambiente, 2019, p. 5), com aproveitamento do composto produzido a partir dos resíduos orgânicos do município nos espaços verdes públicos, hortas comunitárias e agricultores. A medida proposta para o reaproveitamento dos produtos resultantes do tratamento das águas residuais da ETAR é de implementação complexa e exige acompanhamento técnico muito especializado, devendo ser executada através da conceção de projetos piloto, no campo da produção agrícola e na produção de materiais na área da construção civil .

Atores: Cooperativa Minga e a Cooperativa Herdade do Freixo do Meio na elaboração dos conteúdos e das ações das campanhas de sensibilização, a Câmara Municipal na Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos em parceria com a GESAMB, a Câmara Municipal, a AgdA, os produtores, Universidade de Évora na elaboração e execução dos projetos piloto.

Quadro 23 – Objetivos das Medidas no campo dos Resíduos.

Medidas no campo dos Resíduos (D)	Objetivos
<p>D1. Campanhas de sensibilização dirigida aos consumidores, sobre a qualidade dos alimentos e os benefícios para o meio ambiente das práticas agroecológicas.</p> <p>Campanhas de sensibilização para os produtores locais e aos consumidor para a redução de resíduos associada aos produtos locais.</p>	<p>Promover as práticas agroecológicas que promovem a circularidade dos nutrientes e dos resíduos naturais promovendo a fertilidade do solo, a retenção do carbono no solo, a gestão da água, a biodiversidade através de campanhas de sensibilização dirigidas às crianças, aos jovens e aos pais e avós, enquanto consumidores e, eventuais, futuros produtores.</p> <p>Campanhas de sensibilização junto dos produtores locais para a criação de embalagens ambientalmente mais sustentáveis e para o consumidor geral, que a compra de produtos locais tem menor impacto ambiental e permite a redução de resíduos.</p>
<p>D.2. Implementação de um Plano de Gestão de Resíduos Orgânicos do Município.</p>	<p>Promover a recolha seletiva de resíduos orgânicos do município para maior aproveitamento dos resíduos na transformação em composto orgânico, que poderá ser utilizado por produtores a custo mais acessível e/ou pelo município nos espaços verdes. Esta medida visa o reforço da circularidade da Estratégia SMEA.</p>
<p>D.3. Criação de Projetos Piloto para aproveitamento do potencial das lamas provenientes da ETAR, na agricultura e na construção civil.</p>	<p>Pretende-se reintroduzir no ciclo de produção o produto resultante do tratamento das águas residuais da nova ETAR, como reforço da circularidade da Estratégia SMEA. Na área da agricultura, é necessário potenciar as vantagens, como o aumento da matéria orgânica, e controlar as desvantagens, sobretudo, impactos nos lençóis freáticos, através de projetos piloto de utilização das lamas da ETAR na produção de culturas agrícolas e/ ou de produções arbóreas e arbustivas promovendo o sequestro do carbono. Na construção civil, importa envolver empresas que valorizem as lamas como matéria-prima, a introduzir no processo de produção, e explorar essa potencialidade em projetos-piloto.</p>

Fonte: Autora com base na recolha de informação no âmbito desta dissertação.

No Quadro 24 são apresentadas as ações concretas bem como os indicadores e metas referentes às medidas a aplicar para promover o consumo de produtos locais para a diminuição dos resíduos urbanos e o reaproveitamento dos resíduos orgânicos, sobretudo, nos espaços verdes e espaços produtivos públicos.

Quadro 24 – Medidas, Ações, Indicadores e Metas referentes ao campo dos Resíduos.

Medidas no campo dos Resíduos (D)	Ações	Indicadores	Metas
D1. Campanhas de sensibilização dirigida aos consumidores, sobre a qualidade dos alimentos e os benefícios para o meio ambiente das práticas agroecológicas. Campanhas de sensibilização para os produtores locais e os consumidor para a redução de resíduos associada aos produtos locais.	D.1.1 - Ações de sensibilização e informação sobre os benefícios das práticas agroecológicas nos alimentos e no meio ambiente.	% de plástico recolhido anualmente no Ecoponto % de papel recolhido anualmente no Ecoponto % de vidro recolhido anualmente no ecoponto.	Aumento dos resíduos urbanos preparados para reciclagem em 50% até 2020 e em 65% até 2030 em relação a 2016. ⁸² Assegurar níveis de recolha seletiva de 47 kg/habitante/ano. ⁸³
	D.1.2 - Campanhas de sensibilização dirigidas às crianças, aos jovens, pais e avós sobre os benefícios ambientais com a redução de emissões de CO2, a redução de produção de resíduos e utilização de matérias-primas com o consumo de produtos locais.		
D.2. Implementação de um Plano de Gestão de Resíduos Orgânicos do Município. ⁸⁴	D.2.1 - Protocolo da Câmara Municipal com a GESAMB para: recolha dos resíduos orgânicos de forma	Toneladas de matéria orgânica recolhida anualmente. % de composto obtido/ matéria orgânica recolhida anualmente.	Reciclagem de 55% do total de resíduos urbanos produzidos, em 2025 ⁸⁵ Até 2022, os resíduos urbanos

⁸² PAEC – Plano de Ação de Transição para a Economia Circular.

⁸³ PERSU 2020- Portaria 187-A/2014, 1º Suplemento, Série I de 2014-09-17, pp 5004-(2) a 5004-(4).

⁸⁴ Com a transposição da Diretiva Quadro de Resíduos, a obrigatoriedade da recolha seletiva de biorresíduos prevê-se a partir de 31 de dezembro de 2023.

⁸⁵ Metas do Programa Nacional para as Alterações Climáticas 2020/2030

Medidas no campo dos Resíduos (D)	Ações	Indicadores	Metas
	<p>seletiva e tratamento dos resíduos e; fornecimento gratuito ao município de composto para os espaços verdes e hortas comunitárias, devido à aquisição dos contentores pelo município.</p> <p>Experiência piloto: 1- em área maioritariamente de moradias aplicar compostagem doméstica e introduzir um contentor de proximidade para recolha seletiva de resíduos orgânicos; 2 – em área com edifícios plurifamiliares aplicar recolha porta-a-porta; introduzir contentor de proximidade para seleção dos resíduos orgânicos.</p> <p>Fornecimento adicional de recipientes de 7 e 10L e sacos compostáveis às famílias.</p>		<p>biodegradáveis destinados a aterro devem ser reduzidos para 35% da quantidade total, em peso, dos resíduos urbanos biodegradáveis produzidos em 1995.⁸⁶</p> <p>Separação e reciclados os bioresíduos na origem, ou recolha seletiva e não misturados com outros tipos de resíduos até 31 de dezembro de 2023.⁸⁷</p>

⁸⁶ Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos 2020 - Portaria nº 187-A/2014

⁸⁷ Diretiva 2018/851 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de maio de 2018, que visa aumentar a valorização dos resíduos e reduzir a sua deposição em aterro. (Agência Portuguesa do Ambiente, 2019)

Medidas no campo dos Resíduos (D)	Ações	Indicadores	Metas
	D.2.2 - Fornecimento do composto orgânico a preço acessível aos pequenos e médios agricultores.	Toneladas vendidas anualmente ao pequeno produtor.	-
	D.2.3 - Campanha de sensibilização para: recolha seletiva de resíduos orgânicos, incluindo orgânico doméstico e material verde de jardins; compostagem caseira nas habitações com espaço verde na cidade e freguesias rurais, seleção dos resíduos papel e cartão, plástico e embalagens, vidro.	Toneladas de matéria orgânica recolhida anualmente e transformada em composto. % de composto obtido/ matéria orgânica recolhida anualmente	-
D.3. Criação de Projetos Piloto para aproveitamento do potencial das lamas provenientes da ETAR, na agricultura e na construção civil.	D 3.1 – Envolver as entidades Agda, Município, Universidade de Évora, e proprietários de terrenos agrícolas com solos pobres na conceção em projetos piloto, que vise a produção agrícola ou produções arbóreas e arbustivas, através da introdução de lamas provenientes da ETAR.	Nº de projetos piloto Nº de entidades envolvidas nos projetos– piloto.	-

Medidas no campo dos Resíduos (D)	Ações	Indicadores	Metas
	D. 3.2 - Envolver as entidades Agda, Município, Universidade de Évora e empresas de fabrico de materiais de construção na exploração, em projetos piloto, das potencialidades das lamas como matéria-prima.	Nº de projetos piloto Nº de entidades envolvidas nos projetos– piloto.	-

Fonte: Autora com base na recolha de informação no âmbito desta dissertação.

O projeto piloto da recolha seletiva dos resíduos orgânicos deve incluir a realização de um estudo tendo em conta: as características da cidade para analisar as condições reais para a recolha porta-a-porta e o sistema de deposição em contentores de proximidade para os resíduos orgânicos e; considerar o espaço disponível para a colocação de contentores e para a movimentação da frota de recolha de resíduos (Agência Portuguesa do Ambiente, 2019, p. 15). Esta estratégia só é possível com o envolvimento de todas as partes interessadas do território, como o nível político, técnicos, entidades envolvidas no processo, profissionais agrícolas (para criar mercado para o produto resultante da compostagem), associações e entidades do comércio alimentar. (Agência Portuguesa do Ambiente, 2019, p. 15). Concomitante, de acordo com os exemplos de compostagem e de recolha de resíduos seletiva bem-sucedidos na Europa, a publicidade e divulgação são fatores determinantes para o êxito e eficácia dos sistemas aplicados. É essencial desenvolver campanhas para assegurar a participação dos munícipes e das entidades a envolver no processo (Comissão Europeia, 2000, p. 10). Campanhas de sensibilização ambiental dirigidas às crianças é imprescindível para ajudar a mudar os hábitos familiares e produção de resíduos.

A proposta de projeto piloto baseia-se na síntese conclusiva dos casos de estudo do relatório da Agência Portuguesa do Ambiente sobre a implementação da recolha seletiva em Portugal Continental incidindo em especial sobre o fluxo de biorresíduos (Agência Portuguesa do Ambiente, 2019, p. 83)

No que respeita ao aproveitamento das lamas provenientes da ETAR, de acordo com Menino *et al.* (2018) o volume crescente dos lixos e das Lamas de Depuração, resultantes do tratamento de águas residuais (domésticas ou agropecuária), com origem no aumento demográfico e no consumo *per capita*, obriga os governos a pensar em formas de aproveitar esses resíduos. A eliminação das lamas deve-se integrar numa lógica de sustentabilidade, visando dois sectores

em concreto, a agricultura, pelo potencial das lamas na fertilização de solos pobres, e na construção civil, pelo aproveitamento como matéria-prima na produção em concreto de tijolos, cimentos e argamassas (Menino, Castelo-Branco, & Martins, 2018, p. 52). Esta lógica integra-se inteiramente nos objetivos da Economia Circular contribuindo para fechar o ciclo da alimentação com o aproveitamento de subprodutos resultantes da transformação dos resíduos, incorporando-os novamente no ciclo produtivo.

No que se refere às entidades com responsabilidade de Monitorização e Avaliação do Plano de Ação apresentado, como esta proposta poderá ser integrada na Estratégia Alimentar do Município, o Quadro 25 apresenta uma incorporação da avaliação e monitorização na dinâmica e modelo de governância desenvolvido no âmbito da Estratégia SMEA.

Quadro 25 - Monitorização e Avaliação do Plano de Ação Proposto.

	Quem?	Com quem?	Quando?	Como?
Monitorização	Grupo de trabalho Agenda local 21 da Câmara Municipal.	Com os atores propostos para desenvolver as medidas no âmbito da proposta apresentada	Semestralmente em Dezembro/Janeiro e Julho/Agosto	Reuniões trimestrais com os parceiros responsáveis pela implementação das medidas e ações para avaliar o ponto de situação e dificuldades de implementação. Recolha dos relatórios anuais com o ponto de situação da implementação das medidas e resultados, com a evolução dos indicadores e implementação das ações.
	Quem?	Com quem?	Quando?	Como?
Avaliação	Conselho Geral SMEA.	Comité Coordenador da Estratégia SMEA.	Anualmente	Em reunião do Conselho Geral SMEA.

Fonte: Autora com base na recolha de informação no âmbito desta dissertação e modelo governância da Estratégia SMEA.

4.3.3.2 Ações âncora propostas

SMEA Comunitária na Herdade da Adua

A Herdade da Adua integra os Casais da Adua, ambos propriedade do município, correspondente a uma área 371,55 hectares. A adua era um pasto comunitário para a pastagem dos animais de homem sem terra. Há registos, do século XVI, da Câmara ter tomado a adua para os animais dos homens sem terra puderem pastar de forma gratuita, guardados por um adueiro. No século XVII, a adua foi dividida em courelas para atribuir a indivíduos a cargo do município, como vereadores, almotacés e outros. A Coroa tomou a terra em 1779 para criação de gado cavalari da Coudelaria Real de Alter do Chão, voltando à posse da Câmara a 28 de janeiro de 1911, com a implantação da República ⁸⁸. Em 1951, colonos agrícolas ocuparam 30 lotes de 1 hectare de terra com edifício habitacional.⁸⁹

Hoje, alguns dos edifícios estão arrendados e outros abandonados, inclusive em ruínas. Neste contexto, propõe-se a recuperação dos edifícios em ruínas (Figura 18), pela Câmara Municipal, para a criação de uma escola informal de promoção da agricultura familiar e técnicas agrogeológicas, dirigida aos jovens, em particular, e ao público em geral, a designar de SMEA Comunitária. Este projeto teria como objetivo promover o sentido de comunidade, cooperação, partilha na gestão de um bem-comum, como o solo e o direito a uma alimentação adequada.

Nos Casais da Adua, onde funcionam atualmente as Hortas Comunitárias (Figura 19), de acordo com a análise realizada ao longo da parte prática desta dissertação, muitos dos talhões estão abandonados.

⁸⁸ Informação sobre topónimo rural Adua (Herdade da) em <https://montemorbase.com/noticia/toponimos-rurais-de-montemor-o-novo/> acedida a 08 de maio de 2020

⁸⁹ Regulamento de ocupação do colonato dos Casais Agrícolas da Herdade da Adua em Deliberação de Reunião de Câmara Municipal de 30 de novembro de 1951. Arquivo da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo.



Figura 18 – Casal na Adua em ruínas. Fonte: Fotografia da autora.



Figura 19 – Hortas Comunitárias nos Casais da Adua. Fonte: Fotografia da autora.

Os hortelãos que ocupam parte dos talhões seriam envolvidos de forma a colaborarem e contribuírem para a criação do projeto, assim como os rendeiros da Herdade da Adua, também propriedade do município. O envolvimento das pessoas que já trabalham a terra no projeto é fundamental, pois para além de contribuírem com o seu conhecimento e experiência, são parceiros na construção e manutenção do projeto.

Esta proposta inspira-se no projeto Escolas Comunitárias COMUNIX- participação ativa de jovens na governação de áreas comunitária, coordenado pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES), uma parceria transnacional entre CES, uma cooperativa na Galiza e uma instituição de propriedade coletiva em Itália, que decorreu em 2017. Este projeto visou uma abordagem informal para sensibilizar os jovens sobre o tema da governação dos bens comuns, os baldios.⁹⁰ O principal objetivo foi dar a conhecer aos jovens a “*realidade da governação dos territórios comunitários da europa na sociedade*”. Em concreto, o projeto visou a “*valorização do património cultural e ambiental dos territórios comunitários e o reforço dos modelos participativos e de democracia direta*” (Rita Serra, 2018, p. 14).

A SMEA Comunitária, a integrar na Estratégia SMEA, cumpre os seus princípios, procurando demonstrar aos mais jovens o potencial económico social e ambiental de estruturas e organizações comunitários e coletivas. Através da aprendizagem informal de crianças e jovens, pretende-se alterar os comportamentos futuros no que respeita à valorização dos produtos da terra, hábitos alimentares e produção de resíduos, mas sobretudo, criar bases sociais de relacionamento interpessoal que possam transformar a sociedade. É fundamental fortalecer as áreas rurais proporcionando experiências de partilha e cooperação para construir algo para a

⁹⁰ Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra disponível em <https://ces.uc.pt/pt/investigacao/projetos-de-investigacao/projetos-financiados/comunix> acedido a 03 maio de 2020.

comunidade e para os próprios, através da gestão de um bem-comum, no que respeita ao direito à alimentação saudável e à terra. Embora o projeto tenha por objetivo principal um trabalho específico com os jovens, a escola estará aberta a todos, com atividades e ações dirigida tanto a públicos alvo específicos como à comunidade local em geral. Este projeto pretende valorizar os espaços produtivos do município para conectar os jovens com a agricultura, com os valores das comunidades rurais e com a arte de criar o equilíbrio entre o homem e a natureza.

O projeto não se pretende equiparar aos projetos de escolas comunitárias, como escolas comunitárias em África, nomeadamente na Guiné, que surgem como resposta à problemática da pobreza e falta de ação do estado na resolução dos problemas sociais, resultando na participação ativa da comunidade na criação e gestão das escolas (Sobral, 2012, p. i). Ou equiparar-se ao movimento projeto das escolas rurais, na década dos anos 1990 no âmbito do encerramento das escolas rurais com menos de 10 alunos, na tentativa de inovação pedagógica e educativa de forma de suprir o papel do estado na implementação de estruturas e investimentos que garantam a coesão territorial e equidade social (Nunes A. d., 2011, p. 19). Nem visa ser uma alternativa a formação técnico profissional. Este projeto à semelhança da Oficina da Criança, projeto da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo de animação socioeducativo com dinâmica educativa informal de arte e cidadania ativa, dirigido aos jovens até aos 14 anos em regime livre, visa criar uma oferta informal de experiências que promovam o trabalho coletivo e participativo, neste caso, de matriz rural. Este projeto SMEA Comunitária dada a distância da Herdade da Adua e as tarefas a realizar, que exigem responsabilidade e autonomia, será dirigido a jovens maiores de 14 anos até aos 18 anos.

A Herdade da Adua (Figura 20) tem uma morfologia suave, em 86% da sua área com declives abaixo dos 5%. Os solos têm elevado teor de argila, o que implica mobilizações ligeiras e pisoteio de gado leve para não levar à compactação do solo. Possuem diversas linhas de água de carácter torrencial com erosão nas margens e inexistência de vegetação ripícola. Com vasta área de montado de sobro e azinho, existem também oliveiras e zambujeiro dispersos em núcleo, compatível com práticas silvo pastoris adequadas ao solo e com a regeneração do montado (Dias, 2010, pp. 9,32).

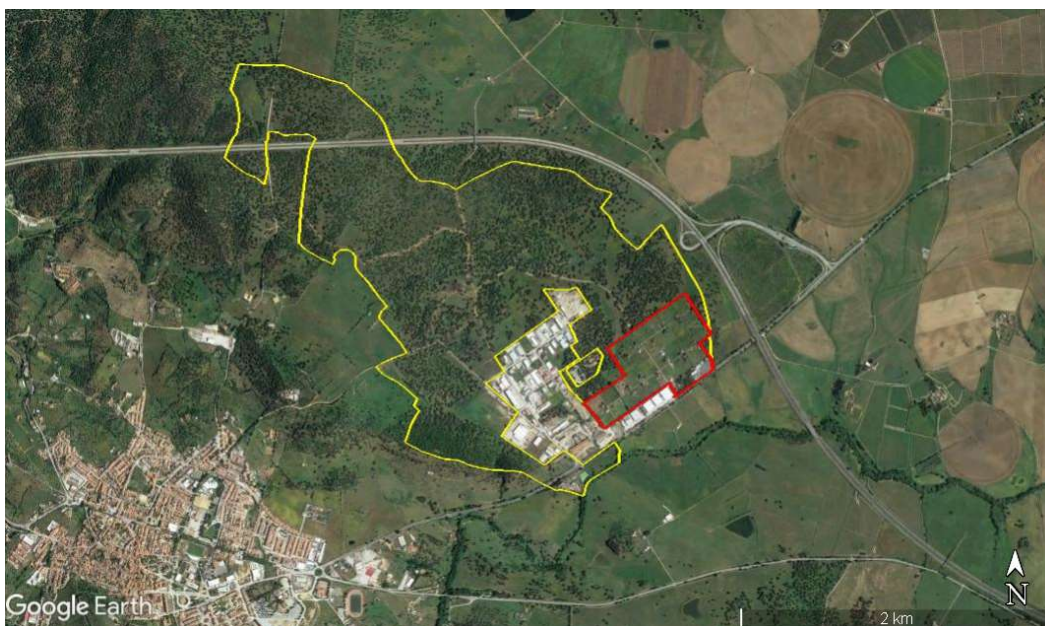


Figura 20 - Herdade da Adua (amarelo) e Casais da Adua (vermelho). Fonte: Limite da herdade da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e Imagem de satélite Google Earth.

A Herdade da Adua (amarelo), em conjunto com os Casais da Adua (vermelho), permite várias atividades produtivas, como e.g.: extração de cortiça, apanha e exploração da bolota, da azeitona, de medronhos, apicultura, produção de ovinos e suínos, produção de galinhas e perus, criação de pomares, horticultura.

O projeto assenta na exploração da herdade como fonte de financiamento do projeto em si e como matéria de gestão para a aplicação de práticas e valores que se pretendem transmitir às gerações mais novas. Alguns projetos podem ser implementados no âmbito dos apoios à agricultura biológica, como a produção de aromáticas, plantas condimentares e ervas medicinais.

Para o projeto ter início será necessário constituir uma equipa mínima de um engenheiro agrónomo, com forte componente em agroecologia e experiência prática no terreno, e um animador socioeducacional, com forte componente de sensibilização ambiental. A equipa, constituída por estes dois técnicos afetos ao projeto, terá forte articulação com a Divisão de Ambiente, Ordenamento do Território e Urbanismo, Divisão de Planeamento e Apoio ao Desenvolvimento Económico e a Divisão de Apoio Operacional, Obras, Águas e Saneamento. O engenheiro agrónomo terá de executar as tarefas agrícolas e outros trabalhos, bem como envolver os hortelãos, que atualmente ocupam talhões, e os arrendatários da herdade da Adua na elaboração do plano de gestão das áreas produtivas, segundo as práticas agroecológicas. Posteriormente, terá que articular e coordenar as tarefas com os hortelãos e arrendatários da herdade. O animador socioeducacional terá de elaborar os programas de verão e as atividades anuais, bem como as implementar e acompanhar.

Propõe-se a recuperação dos edifícios em ruínas nos Casais e na Herdade da Adua para as instalações técnicas, dormitório, cozinha comunitária, sala de palestras e loja para venda dos produtos da propriedade e dos parceiros locais.

Este projeto visa o contacto com experiências reais e troca de conhecimento através da criação de um programa de verão, que permita aos jovens durante uma semana ou duas semanas viverem e experienciarem o trabalho do campo. O forte envolvimento dos parceiros locais na criação da programação e na cooperação para implementar o projeto é essencial.

O programa de verão, dirigido a jovens entre os 14 aos 18 anos, deverá ter em contas as idades dos participantes para atribuir as tarefas diárias a realizar e direccionar as atividades. O programa deve proporcionar aos jovens um dia equilibrado entre os momentos de aprendizagem formal, de partilha e cooperação e consolidação dos objetivos programáticos, através das seguintes tipologias de atividades:

- distribuição das tarefas domésticas do quotidiano, como confeccionar as refeições, lavagem da loiça, arrumação das áreas comuns, de forma rotativa;
- distribuição das tarefas agrícolas como: alimentação dos animais, tarefas na horta e no pomar;
- outras tarefas específicas como ajudar na loja com a venda de produtos, entregas de produtos;
- visitas a propriedades com projetos de referência;
- apoio em tarefas específicas dos produtores locais aderentes ao projeto;
- palestras por investigadores convidados e produtores locais sobre temáticas de desenvolvimento local, produção local, agroecologia, cooperativismo, gestão do bem-comum, economia circular, adaptadas às idades em concreto;
- Visualização de filmes e documentários relacionados com territórios comunitários e gestão comunitária;
- Aulas práticas sobre técnicas utilizadas na agroecologia;
- Jogos sobre as temáticas abordadas;
- Apresentação de trabalhos em grupo usando as tecnologias disponíveis;
- Incentivar a recolha junta da família de práticas, técnicas de conhecimento tradicional empírico para partilha de ideias, debate, discussão construtiva.

Anualmente, os jovens que participarem no programa de verão devem ser envolvidos de forma a cooperarem um dia por semana durante os meses das férias grandes e outros períodos letivos, em tarefas na propriedade como plantações, sementeiras, colheita dos produtos para encomendas.

Contudo, os jovens serão incentivados à semelhança da Oficina da Criança de aparecer sempre que queiram, encontrando-se a SMEA Comunitária de porta aberta para conviverem, integrarem tarefas ou colocarem dúvidas.

O recrutamento de jovens será através de redes sociais, dos contactos dos parceiros da Estratégia SMEA, das Associações de Pais, dos meios de divulgação e comunicação da Câmara Municipal.

Durante o período letivo, o projeto SMEA Comunitária terá programação dirigida ao ensino básico e durante todo o ano e ao fim de semana para as famílias, incluindo a participação em tarefas na propriedade ou apenas para desfrutar da paisagem rural.

A SMEA Comunitária deverá ser integrada e gerida no âmbito da Estratégia SMEA como projeto educacional das gerações futuras, no readquirir competências no campo de relações sociais e de valores tradicionais das comunidades rurais, intrínsecas a todos os princípios da Estratégia alimentar do concelho de Montemor-o-Novo. Os atores da estratégia SMEA devem ser integrados no projeto, transmitindo o saber e as boas práticas aos jovens, quer através de visitas às propriedades dos parceiros quer com palestras. Os produtos dos parceiros podem ser vendidos na futura loja da SMEA Comunitária e uma percentagem reverterá para o projeto. As famílias carenciadas, através do cartão Morsolidário, um programa de apoio social do município, podem ter acesso a alimentos saudáveis e com benefícios económicos, de acordo com o escalão social das famílias. Os alimentos produzidos na SMEA Comunitária podem também ser canalizados para as cantinas escolares.

O regulamento de funcionamento e princípios a cumprir no projeto SMEA Comunitária deverão ser discutidos e construídos no âmbito do modelo de governância SMEA, envolvendo os jovens neste modelo. Efetivamente o modelo CSA liderado pela comunidade pode ser adaptado à realidade do município. Contudo deverá ter como ação principal os princípios que contribuem para a gestão do Bem-Comum e o Cooperativismo, como: i) promover as relações humanas baseadas na honestidade, empatia, confiança, estima, cooperação, compromisso com a natureza, solidariedade e partilha (Felber, 2017, p. 19); ii) participação voluntária e livre na adesão ao programa e tarefas a realizar durante os programas⁹¹; iii) promover tomadas de decisões sobre a gestão das tarefas de forma democrática; iv) promover educação, formação e informação de forma informal para a constituição de futuros cidadãos e cidadãs com ferramentas mais desenvolvidas para uma participação direta na vida das comunidades locais; v) promover

⁹¹ Princípios cooperativos adaptados ao projeto SMEA Comunitária da Lei nº 119/2015, de 31 de agosto – Código Cooperativo.

a autonomia, independência e responsabilização na realização das tarefas; vi) promover incentivos na construção de compromissos com a comunidade.

A grande parte das obras de implementação de infraestruturas e estruturas construídas podem ser realizadas pelos parceiros SMEA em jornadas de trabalho abertas à participação da comunidade geral. O apoio logístico e financeiro para a compra de materiais ficará a cargo da Câmara Municipal e de todas as instituições e empresas no âmbito do mecenato. As empresas poderão contribuir com material, produtos alimentares para almoços e lanches e com equipas de trabalho, que queiram colaborar.

Dinamização do Mercado Municipal

O Mercado Municipal de Montemor-o-Novo localizado na Praça Professor Bento Jesus Caraça, no centro de Montemor-o-Novo, tem um papel fundamental na promoção da produção local tanto em hortofrutícolas, como mel, queijos, enchidos, compotas e muitos outros produtos. O edifício é uma construção que se iniciou em 1935, mas devido às contingências da 2ª Guerra Mundial só em 1945 foi inaugurado para albergar o chamado mercado agrícola.

Em termos arquitetónicos é um edifício interessante para visitar, ao qual acresce a presença de painéis de azulejos no exterior do edifício com cenas do quotidiano alentejano, a fonte em pedra na zona central do edifício e os revestimentos interiores em pedra lioz (Figura 21 e Figura 22).



Figura 21 - Mercado Municipal de Montemor-o-Novo antes das obras de requalificação – área central. ⁹²



Figura 22 - Interior do mercado antes das obras de requalificação. ⁹³

⁹² Imagem obtida no site da Morbase em <https://montemorbaser.com/noticia/5-coisas-mercado-municipal-montemor/>, acedido a 07 maio de 2020

⁹³ Imagem obtida em <https://www.allaboutportugal.pt/pt/montemor-o-novo/mercados-e-feiras/mercado-municipal-de-montemor-o-novo> acedida a 07 de maio de 2020

Em 2019 iniciou-se a obra de requalificação do mercado municipal visando a manutenção da área de venda em bancas dos produtos locais e peixaria, da área para operadores em lojas (cafés, talho, padaria, lojas com ocupação por definir) e da área de terrados. A requalificação incluiu a criação de uma cozinha comunitária e uma área versátil para iniciativas de promoção de produtos, iniciativas culturais e outras. A área central do chafariz foi coberta permitindo maior utilização do espaço. Estas obras irão permitir um espaço mais atrativo para os consumidores realizarem as suas compras (Figura 23 e Figura 24).

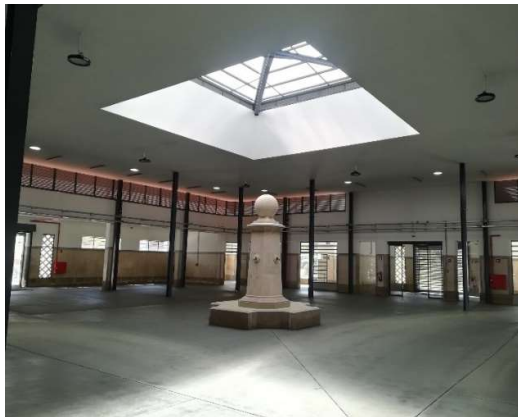


Figura 23 – Interior do Mercado requalificado sem equipamentos. Fonte: Fotografia da autora.



Figura 24 – Exterior do Mercado requalificado. Fonte: Fotografia da autora.

Atualmente, as obras no mercado municipal estão finalizadas, faltando o equipamento necessário, nomeadamente as bancas. O regulamento de funcionamento do mercado foi publicado (22 de abril de 2020) e o concurso para atribuição de bancas está para breve. Para além da requalificação do mercado está em curso a requalificação da área envolvente, permitindo uma área de esplanada das lojas no alçado principal, um espaço mais organizado e esteticamente mais atrativo para o consumidor. O investimento público permite criar condições para que o mercado municipal continue e reforce o seu papel dinamizador da produção local e dos produtos e tradições do município, oferecendo um serviço personalizado e de proximidade. O mercado municipal foi indicado por metade dos produtores inquiridos como sendo o ponto de venda principal, e alguns produtores referiram venderem bem no mercado.

De acordo com os consumidores inquiridos o período de maior frequência para as compras é depois de sair do trabalho. Ora, o mercado municipal tem um funcionamento, em período normal, das 7h às 13h, das terças-feiras aos sábados, o que impede a estes consumidores realizarem aí as suas compras.

Por isso, seria desejável que o mercado pudesse reabrir no final da tarde para o acesso a outro público. Mas não é concebível que o produtor que está no período da manhã abra no período da tarde, até porque não sendo da cidade, as distâncias no concelho são significativas dada a

área do mesmo. Nesta situação a relação de confiança e parcerias é fundamental para criar soluções como: um produtor assegurar a venda da sua banca e da banca do produtor da banca adjacente de manhã e da parte da tarde alternar; vários produtores partilharem a mesma banca, tendo produtos de todos na banca e revezarem-se de manhã e à tarde, ou mesmo ao longo da semana; familiares ou voluntários que possam assegurar a venda nos dias de prolongamento do horário do mercado. Ao município também é exigido disponibilizar mais um funcionário a assegurar a abertura e encerramento, limpezas, registo da ocupação das bancas, cobrança de taxas e todas as outras necessidades inerentes ao mercado. A proposta passa por mobilizar os produtores locais e todos os ocupantes de espaços no mercado a aderir à ideia e em colaboração tentar encontrar as melhores soluções em conjunto. Contudo, no âmbito desta dissertação apresenta-se uma proposta (Quadro 26) que poderá servir de base de trabalho e ser integrada na ação proposta na Estratégia SMEA “A2 Projeto de Renovação/ Dinamização do Mercado Municipal”.

Como projeto piloto, o prolongamento do horário, pode ocorrer às quartas-feiras, a meio da semana, e aos sábados durante os meses de Primavera e Verão quando os dias são mais longos e durante o período festivo do Natal. No interior do mercado, a proposta passa por tornar o mercado mais atrativo com exposição de fotografias ou trabalhos locais e criar maior comodidade para os consumidores nas compras, como e.g. a instalação de uma caixa multibanco, e criar um espaço de convívio.

Quadro 26 - Propostas para a dinamização do mercado municipal.

Horário de funcionamento	<p>Terças - feira a Sábados - funcionamento regular das 7h às13h.</p> <p>Quartas –feiras - funcionamento complementar das 16 às19h.</p> <p>Período 2 de maio a 30 setembro e no mês de dezembro:</p> <p>Terças – feira a Sábado - funcionamento regular das 7h às 13h.</p> <p>Quartas –feiras e Sábados - funcionamento complementar das 16 às19h.</p>
Zona de Petiscos	<p>Durante o período de horário alargado, produtos como enchidos, queijos, compotas, pão, vinho, licores, e outros produtos locais, podem ser vendidos para consumir no mercado na zona de petiscos. O consumidor compra nas bancas e terá um espaço com mesas e bancos, ou só com mesas, para comer o seu petisco. Deve haver uma campanha de sensibilização para o consumidor realizar a separação dos resíduos, levantar a mesa e deixar o espaço limpo.</p>

Programação variada	<p>Deve haver uma programação anual que inclua animação com grupos da terra, provas de vinho, workshops culinários, exposições de fotografias, como e.g. fotografias do mercado prévias às obras e outros trabalhos compatível com o espaço.</p> <p>Colocação de ecrãs com informação sobre a programação do mercado, agenda cultural da Câmara e filmes produzidos pela Câmara Municipal sobre as iniciativas locais. Produção de pequenos filmes sobre os produtores locais e as suas culturas agrícolas, com venda no mercado.</p> <p>Organização de almoços Km0 com o apoio da cozinha comunitária e os produtos dos vendedores do mercado.</p>
Sistema de transporte de compras	<p>Em colaboração com artesãos e artistas locais criar carrinho coletivo (com materiais naturais ou recicláveis) para apoiar no transporte das compras dentro mercado ou até ao veículo.</p> <p>Criação de carrinho e/ou sacos individual de compras em forma de <i>talego</i>, com oferta de um kit, púcaro, navalha e pano para os petiscos no mercado.</p> <div data-bbox="1127 688 1268 982" data-label="Image"> </div> <p><i>Figura 25 - Carrinho de compras coletivo em vime ⁹⁴.</i></p>
Instalação de Caixa Multibanco	<p>Instalação de uma caixa multibanco no interior do mercado para maior comodidade nas compras.</p>
Campanha de sensibilização das compras no mercado municipal	<p>Promover campanhas de promoção das compras no mercado municipal como forma de apoio aos produtores locais e desenvolvimento do município - <i>Compre no mercado municipal e apoie a produção local. A Terra agradece.</i></p> <p>Promover as compras no mercado municipal com forma de promover o sentido de comunidade local – <i>Compre no mercado municipal, um espaço de confraternização.</i></p> <p>Promover as compras no mercado local como espaço de compras saudáveis – <i>Compre no mercado municipal, a horta no centro da cidade.</i></p>

Fonte. Autora

⁹⁴Imagem ilustrativa da ideia a transmitir de um sistema que concilie o tradicional e local com o sentido prático. Imagem obtida na Internet em <https://portuguese.alibaba.com/product-detail/handmade-wheeled-rattan-wicker-shopping-trolley-wicker-shopping-cart-710507376.html> a 07 maio 2020.

A programação deve ficar a cargo da Câmara Municipal com a colaboração dos vendedores do mercado contribuindo com ideias e opiniões. A equipa técnica do município que irá acompanhar as dinâmicas de funcionamento do mercado estará presente com regularidade mínima quinzenal para ouvir informalmente os produtores, lojistas, fiscais para eventuais ajustes na programação prevista, acompanhamento das necessidades iminentes.

5 Considerações finais

A relação Rural – Urbana é uma das iniciativas no contexto nacional para a coesão territorial, numa perspetiva que estas interações podem envolver a população, o mercado de trabalho, os serviços públicos e privados e os recursos ambientais de forma a construir parcerias mais eficazes para concretizar objetivos de desenvolvimento socioeconómico e sustentabilidade ambiental. Neste contexto, os municípios têm tido um importante papel no desenvolvimento local e na promoção da alimentação saudável, integrando iniciativas e medidas que promovem a produção e os produtos locais, bem como práticas saudáveis para o bem-estar humano.

A Economia Circular (EC) surge nas políticas europeias como medida a implementar para criar novas atividades económicas, com base na reinvenção do modelo de produção, para reduzir a extração de matérias-primas, diminuir o impacto negativo nos recursos naturais e na produção de resíduos. A EC aplicada ao Sistema Alimentar Local (SAL) integra os sistemas produtivos regenerativos dos ecossistemas, como a agroecologia, a diminuição de emissões de gases de efeito de estufa, com a promoção dos circuitos de produção e distribuição de proximidade, a diminuição do desperdício alimentar no consumidor e a diminuição de resíduos, na fonte de produção e na sua gestão. Com base no quadro conceptual da EC identificaram-se quatro campos essenciais do SAL: os produtores, a distribuição, os consumidores e resíduos.

Para analisar o SAL de Montemor-o-Novo, esta dissertação teve como ponto de partida a estratégia SMEA de Montemor-o-Novo como tema de inspiração e base de informação para uma análise independente do SAL à luz dos princípios da EC. O processo SMEA teve uma fase inicial de criação de uma visão construída desde o princípio com todos os atores, assente na promoção da dieta mediterrânea e nos circuitos curtos, e em quatro eixos: saúde e segurança alimentar; consumos, produção e circuitos de comercialização; sustentabilidade e gestão de recursos e; modelo de governação estratégica. Os atores assinaram em 2019 um compromisso de colaboração e participação no desenvolvimento da estratégia e na implementação de medidas, ações e indicadores de monitorização das ações propostas que teriam iniciado em 2020, não fosse a pandemia do COVID-19. A análise realizada nesta dissertação ao processo de construção da Estratégia SMEA, que implicou a participação da autora em sessões de trabalho, análise dos documentos produzidos e entrevistas a atores dos projetos em curso, integrados na estratégia, concluiu que este plano permite dar coerência a um conjunto de projetos, uns já em curso, com implementação variável e outros que são intenções de atores específicos. O

envolvimento de vários atores visa promover dinamismo e impulsionar as ações. Com base nas entrevistas realizadas aos atores dos projetos locais, sobretudo cooperativas, grupo de cidadãos e associações sem fins lucrativos, identificou-se que Montemor-o-Novo tem projetos de promoção dos circuitos curtos em curso que necessitam, para não definharem, de maior estímulo e envolvimento doutros atores e da população. Contudo, o facto da maioria dos atores participar de forma *pro bono* pode ser uma condicionante.

Da análise realizada à Estratégia SMEA com base nos objetivos da EC, verifica-se menor incidência de medidas e ações que visam a expansão das energias renováveis, aumento da qualidade da reciclagem e reintrodução no ciclo de produção (upcycle) de produtos resultantes do reaproveitamento dos resíduos. As medidas que promovem a partilha de modelo para a mudança de padrões de consumo e a diminuição do impacto ambiental das práticas produtivas e dos consumos têm maior expressão na estratégia. Considera-se que a Estratégia SMEA tem implícitos os princípios de circularidade, embora o seu plano de ação não tenha como objetivo principal a monitorização dos indicadores da EC. Ora é nesse sentido o contributo desta dissertação, bem como a complementariedade de algumas medidas, ações e indicadores para fechar o ciclo.

Na proposta apresentada integrou-se no plano de ação e monitorização, os indicadores e metas dos programas e estratégias europeus e nacionais, como o Projeto Circter, PNPAS, PAEC, Programa para as Alterações Climáticas 2020/2030 e PERSU2020 de forma a poder contribuir com dados e informação sobre os fluxos do metabolismo urbano para uma análise supramunicipal. Para dar resposta à reintrodução no ciclo de produção (upcycle) de produtos resultantes do reaproveitamento dos resíduos, incluiu-se no plano de ação proposto a gestão dos resíduos urbanos biodegradáveis, bem como o desenvolvimento de projetos piloto que vise a incorporação das lamas da nova ETAR em solos pobres para aumentar o sequestro do carbono ou em materiais de construção como matéria-prima, para fechar o ciclo da alimentação. Ainda se propõe a introdução de medidas que visam a promoção das energias renováveis na produção local e distribuição de proximidade.

Os inquéritos realizados aos produtores de hortofrutícolas (alimentos perecíveis que beneficiam dos circuitos curtos), aos comerciantes, aos consumidores coletivos e às famílias identificaram tendências que podem levar a repensar algumas das ações da Estratégia SMEA, como o desenvolvimento de uma plataforma de suporte à interação no âmbito da estratégia e troca de sementes entre produtores. Perante a conclusão de que a maioria dos produtores inquiridos não tem interesse em vender os seus alimentos através de uma plataforma on-line, sobretudo pelas dificuldades de interação com tecnologia digital, esta dissertação alterou a sua intenção inicial, de contribuir para a conceção da plataforma. Com base nos inquéritos, ficou evidente que o Mercado Municipal é o principal local de venda dos produtores locais. Perante esta constatação e dada as dificuldades dos pequenos produtores venderem para grandes superfícies, a proposta

aqui apresentada é assumir o mercado municipal como local de excelência para a compra de produtos locais por parte do consumidor final, apostando na melhoria da comodidade do comprador e nas parcerias dos produtores para assegurarem diversidade de produtos e alargar o horário de funcionamento do mercado com um projeto piloto. Propõe-se prolongar o funcionamento do mercado durante um dia de semana e ao sábado para conciliar com momentos culturais e de convívio.

As entrevistas permitiram também identificar que as Hortas Comunitárias, nos Casais da Adua, propriedade do município, têm metade dos talhões abandonados ou sem atribuição. Esta constatação, associada ao facto que as Hortas Comunitárias se inserem numa propriedade maior (com cerca de 370 hectares), a Herdade da Adua, também propriedade do município, sobretudo com montado de sobro, azinho e uma exploração subaproveitada, conduziu à proposta de criação da SMEA Comunitária pelo município. Propõe-se um centro informal de educação rural, ambiental e cívica com objetivo de fomentar mudanças na sociedade, quer nos consumos e práticas do quotidiano quer de valores sociais, particularmente dirigido a jovens, mas com programação para envolver toda a comunidade e parceiros SMEA na gestão deste bem-comum, cuja tutela caberá ao município.

Os contributos complementares à estratégia alimentar do concelho de Montemor-o-Novo são a interpretação do SAL de Montemor-o-Novo pela autora, da qual se destaca a proposta de uma certificação informal de produtores locais das práticas agroecológicas, que são a base produtiva da estratégia SMEA, com uma equipa técnica comprometida, que vise articular os produtores na partilha de experiências, interajuda em tarefas produtivas e abrir caminho para novas parcerias no uso da terra, diversidade de espécies produtivas e constituição de escala para fornecimento de hortofrutícolas e outros produtos locais a algumas entidades, como IPSS. Uma certificação formal, à semelhança do que se pretende implementar no âmbito do Km0 Alentejo, corre o risco de excluir muitos pequenos produtores e, não concorre para aumentar o número de produtores a levar a cabo as práticas agroecológicas. Outro contributo é a integração de indicadores de monitorização da produção local, em termos de quantidades e variedades produzidas, para uma análise futura dos fluxos energéticos e da circularidade dos SAL.

Com base na análise da autora, considerando a dinâmica existente em Montemor-o-Novo baseada nos projetos em curso identificados nesta dissertação e no próprio processo de conceção SMEA, apontam-se como fatores a desenvolver para a transição para a Economia Circular um maior investimento em projetos-piloto para o reaproveitamento dos resíduos urbanos biodegradáveis e lamas de ETAR, introdução das energias renováveis sobretudo na produção local e distribuição. Também é essencial criar mecanismos para junto dos produtores quantificar as produções locais para obtenção de dados que visam a análise do metabolismo urbano e o real impacto na economia local. Para aumentar a produção local, para uma melhoria significativa nos impactos ambientais e sociais identifica-se o fortalecimento e aumento do dinamismo nas

parcerias entre os produtores locais para criar escala e diversidade de produtos nas diferentes épocas produtivas ao longo do ano para responder a outros circuitos curtos, como mercearias e IPSS. Para tal, os apoios com fundos e benefícios fiscais à produção local e à criação de parcerias entre produtores, bem como à criação de circuitos curtos e a projetos comunitários, que promovam o envolvimento dos jovens nas práticas das comunidades rurais, são essenciais para incrementar a produção local gerando uma economia social. Neste contexto, defende-se que a transição para a Economia Circular deve ser de base social, assente numa economia com atividades económico sociais que promovam o interesse comum, como cooperativas e autogestão, por se considerar o modelo que melhor defende a gestão dos bens-comuns, como os serviços ecossistémicos do solo e a produção agrícola sustentável.

Neste sentido, surgem as ações âncoras propostas, da criação da SMEA Comunitária e as ações de dinamização do mercado municipal como ações geradoras de sinergias entre os produtores e a comunidade promovendo os objetivos do SAL enquanto potenciador de economia circular e economia social para desenvolvimento do interior do país.

É fundamental integrar a economia social e circular na estratégia de revitalização da economia local, como solução para otimizar os recursos, diminuir os custos de produção e promover uma produção mais saudável e sustentável, com maior equilíbrio com os mecanismos de autorregeneração e autorregulação dos recursos naturais.

Os projetos de menor escala e desenvolvidos por comunidades locais, como a produção local, permitem a gestão dos recursos como um bem-comum, com objetivo principal de gerar bem-estar e não a maximização do lucro, e estão mais comprometidos com o uso sustentável e a autorregeneração do recurso. O apoio do Estado à promoção da produção local para consumo local, é imprescindível para uma discriminação positiva contribuindo para o acesso de todos a esses produtos, mitigando a competição desleal com a produção em escala e de forma intensiva, e para proteção dos serviços ambientais proporcionados pela agroecologia.

6 Referências Bibliográficas

- Agência Portuguesa do Ambiente. (2019). *Estudo prévio sobre a implementação da recolha seletiva em Portugal Continental incidindo em especial sobre o fluxo de biorresíduos*. Relatório final.
- Almeida, A. L. (2013). *Caracterização Agrícola do Alentejo Central*. Évora: Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo, Serviço Regional do Alentejo Central.
- Antoci, A., Borghesi, S., & Russu, P. (2005). Biodiversity and economic growth: Trade-offs between stabilization of ecological system and preservation of natural dynamics. *Ecological Modelling* 189, pp. 333-346. Obtido em 21 de junho de 2019, de <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S030438000500205X>
- Avellez, F., & Carvalho, M. d. (2015). A importância de uma gestão sustentável do solo para o crescimento da agricultura portuguesa. *Cultivar, Cadernos de Análise e Prospetiva*, Nº2, pp. 27 - 40.
- Barbosa, G. S. (2008). O Desafio do Desenvolvimento Sustentável. *Revista Visões*, 1.
- BCSD Portugal. (2017). *Incentivos e apoios financeiros para uma economia inteligente, sustentável e inclusiva até 2020*. março.
- Breure, A., Lijzen, J., & Maring, L. (2018). Soil and land management in a circular economy. *Science of the Total Environment*, 624, pp. 1125-1130.
- Caldas, J. C. (2013). A economia dos bens-comuns: visões rivais. Em J. Pato, L. Schmidt, & M. E. Gonçalves, *Bem Comum: Público e/ou Privado?* (pp. 109 - 128). Lisboa: ICS (Imprensa de Ciências Sociais. Obtido em 11 de abril de 2020, de https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/22896/1/ICS_JPato_LSchmidt_LEN.pdf
- Câmara Municipal de Montemor-o-Novo. (2012). *Revisão do Plano Diretor Municipal*.
- Câmara Municipal de Montemor-o-Novo. (2015 c). *Carta Estratégica de Montemor-o-Novo 2025. Enquadramento Geoestratégico, Cenários de Desenvolvimento e Desafios Estratégicos*. Relatório Intermédio, Gabinete Oliveira das Neves.
- Câmara Municipal de Montemor-o-Novo. (2015 a). *Área de reabilitação Urbana de São Pedro. Proposta de Delimitação*. Divisão de Ambiente, Ordenamento do Território e Urbanismo.
- Câmara Municipal de Montemor-o-Novo. (2015 b). *Avaliação da Carta Estratégica*. Gabinete Oliveira das Neves.

- Câmara Municipal de Montemor-o-Novo. (2016). *Modelo de Intervenção Estratégica - Montemor-o-Novo 2025*. Gabinete Oliveira das Neves.
- Câmara Municipal de Montemor-o-Novo. (2019 a). *Estratégia Alimentar para Montemor-o-Novo. Carta de Compromisso. Relatório da Estratégia*. Relatório Final Preliminar, Gabinete Oliveira das Neves, Montemor-o-Novo.
- Câmara Municipal de Montemor-o-Novo. (2019 b). *SMEA - Carta de Compromisso por uma Estratégia Alimentar de excelência para Montemor-o-Novo*.
- Camera, S., & Wegner, R. (2017). Direito humano à alimentação, (in) segurança alimentar e desenvolvimento: os desafios à realização progressiva na América Latina. *Revista de Direito Internacional*, v. 14, nº1, pp. 20-34.
- Cardoso, A. S., Magalhães, M. R., Domingos, T., Melo-Abreu, J., & Palma, J. (2017). O planeamento alimentar de base ecológica. A bacia alimentar do Ribatejo e Oeste. Em R. Oliveira, S. Amâncio, & L. Fadigas, *Alfaces na avenida. Estratégias para (bem) alimentar a cidade* (1ª ed., pp. 35-41). Lisboa: Universidade de Lisboa, Colégio Food, Farming and Forestry. Obtido em 08 de fevereiro de 2020, de http://www.colegiof3.ulisboa.pt/docs/Alfaces_na_avenida-Estrategias_para_bem_alimentar_a_cidade-ColegioF3_2017.pdf
- CASES - Cooperativa António Sérgio para a Economia Social. (s.d.). *Guia Prático da Economia Social. Projeto Y.es*. Obtido em 2020 de fevereiro de 01, de https://www.cases.pt/wp-content/uploads/2019/09/Guia_Pr%C3%A1tico_da_Economia_Social.pdf
- CCDRLVT, Comissão de Coodenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo. (2017). Enquadramento e Razão de Ser. *Resumos do Seminário Território e Economia Circular* (p. 4). Lisboa: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo. Obtido em 6 de setembro de 2019, de <http://www.ccdr-lvt.pt/files/4cf0cf08e4967d6508b70aafcc693954aa533346.pdf>
- CCDRLVT, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo. (2018). *Para a Estratégia 2030 da Região de Lisboa e Vale do Tejo. Competitividade International e Coesão Territorial e Social da RLVT 2030*.
- CCDRLVT, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo. (2019). *Economia Circular no Ordenamento do Território: Análise Matricial para a Região de Lisboa e Vale do Tejo*. Lisboa. Obtido em 2 de setembro de 2019, de <http://www.ccdr-lvt.pt/files/d929f77dc836853bfd08f979425ddfa724a63a40.pdf>

- Centro de Notícias das Nações Unidas. (2 de setembro de 2019). *Relatório das Nações Unidas estima que a população mundial alcance os 9,6 mil milhões em 2050*. Obtido de UNRICO - Centro Regional de Informação das Nações Unidas:
<https://www.unric.org/pt/actualidade/31160-relatorio-das-nacoes-unidas-estimaque-a-populacao-mundial-alcance-os-96-mil-milhoes-em-2050->
- Chaves, R., & Monzón, J. L. (2005). *La Economía Social en la Unión Europea - CES*. Centre international de recherches et d'information sur l'économie publique, sociale et coopérative - CIRIEC. Obtido em 05 de abril de 2020, de
https://www.ces.uc.pt/projectos/pis/wp-content/uploads/2013/09/ND_Economia-Social-na-Europa_CIRIEC.pdf
- Colombo, U. (2001). The Club of Rome and sustainable development. *Futures* 33, pp. 7-11.
- Comissão Europeia. (2000). *Exemplos de compostagem e de recolhas selectivas bem sucedidas*. Direcção- Geral do Ambiente, Bruxelas.
- Comissão Europeia. (2 de julho de 2014). Para uma economia circular: programa para acabar com os resíduos na Europa. *Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das regiões*. Bruxelas.
- Comissão Europeia. (2 de dezembro de 2015a). Fechar o ciclo – plano de ação da UE para a economia circular. *Comunicação da comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões*. Bruxelas.
- Comissão Europeia. (2 de dezembro de 2015b). Ficha informativa. Economia Circular: perguntas e respostas. Bruxelas.
- Comissão Europeia. (22 de novembro de 2016). Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões. Proximas etapas para um futuro europeu sustentável. Ação europeia para a sustentabilidade. Estrasburgo.
- Despacho nº 11418/2017, 29 de dezembro. (2017). *Diário da República, 2.ª série — N.º 249 — 29 de dezembro de 2017*. Lisboa: Ministérios Finanças, Administração Interna, Educação, Saúde, Economia, Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural e Mar.
- Dias, A. P. (2010). *Plano de Gestão Florestal da Herdade da Adua*.
- Direção-Geral da Saúde. (abril de 2019). *Estratégia Integrada para a Promoção da Alimentação Saudável*. Relatório de Progresso semestral - 1º semestre 2018, Ministério da Saúde, Lisboa.

- Ellen Macarthur Foundation. (2019). *Cidades e Economia Circular dos Alimentos*. Obtido em 18 de janeiro de 2020, de <https://www.ellenmacarthurfoundation.org/assets/downloads/Cidades-e-Economia-Circular-dos-Alimentos.pdf>
- Esperança, B. d. (2016). *Reforma Agrária e a sua influência nas políticas agrícolas em Portugal*. Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Ciência Política, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas, Lisboa.
- ESPON 2020 (a). (2019). *CIRCTER - Circular Economy and territorial Consequences - Policy Guide*. Obtido em 26 de dezembro de 2019, de <https://www.espon.eu/circular-economy>
- ESPON 2020 (b). (2019). *CIRCTER - Circular Economy and Territorial Consequences*. Applied Research. Synthesis Report. Version 09/05/2019. Obtido em 20 de 12 de 2019, de https://www.espon.eu/sites/default/files/attachments/CIRCTER%20FR%20Synthesis%20report_0.pdf
- ESPON 2020. (2018). *CIRCTER - Circular Economy and Territorial Consequences*. Inception Report/Annex. Version 14/03/2018. Obtido em 4 de novembro de 2018, de and Territorial Consequences
- Estornilho, M. J. (2017). Direito Fundamental à Alimentação Saudável: novos desafios urbanos. Em R. Oliveira, S. Amâncio, & L. Fadigas, *Alfaces na avenida. Estratégias para (bem) alimentar a cidade* (1ª ed., pp. 72-78). Lisboa: Universidade de Lisboa, Colégio Food, Farming and Forestry. Obtido em 2020 de fevereiro de 08, de http://www.colegiof3.ulisboa.pt/docs/Alfaces_na_avenida-Estrategias_para_bem_alimentar_a_cidade-ColegioF3_2017.pdf
- European Commission. (s.d.). *European Commission. Environment*. Obtido em 4 de maio de 2019, de http://ec.europa.eu/environment/sustainable-development/index_en.htm
- Eurostat. (s.d.). *Eurostat Statistics Explained*. Obtido em 30 de março de 2019, de Eurostat: https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Waste_statistics/pt
- Fadigas, L. (2017). O Planeamento Alimentar nos Instrumentos de Gestão Territorial. Em R. Oliveira, S. Amâncio, & L. Fadigas, *Alfaces na avenida. Estratégias para (bem) alimentar a cidade* (1ª ed., pp. 10-22). Lisboa: Universidade de Lisboa, Colégio Food, Farming and Forestry. Obtido em 08 de fevereiro de 2020, de http://www.colegiof3.ulisboa.pt/docs/Alfaces_na_avenida-Estrategias_para_bem_alimentar_a_cidade-ColegioF3_2017.pdf.pdf#page=113

- Felber, C. (2017). *A Economia do Bem Comum* (1ª edição em papel ed.). (J. Cardoso, Trad.) Lisboa: Editorial Presença. Obtido em 11 de abril de 2020, de <https://st4.ning.com/topology/rest/1.0/file/get/2057624668?profile=original>
- Ferrão, J., Mourato, J., Balula, L., & Bina, O. (2012). *Regiões funcionais, relações urbano-rurais e política de coesão pós 2013*. Relatório Final. Obtido em 17 de maio de 2019, de http://www.qren.pt/np4/np4/?newsId=1334&fileName=regioes_funcionais.pdf
- GESAMB. (2020). *Relatorio de Gestão 2019*. Obtido em 2 de maio de 2020, de http://www.gesamb.pt/Portals/0/Gesamb/Documentos/060101%20RelatorioGest%C3%A3o%202019_COMPLETO_assinado.pdf
- Geslain-Laneelle, C. (novembro de 2015). Solos agrícolas: um trunfo para a segurança alimentar e o clima. *Cultivar, Cadernos de Análise e Prospetiva*, N°2, pp. 21-26.
- Graça, P., & Gregório, M. J. (outubro de 2015). Estratégia para a promoção da alimentação saudável em Portugal. *Portugal Saúde em Números*, 4, pp. 37-40.
- Gregório, M. J., Tavares, C., Cruz, D., & Graça, P. (2016). *Programa de Distribuição de Alimentos: Considerações para adequada nutricional da oferta alimentar*. Programa Nacional para promoção da Alimentação Saudável, Direcção-Geral da Saúde.
- Guerreiro, L. F. (2017). *O impacto do projeto ADELAIDE.farm na agricultura familiar na região de Beja*. Dissertação de Mestrado, Instituto Politécnico de Beja, Escola Superior Agronomia, Beja. Obtido em 23 de fevereiro de 2020, de <https://repositorio.ipbeja.pt/handle/20.500.12207/4756>
- Halmaghi, E.-E., & Neag, M.-M. (2019). Premises of Sustainable development concept occurrence. *Revista Academiei Forțelor Terestre*, N°1 (93)(Management and Economics), pp. 45-53.
- Hespanha, P. (2017). O papel dos baldios na revitalização das comunidades rurais. Em F. Cravidão, L. Cunha, P. Santana, & N. Santos, *Espaços e Tempos em Geografia - Homenagem a António Gama* (pp. 337- 361). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. Obtido em 19 de abril de 2020, de <http://hdl.handle.net/10316.2/43488>
- IAPMEI, FCT. (s.d.). *Estratégia Nacional de Investigação e Inovação para uma especialização inteligente 2014- 2020. Documento de Trabalho nº2. Agro-alimentar*.
- Jacob, M. C., & Teixeira, P. (s.d.). Aproveitamento Hidroagrícola de Minutos - Barragem dos Minutos - Meidas de Minimização Ambiental. *Poster*. Direcção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural.

- Lazzeroni, M., Bellini, N., Cortesi, G., & Loffredo, A. (2013). Territorial Approach to Cultural Economy. *European Planning Studies*, 21, pp. 452-472. Obtido em março de 2019, de <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09654313.2012.722920>
- Magalhães, P. F. (2013). Condomínio da Terra: um património natural inatngível para superar a "falha de mercado". Em J. Pato, L. Schmidt, & M. E. Gonçalves, *Bem Comum: Público e/ou Privado?* (pp. 221-237). Lisboa: ICS (Imprensa de Ciências Sociais). Obtido em 11 de abril de 2020, de https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/22896/1/ICS_JPato_LSchmidt_LEN.pdf
- Meira, D. A. (13 de novembro de 2013). A Lei de Bases da Economia Social Portuguesa: do projeto ao texto final. *CIRIEC- España. Revista Jurídica*. N°24, pp. 1-32. Obtido em 05 de abril de 2020, de <https://base.socioeco.org/docs/a-lei-bases-economia-social-portuguesas-do-proyecyo.pdf>
- Menino, R., Castelo-Branco, A., & Martins, J. C. (2018). Lamas de ETAR: Aplicação em solos agro-florestais. *Revista de Ciencias Agrárias*, 41(1), 52-55.
- Ministério do Ambiente. (s.d.). Liderar a Transição. Plano de Ação para a Economia Circular em Portugal 2017-2020. Obtido em 4 de janeiro de 2020, de <https://eco.nomia.pt/contents/ficheiros/paec-pt.pdf>
- Ministério dos Negócios Estrangeiros. (16 de junho de 2017). *Relatório nacional sobre a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, por ocasião da Apresentação Nacional Voluntária no Fórum Político de Alto Nível das Nações Unidas*. Portugal.
- Ministério dos Negócios Estrangeiros. (2017). *Relatório nacional sobre a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, por ocasião da Apresentação Nacional Voluntária no Fórum Político de Alto Nível das Nações Unidas*. Portugal.
- Monte ACE, Alentejo. (2016). *Economia Social e Solidária Boas Práticas - Região Alentejo*. Obtido em 05 de abril de 2020, de https://www.imvf.org/wp-content/uploads/2018/01/ESS_BoaPraticaMONTE.pdf
- Niza, S. (2017). O sistema alimentar no contexto do metabolismo urbano da Área Metropolitana de Lisboa. Em R. Oliveira, S. Amâncio, & L. Fadigas, *Alfaces na avenida. Estratégias para (bem) alimentar a cidade* (1ª ed., pp. 42-47). Lisboa: Universidade de Lisboa, Colégio Food, Farming and Forestry. Obtido em 08 de fevereiro de 2020, de http://www.colegiof3.ulisboa.pt/docs/Alfaces_na_avenida-Estrategias_para_bem_alimentar_a_cidade-ColegioF3_2017.pdf

- Nunes, A. A. (2012). *A Crise do Capitalismo: Capitalismo, Neoliberalismo, Globalização*. Lisboa: Página a Página.
- Nunes, A. d. (2011). *Projetos escolares em meio rural: dar sentido aos projetos no refazer do laço social comunitário*. Relatório de Dissertação de Mestrado em Formação de Adultos e Desenvolvimento Local, Escola Superior de Educação de Portalegre. Instituto Politécnico de Portalegre, Portalegre. Obtido em 06 de maio de 2020, de <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/8398?locale=en>
- Oliveira, R., & Cancela, J. (2017). Bem comer para responsável ser. Por uma estratégia de planeamento alimentar urbano. Em R. Oliveira, S. Amâncio, L. Fadigas, & C. F. Universidade de Lisboa (Ed.), *Alfaces na avenida. Estratégias para (bem) alimentar a cidade* (1ª ed., pp. 27-32). Lisboa. Obtido em 08 de fevereiro de 2020, de http://www.colegiof3.ulisboa.pt/docs/Alfaces_na_avenida-Estrategias_para_bem_alimentar_a_cidade-ColegioF3_2017.pdf.pdf#page=113
- Oliveira, R., Amâncio, S., & Fadigas, L. (2017). *Alfaces na avenida. Estratégias para (bem) alimentar a cidade* (1ª ed.). (C. F. Universidade de Lisboa, Ed.) Lisboa.
- Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. (2015). *Diretrizes Voluntárias em apoio à realização progressiva do direito à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar nacional*.
- Paula, J. A. (2018). *Economia Circular: Repensar o Mercado o Projeto Unilop*. Dissertação de Mestre em Estudos Editoriais, Universidade de Aveiro, Departamento de Linguas e Culturas. Obtido em 01 de janeiro de 2020, de <https://ria.ua.pt/bitstream/10773/24109/1/Documento.pdf>
- Pereira, P. T. (2013). O conceito económico de bem público. Em J. Pato, L. Schmidt, & M. E. Gonçalves, *Bem comum: público e/ou Privado?* (pp. 85-108). Lisboa: ICS (Imprensa de Ciencias Sociais).
- PNPAS, Programa Nacional para a Promoção da Alimentação Saudável. (2018). *Alimentação Saudável | Desafios e Estratégias 2018*. Ministério da Saúde. Direção-Geral da Saúde. Lisboa: Direção-Geral da Saúde.
- Rede Social de Montemor-o-Novo. (abril 2019). *Diagnóstico Social do Concelho de Montemor-o-novo*. Montemor-o-Novo: Câmara Municipal de Montemor-o-Novo.
- Resolução do Conselho de Ministros nº190-A/2017, 11 de dezembro. (2017). *Diário da República n.º 236, 2º Suplemento, Série I*. Presidência do Conselho de Ministros. Lisboa.

- Rita Serra, G. A. (2018). *Escolas Comunitárias COMUNIX*. Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Trespés Sociedade Cooperativa Galega, Participanza Agraria de Nonantola, Coimbra. Obtido em 22 de março de 2020, de <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/85301/1/Escolas%20Comunitarias%20COMUNIX.pdf>
- Royer - Miller, M. (2010). *Um Pequeno Manual para Agricultores: Cultivo Biointensivo, Agricultura Familiar Sustentável*. (C. H. Nicolau, Trad.) USA: Ecology Action. Obtido em 30 de abril de 2020, de http://www.growbiointensive.org/PDF/FarmersHandbookPortuguese_LowRes.pdf
- Silva, J. L., & Roque, A. (novembro de 2015). O Solo e o Direito de Propriedade da Terra. *Cultivar, Cadernos de Análise e Prospetiva*, N°2, pp. 53-60.
- Simões, J., Macedo, M., & Babo, P. (2011). *Elinor Ostrom: "Governar os Comuns"*. Faculdade de Economia da Universidade do Porto, Economia e Política do Ambiente. Mestrado em Económia e Política do Ambiente , Porto.
- Sobral, R. R. (2012). *As Escolas Comunitárias na Guiné-Bissau e a Cooperação Portuguesa para o Desenvolvimento*. Relatório da Dissertação Trabalho Final de Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional, Instituto Superior de Economia e Gestão. Universidade Técnica de Lisboa. Obtido em 05 de maio de 2020, de <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/10364>
- Tibério, L., Baptista, A., & Cristóvão, A. (2013). Sistemas Agroalimentares Locais e Comercialização em Circuitos Curtos de Proximidade. *Rede Rural Nacional*, pp. 6-9. Obtido em 08 de 02 de 2020, de http://www.rederural.gov.pt/images/FolhasInformativas/SistemasAgroalimentaresLocais_ComercializacaoCCA_1.pdf
- Tirole, J. (s.d.). *Economia do Bem Comum*. (R. C. Guerra, Trad.)
- Unidade de Missão para a Valorização do Interior. (s.d.). *Programa Nacional para a Coesão Territorial*. República Portuguesa, Portugal.
- Urban Agenda for the EU Circular Economy. (2019). *Indicators for circular economy (CE) transition in cities - Issues and mapping paper*. Bruxelas. Obtido em 11 de novembro de 2019, de https://ec.europa.eu/futurium/en/system/files/ged/urban_agenda_partnership_on_circular_economy_-_indicators_for_ce_transition_-_issupaper_0.pdf

Vasconcelos, A. T. (2017). Soluções (sedutoras) de Design para uma alimentação sustentável. Em O. R., A. S., & F. L., *Alfaces na avenida. Estratégias para (bem) alimentar a cidade* (1ª ed., pp. 60-65). Lisboa: Universidade de Lisboa, Colégio Food, Farming and Forestry. Obtido em 08 de fevereiro de 2020, de http://www.colegiof3.ulisboa.pt/docs/Alfaces_na_avenida-Estrategias_para_bem_alimentar_a_cidade-ColegioF3_2017.pdf.pdf#page=113

Legislação consultada

Constituição da República Portuguesa. Decreto de aprovação da Constituição - *Diário da República n.º 86/1976, Série I de 1976-04-10*. Assembleia Constituinte. Lisboa

Despacho nº 11418/2017, 29 de dezembro. (2017). *Diário da República, 2.ª série — N.º 249 — 29 de dezembro de 2017*. Ministérios Finanças, Administração Interna, Educação, Saúde, Economia, Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural e Mar. Lisboa

Lei nº 30/2013, 8 de maio. (2013). *Diário da República n.º 88/2013, Série I de 2013-05-08*. Assembleia da República. Lisboa.

Resolução do Conselho de Ministros nº190-A/2017, 11 de dezembro. (2017). *Diário da República n.º 236, 2º Suplemento, Série I*. Presidência do Conselho de Ministros. Lisboa.

ANEXOS

Inquérito aos Produtores de Hortícolas e Frutícolas

**Obrigatório*

1. Caracterização do produtor e da unidade produtiva

1. 1.1 Nome do Produtor *

2. 1.2 Idade do Produtor *

3. 1.3 Qualificação literárias do produtor *

Marcar apenas uma oval.

☐ Ensino Primário

☐ Ensino Secundário

☐ Ensino Superior

☐ Outra:

4. 1.4 Nome da Propriedade e Morada *

5. 1.5 Freguesia da Propriedade *

Marcar apenas uma oval por linha.

	União de Freguesias de N. Sra da Vila, N. Sra do Bispo e Silveiras	União de Freguesia de Cortiçadas de Lavre e Lavre	Freguesia de Foros de Vale de Figueira	Freguesia do Ciborro	Freguesia de Santiago do Escoural	Freguesia de São Cristóvão	Freguesia de Cabrela
Linha 1	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

6. 1.6 Dimensão da Propriedade (m2) *

7. 1.7 Personalidade jurídica do produtor *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Empresário em nome individual
- ☐ Sociedade por quotas
- ☐ Sociedade unipessoal
- ☐ Sociedade anónima .
- ☐ Cooperativa
- ☐ Outra: _____

8. 1.8 Qualidade da Propriedade *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Do próprio
- ☐ Arrendada
- ☐ As duas situações
- ☐ Outra: _____

9. 1.9 Tem trabalhadores permanentes?

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não *Avançar para a pergunta 11*

10. 1.9.1 (Se respondeu Sim à pergunta anterior) Quantos trabalhadores permanentes tem?

2. Caracterização da Produção

11. 2.1 Produção principal

12. 2.2 Tipo de Produção *

Marcar tudo o que for aplicável.

☐ Culturas intensiva

☐ Culturas extensiva

☐ Estufa

☐ Horta familiar

☐ Pomar

Outra: ☐ _____

13. 2.3 Tem produções secundárias ou complementares? *

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não

14. 2.3.1 (Se respondeu Sim à pergunta anterior) Quais são as produções secundárias ou complementares?

15. 2.4 Quantidades produzidas ao ano (Kg ou ton)

16. 2.5 Toda a área da propriedade encontra-se ocupada com produção?

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não

17. 2.5.1 (Se respondeu Não à pergunta anterior) Qual o motivo para a área desocupada sem produção?

Marcar apenas uma oval.

☐ Pousio

☐ Não produz mais porque não consegue escoar a totalidade do que produz

☐ Não tem mão-de-obra para produzir mais

☐ Outra: _____

18. 2.6 Necessita de mais terra para produzir?

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não

19. 2.7 Tem conhecimento de terrenos incultos? *

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não

20. 2.7.2 (Se respondeu sim à pergunta anterior) Aonde se localizam os terrenos incultos?

21. 2.8 Tem mão-de-obra sazonal? *

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não

22. 2.8.1 (Se respondeu sim à pergunta anterior) Quantos trabalhadores sazonais tem durante o ano?

23. 2.9 Tem alguma marca registada e/ ou patente? *

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não

24. 2.9.1 (Se respondeu sim à pergunta anterior) Qual (ais)?

25. 2.10 Tem produção que não consegue escoar? *

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não

26. 2.10.1 (Se respondeu sim à pergunta anterior) O que faz à produção que não consegue escoar?

Marcar apenas uma oval.

☐ Dá a familiares

☐ Dá aos animais

☐ Dá a Instituições Particulares de Solidariedade Social

☐ Outra: _____

3. Rega

27. 3.1 Área da Superfície regada *

28. 3.2 Proveniência da água *

Marcar apenas uma oval.

☐ Furo

☐ Barragem dos Minutos

☐ Charca própria

☐ Outra:

29. 3.3 Tipo de rega *

Marcar apenas uma oval.

☐ Regos/sulco

☐ Rega gota-a-gota

☐ Aspersão fixa

☐ Aspersão móvel

☐ Outra:

4. Solo

30. 4.1 Tipo de fertilizantes que aplica *

Marcar tudo o que for aplicável.

☐ Composto orgânico vegetal

☐ Composto orgânico animal

☐ composto granulado

☐ Fertirrigação

Outra: ☐ _____

31. 4.2 Como combate as pragas? *

Marcar tudo o que for aplicável.

☐ com Protecção Integrada

☐ com Agroquímicos

☐ com Plantas complementares

☐ com Combate biológico

Outra: ☐ _____

32. 4.3 Costuma fazer compostagem? *

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não

5. Comercialização

33. 5.1 Vende diretamente os seus produtos ao consumidor final? *

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não

34. 5.2 Onde vende os seus produtos? *

Marcar tudo o que for aplicável.

☐ Mercado Abastecedor de Évora

☐ Mercado Municipal

☐ Mercearias locais

☐ Grandes superfícies

☐ Diretamente na sua propriedade

Outra: ☐ _____

35. 5.3 Fornece produtos para Consumidores Coletivos?

Marcar tudo o que for aplicável.

	IPSS	Cantinas Escolares
Sim	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

36. 5.4 Quais são os principais problemas associados à comercialização? *

Marcar tudo o que for aplicável.

- ☐ Falta de consumidores
- ☐ Produtos locais ficam mais caros dos que vêm de fora
- ☐ Não tem tempo para fazer contactos com os pontos de venda
- ☐ Falta de organização dos produtores

Outra: ☐ _____

37. 5.5 Teria interesse em receber visitas do consumidor na sua propriedade ? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Não

38. 5.5.1 (Se respondeu Não à pergunta anterior) Qual o motivo?

39. 5.6 Teria interesse em vender produtos para serem vendidos em cabazes? *

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não

40. 5.6.1 (Se respondeu Não à pergunta anterior) Qual o motivo?

41. 5.7 Teria interesse em vender os seus produtos numa plataforma on-line? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim, se recebesse logo após a venda
- ☐ Sim, se não tiver que fazer o transporte dos produtos
- ☐ Não, porque não sei funcionar com o computador e a internet
- ☐ Não, porque produzo o suficiente para a minha família e para completar o rendimento familiar
- ☐ Não, porque consigo vender o que produzo
- ☐ Outra: _____

6. Outros

42. 6.1 Tem outra atividade não agrícola? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Outra: _____

43. 6.2 Tem algum subsídio à produção? *

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não

44. 6.2.1 (Se respondeu Sim à pergunta anterior) Qual?

45. 6.3 Pertence a alguma organização de produtores? *

Marcar apenas uma oval.

☐ Associação

☐ Cooperativa

☐ Não

☐ Outra: _____

46. 6.4 Costuma frequentar ações de formação e de informação sobre candidaturas e subsídios? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Candidatura a subsidios
- ☐ Ações de formação sobre a Produção
- ☐ Ações de formação sobre Comercialização
- ☐ Ações de formação sobre Marketing
- ☐ Não costumo frequentar ação de formação nem informação
- ☐ Outra: _____

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pela Google.

Google Formulários

Inquérito aos Comerciantes

Mercearias

***Obrigatório**

1. Caracterização do Comércio

1. 1.1 Nome do Comércio

2. 1.2 Freguesia onde se localiza o comércio *

Marcar apenas uma oval por linha.

	União de Freguesias de N. Sra da Vila, N. Sra do Bispo e Silveiras	União de Freguesia de Cortiçadas de Lavre e Lavre	Freguesia de Foros de Vale de Figueira	Freguesia do Ciborro	Freguesia de Santiago do Escoural	Freguesia de São Cristóvão	Freguesia de Cabrela
Linha 1	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

3. 1.3 Horário de funcionamento *

2. Caracterização do Proprietário

4. 2.1 Nome do Proprietário (Opcional)

5. 2.2 Idade do Proprietário *

6. 2.3 Habilitações do Proprietário *

Marcar apenas uma oval.

☐ Ensino Primário

☐ Ensino Secundário

☐ Ensino Superior

☐ Outra:

3. Caracterização dos hábitos do cliente e do comerciante na compra de produtos hortofrutícolas

7. 3.1 Períodos de maior movimento e idades dos clientes habituais

Marcar tudo o que for aplicável.

	De manhã	À hora de almoço	À tarde até às 16:30	Depois das 16:30
idades < 25 anos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
25 - 45 anos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
46 - 65 anos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
> 65 anos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

8. 3.2 Tipo de produto que os clientes compram com maior frequência?

Marcar tudo o que for aplicável.

	Hortícolas	Frutícolas
Frescas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Congeladas Simples	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Enlatadas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

9. 3.3 Os clientes procuram com maior frequência produtos: *

Marcar tudo o que for aplicável.

- ☐ Produção local
- ☐ Produção da época
- ☐ Produtos biológicos
- ☐ Produtos DOP

Outra: ☐ _____

10. 3.4 Os clientes compram os produtos hortofrutícolas com maior frequência: *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ A vulso
- ☐ Embalados
- ☐ Outra: _____

11. 3.5 Critérios do proprietário do comércio na compra dos produtos hortofrutícolas? *

Marcar tudo o que for aplicável.

- ☐ Preço
- ☐ Aspeto
- ☐ Produção local
- ☐ Produção da época
- ☐ Produtos biológicos
- ☐ Produtos DOP

Outra: ☐ _____

12. 3.6 Tem produtos hortofrutícolas à venda de produtores locais? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Não

13. 3.7 Que produtos hortofrutícolas de produtores locais tem à venda?

14. 3.8 Qual é o peso dos produtos hortofrutícolas de produtores locais na oferta total de hortofrutícolas que tem à venda?

Marcar tudo o que for aplicável.

	Hortícolas	Frutícolas
Inferior à quantidade de produtos de outras origens	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Igual à quantidade de produtos de outras origens	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Superior à quantidade de produtos de outras origens	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Depende da época do ano	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

4. Distribuição

15. 4.1 Compra os produtos hortofrutícolas diretamente ao produtor? *

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não

☐ Outra: _____

16. 4.2 Locais mais frequentes onde compra os produtos hortofrutícolas? *

Marcar tudo o que for aplicável.

- ☐ Mercado abastecedor
- ☐ Mercado Municipal
- ☐ Diretamente ao produtor
- ☐ Compra ao comercial/distribuidor

17. 4.3 Qual é a frequência de entrega dos produtos hortofrutícolas? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Diária
- ☐ Semanal
- ☐ Bissemanal
- ☐ Quinzenal
- ☐ Outra: _____

18. 4.4 Como é feita a entrega dos produtos? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Entrega na loja
- ☐ Levanta os produtos num local definido
- ☐ Levanta os produtos na propriedade do produtor
- ☐ Outra: _____

19. 4.5 Como escolhe os produtos que vende na loja? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Contacta o produtor local
- ☐ Contacta o distribuidor
- ☐ O produtor contacta a informar dos produtos que tem disponíveis
- ☐ O distribuidor contacta a informar dos produtos que tem disponível
- ☐ Outra: _____

5. Embalagens e Resíduos

20. 5.1 Reutiliza as caixas de transporte dos produtos? *

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Às vezes

☐ Não

21. 5.2 As caixas onde são transportados os produtos hortofrutícolas são entregues aos produtores/ distribuidores para transportar novamente os produtos? *

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não

22. 5.3 Que destino dá às embalagens/ caixas quando não as reutiliza? *

Marcar apenas uma oval.

☐ Coloca no contentor dos resíduos indiferenciados

☐ Coloca no Ecoponto

☐ Outra: _____

23. 5.4 A maioria dos clientes costuma trazer os sacos para transportar as compras? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim, a grande maioria
- ☐ Não, a grande maioria não traz
- ☐ Outra: _____

24. 5.5 Que tipo de saco vende aos seus clientes quando não trazem saco próprio? *

Marcar tudo o que for aplicável.

- ☐ Plástico
- ☐ Papel
- ☐ Tecido
- Outra: ☐ _____

6. Outros

25. 4.1 Compraria produtos através de uma plataforma on-line diretamente ao produtor? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Não

26. 4.2 Comprar produtos on-line diretamente ao produtor ... *

Marcar tudo o que for aplicável.

- ☐ Considera seguro
- ☐ Considera Fácil
- ☐ Considera complicado
- ☐ Poupa tempo
- ☐ Não tem confiança no processo
- ☐ Não tem confiança nos produtos

27. 4.3 Se comprasse produtos on-line diretamente ao produtor como gostaria que funcionasse?

Marcar apenas uma oval por linha.

	Diariamente	Semanalmente	Bissemanal	Quando necessário
Entrega na loja	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Levantamento dos produtos em local a combinar	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Levantamento dos produtos no produtor	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

28. 4.4 Vê vantagens em poder visitar a propriedade onde são produzidos os produtos que vende na loja? *

Marcar apenas uma oval.

☐ sim

☐ Não

29. 4.4.1 Se vê vantagens, identifique-as

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pela Google.

Google Formulários

Inquérito aos consumidores

(Famílias e Indivíduos)

***Obrigatório**

1. Caracterização do Consumidor

1. 1.0 N.º de Agregado Familiar *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ 1 pessoa
- ☐ 2 pessoas
- ☐ 3 pessoas
- ☐ mais do 3 pessoas

2. 1.1 Idades *

Marcar tudo o que for aplicável.

- ☐ < 25 anos
- ☐ 25-45 anos
- ☐ 46 -65 anos
- ☐ > 65 anos

3. 1.2 Freguesia de residência *

Marcar apenas uma oval por linha.

	União de Freguesias de N. Sra da Vila, N. Sra do Bispo e Silveiras	União de Freguesia de Cortiçadas de Lavre e Lavre	Freguesia de Foros de Vale de Figueira	Freguesia do Ciborro	Freguesia de Santiago do Escoural	Freguesia de São Cristóvão	Freguesia de Cabrela
Linha 1	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

4. 1.3 Habilitações dos adultos *

Marcar tudo o que for aplicável.

- ☐ Ensino Primário
- ☐ Ensino Secundário
- ☐ Ensino Superior
- ☐ Sem estudos

5. 1.4 Situação Profissional *

Marcar tudo o que for aplicável.

- ☐ Trabalhador por conta de outrem
- ☐ Trabalhador independente
- ☐ Doméstica
- ☐ Reformado
- ☐ Desempregado

2. Caracterização do consumo de Produtos Hortícolas e Frutícolas

6. 2.1 Frequência das compras de produtos hortícolas e frutícolas? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Diária
- ☐ Bissemanal
- ☐ Semanal
- ☐ Outra: _____

7. 2.2 Horário das compras? *

Marcar tudo o que for aplicável.

- ☐ De manhã
- ☐ À hora de almoço
- ☐ Quando sai do trabalho

8. 2.3 Principal local das compras? *

Marcar tudo o que for aplicável.

- ☐ Feira/ mercado
- ☐ mercearia
- ☐ Grandes Superfícies
- ☐ Internet
- ☐ Diretamente ao Produtor

9. 2.4 Tipo de produto que compra com maior frequência?

Marcar tudo o que for aplicável.

	Hortícolas	Frutícolas
Frescas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Congeladas Simples	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Enlatadas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

10. 2.5 Critérios de compra? *

Marcar tudo o que for aplicável.

- ☐ Preço
- ☐ Aspeto
- ☐ Produção local
- ☐ Produção da época
- ☐ Produtos biológicos
- ☐ Produtos DOP

Outra: ☐ _____

11. 2.6 Diversidade de hortícolas/ frutícolas nos locais onde normalmente faz as suas compras?

Marcar tudo o que for aplicável.

	Hortícolas	Frutícolas
É suficiente ao longo do ano	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Tem pouca variedade ao longo do ano	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A diversidade depende da época do ano	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Em cada época do ano devia haver mais diversidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

3. Embalagens e resíduos de produtos hortícolas e frutícolas

12. 3.1 Faz reciclagem? *

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não

13. 3.2 Tipo de embalagem dos produtos que compra normalmente? *

Marcar tudo o que for aplicável.

☐ Embalagem individual

☐ Embalagem familiar

☐ Cabaz

☐ Avulso

14. 3.3 Leva sacos para transportar os produtos quando vai às compras? *

Marcar apenas uma oval.

☐ Sempre

☐ Quase sempre

☐ Às vezes

☐ Raramente

☐ Nunca

15. 3.4 Compra sacos quando vai às compras? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sempre
- ☐ Quase sempre
- ☐ Às vezes
- ☐ Raramente
- ☐ Nunca

16. 3.5 Tem desperdício alimentar? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sempre
- ☐ Quase sempre
- ☐ Às vezes
- ☐ Raramente
- ☐ Nunca

17. 3.6 Destino do desperdício alimentar? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Contendor dos resíduos indiferenciados
- ☐ Contendor dos resíduos orgânicos
- ☐ Compostagem
- ☐ Outra: _____

18. 3.7 Reutiliza ou transforma embalagens? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Não

4. Outros

19. 4.1 Compraria produtos através de uma plataforma on-line diretamente ao produtor? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Não

20. 4.2 Comprar produtos on-line diretamente ao produtor ... *

Marcar tudo o que for aplicável.

- ☐ Considera seguro
- ☐ Considera Fácil
- ☐ Considera complicado
- ☐ Poupa tempo
- ☐ Não tem confiança no processo
- ☐ Não tem confiança nos produtos

21. 4.3 Se comprasse produtos on-line diretamente ao produtor como gostaria que funcionasse?

Marcar apenas uma oval por linha.

	Diariamente	Semanalmente	Bissemanal
Produtos entregues em casa	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Levantamento dos produtos em local a combinar	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Levantamento dos produtos no produtor	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

22. 4.4 Vê vantagens em poder visitar a propriedade onde são produzidos os produtos que consome? *

Marcar apenas uma oval.

☐ sim

☐ Não

23. 4.4.1 Se vê vantagens, identifique-as

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pela Google.

Google Formulários

Inquérito aos consumidores

(Instituições)

1. Caracterização do Consumidor

1. 1.0 Instituição

2. 1.1 Tipo de Atividade

3. 1.2 Freguesia de residência

Marcar apenas uma oval por linha.

	União de Freguesias de N. Sra da Vila, N. Sra do Bispo e Silveiras	União de Freguesia de Lavre e Cortiçadas de lavre	Freguesia de Foros de Vale Figueira	Freguesia do Ciborro	Freguesia do Escoural	Freguesia de São Cristóvão	Freguesia de Cabrela
Linha 1	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

4. 1.3 Nº de refeições diárias

2. Caracterização do consumo de Produtos Hortícolas e Frutícolas

5. 2.1 Frequência das compras de produtos hortícolas e frutícolas?

Marcar tudo o que for aplicável.☐ Diária☐ Bissemanal☐ SemanalOutra: ☐

6. 2.2 Principal local das compras?

Marcar tudo o que for aplicável.☐ Feira/ mercado☐ Mercearia☐ Grandes Superfícies☐ Internet☐ Diretamente ao ProdutorOutra: ☐

7. 2.3 Tipo de produto que compra com maior frequência?

Marcar tudo o que for aplicável.

	Hortícolas	Frutícolas
Frescas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Congeladas Simples	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Enlatadas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

8. 2.4 Critérios de compra?

Marcar tudo o que for aplicável.

- ☐ Preço
- ☐ Aspeto
- ☐ Produção local
- ☐ Produção da época
- ☐ Produtos biológicos
- ☐ Produtos DOP

Outra: ☐ _____

9. 2.5 Diversidade de hortícolas/ frutícolas nos locais onde normalmente faz as suas compras?

Marcar tudo o que for aplicável.

	Hortícolas	Frutícolas
É suficiente ao longo do ano	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Tem pouca variedade ao longo do ano	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A diversidade depende da época do ano	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Em cada época do ano devia haver mais diversidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

10. 2.6 Quantidade de produtos hortícolas comprados anualmente

11. 2.7 Quantidade de produtos frutícolas comprados anualmente

3. Embalagens e resíduos de produtos hortícolas e frutícolas

12. 3.1 Fazem reciclagem?

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não

☐ Às Vezes

13. 3.2 Reutilizam as embalagens dos produtores/ caixas de transporte dos produtos?

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não

14. 3.3 Têm normalmente desperdício alimentar?

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não

☐ Outra: _____

15. 3.4 Destino do desperdício alimentar?

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Comer confeccionado a mais levam os trabalhadores
- ☐ Comer confeccionado a mais assim como os restos vão para o contentor dos resíduos indiferenciados
- ☐ Comer confeccionado a mais assim como os restos vão para o contentor dos resíduos orgânicos
- ☐ Compostagem
- ☐ Outra: _____

4. Outros

16. 4.1 Compraria produtos através de uma plataforma on-line diretamente ao produtor?

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Não

17. 4.2 Comprar produtos on-line diretamente ao produtor ...

Marcar tudo o que for aplicável.

- ☐ Considera seguro
- ☐ Considera Fácil
- ☐ Considera complicado
- ☐ Poupa tempo
- ☐ Não tem confiança no processo
- ☐ Não tem confiança nos produtos

18. 4.3 Se comprasse produtos on-line diretamente ao produtor como gostaria que funcionasse?

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Entrega na Instituição
- ☐ Levantamento dos produtos em local a combinar
- ☐ Levantamento dos produtos no produtor

19. 4.4 Vê vantagens em poder visitar a propriedade onde são produzidos os produtos que consome?

Marcar apenas uma oval.

- ☐ sim
- ☐ Não

20. 4.4.1 Se vê vantagens, identifique-as

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pela Google.

Google Formulários

Anexo II. Resultado dos Inquérito

II. 1 Inquérito aos Produtores de hortícolas e frutícolas

1. Caracterização do produtor e da unidade produtiva

Idade do Produtor

18-40 anos (inclusive)	1	8%
41-65 anos	5	42%
>65 anos	6	50%
Respostas	12	100%
Média idades	59 anos	

Qualificação literária do Produtor

Ensino Primário	6	50%
Ensino Secundário	2	17%
Ensino Superior	4	33%
Respostas	12	100%

Freguesia

Freguesia de Foros de Vale de Figueira	2	17%
Freguesia de Santiago do Escoural	1	8%
União de Freguesias de N. Sra. da Vila, N. Sra. do Bispo e Silveiras	9	75%
Respostas	12	100%

Dimensão da Propriedade (m2)

≤ 4ha	6	50%
4ha ≤ 10ha	3	25%
>10h	3	25%
Respostas	12	100%

Personalidade jurídica do produtor

Cooperativa	1	8%
Empresário em nome individual	9	75%
Sociedade por quotas	2	17%
Respostas	12	100%

Qualidade da Propriedade(s)

As duas situações (próprio e arrendada)	1	8%
Cedida pelo proprietário	2	17%
Do próprio	8	67%
Uma parte é do próprio outra é do pai.	1	8%
Respostas	12	100%

Tem trabalhadores permanentes?

Sim	4	33%
Não	8	67%
Respostas	12	100%

(Se respondeu *Sim* à pergunta anterior) Quantos trabalhadores permanentes tem?

<10 trabalhadores	2	50%
10<50 trabalhadores	2	50%
Respostas	4	100%

Nota:

propriedade com <10 trabalhadores	2	17%
propriedade cujo produtor é único trabalhador	8	67%
propriedades entre 10<50 trabalhadores	2	17%
Respostas	12	100%

2. Caracterização da Produção

Produção Principal

Hortícolas e Frutícolas	5	42%
Frutícolas	1	8%
Cogumelos	1	8%
Hortícolas	5	42%
Respostas	12	100%

Tipo de Produção

Culturas biointensivas	1	8%
Culturas extensiva	3	25%
Estufa	4	33%
Horta familiar	4	33%
Respostas	12	100%

Tem produções secundárias ou complementares?

Sim	4	33%
Não	8	67%
Respostas	12	100%

(Se respondeu *Sim* à pergunta anterior) Quais são as produções secundárias ou complementares?

Todas são produções principais e complementares, porque necessitam umas das outras. 30% da alimentação de 150 famílias coprodutores provêm desta herdade: pão, fruta, fresca, hortofrutícolas, ovos, leite, carne bovina, carne de porco, carne de aves. Temos bolota que vendemos seca sem casca e transformamos em: farinha, infusões, café e produzimos bolachas, bolos, enchidos, hambúrguers, pão, paté.

Couves, espinafres, depende da época

Outras produções de emergência: rebentos de bambu doce, que já está em produção, cogumelos em carvalhos existentes na propriedade, a partir de ectomicorrizas que entram em simbiose com as árvores favorecendo ambos, morangos e trufas que vai entrar brevemente. Tenho também mel mais com o objetivo de polinização e pecuária com animais de baixo peso para manejo na propriedade.

7 ha tremocilha e 0,5ha de cevada branca para os animais (ovinos)

Quantidades Produzidas ao ano (kg ou ton):

(10 respostas)

3T

Cerca de 1000 kilos

O objetivo é alimentar 300 famílias.

É muito pouco.

Espargos produz 60kg por semana durante 4 meses e meio, o que dá 270 kg.

Não sei dizer.

Não sei dizer.

Não sei porque o dono da terra também apanha para consumo.

Não sei responder. Semanalmente levo para o mercado cerca de 20 alfaces, 10 a 15 espinafres, 10 a 15 nabiças, 20 kg de batatas, 20 kg de cebolas.

O ano passado 95% da fruta foi para as ovelhas porque estive doente e não consegui tratar do pomar como devia ser. E também não há escoamento para a fruta.

Não sabe responder	5	50%
Referência ao número de alfaces, molhos de espinafres, nabiças e aos quilos de batatas, cebolas e outros produtos que levam semanalmente para venda.	1	10%
Produtores que conseguem especificar as quantidades que produzem, pelo menos da sua produção principal	3	30%
Relaciona com o número de famílias coprodutores para quem produz	1	10%
Respostas	10	100%

Toda a área da propriedade encontra-se ocupada com produção?

Sim	1	8%
Não	11	92%
Respostas	12	100%

(Se respondeu *Não* à pergunta anterior) Qual o motivo para a área desocupada sem produção?

1,5ha tem pomar, olival e vinha e o resto é para os animais de forma rotativa.

a propriedade é muito grande para a trabalhar sozinho e a idade não ajuda.

A propriedade está dividida em parcelas para flores, ovelhas, olival, hortícolas.

É uma herdade muito grande que é gerido como um Bem-Comum com a ética da agroecologia. A lógica da cooperativa é de uma economia planificada dos comuns para criar uma sociedade organizada e cooperante e partilhada.

Não produz mais porque não consegue escoar a totalidade do que produz

Não tem mão-de-obra para produzir mais

parte do terreno não é propício à produção e então tenho ovelhas.

Pastagem para as ovelhas.

Pousio

Pousio

Propriedade em RAN e REN parte é exploração hortofrutícola com as culturas de emergência, outra zona florestal e silvícola que está a ser recuperada como o olival com 2800 anos.

uma parte é a casa, tenho também um jardim e metade do terreno é que está destinado à horta.

Necessita de mais terra para produzir?

Sim	0	0%
Não	12	100%
Respostas	12	100%

Conhece terrenos incultos/sem produção?

Sim	8	67%
Não	4	33%
Respostas	12	100%

(Se respondeu sim à pergunta anterior) Aonde se localizam os terrenos incultos?

Alguns terrenos na envolvente.

Aqui perto há uma propriedade de uns proprietários que estão para a Suíça e que não querem saber da terra.

Há muita terra por produzir, os proprietários é que não têm muito interesse em produzir.

Mas quase todos tem animais.

Na envolvente tenho um enorme problema, de propriedade encravada. O interior está abandonado, sobretudo em função da capilaridade. O caminho que dá acesso à minha propriedade está na carta militar, nos levantamentos cartográficos, caminho estava reconhecido na câmara como trânsito de veículos automóveis, era classificado como público porque na minha propriedade havia um monumento importante. Agora tenho um vizinho que coloca molas elétricas na estrada, pensando que o caminho é só dele, para o gado não fugir. Resultado não consigo passar com um carro até à minha propriedade.

Tem mão-de-obra sazonal?

Sim	1	8%
Não	11	92%
Respostas	12	100%

(Se respondeu sim à pergunta anterior) Quantos trabalhadores sazonais tem durante o ano?

Mas são colaboradores, gosto de promover soluções de colaboração mútua entre produtores, porque a pequena produção produz diversidade e o valor de diversidade é crítico.

Tem produção que não consegue escoar?

Sim	3	25%
Não	9	75%
Respostas	12	100%

(Se respondeu Sim à pergunta anterior) O que faz ao excedente?

Aos animais

Houve anos que ainda dava ao Abrigo dos velhos Trabalhadores e à Santa Casa da Misericórdia, e o resto aos animais.

3. Rega

Área da Superfície regada

≤1ha	8	67%
1ha ≤ 5ha	4	33%
> 5ha	0	0%
Respostas	12	100%

Proveniência da água

Furos ou poços	10	83%
Barragem dos Minutos	2	17%
Respostas	12	100%

Tipo de rega

Aspersão fixa	2	17%
Rega gota-a-gota	8	67%
Regos/sulco	2	17%
Respostas	12	100%

4. Solo

Tipo de fertilizantes usados

Adubo azul biológico e vinagre.	1	8%
Composto orgânico animal	6	50%
Composto orgânico vegetal, Composto orgânico animal	3	25%
Não uso fertilizantes nem químicos	2	17%
Respostas	12	100%

Como combate as pragas

com Agroquímicos	6	50%
com Combate biológico	1	8%
com Proteção Integrada	1	8%
Não uso de agro-tóxicos de síntese química como pesticidas, herbicidas, fungicidas, e fertilizantes.	1	8%
Não aplico nada.	1	8%
Produtos biológicos	1	8%
Organismos auxiliares	1	8%
Respostas	12	100%

Prática de compostagem

Sim	9	75%
Não	3	25%
Respostas	12	100%

5. Comercialização

Vende diretamente os seus produtos?

Sim	11	92%
Não	1	8%
Respostas	12	100%

Onde vende os seus produtos?

Diretamente na sua propriedade	1	8%
Grandes superfícies e na loja na propriedade	1	8%
Mercado Municipal	6	50%
Mercado Municipal aos sábados e para cabazes.	1	8%
Restaurantes, lojas com verdes, para cabazes.	1	8%
Vendemos produtos na loja da Cooperativa e em Lisboa, mas o objetivo principal é alimentar as famílias dos cooperadores e dos coprodutores através do Programa CSA que implica um compromisso entre o produtor e o consumidor.	1	8%
Vendia para o Cabaz do Hortelão	1	8%
Respostas	12	100%

Fornecer produtos para consumidores coletivos (IPSS e Cantinas)?

Sim	0	0%
Não	12	100%
Respostas	12	100%

Principais problemas associados à comercialização?

As grandes superfícies porque têm de tudo e com muito bom aspeto e quem se desloca é o consumidor.

Escoamento dos produtos. As grandes superfícies, os minimercados e mercearias não compram ao pequeno produtor.

Falta de colaboração entre os produtores para criar escala e credibilidade contratual.

Falta de organização dos produtores

Não tem quantidades de produção para comercializar.

Não tem tempo para fazer contactos com os pontos de venda

Não tenho dificuldades em vender pelo contrário. Tenho impossibilidade de produzir mais porque sou sozinha e faço tudo.

Não tenho produção suficiente para comercializar.

No mercado vendo bem não preciso de comercializar.

Preços estão muito tabelados e nós só podemos vender para as grandes superfícies porque são os únicos que conseguem escoar os nossos produtos, porque temos grandes quantidades. Portanto, se não vendermos ao preço deles não temos forma de negociar porque não temos a quem mais vender.

Viagem longa

Falta de organização e colaboração dos produtores

Vende bem no mercado municipal

Viagem longa

Preços estão muito tabelados e nós só podemos vender para as grandes superfícies porque são os únicos que conseguem escoar os nossos produtos, porque temos grandes quantidades. Portanto, se não vendermos ao preço deles não temos forma de negociar porque não temos a quem mais vender.

Não tenho produção suficiente para comercializar

Não tem tempo para fazer contactos com os pontos de venda

Escoamento dos produtos. As grandes superfícies, os minimercados e mercearias não compram ao pequeno produtor.

As grandes superfícies porque têm tudo e com bom aspeto e quem se desloca é o consumidor.

Teria interesse em ter visitas do consumidor à sua propriedade ou venda de produtos no local?

Sim	6	50%
Não	6	50%
Respostas	12	100%

(Se respondeu *Não* à pergunta anterior) Qual o motivo?

As portas nunca se fecham e quando foi do Cabaz do Hortelão foi falado nessa hipótese, mas agora produz praticamente para consumo familiar.

Estamos a preparar-nos para receber turistas na propriedade mas ainda não foi possível porque temos que ter estrutura para receber as pessoas e acompanhá-los na propriedade para não remexerem as caixas dos produtos, temos que os acompanhar.

Falta de tempo

Não me oponho, mas não faço questão. No outro terreno tinha clientes que iam buscar os produtos lá.

O dono da terra não autoriza.

Tenho interesse em criar modelos de venda direta ao cidadão na minha propriedade e devia-se fazer como se fazia antigamente, porque induz o reconhecimento de produtor. Mas tem

que ser um modelo bem pensado, porque não posso ficar à disposição do alheio porque cria problemas a mim porque deixo de fazer as tarefas que tenho planeado e o consumidor não é bem atendido.

Teria interesse em fornecer os seus produtos para serem vendidos em cabazes?

Sim	7	58%
Não	5	42%
Respostas	12	100%

(Se respondeu *Não* à pergunta anterior) Qual o motivo?

A ideia é boa mas no final não compensa.

Já tenho clientes certos no mercado municipal.

Já vendo para cabazes no âmbito do Prove. No início éramos mais produtores agora somos só duas produtoras que vendem produtos através dos cabazes.

Não acredito nos cabazes biológicos. No início fiquei entusiasmada e tentei procurar como funcionava, ainda encomendei algumas vezes, mas a partir do momento que comecei a ver bananas nos cabazes fiquei desconfiada sobre a produção biológica dos alimentos. Têm que me explicar como se produzem bananas biológicas em Montemor.

Teria interesse em vender os seus produtos numa plataforma on-line?

Depende da responsabilidade logística e existência de planeamento, normalização e repartição de rendimentos.	1	8%
Não	8	67%
Sim	2	17%
O conceito Partilhar Colheitas CSA – tem loja online	1	8%
Respostas	12	100%

6. Outros

Tem outra atividade lucrativa não agrícola?

Sim	4	36%
Não	4	36%
Agora não (Reformado)	3	27%
Respostas	11	100%

Tem algum subsidio à produção?

Sim	5	42%
Não	7	58%
Respostas	12	100%

(Se respondeu *Sim* à pergunta anterior) Qual?

30 % do rendimento da Cooperativa são subsídios para poder fazer face a esta concorrência desleal.

apoios no âmbito dos Fundos Europeus - PDR2020

IFAP

Para os animais do IFAP - faço as candidaturas.

Tudo o que tenho feito é financiado, com subsídios de apoio à baixa densidade, produção pecuária.

Pertence a alguma organização de produtores?

Sim	5	42%
Não	7	58%
Respostas	12	100%

Organizações de Produtores:

Organização de Produtores

Cooperativa de Usuários

Liga dos Pequenos e Médios Agricultores

Sim a muitas. Só para referir algumas: Prove - Évora, LPMA sou Presidente da Assembleia, a Minga e Montemormel.

Costuma frequentar ações de Formação e Informação?

Ações de formação sobre a Produção	2	17%
Candidatura a subsídios	1	8%
Frequenta quando tem conhecimento.	2	17%
Não costumo frequentar ação de formação nem informação	6	50%
Respostas	11	92%

II. 2 Inquérito aos Comerciantes

1. Caracterização do Comércio

Freguesia

União de Freguesias de N. Sra da Vila, N. Sra do Bispo e Silveiras	3	100%
Outras Freguesias	0	0%
Respostas	3	100%

1.1. Horário de funcionamento

(3 respostas)

Semana: 8:00 - 13:00 / 15:00 - 19:00, Sábado: 8:00 - 13:00

Semana: 8:30- 13:30 / 15:00 - 19:30 Sábado: 8:30 -13:30

8h às 14h das 15h às 20h30m

2. Caracterização do Proprietário

Idade do Proprietário

40 anos	1	33%
42 anos	2	67%
Respostas	3	100%

Habilitações

Ensino Secundário	3	100%
Respostas	3	100%

3. Caracterização dos Hábitos dos Consumidores e do Comerciante

Períodos de maior movimento e idade dos clientes habituais?

Períodos de maior movimento e idades dos clientes habituais [idades < 25 anos]		
Depois das 16:30	1	100%
Respostas	1	100%

Períodos de maior movimento e idades dos clientes habituais [25 - 45 anos]		
À hora de almoço, Depois das 16:30	1	50%
Depois das 16:30	1	50%
Respostas	2	100%

Períodos de maior movimento e idades dos clientes habituais [46 - 65 anos]		
À hora de almoço, Depois das 16:30	2	67%
De manhã	1	33%
Respostas	3	100%

Períodos de maior movimento e idades dos clientes habituais [> 65 anos]		
De manhã, À tarde até às 16:30, Depois das 16:30	2	67%
De manhã	1	33%
Respostas	3	100%

Tipo de produto que os consumidores compram com maior frequência?

Hortícolas		
Frescas	3	100%
Congeladas Simples	0	0%
Enlatadas	0	0%
Respostas	3	100%

Frutícolas		
Frescas	3	100%
Congeladas Simples	0	0%
Enlatadas	0	0%
Respostas	3	100%

Os clientes procuram com maior frequência produtos:

Produção Local	2	67%
Produção da época	0	0%
Produtos biológicos	0	0%
Produtos DOP	0	0%
Outra. Produção Local e Produção da época	1	33%
Respostas	3	100%

Os clientes compram os produtos hortofrutícolas com maior frequência:

Avulso	3	100%
Embalados	0	0%
Respostas	3	100%

Critérios para as compras da mercearia:

Preço, Aspeto	1	33%
Preço, Produção da época, As hortaliças são portuguesas locais e muitos produtos são espanhóis, sobretudo a fruta.	1	33%
Preço, Aspeto, Produção local	1	33%
Respostas	3	100%

Tem produtos hortofrutícolas à venda de produtores locais?

Sim	3	100%
Não	0	0%
Respostas	3	100%

Que produtos hortofrutícolas de produtores locais tem à venda?

Legumes e algumas frutas de um produtor de Vendas Novas que também compra para vender e distribuir.

Hortaliças

Legumes

Qual é o peso dos produtos hortofrutícolas de produtores locais na oferta total de hortofrutícolas que tem à venda?

Inferior à quantidade de produtos de outras origens		
Hortícolas	0	0%
Frutícolas	1	100%
Respostas	1	100%

Superior à quantidade de produtos de outras origens		
Hortícolas	1	100%
Frutícolas	0	0%
Respostas	1	100%

Depende da época		
Hortícolas	2	67%
Frutícolas	1	33%
Respostas	3	100%

4. Distribuição

Compra os produtos hortofrutícolas diretamente ao produtor?

Sim	2	67%
Não	0	0%
Outra: Preferência aos produtores locais mas também compramos a distribuidores.	1	33%
Respostas	3	100%

Locais mais frequentes onde compra os produtos hortofrutícolas?

Mercado abastecedor	2	67%
Mercado Municipal	0	0%
Diretamente ao Produtor	0	0%
Outra: Diretamente ao produtor, Compra ao comercial/distribuidor	1	33%
Respostas	3	100%

Qual é a frequência de entrega dos produtos hortofrutícolas?

Diária	3	100%
Semanal	0	0%
Bissemanal	0	0%
Quinzenal	0	0%
Respostas	3	100%

Como é feita a entrega dos produtos?

Entrega na loja	3	100%
Levanta os produtos num local definido	0	0%
Levanta os produtos na propriedade do produtor	0	0%
Respostas	3	100%

Como escolhe os produtos que vende na sua loja?

Contacta o produtor local	3	67%
Contacta o distribuidor	1	33%
O produtor contacta a informar dos produtos que tem disponível	0	0%
O distribuidor contacta a informar dos produtos que tem disponível	0	0%
Respostas	3	100%

5. Embalagem e Resíduos

Reutiliza as caixas de transporte dos produtos?

Sim	3	100%
Às vezes	0	0%
Não	0	0%
Respostas	3	100%

As caixas onde são transportados os produtos hortofrutícolas são entregues ao produtor/ retalhista para transportar novamente os produtos?

Sim	3	100%
Não	0	0%
Respostas	3	100%

Que destino dá embalagens/ caixas quando não as reutiliza?

Coloca no ecoponto	3	100%
Coloca no contentor dos resíduos indiferenciados	0	0%
Respostas	3	100%

A maioria dos clientes costumam trazer os sacos para transportar as compras?

Sim, a grande maioria	1	33%
Sim, as pessoas mais velhas	1	33%
Não, a grande maioria não traz	1	33%
Respostas	3	100%

Que tipo de saco vende aos seus clientes quando não trazem saco próprio?

Plástico, tecido	1	33%
Plástico	1	33%
Plástico, ráfia	1	33%
Respostas	3	100%

6. Outros

Compraria produtos através de uma plataforma online diretamente ao produtor?

Sim	1	33%
Não	2	67%
Respostas	3	100%

Comprar produtos online diretamente ao produtor acha:

Considera seguro	0	0%
Considera fácil	1	33%
Considera complicado	0	0%
Poupa tempo	0	0%
Não tem confiança no processo	1	33%
Não tem confiança nos produtos	1	33%
Respostas	3	100%

Se comprasse produtos on-line diretamente ao produtor como gostaria que funcionasse a entrega?

Diariamente	3	100%
Semanalmente	0	0%
Bissemanal	0	0%
Quando necessário	0	0%
Respostas	3	100%

Vê vantagens em poder visitar a propriedade onde são produzidos os produtos que vende na loja?

Sim	1	33%
Não	2	67%
Respostas	3	100%

II. 3 Inquérito aos Consumidores Familiares

1. Caracterização do Consumidor

Nº de pessoas da Família/ Agregado familiar

1 pessoa	6	12%
2 pessoas	17	33%
3 pessoas	17	33%
mais do 3 pessoas	11	22%
Respostas	51	100%

Idade(s)

< 25 anos	1	2%
< 25 anos, 25-45 anos	12	24%
< 25 anos, 25-45 anos, 46 -65 anos	2	4%
< 25 anos, 46 -65 anos	3	6%
< 25 anos, 46 -65 anos, > 65 anos	1	2%
> 65 anos	3	6%
25-45 anos	14	27%
25-45 anos, 46 -65 anos	1	2%
46 -65 anos	13	25%
46 -65 anos, > 65 anos	1	2%
Respostas	51	100%

Freguesia de residência

União de Freguesias de N. Sra da Vila, N. Sra do Bispo e Silveiras	45	88%
União de Freguesia de Cortiçadas de Lavre e Lavre	3	6%
Freguesia de Foros de Vale de Figueira	0	0%
Freguesia do Ciborro	0	0%
Freguesia de Santiago do Escoural	2	4%
Freguesia de São Cristóvão	1	2%
Freguesia de Cabrela	0	0%
Respostas	51	100%

Habilitações dos adultos

Ensino Primário	2	4%
Ensino Primário, Ensino Secundário	4	8%
Ensino Primário, Ensino Superior	1	2%
Ensino Secundário	11	22%
Ensino Secundário, Ensino Superior	9	18%
Ensino Superior	24	47%
Respostas	51	100%

Situação Profissional

Reformado	2	4%
Trabalhador independente, Doméstica	1	2%
Trabalhador por conta de outrem	34	67%
Trabalhador por conta de outrem, Doméstica	3	6%
Trabalhador por conta de outrem, Reformado	3	6%
Trabalhador por conta de outrem, Trabalhador independente	8	16%
Respostas	51	100%

2. Caracterização do Consumo de Produtos Hortícolas e Frutícolas

Frequência das compras de produtos hortícolas e frutícolas:

Diária	10	20%
Semanal	26	51%
Bissemanal	13	25%
Semanal mas não compro hortícolas porque produzo	1	2%
Produção própria	1	2%
Respostas	51	100%

Horário das compras:

De manhã	12	24%
à hora de almoço	5	10%
quando sai do trabalho	25	49%
À hora de almoço, Quando sai do trabalho	3	6%
De manhã, À hora de almoço, Quando sai do trabalho	2	4%
De manhã, Quando sai do trabalho	4	8%
Respostas	51	100%

Principal Local das compras:

Feira/mercado	1	2%
Mercearia	10	20%
Grandes Superfícies	10	20%
Internet	0	0%
Diretamente ao produtor	4	8%
Mercearia, Grandes Superfícies	8	16%
Feira/ mercado, Grandes Superfícies	5	10%
Feira/ mercado, Mercearia	3	6%
Feira/ mercado, Mercearia, Diretamente ao Produtor	1	2%
Feira/ mercado, Mercearia, Grandes Superfícies	5	10%
Grandes Superfícies, Diretamente ao Produtor	2	4%
Mercearia, Grandes Superfícies, Diretamente ao Produtor	2	4%
	51	100%

Tipo de produto que compra com maior frequência?

Frescas		
Hortícolas, Frutícolas	46	90%
Hortícolas	3	6%
Frutícolas	2	4%
Respostas	51	100%

Congeladas		
Hortícolas, Frutícolas	1	9%
Hortícolas	9	82%
Frutícolas	1	9%
Respostas	11	100%

Enlatadas		
Hortícolas, Frutícolas	1	20%
Hortícolas	2	40%
Frutícolas	2	40%
Respostas	5	100%

Critérios de compra:

Preço	0	0%
Aspetto	1	2%
Produção local	3	6%
Produção da época	3	6%
Produtos biológicos	0	0%
Produtos DOP	0	0%

Aspeto, Produção da época	1	2%
Aspeto, Produção local	2	4%
Aspeto, Produção local, Produção da época	1	2%
Preço, Aspeto	7	14%
Preço, Aspeto, Produção da época	7	14%
Preço, Aspeto, Produção local	2	4%
Preço, Aspeto, Produção local, Produção da época	3	6%
Preço, Aspeto, Produção local, Produção da época, Produtos biológicos	1	2%
Preço, Produção da época	5	10%
Preço, Produção local	1	2%
Preço, Produção local, Produção da época	3	6%
Produção local, Produção da época	4	8%
Produção local, Produção da época, Produtos biológicos	4	8%
Produção local, Produtos biológicos	2	4%
Produção própria	1	2%
Respostas	51	100%

Diversidade de Hortícolas/Frutícolas nos locais onde normalmente faz as suas compras:

É suficiente ao longo do ano		
Hortícolas	4	10%
Frutícolas	1	3%
Hortícolas, Frutícolas	34	87%
Respostas	39	100%

Tem pouca variedade ao longo do ano		
Hortícolas	1	20%
Frutícolas	3	60%
Hortícolas, Frutícolas	1	20%
Respostas	5	100%

A diversidade depende da época do ano		
Hortícolas	3	13%
Frutícolas	5	21%
Hortícolas, Frutícolas	16	67%
Respostas	24	100%

Em cada época do ano devia haver maior diversidade		
Hortícolas	1	50%
Frutícolas	1	50%
Hortícolas, Frutícolas	0	0%
Respostas	2	100%

3. Embalagem e resíduos de produtos hortícolas e frutícolas

Faz reciclagem?

Sim	47	92%
Não	4	8%
Respostas	51	100%

Tipo de embalagem dos produtos que compra normalmente?

Avulso	19	37%
Cabaz, Avulso	2	4%
Embalagem familiar	9	18%
Embalagem familiar, Avulso	6	12%
Embalagem individual	4	8%
Embalagem individual, Avulso	5	10%
Embalagem individual, Cabaz	1	2%
Embalagem individual, Cabaz, Avulso	1	2%
Embalagem individual, Embalagem familiar	3	6%
Embalagem individual, Embalagem familiar, Avulso	1	2%
Respostas	51	100%

Leva sacos para transportar os produtos quando vai às compras?

<i>Sempre</i>	23	45%
Quase sempre	19	37%
Às vezes	7	14%
Raramente	1	2%
Nunca	1	2%
Respostas	51	100%

Compra sacos quando vai às compras?

Sempre	1	2%
Quase sempre	0	0%
Às vezes	13	25%
Raramente	28	55%
Nunca	9	18%

Respostas	51	100%
-----------	----	------

Têm desperdício alimentar?

Sempre	0	0%
Quase sempre	2	4%
Às vezes	15	29%
Raramente	26	51%
Nunca	8	16%
Respostas	51	100%

Destino do Desperdício alimentar?

Animais	4	8%
Compostagem	7	14%
Contentor dos resíduos indiferenciados	28	57%
Contentor dos resíduos orgânicos	9	18%
Galinhas e faço compostagem	1	2%
Respostas	49	100%

Reutiliza ou transforma embalagens?

Sim	30	59%
Não	21	41%
Respostas	51	100%

4. Outros

Compraria produtos através de uma plataforma on-line diretamente ao produtor?

Sim	36	71%
Não	15	29%
Respostas	51	100%

Comprar produtos on-line diretamente ao produtor acha:

Considera complicado	12	24%
Considera Fácil	4	8%
Considera Fácil, Poupa tempo	2	4%
Considera seguro	5	10%
Considera seguro, Considera Fácil	5	10%
Considera seguro, Considera Fácil, Poupa tempo	7	14%
Considera seguro, Poupa tempo	2	4%
Não tem confiança no processo	2	4%
Não tem confiança no processo, Não tem confiança nos produtos	2	4%

Não tem confiança nos produtos	4	8%
Poupa tempo	6	12%
Respostas	51	100%

Se comprasse produtos on-line diretamente ao produtor como gostaria que funcionasse?

Produtos entregues em casa		
Semanalmente	36	80%
Diariamente	6	13%
Bissemanal	3	7%
Respostas	45	100%

Levantamento dos produtos em local a combinar		
Semanalmente	15	75%
Diariamente	1	5%
Bissemanal	4	20%
Respostas	20	100%

Levantamento dos produtos no produtor		
Semanalmente	18	90%
Diariamente	1	5%
Bissemanal	1	5%
Respostas	20	100%

Vê vantagens em poder visitar a propriedade onde são produzidos os produtos que consome?

Sim	26	51%
Não	25	49%
Respostas	51	100%

Se vê vantagens, identifique-as?

(23 respostas)

Perceber os cuidados na produção.

Observar o processo de produção e crescimento dos produtos.

Pode ver ao vivo traz segurança e certeza do que se compra!

É uma mais valia para ver como fabricam o produto e a maneira de conservar

Confiança no processo, considero esta hipótese fundamental para a minha adesão.

Verificar a produção, condições de higiene

O verificar presencialmente gera confiança e empatia.

O contacto direto permite melhorar o grau de confiança!

Sociais económicas e políticas no âmbito do mundo rural e agricultura.

Ter contacto directo com o processo de produção

Perceber a forma de produção. Utilização de pesticidas, fertilizantes (naturais ou de outra natureza), sistema de rega, etc.

Avaliar as condições de produção e dos animais

Confiança no modo de produção

Perceber os métodos usados no cultivo e produção dos produtos, permitindo ganhar confiança no consumo dos mesmos.

Por curiosidade e confiança na forma como é realizado o método de produção

verificação do estado de produção e conservação dos produtos

conhecer a qualidade da produção,

Conhecer métodos de cultivo

Perceber como são produzidos os produtos hortícolas

Compreender os métodos de produção e conhecer os produtos

Identificar o tipo de agricultura praticada, perceber o perfil do produtor.

No meu caso a compra diretamente ao produtor assenta numa relação de proximidade e confiança, daí que tenha assinalado que dificilmente compraria on-line se não tivesse o conhecimento quer do produtor quer do local de origem e forma de cultivo.

ver uma horta ou animais na pastagem é sempre um aspeto de consciencialização alimentar

II. 4 Inquérito aos Consumidores Coletivos

1. Caracterização do Consumidor

Tipo de atividade:

IPSS - Lar de Idosos

Lar de idosos

Freguesia

União de Freguesias de N. Sra da Vila, N. Sra do Bispo e Silveiras	1	50%
União de Freguesia de Cortiçadas de Lavre e Lavre	0	0%
Freguesia de Foros de Vale de Figueira	0	0%
Freguesia do Cíborro	0	0%
Freguesia de Santiago do Escoural	1	50%
Freguesia de São Cristóvão	0	0%
Freguesia de Cabrela	0	0%
Respostas	2	100%

Nº de refeições diárias:

300

81

2. Caracterização do Consumo de Produtos Hortícolas e Frutícolas

Frequência das compras de produtos hortícolas e frutícolas?

Diária	0	0%
Semanal	0	0%
Bissemanal	2	100%
Respostas	2	100%

Principal local das compras?

Fornecedores que compram a produtores locais	1	50%
Mercearia, Grandes superfícies, diretamente ao produtor	1	50%
Respostas	2	100%

Tipo de produto que compra com maior frequência?

Frescas		
Hortícolas, Frutícolas	2	100%
Hortícolas	0	0%
Frutícolas	0	0%
Respostas	2	100%

Congeladas		
Hortícolas, Frutícolas	0	0%
Hortícolas	0	0%
Frutícolas	0	0%
Respostas	0	0%

Enlatadas		
Hortícolas, Frutícolas	0	0%
Hortícolas	0	0%
Frutícolas	0	0%
Respostas	0	0%

Critérios de compra?

Produção local	1	50%
Preço, Aspeto, Produção local, produção da época	1	50%
Respostas	2	50%

Diversidade de Hortícolas nos locais onde normalmente faz as suas compras?

3. É suficiente ao longo do ano		
Hortícolas	0	0%
Frutícolas	0	0%
Hortícolas, Frutícolas	2	100%
Respostas	2	100%

Tem pouca variedade ao longo do ano		
Hortícolas	0	0%
Frutícolas	0	0%
Hortícolas, Frutícolas	0	0%
Respostas	0	0%

A diversidade depende da época do ano		
Hortícolas	0	0%
Frutícolas	0	0%
Hortícolas, Frutícolas	0	0%
Respostas	0	0%

Em cada época do ano devia haver maior diversidade		
Hortícolas	0	0%
Frutícolas	0	0%
Hortícolas, Frutícolas	0	0%
Respostas	0	0%

Quantidade de produtos hortícolas comprados anualmente?

(1 resposta)

Cerca de 4000kg

Quantidade de produtos frutícolas comprados anualmente?

(1 resposta)

Cerca de 2600kg

3. Embalagem e Resíduos de Produtos hortícolas e frutícolas

Fazem reciclagem?

Sim	2	100%
Não	0	0%
Respostas	2	100%

Reutilizam as embalagens dos produtos/ caixas de transporte dos produtos?

Sim	2	100%
Não	0	0%
Respostas	2	100%

Têm normalmente desperdício alimentar?

Sim	0	0%
Não	2	100%
Respostas	2	100%

Destino do desperdício alimentar?

Comer confeccionado a mais levam os trabalhadores	2	100%
Comer confeccionado a mais levam os trabalhadores assim como os restos vão para o contentor dos resíduos indiferenciados	0	0%
Comer confeccionado a mais levam os trabalhadores assim como os restos vão para o contentor dos resíduos orgânicos		
Compostagem		
Respostas	2	100%

4. Outros

Compraria produtos através de uma plataforma on-line diretamente ao produtor?

Sim	2	100%
Não	0	0%
Respostas	2	100%

Comprar produtos on-line diretamente ao produtor ...

Considera seguro, Considera Fácil	1	50%
Poupa tempo	1	50%
Respostas	2	100%

Se comprasse produtos on-line diretamente ao produtor como gostaria que funcionasse?

Entrega na Instituição	2	100%
Levantamento dos produtos em local a combinar	0	0
Levantamento dos produtos no produtor	0	0%
Respostas	2	100%

Vê vantagens em poder visitar a propriedade onde são produzidos os produtos que consomem na Instituição?

Sim	1	50%
Não	1	50%
Respostas	2	100%

Se vê vantagens, identifique-as

(1 resposta)

Verificar as condições da produção.

Anexo II. Estrutura das Entrevistas

Presidente da Junta de Freguesia da N. Sra. da Vila, N. Sra. do Bispo e Silveiras

Via: telefónica

Assunto: O Projeto piloto “JUNTAr: Economia Circular em freguesias “

Questões colocadas.

1. Com um ano e pouco de implementação do projeto JUNTAr quais são os resultados atingidos?
2. Qual é a ação da Junta de Freguesia no Projeto?
3. Qual é a ação dos outros parceiros no Projeto?
4. Quais são as maiores dificuldades do Projeto?
5. É um projeto com continuidade?
6. Cabaz do Hortelão continuam a distribuí-lo?

Técnica da Divisão de Ambiente, Ordenamento Territorial e Urbanismo responsável por acompanhar a gestão das Hortas Comunitárias

Via: telefónica

Assunto: Hortas comunitárias

Questões colocadas:

1. O regulamento de funcionamento das hortas comunitárias de 2017 no portal MorInvest ainda se encontra em vigor e se continua a LPMA a fazer a gestão?
2. O LPMA envia à CMMN um relatório anual com as atividades de dinamização das hortas?
3. No regulamento fala-se na 1ª fase das Hortas Comunitárias. A 1ª fase encontra-se concluída? Todos os talhões estão ocupados?
4. Portanto, deduzo que há perspetiva de existir uma 2ª fase. Para quando se perspetiva a 2ª fase? Os terrenos da 2ª fase são municipais? estão incultos? São também nos Casais da Adua?

Chefe de Divisão Sócio Cultural responsável pelas compras para as cantinas escolares

Via: Presencial

Assunto: Compras locais para as cantinas escolares

Questões colocadas:

1. A CMMN compra os produtos hortícolas e frutícolas diretamente ao(s) Produtor(es)?
2. Quem tem a responsabilidade de comprar os produtos e de escolher os produtos?
3. Como é feita a entrega dos produtos nas cantinas escolares?
4. Como é feita a articulação dos menus escolares com os produtos hortofrutícolas dos produtores?
5. Quantas refeições são fornecidas diariamente pelas cantinas escolares de responsabilidade do município?
6. Quantos kg/ton de hortícolas e frutícolas são comprados por ano ou mês a produtores locais? E na totalidade?

Responsável pela gestão das Hortas comunitárias da Liga dos Pequenos e Médios Agricultores – LPMA

Via: Telefónica

Assunto: Hortas comunitárias

Enquadramento

A LPMA, fundação a 27 de julho de 1978, é responsável por gerir as Hortas Comunitárias dos Casais da Adua, propriedade da Câmara, através de protocolo com a CMMN.

A 1ª fase das Hortas Comunitárias dos Casais da Adua entrou em funcionamento em meados de 2013, e é constituída por 122 Hortas Comunitárias a título gratuito e precário, distribuídas por três blocos de 7.000 m2 cada, nos Casais 21, 24 e 27. Os talhões, parcelas de terreno com cerca de 90, 120 e 200 m2 de área, correspondendo cada talhão a uma inscrição. Os talhões têm um ponto de água coletivo destinado à rega das culturas, uma área de armazenamento para pequenas ferramentas e utensílios e apoio técnico/informativo/pedagógico sobre os modos de produção e práticas agrícolas biológicas e ambientalmente corretas.¹

Questões colocadas:

1. Todos os talhões estão ocupados? E qual é a ocupação predominante dos talhões?
2. Nº de Hortelãos que produz para complementar os recursos alimentares das famílias, reduzindo os encargos com a compra de produtos hortícolas?
3. Quais são as ações de formação/sensibilização promovidas pela LPMA, no âmbito do Projeto Hortas Comunitárias de Montemor-o-Novo?
4. Os hortelãos cumprem as regras estabelecidas em termos de produção?
5. Qual é a proveniência da água de rega?
6. A LPMA é parceira do Projeto Prove – Cabaz do Hortelão. Qual é a ação da LPMA neste projeto?

¹ Montemor-o-Novo, Câmara Municipal. Normas de participação e funcionamento – Projeto Hortas Comunitárias de Montemor-o-Novo.

Coordenadora da Rede de Cidadania de Montemor-o-Novo

Via: videoconferência

Assunto: Km0 Montemorensense e Banco de Terras.

Enquadramento

O km0 Montemorensense é um projeto que teve início com uma equipa de trabalho mista, que resultou do 1.º Encontro da A21L - Agenda 21 Local (em Nov.2013) e envolveu técnicos da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo (CMMN), bem como cidadãos (na sua maioria membros da Rede de Cidadania de Montemor-o-Novo) e o Instituto de Ciências Agrárias e Ambientais Mediterrânicas da Universidade de Évora (ICAAM), que participam de forma voluntária e não remunerada.²

O km0 Montemorensense baseia-se no conceito internacional que assenta na promoção de cadeias alimentares de base local, como forma de: gestão sustentável dos recursos energéticos e diminuição da pegada ecológica alimentar; aumentar a soberania alimentar e estímulo da produção local; promoção da economia local; preservação da biodiversidade e proteção das técnicas de produção tradicionais e; valorização da gastronomia tradicional.

O grupo do Km0 Montemorensense, desde 2014, desenvolveu o Menu Km0 com produtos locais na confeção da sopa e/ou entrada, prato principal, pão, vinho, doce e/ou fruta, digestivo. Teve a adesão da restauração e dos produtores.

Outros projetos com o conceito Km0 são as Sopa km0, que ocorrem no âmbito do festival das sopas de Montemor-o-Novo, a Cantina km0 destinado às cantinas escolares com gestão camarária e a Banca km0 destinada às superfícies comerciais que ainda não avançou.

Em março de 2019, realizou-se o lançamento oficial do Km0 Alentejo com a assinatura do protocolo de colaboração pelas entidades envolvidas: Universidade de Évora, Câmara Municipal de Évora, Entidade regional de Turismo do Alentejo, Associação Comercial de Évora, Núcleo Empresarial da Região de Évora, Fundação Alentejo-Escola Profissional do Alentejo, GESAMB, *SlowFood* Alentejo.

² Informação obtida no site oficial MorInvest em <https://morinvest.cm-montemornovo.pt/projectos/km-0-montemorensense/> a 25 de fevereiro 2020

Questões colocadas:

1. Os Projetos Sopa km0, Cantina km0, Banca km0 estão em curso? Como funcionam?
2. A Rede de Cidadania tem promovido o Menu Km0. Qual tem sido a adesão dos restaurantes, produtores e consumidores?
3. Qual é a frequência com que ocorrem as iniciativas Menu Km0?
4. Tenho conhecimento que a Rede de Cidadania dinamiza as Hortas de São João de Deus. Como funcionam?
5. Quais são as maiores dificuldades do projeto do Km0 em Montemor-o-Novo?
6. A Rede de Cidadania participa em outras iniciativas de promoção da produção local para além do Km 0 Montemorense? Têm parcerias com outras entidades de produtores locais

Presidente da Cooperativa Minga Integral

Via: telefónica

Questões colocadas:

1. Número de cooperantes da Cooperativa Minga Integral?
2. Quantos cooperantes integram a secção agrícola da Cooperativa?
3. Quantos cooperantes integram o Sistema de Distribuição Agrícola da Cooperativa?
4. Como funciona a Certificação Participativa de Produção Agroecológica prevista no regulamento interno da Cooperativa? É uma certificação interna e informal?
5. Tenho conhecimento que a Cooperativa integrou a candidatura do projeto Juntar : Produzir sem desperdício promovida pela União de Freguesias de N. Sra da Vila, N. Sra do Bispo e Silveiras que não teve sucesso. Na sua opinião o que correu mal?
6. Tenho conhecimento que fornecem produtos locais para as cantinas escolares do município. Quantos produtores estão envolvidos?
7. Quais são as fontes do vosso financiamento?